OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
VIII

ESTUDOS HISTÓRICOS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

VIII

Estudos Históricos

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco VIII : estudos históricos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
230 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-359-5

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Reuniram-se neste volume quatro trabalhos históricos escritos pelo Barão do Rio Branco. O primeiro, *Episódios da Guerra do Prata*, foi publicado na Revista Mensal do Instituto Científico, órgão da Faculdade de Direito de São Paulo (2ª série, junho de 1864, ano II, nº 5, e 3ª série, agosto de 1864, ano III, nº 1). À margem do exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro anotou o Barão do Rio Branco: "Tudo isso foi escrito quando eu era um menino, em 1864, isto é, um rapaz de 19 anos. Depois tive ocasião de reunir muitos outros documentos e informações." E adiante: "J. M. da Silva Paranhos, estudante do terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo." *O Esboço da História do Brasil* constitui o capítulo V, p. 105 a 188, da obra *Le Brésil en 1889* (Paris, Librairie Charles Delagrave, 1889), organizada por F. J. de Santana Nery com a colaboração de outros escritores brasileiros e publicada sobre os auspícios do Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris. Aproveitaram-se todas as emendas feitas pelo Barão do Rio Branco no exemplar dedicado a Joaquim Nabuco, hoje pertencente à Biblioteca do Itamaraty. O texto publicado nesta edição foi traduzido pelo embaixador Sérgio F. G. Bath, e originalmente publicado pela FUNAG/IPRI em 1992. O terceiro, *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, saiu pela primeira vez nos "A Pedidos" do *Jornal do Commercio* de 12 de maio de 1906 sob o pseudônimo de J. Penn. Os originais encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. *Os Apontamentos para a História Militar do Brasil*, anteriormente publicados na Revista Americana (ano VI, outubro e novembro de 1916,nºs 1 e 2), foram aqui reproduzidos conforme o texto original que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Introdução – Rio Branco: o homem, o diplomata, o historiador, 11
Embaixador Sérgio F. G. Bath

Episódios da Guerra do Prata, 21

Esboço da História do Brasil, 37

O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo, 125

Apontamentos para a História Militar do Brasil, 143

Índice Onomástico e Toponímico, 183

Rio Branco: o homem, o diplomata, o historiador

Embaixador Sérgio F. G. Bath

As duas biografias clássicas de Rio Branco são as de Álvaro Lins e de Luis Viana Filho. Trabalhos competentes, mas que não aprofundam alguns aspectos da sua vida pública, como a quase candidatura à Presidência da República, em 1909, na sucessão de Afonso Pena, ou as relações com Rui Barbosa, que o embaixador Carlos Henrique Cardim esclareceu em *A raiz das coisas* (Civilização Brasileira, 2007). Somos atraídos por alguns aspectos do homem Juca Paranhos – José Maria da Silva Paranhos Júnior –, como seu relacionamento com Marie Stevens, esposa de toda a vida, artista do Alcazar com quem se casou e que lhe deu cinco filhos.

Quando nos aproximamos de uma grande figura, somos tomados por vezes de um certo desapontamento. Afinal, as grandes personalidades da história são homens e mulheres, seres humanos como nós, e para não ver certos aspectos menos atraentes da sua personalidade é preciso tomar distância. Sua grandeza está quase sempre tingida de fraquezas, que às vezes parecem relacionar-se com o que, para o comum dos mortais, seriam defeitos graves de caráter. Não é o que acontece com José Maria da Silva Paranhos. Ele nos inspira respeito mas também simpatia, pelo desprendimento, pela clareza de propósitos, pela dedicação a uma causa, à qual serviu com lealdade. A respeito do nosso barão, podemos falar de patriotismo autêntico. Sua malícia, suas astúcias são instrumentais: meios

para alcançar objetivos legítimos e honrados, no mundo da política interna e internacional, que exige antes de mais nada uma conduta realista. E Rio Branco era um realista que trabalhava por ideais.

Por outro lado, sua vida sugere um grande desígnio, que misteriosamente o guiasse: outro ponto de empatia do leitor dessa biografia com o homem estudado. Quando refletimos sobre o passado, temos às vezes a sensação de um enredo que se desdobra logicamente, com causas e consequências inesperadas, em que o arbítrio da vontade é ilusório e as circunstâncias desempenham um papel certeiro, que só tardiamente cremos reconhecer. No caso de Rio Branco, essa tessitura é notável.

Neste início do século XXI, ainda podemos sentir a presença de Rio Branco na história diplomática do país. E não apenas porque o Itamaraty é conhecido como a Casa de Rio Branco, e os diplomatas são formados pela escola que tem o seu nome. A influência do barão no nosso passado diplomático, e portanto sua participação no nosso presente, devem-se a dois fatores fundamentais:

i) a consolidação das nossas fronteiras, de que foi o grande autor;
ii) o prestígio que a sua pessoa e sua atividade profissional trouxeram à diplomacia brasileira, resultando na "carta branca" concedida durante algumas décadas ao Itamaraty.

Rio Branco nasceu em 20 de abril de 1845 em família tradicional da aristocracia intelectual e política, mas sem riqueza, e faleceu em 10 de fevereiro de 1912, no seu gabinete de trabalho do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Ao longo de toda uma década foi, chanceler de quatro presidentes: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1912).

Seu pai e homônimo, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, teve um papel de grande importância na política e na diplomacia do Império, havendo por quatro vezes dirigido o Itamaraty. Foi quem despertou no filho o interesse pela coisa pública, e o iniciou no trabalho diplomático, levando-o como secretário numa missão diplomática no Prata (1870).

O jovem Rio Branco formou-se em Direito, tendo estudado em São Paulo e concluído o curso na Faculdade de Direito de Recife, em

1866. Cedo revelou interesse pelo estudo da história, que desabrocharia plenamente na maturidade.

Depois de formado, tentou sem êxito algumas profissões: professor, jornalista, advogado. Graças à influência do pai, foi deputado em duas legislaturas. Membro do Instituto Histórico, conheceu de perto o imperador Pedro II, que devia ter dúvidas sobre o caráter daquele jovem, reputado pela imagem, bastante exagerada, de tendência à boemia.

Em 1876, durante uma ausência do imperador, que viajara à Europa, foi nomeado pela regente, princesa Isabel, cônsul-geral em Liverpool. Na época, uma posição importante, pois essa cidade, um dos maiores portos europeus, era o principal vínculo do nosso comércio com a Europa. Liverpool recebia o café, principal produto exportado, e ali embarcavam as manufaturas importadas de vários países europeus.

Subordinados ao Consulado-Geral havia vários vice-consulados. O movimento da repartição era intenso, pois na época a burocracia consular era mais ampla, abrangendo a legalização de faturas e da documentação dos navios. Com o advento da República, foi incumbido de superintender o controle da emigração para o Brasil.

Para livrar a família do clima cinzento e triste daquela região da Inglaterra, Rio Branco instalou a família em Paris, distante 14 horas do posto, em viagem de trem e *ferry*. No livro que escreveu em 1970 sobre Rio Branco em Liverpool (*Rio Branco em Liverpool,1876-1896)*, edição do Ministério das Relações Exteriores, o conselheiro Flávio Mendes de Oliveira Castro dissipa a impressão de que ele passaria pouco tempo na sua repartição. Na verdade, Rio Branco nunca permanecia muito tempo fora do posto e mesmo quando estava em Paris com a família trabalhava sem cessar, preparando relatórios e examinando documentos, de forma desordenada mas intensa, como era do seu estilo.

No entanto, na Inglaterra e na França, Rio Branco pesquisava incansavelmente arquivos e antiquários, adquirindo livros e mapas sobre a formação do Brasil. Aos poucos, formou uma excelente biblioteca especializada, à qual recorreria para compreender a formação das nossas fronteiras.

Em 1893, recebeu convite para atuar como advogado do Brasil na arbitragem da questão de Palmas, com a Argentina, submetida ao presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos. A oportunidade desse convite inesperado ilustra dois conceitos de Maquiavel, combinando

perfeitamente a *virtù* com a fortuna. O súbito falecimento do diplomata incumbido originalmente daquela missão, o barão Aguiar de Andrada (que havia negociado a questão com os argentinos em 1876 e 1877), obrigou o Itamaraty a encontrar às pressas um substituto à altura, e o nome de Rio Branco foi lembrado como estudioso da história das fronteiras.

Nomeado, Rio Branco viajou diretamente para os Estados Unidos. Apresentou-se em Washington às autoridades americanas, mas preferiu basear-se em Nova York, onde preparou o memorial brasileiro, que hoje podemos apreciar nas suas *Obras*: uma apresentação exaustiva das razões do Brasil, que nos garantiu a decisão favorável por parte do presidente Cleveland.

O advogado argentino era Estanislau Zeballos, que na capital americana desenvolveu intensa atividade social e política. A vida de Zeballos mostra um estranho entrelaçamento com a de Rio Branco. Por coincidência, ele também tinha sido escolhido para a mesma missão em função do falecimento do advogado titular da Argentina, Nicolás Calvo.

Vale lembrar três momentos importantes desse estranho relacionamento, três encontros dramáticos. O primeiro, em 1875, quando Rio Branco tinha 30 anos, e Zeballos, apenas 21. Os dois escreviam para jornais: um no Rio de Janeiro (*A Nação*), o outro em Buenos Aires (*El Nacional*). Ora, o ministro argentino no Rio, Carlos Tejedor, deixara seu posto sem se despedir do imperador, o que provocou críticas. Conciliador, Rio Branco publicou um artigo explicando que não tinha havido uma ofensa ao governo brasileiro, mas apenas uma *gaucherie* – um gesto canhestro, desajeitado – por parte de Tejedor. Zeballos não entende a palavra usada por Rio Branco e a confunde com o espanhol *gaucheria*, isto é, "gauchada", usada depreciativamente. Publica um artigo irritado, o que levou Rio Branco, dias depois, a recomendar-lhe o aprendizado da língua francesa para evitar equívocos como aquele.

O segundo encontro foi o de Washington, quando Zeballos procurou insinuar-se simpaticamente na sociedade local, visitando congressistas, funcionários importantes, jornalistas. Já Rio Branco, percebendo que entre Brasil e Argentina, dois países importantes, o laudo norte-americano não poderia deixar de premiar a argumentação mais sólida, refugia-se em Nova York, onde prepara e fiscaliza a impressão da sua magistral *Memória*. É fácil imaginar a decepção de Zeballos com o resultado favorável ao Brasil.

O terceiro encontro aconteceu mais tarde, em 1908, quando Rio Branco era chanceler, e Zeballos deixava a direção da Chancelaria argentina. Trata-se do caso do famoso telegrama cifrado nº 9, enviado pelo Itamaraty à legação do Brasil em Santiago. Zeballos, que desconfiava da aproximação entre o Brasil e o Chile, alegava que esse telegrama continha intrigas contra o seu país. A resposta de Rio Branco foi divulgar pela imprensa a cifra utilizada pela Chancelaria brasileira (inutilizando-a, portanto) e a decifração correta, que revelou o sentido da mensagem e provou ter havido uma alteração do texto autêntico.

A vitória de Rio Branco no arbitramento de Palmas deu-lhe fama imediata, tendo sido designado para resolver outra importante questão de limites, a do Amapá, área disputada pela França. O árbitro foi o Conselho Federal Suíço – o Poder Executivo daquele país. Em dois artigos publicados na revista da *Associação dos Diplomatas Brasileiros* (21 e 22, ano III) o embaixador Affonso José Santos conta as atividades do barão em Berna.

Esta segunda vitória de Rio Branco aumentou ainda mais o seu prestígio e popularidade. Foi transferido de Liverpool para Berlim, como ministro na Alemanha, mas não tardaria a voltar para o Brasil a fim de assumir a chefia do Itamaraty, convidado pelo presidente Rodrigues Alves.

Como chanceler, cargo que aceitou com relutância, pois preferia continuar vivendo com a família fora do Brasil, Rio Branco conduziu a negociação e a solução de outras questões de limites: a do Acre, com a Bolívia, mediante o Tratado de Petrópolis de 1903; a da Guiana, com a Grã-Bretanha, arbitrada pelo rei da Itália, na qual Joaquim Nabuco foi nosso advogado, obtendo vitória apenas parcial para o Brasil; com o Uruguai, onde percebeu a importância de agir com equidade e foi aclamado.

Como responsável pela diplomacia brasileira, Rio Branco investiu na reforma e expansão do Itamaraty e, para isso, mobilizou seu prestígio pessoal. Servia-se também da imprensa e recorria aos jornais quando precisava difundir uma ideia de forma não oficial.

Hoje, quase todos os nossos vizinhos têm disputas fronteiriças; com limites muito mais extensos, tocando 10 países, o Brasil goza de uma situação tranquila. A dúvida que havia sobre uma pequena área da fronteira com o Paraguai foi literalmente "submergida" pelo lago artificial

da represa de Itaipu. Com suas atividades, fazendeiros e garimpeiros às vezes ultrapassam as fronteiras, mas isso nunca obstrui o reconhecimento e a aceitação dos marcos fronteiriços.

Outra contribuição de Rio Branco, que citei inicialmente, foi a transferência para a diplomacia brasileira do enorme prestígio pessoal desse herói nacional unânime, na primeira década do século XX. Seu nome tornou-se caro não só às elites intelectuais e políticas, mas também aos habitantes das grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, onde era saudado por onde passava. Escrevendo sobre sua visita ao Brasil Clemenceau diria: "*Le Baron – c'est ainsi qu'on le designe – jouit d'une autorité souveraine en matière de politique extérieure.*"*

Nas palavras de Álvaro Lins, a posição de Rio Branco no sentimento popular era, sobretudo, "(...) o espetáculo de identificação de um povo com um homem... uma corrente misteriosa de ligação". Com Rio Branco, os brasileiros exprimiam "o anseio de vitória, de expansão, de glória de um povo jovem. E o barão revelou toda a medida da consciência desse papel histórico quando se despersonalizou na sua obra, quando renunciou à vida pessoal ou de partido para se integrar de todo na vida nacional até se confundir com ela."

Dois descendentes do barão integraram a diplomacia brasileira, tendo chegado à classe de embaixador: Miguel Paulo José da Silva Paranhos do Rio Branco, nascido em 1917, e João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, em 1922, ambos já falecidos. Vale lembrar que o primeiro é o pai do artista plástico, fotógrafo e cineasta Miguel Rio Branco. Por último, um dos filhos do barão – Paulo (1876-1927) – que viveu e morreu na França atuou como médico no *front* da Primeira Guerra Mundial e notabilizou-se nesse país como jogador de *rugby*.

O Esboço da História do Brasil e a Exposição Universal de Paris, de 1890

As Exposições Universais ganharam ímpeto com a famosa Grande Exposição do Palácio de Cristal, realizada no Hyde Park, em Londres, em 1851 – há 160 anos. Desde 1928, com base em uma convenção internacional, a Oficina Internacional de Exposições passou a credenciar

* "O barão – é como o designam – goza de autoridade soberana em matéria de política exterior".

esses importantes eventos, o último deles realizado em Xangai, na China, em 2010. Estão previstos os de Yeosu, na Coréia do Sul, em 2012, e de Milão, na Itália, em 2015.

A Exposição Universal de Paris, de 1889, foi um grande êxito de público, financeiro e de organização, tendo recebido mais de 30 milhões de visitantes, entre maio e outubro, e produzido lucro de 20% sobre o capital investido. Ocupava uma área de quase 1 km^2, no centro da cidade, e entre suas atrações mais importantes estava a torre Eiffel, inaugurada naquela ocasião. Havia também a chamada *Galerie des Machines*, testemunha do progresso tecnológico, e a exibição do diamante Jacob, um dos maiores do mundo.

A exposição pretendia comemorar o centenário da Revolução Francesa (o povo parisiense invadiu a bastilha em 14 de julho de 1789), e não deve ser confundida com a Exposição Universal de 1900, que entre abril e novembro daquele ano saudou o fim do século XIX e comemorou com grande otimismo a próxima chegada do século XX.

Preparar uma informação geral sobre o Brasil, a propósito da Exposição Universal, era uma ideia oportuna, que gerou *Le Brésil en 1889*. Apaixonado pelo seu país – paixão que a longa vivência no exterior só fez aumentar (*ubique patria memor* – "em toda parte a lembrança da pátria") –, conhecedor da nossa história, Rio Branco procurou resumi-la em 128 páginas no quinto capítulo desse livro comemorativo.

Embora se tenha norteado pela síntese necessária, de certo modo foi traído pelo seu profundo conhecimento do assunto. Nas numerosas notas e até mesmo no texto principal, somos surpreendidos por minúcias. Por exemplo, quando registra que o segundo desembarque holandês em Recife e Olinda foi feito com 61 navios e 7.300 homens. Ou quando mostra que em 1834, no debate parlamentar sobre a autonomia das províncias, constituiu-se uma maioria conservadora de 62 votos contra 25, citando alguns dos deputados envolvidos.

São informações que excedem o âmbito de uma mera *esquisse* (um esboço ou resumo), mas que o autor fez questão de utilizar, dada a abrangência dos dados que tinha reunido sobre o assunto.

Note-se também que, em 1889, ano da proclamação da república, esse monarquista de coração registra o importante papel desempenhado por Pedro II, sem entrar nos méritos ou defeitos da organização política

do país. Como também não exalta a participação do pai, que foi tão importante na vida política do Império.

Terá sido Rio Branco um grande historiador? Ao lado da sua clara tendência para a micro-história, do gosto pelo detalhe, talvez lhe faltasse a vocação para extrair dos acontecimentos o sentido histórico mais amplo. Por isso, ao prefaciar uma edição deste mesmo texto, *Estudos Históricos,* em 1992, Celso Lafer preferiu responder a esta pergunta dizendo apenas que Rio Branco foi "um grande conhecedor da História do Brasil, que não escreveu a obra que poderia ter escrito".

O interesse pela história transformou Rio Branco de funcionário consular e colecionador de livros e documentos antigos em negociador diplomático e, dado os seus êxitos iniciais, em chanceler e herói nacional. Sua biografia mostra o longo preparo para a defesa das nossas fronteiras, como se houvesse uma relação necessária entre a experiência premonitória do jornalista e bibliófilo e o seu emprego na luta exitosa pela consolidação das fronteiras.

Morto o barão, em 1912, Oliveira Lima, que não costumava elogiá-lo, reconheceu em um artigo que Rio Branco iniciou como erudito e pôde concluir como chanceler sua grande obra, a fixação das fronteiras da pátria. Legado inestimável que deixou para os brasileiros das gerações seguintes.

A Guerra do Prata, o Monroísmo e a História Militar do Brasil

I

Dos três outros ensaios reunidos neste volume, *Episódios da Guerra do Prata* relata acontecimentos de 1826 – brevemente, em poucas páginas, mas com o detalhismo característico do estilo de Rio Branco. São dois fragmentos, um sobre as primeiras hostilidades navais, o segundo, intitulado "Defesa da Praça da Colônia em 1826", sobre a defesa inicial da nossa Província Cisplatina pelas tropas e navios do Brasil. Nenhum deles focaliza as razões históricas do conflito, ou procura historiar a guerra, que se estenderia por mais de dois anos.

No entanto, o parágrafo inicial do documento registra a importância do conflito: "Um dos sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi,

indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar."

Essa guerra com o que viria a ser a Argentina foi uma herança da disputa tradicional entre Portugal e Espanha pelo acesso ao rio da Prata e à região circunvizinha. Na verdade, o tempo mostraria que a vocação brasileira era limitar sua expansão meridional ao Rio Grande do Sul, que sempre quisemos nosso, enquanto a da argentina era manter o controle sobre o ingresso no rio da Prata. Iniciada em 1826, a guerra terminou em 1828 com mediação inglesa e francesa. Seu resultado mais importante foi a criação da República Oriental do Uruguai, país pequeno, de cultura hispânica, que sinalizaria o limite geográfico para a presença brasileira, criando uma cortina de neutralidade entre o Império e o Estado em formação pelos republicanos argentinos.

II

Na sua época, o Brasil – Estado que descendia de Portugal – tendia a atribuir mais importância à Europa (em especial Inglaterra e França) do que aos Estados Unidos; mas, ao assumir a Chancelaria, Rio Branco sabia que a bússola do poder econômico e político mundial apontava agora para Nova York e Washington. É notável que, tendo residido mais de 20 anos na Europa, onde criou os filhos, e sendo preferentemente francófono, ele tenha percebido tão claramente essa mudança. Passou assim, realisticamente, a privilegiar as relações com os Estados Unidos, país para o qual designaria mais tarde nosso primeiro embaixador (era habitual manter um ministro plenipotenciário nas capitais importantes).

Seu ensaio sobre o Monroísmo começa criticando os que não entendiam "as manifestações de recíproco apreço e amizade" entre os dois países. Recua, assim, a José Bonifácio, na época de dom Pedro I como regente, para caracterizar a expectativa governamental do bom relacionamento com os Estados Unidos. Retifica a informação de que o governo de Washington teria tardado a reconhecer a Independência brasileira, veiculada pelo antirrepublicano Eduardo Prado (1860-1901), autor de *A Ilusão Americana* (1893), que prefere não citar nominalmente, talvez porque tinha sido colega na autoria de *Le Brésil en 1889*, redator de dois capítulos do livro.

Em seguida, mostra a aparente compatibilidade entre a doutrina anunciada pelo presidente James Monroe em dezembro de 1823, e as instruções enviadas ao primeiro encarregado de negócios brasileiro em Washington, em janeiro de 1824, que mencionam uma possível "liga ofensiva e defensiva (...) como parte do continente americano", baseada "no princípio geral da conveniência mútua". Em 1825, lembra Rio Branco, o governo imperial insistia na ideia de um "Tratado de Aliança Defensiva ou Ofensiva, no caso de ataque", visando, naturalmente, conter a reação das monarquias europeias contra a Independência brasileira.

Rio Branco conclui o ensaio, inspirado claramente na sua vitoriosa experiência de advogado do Brasil junto ao governo de Washington, na questão da arbitragem do território de Palmas, lembrando que as várias tentativas de intriga contra os interesses brasileiros, levadas ao governo norte-americano, "encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".

III

Em muitas oportunidades, Rio Branco revelou interesse pelos temas militares, e sua grande familiaridade com esses assuntos. Os *Apontamentos para a História Militar do Brasil* são um rascunho, dividido em duas partes: *Primeiras lutas no Brasil* e *Guerras Cisplatinas*. Na margem da primeira, anotou: "São apontamentos para servirem à redação. Devo resumir muito tudo isto, pois há muita coisa que nenhuma relação tem com o assunto." E na segunda: "Tudo isto tem de ser modificado à vista dos novos documentos que encontrei em Paris (correspondência inédita de dom Diogo de Sousa)." Com efeito, o texto está longe da redação definitiva, que nunca foi feita, e o amor ao detalhe volta a imperar, com registros minuciosos.

O conjunto compreende 37 páginas, ao pé das quais podemos contar 96 notas, numeradas sucessivamente. O leitor que não tenha especial interesse pelo tema não as lerá com prazer, mas o pesquisador vai encontrar ali um tesouro de minúcias, contribuições para uma extensa História Militar do Brasil, cobrindo toda a história do país, da descoberta à Independência.

EPISÓDIOS DA GUERRA DO PRATA

(APONTAMENTOS HISTÓRICOS)
(1825-1828)

Um dos sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi, indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar.

A derrota dos imperiais em Sarandi fez com que o governo argentino, que às escâncaras protegia a insurreição da Cisplatina, deixasse cair a máscara, enviando ao nosso ministro de Estrangeiros a nota de 4 de novembro de 1825, em que declarava que o Congresso reconhecia esse território incorporado de fato à República e que *os exércitos desta iam expulsar das praças de Montevidéu e da Colônia do Sacramento as tropas brasileiras.*

O governo imperial cumpriu o seu dever levantando a luva e aceitando a guerra. Não podia deixar de assim proceder, sem embargo da opinião em contrário dos oposicionistas de então, que combatiam sistematicamente a administração e que nem em questões dessa ordem, nas quais devem se calar as paixões políticas, quiseram agrupar-se em torno do governo.[1]

---

[1] Ver *O Diário da Câmara dos Deputados*, primeira e segunda sessões da primeira legislatura. Ainda hoje não amorteceram os ódios políticos; ainda se acusa a dom Pedro I por ter sustentado os brios da nação, não consentindo que as agressões do governo de Buenos Aires ficassem impunes. Queriam esses patriotas que o Brasil se humilhasse diante da ameaça feita pelos nossos vizinhos na sua nota de 4 de novembro!

Cheia de sucessos importantes, essa luta não tem merecido dos homens que se aplicam ao estudo da história pátria, a mínima atenção – e as peripécias desse drama de três anos jazem ainda ocultas e ignoradas. Até hoje nenhum brasileiro se deu ao trabalho de relatar com minuciosidade todos os fatos que se deram nessa época nos campos do Sul e nas águas do Prata; ao passo que os nossos vizinhos têm lido com avidez e interesse um sem-número de escritos, em que se desfigura inteiramente a verdade histórica, e faz-se acreditar que as nossas forças se cobriram de ignomínia, e que os soldados da República só colheram louros. "Herdeira da fanfarronice espanhola", diz E. de Monglave,[2] "a República Argentina se deleitou constantemente em exagerar seus triunfos. O que é certo é que, mais de uma vez, o *Te Deum* foi cantado nos dois exércitos americanos."

Alguns trabalhos parciais têm aparecido entre nós, é certo; mas, se eles lançaram luz sobre alguns pontos dessa guerra, o seu aparecimento só serviu para mostrar-nos ainda mais a necessidade de escritos mais completos, que abrangessem toda a guerra.

Não vamos, nem temos a pretensão de escrever uma história: além de não caber nos estreitos limites de um artigo, apresenta-se, ainda mesmo resumidamente, uma narrativa desses sucessos – não nos sobram, para uma tarefa dessa ordem, nem tempo, nem forças. Queremos, apenas, coordenando os nossos apontamentos, descrever os mais importantes entre esses sucessos e tornar conhecidas algumas das mais belas páginas de nossa história; queremos tão somente retificar alguns fatos, tão adulterados pelos articulistas e escrevinhadores do rio da Prata. Talvez algum dia, com mais vagar e mais cuidado, daremos a lume uma história circunstanciada da guerra de 1825 a 1826, trabalho que, se tiver algum merecimento, será em função apenas da importância do assunto.

Primeiras Operações Navais do Prata – Combate Naval de Corales a 9 de fevereiro de 1826. Declarada a guerra, viu-se o governo argentino em circunstâncias bem críticas e difíceis. A esquadra imperial ameaçava de grandes danos, com o bloqueio dos portos da República, o seu comércio, e o governo não tinham forças navais suficientes para fazer frente a ela e para impedir isso.

[2] *Correspondance de D. Pedro I,* etc. Paris, 1827.

Todos os reforços de que podia dispor empregou-os o presidente Bernardino Rivadavia em aumentar a esquadrilha republicana. Faltam-lhe navios, comprou-os à marinha mercante e armou-os em guerra;[3] não tinha marinheiros, mas tripulou repetidamente essas embarcações com estrangeiros afeitos à vida do mar e deu-lhes por chefes hábeis oficiais ingleses. Para comandar a esquadra, foi nomeado o bravo e audaz coronel-mayor[4] Guilherme Brown, que já se havia coberto de louros na guerra da independência com a Espanha.

Logo que em Montevidéu chegou a notícia do rompimento da paz entre o Império e a República de Buenos Aires, o vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lôbo, comandante em chefe da esquadra imperial, seguindo as instruções que recebera da corte, publicou o seu *Manifesto*, declarando em estado de bloqueio todos os portos do rio da Prata que pertencessem ao inimigo, ou que estivessem em seu poder.[5]

Um dos primeiros cuidados de Lôbo, de acordo com o tenente-general Maggessi, barão de Vila Bela, foi o de fortificar a ilha de Martín García. Situado na confluência do Uruguai e do Paraná, esse penhasco deserto domina pela sua posição a entrada de ambos. Nas águas do primeiro

---

[3] Assim, em janeiro, foram armados os navios mercantes *Upton*, *Mohawk* e *Grace Ann*, que tomaram os nomes de *República*, *Congresso* e *Sarandi*. O Comércio de Lima, de 350 toneladas, tomou o nome de 25 de Mayo. Ao Chile foi enviado o coronel Ventura Vásquez, para aí comprar navios de alto bordo. Esse infeliz oficial voltava já de sua comissão com a fragata Buenos Aires e as corvetas *Montevideo* e *Chacabuco*, quando um temporal o apanhou na altura do cabo de Horn; o último desses navios chegou ao rio Negro muito avariado, porém, dos dois primeiros nunca mais se houve notícia (ver *Apuntes biográficos del coronel D. V. Vásquez, por su hermano Santiago V*). No exemplar de sua propriedade, existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, anotou o Barão do Rio Branco posteriormente: "Não há tal. A *Montevideo* arribou ao Chile tão estragada que apenas se pôde aproveitar a artilharia, as madeiras etc."

[4] Posto equivalente ao de chefe de divisão na nossa Armada.

[5] Este Manifesto foi publicado a 21 de dezembro; nele, se concedia o prazo de duas semanas para a saída dos navios mercantes neutros, findo o qual deveriam sair em lastro e ficariam sujeitos ao registro da esquadra. Por uma ordem posterior, estendeu-se esse prazo até o dia 13 de fevereiro, em atenção às reclamações dos consulados estrangeiros. A esta nota fez, posteriormente, o Barão do Rio Branco o seguinte acréscimo, de próprio punho: "Bloqueio. O ofício do ministro da Marinha de 17 de dezembro de 1825 determinou o modo por que devia proceder o almirante para com os navios neutros. No passaporte de cada um tem (de) mandar pôr nas costas a nota seguinte: 'Esta embarcação foi registrada pela embarcação tal da esquadra que fez o bloqueio de Buenos Aires, e foi advertida que não deve entrar em porto algum daquela República; e, se depois deste for encontrada pretendendo entrar em qualquer dos portos acima ditos, será aprisionada. Data e assinatura do comandante.'"

deles, tínhamos uma flotilha, ao mando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira,[6] destinada a interceptar as comunicações entre a Cisplatina e a província argentina de Entre Rios. A posse de Martín García era, pois, indispensável para que esses navios não ficassem separados do grosso das nossas forças navais, caso o inimigo a ocupasse. Assim, a 8 de janeiro, Rodrigo Lôbo conduziu para ela o batalhão nº 9 de infantaria,[7] pertencente à guarnição de Montevidéu, o qual levou consigo todas as suas paramentas (duas caronadas, um obus e quatro peças de artilharia)[8] e ativou com a sua presença os trabalho de fortificação, que foram feitos ligeiramente e com a maior rapidez.

Concluídos que foram e, tomadas algumas providências em Montevidéu, dirigiu-se a bordo da corveta *Liberal* a Buenos Aires, para estreitar o bloqueio desse porto, onde, apesar dos nossos cruzadores, tinham entrado alguns navios estrangeiros.[9] Acompanhavam-no Brown,

---

[6] Esse distinto oficial faleceu no posto de chefe de divisão. Devemos a ele as importantes Memórias e reflexões sobre o rio da Prata, por um oficial da marinha brasileira. Desse interessante escrito, que começa em 1813, só uma pequena parte viu a luz; a sua publicação foi desgraçadamente interrompida, e sobre a presente guerra nada foi impresso. O senhor Andrés Lamas traduziu a parte dessas Memórias, publicada na corte, e incorporou-a a sua *Collección de Memorias y Documentos para la Historia y la Geografia de los pueblos de el Rio de la Plata*, tomo I.

[7] No exemplar anotado existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, o Barão do Rio Branco substituiu este trecho pelo seguinte: "No dia 8 saíram de Montevidéu duas embarcações com tropa (um destacamento que o general pôs à disposição do almirante), outro com mantimentos e a escuna *Maria da Glória*, que as comboiou."

[8] Ofício do barão de Vila Bela ao ministro da Guerra.

[9] Ofício nº 64 de 16 de janeiro. Saiu de Montevidéu no dia 8 com a *Liberal* e a escuna *D. Paula*, incorporando-se aos navios que andavam cruzando. No dia 9, uniram-se a Lôbo os brigues *29 de Agosto* e *Rio da Prata*, e as embarcações que andavam cruzando. Passando em frente à Enseada no dia 13 apresamos uma balandra argentina. No dia 14, pela manhã, chegamos a Buenos Aires. Estavam de vela dois brigues e cinco canhoneiras, que viraram de bordo, retirando-se. "Pouco depois se lhe reuniram mais duas canhoneiras, dois brigues e três lanchões e começaram a navegar no bordo de leste em direção à esquadra do meu comando, indo eu no bordo de O. com vento S.S.O., e achando-se em três braças d'água afogadas, com vento quase calmo, virei no bordo de leste a fim de procurar mais fundo, com uma pequena aragem de N.N.O., achando-se as embarcações do meu comando umas próximas das outras, e com diferentes ventos. Logo que o vento se declarou pelo S.S.O , vindo logo fundo, virei no bordo do oeste em retirada, e se foi por em menos de duas braças d'água, onde não podíamos chegar, o que muito me contraiu, pois a não ser a calma e pouca água do rio de certo teria havido combate. (...) As 12 canhoneiras todas montam artilharia de 24 e, por isso, não me animo, nem devo mandar atacar a esquadra inimiga pelas duas únicas embarcações que podem chegar àquele lugar".

as corvetas Itaparica e Maceió e alguns brigues e escunas. Às 8h do dia 14 de janeiro, a esquadra inimiga fundeada em frente dessa cidade avistou a nossa divisão naval. O almirante Brown havia, na véspera, assumido o comando dos navios hostis, içando o seu pavilhão a bordo do brigue *Balcarce*.

Por muitos dias, observaram-se as duas esquadras, sem que alguma circunstância importante ocorresse. O inimigo, amparado pelos bancos, que se levantam em frente ao porto da capital e que impedem a aproximação dos grandes navios, preparava-se para oferecer-nos combate na ocasião mais oportuna. A 21 de janeiro houve algum movimento, mas tudo se passou sem um tiro. Avistando nesse dia o almirante argentino, a quatro milhas S.E. de sua linha, um pequeno navio nosso, encaminhou-se a ele com o *Balcarce*, sendo logo seguido pelo *Belgrano* e por sete canhoneiras.[10]

Era a barca canhoneira *Araçatuba* (uma peça de bronze, calibre 24, e uma caronada, calibre 6), que vinha de Martín García a reunir-se com a nossa divisão, fundeada à vista de Buenos Aires. Diante de forças tão superiores, rendeu-se essa embarcação, e Lôbo, que se achava a grande distância, velejou em busca do inimigo, que se refugiou profundamente no porto, colocando-se a salvo atrás dos bancos e recusando o combate que lhe era oferecido.[11]

Assim correram as coisas até o dia 9 de fevereiro.[12] Na manhã desse dia, a esquadra inimiga pôs-se em movimento e deixou o seu ancoradouro, resolvida a bater-se com a divisão de bloqueio. Compunha-se dos seguintes vasos: corveta *25 de Mayo* (em que ia o almirante) com 36 bocas de fogo; brigues *Belgrano, Congreso e República*, com 18 bocas de fogo cada um, e *Balcarce* com 14; escuna *Sarandi* com nove; transporte *Pepa* e 12 canhoneiras. Ao todo 19 velas.

---

[10] Comunicou-se ao almirante em 24 de dezembro que o chefe de divisão Nunes devia voltar à corte, para ser empregado em nova comissão. Foi nomeado no lugar de J. de Brito. Este chegou no dia 2 de fevereiro com o brigue Caboclo e as escunas *Alcântara* e *Itaparica.*

[11] Ver *Coleção de peças justificativas concernentes à defesa que o vice-almirante R. Lôbo, ex-comandante da esquadra do rio da Prata, apresentou no Conselho de Guerra e na Superior Instância de Justiça* etc. Rio de Janeiro, 1827; e a descrição publicada no Mensageiro Argentino e Correio Nacional de Buenos Aires.

[12] No dia 23, o visconde da Laguna participou a Lôbo que, segundo cartas que recebera, a esquadra argentina tencionava surpreender a nossa. Lôbo mandou buscar dois dos navios que estacionavam em Martín García e dois do Uruguai. "Assim mesmo não são forças suficientes se o governo de Buenos Aires embarcar toda a gente que tiver presa e quiser fazer um ataque desesperado."

Logo que percebeu isso, o almirante Lôbo começou a singrar para o sul, afastando-se dos bancos e procurando ganhar barlavento ao inimigo, o que conseguiu às 14h, colhendo assim a vantagem de ficar livre de 13 peças de calibre 24 e 18, que montavam as canhoneiras inimigas e que só faziam fogo na direção da quilha.[13] Virou então e deitou em cheio sobre o inimigo.

As três corvetas se achavam em linha, com amura a estibordo; a *Liberal* ia na vanguarda[14] e, nas suas águas, navegavam a *Itaparica*[15] e a *Maceió*, a curtas distâncias. Os argentinos, que se achavam na outra amura, viraram, ficando também em linha. No centro, ficou a *25 de Mayo*, tendo na vanguarda dois brigues e pela popa a *Sarandi* e um outro brigue. O *Balcarce* e as canhoneiras conservaram-se a grande distância e fora de combate.

Em distância conveniente, as nossas corvetas meteram-se de ló na mesma amura, ficando a *Liberal* no centro, a *Itaparica* pela sua alheta de sotavento e a *Maceió* na proa. Nesse momento, chegou o brigue-escuna *Januária*, que colocou-se na alheta de barlavento desta última.

Às 14h30, a *Liberal* deu o primeiro tiro e rompeu-se o fogo em toda a linha.[16] O almirante inimigo fez convergir todos os fogos dos seus navios sobre essa corveta, mas o chefe de divisão Diogo Jorge de Brito, que se achava na *Itaparica*¸ com o fim de distraí-los, avançou a ponto de pôr-se quase atravessado na proa de *25 de Mayo*. A *Maceió* e a *Januária*[17] soltaram as suas bandas sobre um dos brigues inimigos que ficava na retaguarda da sua linha e que fez ao largo imediatamente. Os outros navios inimigos, à exceção da corveta, abandonaram os seus postos e puseram-se todos a sota-vento, fora do combate. A *Maceió* deitou então em cheio e colocou-se

[13] A descrição que aqui fazemos do combate de 9 de fevereiro é escrita à vista dos seguintes documentos: ofício nº 76 do Comando da Esquadra I ao ministro da Marinha; parte do almirante Brown ao comandante-geral da Marinha, coronel-mayor D. J. M. Zapiola; *Coleção de peças justificativas* etc.; Artigos da *Gaceta Mercantil*, do *Mensagero Argentino* e do *Correo Nacional* de Buenos Aires; descrição publicada no *Diário Fluminense;* carta de um oficial de marinha brasileiro *(da Itaparica*) ao redator do *Verdadeiro Liberal* (no 7, de 16 de março); carta de um oficial da corveta *Maceió* ao redator do *Spectador*; e finalmente a narração publicada no no 34 de *Astréa*, que atribuímos ao próprio R. Lôbo, e cuja leitura ele recomenda na sua Defesa.

[14] Com a bandeira do almirante Lôbo.

[15] Com a insígnia do chefe Brito.

[16] Os navios que mais perto estiveram do combate foram a corveta *Liberal* (que perdeu com o primeiro tiro de bala o mastaréu da gata), a *Itaparica* e, junto a esta, o brigue *Caboclo* e a barca *Leal Paulistana.*

[17] Na *Januária*, servia como guarda-marinha o barão do Amazonas.

a sota-vento da *25 de Mayo*. Este navio resistiu só ao fogo das três corvetas brasileiras, mas vendo-se abandonado pelos outros, teve de desistir do combate. Às 16h, Brown fez carregar o leme a estibordo e foi reunir-se a eles, sendo seguido pelos nossos.

Os inimigos fugiam precipitadamente, e as canhoneiras, não se contendo com as velas, lançaram à água os seus remos, mas seis delas e um brigue retardaram-se e ficaram pelo través dos nossos navios, sendo perseguidos com toda a força de vela pela *Maceió* e *Itaparica.*

Querendo dar tempo a que se retirassem pelos baixos essas embarcações, que estavam prestes a cair em nosso poder, o almirante inimigo virou de bordo, na altura da Ponta de Corales, para renovar a ação. Com esse movimento, a corveta *Itaparica* achou-se exatamente no través da capitania inimiga e foi a que rompeu o fogo. A *Maceió*, que estava a estibordo daquela, foi a segunda que entrou em combate, aproximando-se logo a *Liberal*, o brigue *29 de Agosto*, o brigue-escuna *Pará*[18] e outros navios.

O novo combate durou uma hora e, durante ele, lograram escapar-se as canhoneiras. Brown só foi ajudado pelo *Congreso*, os outros fugiram aos primeiros tiros. Às 18h, retirou-se ele precipitadamente, refugiando-se no porto de Buenos Aires, até onde foi perseguido pelos nossos, que não cassaram de incomodá-lo com as peças de proa. Nesta caça, distinguiu-se o *29 de Agosto*, cujo comandante, o bravo capitão-tenente J. Roggers Glidders foi mortalmente ferido.

As nossas perdas foram mui diminutas. Tivemos três homens mortos, entre os quais o comandante do *29 de Agosto* e o mestre do *Januária*, três feridos e dois contusos, sendo um deles o chefe de divisão Brito, segundo-comandante da esquadra, e o segundo-tenente Antônio José de Sousa, da *Itaparica.*

As do inimigo foram muito maiores. Segundo as folhas de Buenos Aires, tiveram 21 homens fora de combate, dos quais seis mortos, ficando a *25 de Mayo* muito avariada, bem como os outros navios, que tiveram de encerrar-se por muitos dias no porto da capital, enquanto reparavam os seus estragos.[19] Dos nossos vasos, só a *Liberal* sofreu alguns danos,

[18] Ver a biografia do conselheiro chefe de esquadra J. J. Ignacio na Galeria dos Brasileiros Ilustres de S. A. Sisson.

[19] A *Gaceta Mercantil* nº 683 de 11 de fevereiro dizia: "Os feridos desembarcaram e estão no hospital. Estão-se fazendo os esforços necessários para se reparar os danos que sofreram

sendo um deles causado por um tiro de 24 da nossa canhoneira *Paulistana*, que alcançou-lhe o mastaréu.

Tal foi o combate de 9 de fevereiro, o primeiro triunfo naval que obtivemos nessa guerra e que profundamente consternou a população de Buenos Aires.[20] O almirante inimigo lançou sobre os comandantes dos seus navios a responsabilidade do revés por que passara o pavilhão argentino.[21]

O almirante Lôbo portou-se galhardamente: ao romper o fogo estava no tombadilho da *Liberal*, donde a instâncias dos seus oficiais se passou para a tolda, percorrendo durante o combate as baterias e animando a guarnição. No entanto, todas as honras dessa vitória foram dadas pelo ministério ao chefe de divisão Brito, que recebeu a dignitária de Cruzeiro.[22]

---

as nossas embarcações, e é de esperar que em breve se acharão em estado de recomeçar as operações contra o inimigo." O inimigo ocultou cuidadosamente as suas perdas, que deveriam ter sido grandes. Em sua parte, o almirante Brown dizia que só perdera um soldado, morto e quatro marinheiros, feridos; mas, três dias depois, dizia o periódico citado: "Tem-se averiguado que o número de mortos e feridos sobe a 12." Esse número foi aumentado mais tarde pela folha oficial, que o levou a 21. "De nossa parte, tivemos seis mortos e 15 feridos, e alguns danos leves" (*Mensagero*, nº 26, de 14 de fevereiro).

[20] Os portenhos esperavam que esse combate fosse decisivo e que corresse muito sangue. Nas folhas da capital, apareceram publicações oficiais recomendando os feridos à caridade da população e pedindo às famílias que enviassem fios a certas boticas, para serem remetidos ao hospital.

[21] "Senhor comandante-geral da Marinha. Com a mais profunda mágoa participo a vossa senhoria o acontecimento de hoje (...) Esta corveta viu-se obrigada a resistir só ao fogo de três corvetas inimigas (...) Porquanto os brigues e a escuna se puseram a sota-vento e fora de combate. Neste (segundo combate) me ajudou o *Congreso* porque ao passar por ele me queixei de seu anterior procedimento (...) Os brigues e escuna tiveram a mesma prudência que antes. A maior desgraça que sinto é não haver tomado algumas embarcações ao inimigo, e isto sucedeu pelo desamparo em que fiquei em ambos os combates. Recomendo em grau heroico ao comandante, oficiais e guarnição desta corveta, ao cirurgião-mor e seu ajudante. Bordo da Capitânia *25 de Mayo*, 9 de fevereiro de 1826, às 20h30. W. Brown." Os comandantes inimigos eram os seguintes: Azapardo, do *Belgrano*; Mason, do *Congreso*; Beaseley, do *República*; Ceretti, do *Balcarce*; e Warms, da *Sarandi*. " A parte referida", diz a Gaceta Mercantil, "mostra que os comandantes dos vasos da esquadra nacional, à exceção da capitânia, não têm correspondido aos desejos do almirante. Estes senhores não tiveram ainda ocasião para se desculpar das acusações do senhor almirante e, por isso, não damos opinião alguma sobre o assunto. Estamos persuadidos de que se se consideram inocentes e de que exigirão que os julgue um conselho de guerra, para que não fique a sua honra manchada. Mas, se para desgraça e opróbio da pátria verificar-se que se portaram como covardes, esperamos que não deixarão de receber o castigo que o nefando delito merece."

[22] Não se reproduzem aqui os diversos ofícios do almirante Lôbo referentes ao combate de 9 de fevereiro, transcritos pelo Barão do Rio Branco à margem do exemplar anotado que se conserva no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Defesa da praça da Colônia em 1826

Desde a chegada da esquadra inimiga à Colônia até o ataque de 25 de fevereiro. – Não temos, como já levamos dito, a veleidade de escrever uma história. O nosso empenho é mostrar, à luz da evidência, servindo-nos de documentos inéditos, que à custa de muitos esforços conseguimos reunir, que houve no decurso dessa guerra muito feito glorioso digno de figurar em lugar distinto nos fastos militares de nossa terra.

A defesa brilhante da Colônia no começo do ano de 1826 é sem dúvida um dos episódios mais brilhantes dessa luta. Um punhado de bravos, sem recursos e sem meios de defesa, resistiu corajosamente aos ataques combinados da esquadra e do exército inimigo, dirigido este pelo general Lavalleja e aquela pelo almirante Brown. Examinemos esses sucessos, que tanto enobreceram o ilustre e valente general Manuel Jorge Rodrigues[23] e que o recomendaram tanto à admiração do país. Com eles estender-nos-emos um pouco mais do que com os acontecimentos que fizeram objeto do nosso primeiro artigo, e transcreveremos em sua íntegra uma narração que deles fizemos em janeiro de 1861.

Reparados os danos que sofrera a esquadra argentina na ação naval de 9 de fevereiro, resolveu o seu almirante vingar-se do revés porque passara, ensenhoreando-se da praça da Colônia. Essa cidade –tão importante papel representou na história pelas questões a que deu origem entre as duas cortes da península Ibérica, sendo tomada e retomada, por espaço de um século, pelas tropas de ambas – está situada, como se sabe, na margem setentrional e esquerda do rio da Prata, quase no ponto em que se reúnem o Paraná e o Uruguai. A margem do rio, que desde a enseada de Los Artilleros segue a direção do sudoeste, toma, daí até adiante do arroio del Molino, o rumo de oeste e volta ligeiramente para sudeste, formando o pequeno promontório em que os portugueses edificaram, em janeiro de 1680, uma fortaleza, origem da atual cidade da Colônia do Sacramento. Em seguida, a costa traça um arco, dirigindo-se para noroeste e tomando para ¼ do norte.[24] A ilha de São Gabriel levanta-se

[23] É mais conhecido pelo título de barão de Taquari, que recebeu quando comandava o exército legalista no Rio Grande do Sul, em prêmio da vitória alcançada a 3 de maio de 1840 no passo desse nome, sobre os rebeldes de Piratini.

[24] Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa.

em frente do porto, cujas ribas barrancosas permitem que as embarcações pequenas aproximem-se muito da terra,[25] ficando, no entanto, expostas inteiramente aos ventos, por ser ele aberto e desabrigado, e precisando as que o demandam de bons práticos, em razão das pedras e coroas que dificultam em muitos lugares a navegação.[26] Ao ocidente da Colônia, demoram as ilhas de Hornos, Inglês ou Rebabata-Capas[27] Mulegues, Antonio López e outras pequenas, conhecidas pelo nome de São Gabriel ou Siete-Islas. São altas, cobertas de palmeiras e basto arvoredo.[28]

Feitos os preparativos em Buenos Aires e reforçadas consideravelmente as guarnições da esquadra argentina, zarpou ela desse porto a 22 de fevereiro. Antes, porém, de encaminhar-se para o seu destino, estando a cruzar pelo rio, encontrou, no dia 24, em frente à Ponta do Índio, o almirante Lôbo e ofereceu-lhe combate. À vista da inferioridade das forças que tinha em relação às inimigas, Lôbo distanciou-se a fim de reunir-se à fragata *Imperatriz* que estava à vista, e esmagar assim, com o número, o inimigo;[29] mas este, logo que percebeu isso, deu-se pressa em retirar, afastando-se destarte ambas as esquadras uma da outra e seguindo a inimiga para a Colônia.

Às 11h do dia 25, a guarnição da praça avistou ao largo sete navios, que se aproximavam a todo o pano. Eram a fragata *25 de Mayo*, de 36 peças, os brigues *Congreso*, de 18, *República*, de 16, Belgano de 16 e *Balcarce*, de 14, e as escunas *Sarandi*, de sete. Ao todo, 109 bocas de fogo e cerca de mil homens de guarnição.

Em frente da praça, tínhamos uma insignificante força naval ao mando do então capitão-tenente Frederico Mariath.[30] Compunha-se ela do brigue *Real Pedro*, do brigue-escuna *Pará*, e das escunas *Liberdade*

[25] Falkner.
[26] Idem.
[27] Malaspina.
[28] Centinera.
[29] O almirante Lôbo tinha consigo duas corvetas, três brigues e uma escuna (sem falar em uma escuna e uma sumaca, que só tinham mantimentos). Aparentemente, dispunha de mais forças, porém, os navios que avistara eram os mesmo que estiveram no combate de 9 de fevereiro e cuja superioridade sobre os que tinha nessa ocasião ele conhecia. Obrou no dia 24 segundo as regras da prudência. Foi esse um dos pontos da acusação que sofreu perante o Conselho de Guerra. Ver a sua Defesa e os seus ofícios nº 80 e 84 ao ministro da Marinha.
[30] Morreu em 1863 no posto de almirante.

do Sul e Conceição. Montavam 34 peças de calibre 6, 9, 12 e 18, pela mor parte caronadas, orçando a sua guarnição por 188 homens.[31]

É evidente que esses pequenos vasos não podiam bater-se vantajosamente com a esquadra de Brown. Não querendo, em circunstâncias tão melindrosas e difíceis, assumir sobre si toda a responsabilidade de qualquer ato, Mariath reuniu em conselho, a bordo do *Real Pedro*, os diversos comandantes[32] e, ouvidos todos, decidiu-se, por unânime acordo, que, não sendo possível resistir no mar ao inimigo, desembarcassem as guarnições, para aumentar a da praça e fossem encalhados os navios sob a proteção das baterias desta. Sendo essa resolução levada ao conhecimento do general Manuel Jorge, respondeu ele que a aprovava e que era esse o único meio de salvar as nossas embarcações e de impedir que caíssem em poder de Brown.[33]

Assentado isso, operou-se logo o desembarque da marinhagem, e foram encalhados os navios com o casco para a entrada do porto, ficando protegidos pelas baterias de Santa Rita e do Carmo. A *Conceição*, porém, ficou observando o inimigo.

Às 14h, a esquadra argentina ancorou no porto, fora do alcance dos fogos da praça, e meia hora depois partiu dela um parlamentário que foi recebido a bordo da *Conceição*. A intimação de que era portador foi enviada por Mariath ao general Manuel Jorge e estava concebida nos seguintes termos:

---

[31] Ver o *Correio Mercantil* de 9 de março de 1856, em cujas *Páginas Menores* o senhor doutor Muzzio narra com extrema elegância o ataque de 26 de fevereiro e o assalto de 2 de março, guiando-se por informações que lhe foram ministradas por uma testemunha ocular.

[32] Eram eles os primeiros-tenentes J. A. França Ribeiro, do *Pará*, e J. Francisco Régis, da *Liberdade do Sul*, e o segundo-tenente Tomás Thompson, da *Conceição*. Os oficiais imediatos do *Real Pedro* e dos dois primeiros eram os segundos-tenentes A. Leocádio do Couto (hoje chefe de divisão), Joaquim J. Inácio (hoje chefe de esquadra) e J. Inácio de Santa Rita.

[33] Ver o ofício de Mariath de 25 de fevereiro. No opúsculo *O libello argentino e a verdade histórica* (Rio de Janeiro, 1857), o ilustrado senhor E. de Sena acusa fortemente Mariath por não ter esperado o inimigo na tolda do seu navio. Essas censuras, porém, bem o vê o leitor, são infundadas. Mariath foi prudente; não esperou o inimigo porque não o podia nem o devia fazer. Seria rematada loucura entregar, assim, à esquadra argentina as nossas forças marítimas. O general M. Jorge, cuja memória o distinto escritor tanto venera, aprovou a resolução de Mariath, dizemos mal, a resolução de todos os comandantes dos navios, e a opinião desse ínclito cabo de guerra é muito competente e autorizada.

> A bordo da fragata de guerra *25 de Mayo* [25 de fevereiro de 1826], o comandante em chefe da esquadra argentina, em nome do seu governo, intima ao senhor governador da Colônia que lhe entregue a mesma e as forças marítimas que se acham no porto, dentro do prazo de 24 horas, prevenindo que, se o fizer, respeitará todas as propriedades e não incendiará a cidade. O abaixo assinado espera que o senhor governador, levado por sentimentos de humanidade, evitará toda a efusão de sangue e acederá à intimação que lhe é feita, pois assim o existe a superioridade das minhas forças navais no rio da Prata. Cumprimento com todo o respeito ao senhor governador. W. Brown.

As fortificações da Colônia achavam-se em um estado deplorabilíssimo. Em muitos pontos, o bom êxito de um desembarque por parte do inimigo era muito provável, pela falta de muralhas. O general Manuel Jorge procurou remediar, quanto era possível, esses males e fez construir dois redentes, um entre os fortes de São Miguel e São Pedro, e outro, destinado a impedir o desembarque no Molhe,[34] no sítio denominado do Tambor. Um forte sudeste que caiu subitamente sobre o rio, revolvendo com fúria as suas águas, demorou a volta do parlamentário inimigo e deu tempo a que esses trabalhos se concluíssem, graças aos esforços das tropas de marinha, coadjuvadas pelas de terra e por toda a população.[35] Trabalhou durante toda a noite com inexcedível ardor e, ao amanhecer, foi colocada nesses lugares a artilharia desembarcada dos vasos de guerra.

Só ao romper d'alva, serenado o vento e passado o temporal, pôde o almirante Brown ler a seguinte resposta do valente Manuel Jorge:

> Colônia do Sacramento, 25 de fevereiro de 1826. O brigadeiro dos exércitos nacionais e imperiais, governador da praça, responde, em seu nome e no de toda a guarnição que tem a honra de comandar, ao senhor comandante em chefe da esquadra argentina que a sorte de armas é quem decide da sorte das praças. Saúdo ao senhor comandante em chefe com toda a consideração. M. J. Rodrigues.

Vendo que as suas ameaças e bravatas nenhum efeito haviam produzido, o almirante argentino suspendeu os ferros, às 8h, e começou o ataque contra a praça.

---

[34] Desembarque, ponte.

[35] Entre os habitantes distinguiu-se dom Estêvão Nin, que pôs à disposição do general, para esses trabalho, um grande número de escravos que possuía.

Todos em terra achavam-se em seus postos, prontos para o embate.[36] O general Manuel Jorge, com o seu Estado-maior, e o capitão-tenente Mariath achavam-se no redente do Tambor.

Ao primeiro tiro da *25 de Mayo* responderam as baterias de terra e, desde logo, o fogo tornou-se geral. Depois de hora e meia de combate, o brigue *Belgrano*, tendo sofrido muitas avarias, tratou de pôr-se fora do combate, mas com tal precipitação o fez que encalhou na restinga do porto e adernou sobre o seu lado de bombordo, ficando mais exposto ainda ao vivíssimo fogo da praça.

Semelhante desastre não perturbou ao astucioso Brown, que descobriu logo um meio de suspender o controle, para nesse *ínterim* dar tempo a que o *Belgrano*,[37] sem ser incomodado, pudesse empregar todos os esforços a fim de pôr-se a salvo. A artilharia calou-se repentinamente em toda a linha inimiga e, logo que se dissiparam as densas nuvens de fumaça que a encobriam, Manuel Jorge distinguiu içada a bordo da fragata inimiga uma bandeira branca.[38] Interrompido o combate, aproximou-se vagarosamente da praça um escaler, conduzindo um oficial, que entregou, ao saltar em terra, uma segunda intimação. A resposta de Manuel Jorge, tão digna quanto a primeira, foi dada verbalmente, por ter ele percebido a manha do seu adversário e querer burlá-la, não perdendo tempo;[39] mas o parlamentário, cumprindo à risca as instruções recebidas, voltou com o mesmo descanso com que viera e gastou nesse trajeto quase três quartos de hora.[40] Logo,

---

[36] Não pudemos ver os mapas da guarnição e, por isso, não sabemos ao certo qual a sua força. Compunha-se de um batalhão de caçadores (11), o regimento de milícias do departamento, de duas companhias fixas, de uma companhia do 5º corpo de artilharia de posição, de outra companhia de auxiliares e de alguns destacamentos de vários corpos (ofício de M. J. Rodrigues)

[37] O comandante do *Belgrano* chamava-se Rosales. Era um valente oficial, que por mais de uma vez distinguiu-se no decurso desta guerra.

[38] Ver as participações de M. Jorge e Mariath e a *Relação das operações da esquadra de Buenos Ayres, defronte da Colônia, por uma testemunha ocular*, publicada em um dos periódicos do Rio de Janeiro do ano de 1826.

[39] Eis a segunda intimação: "Parece-me que se aproxima o momento em que terá lugar o oferecimento que fiz ontem ao senhor governador. Por isso, espero que se decida pela justa intimação. Quando não, o senhor governador sofrerá todo o rigor que merece a sua tenacidade. 26 de fevereiro de 1826. E. Brown." O ilustrado senhor Muzzio, no folhetim do Correio Mercantil de 8 de março de 1856, põe na boca de M. Jorge a seguinte resposta: "Se o almirante quer tempo para reparar as suas avarias, somos bastante cavalheiros para conceder-lhe; mas, no momento em que arriar a bandeira de parlamento, continuaremos o fogo." Essas palavras são sem dúvida alguma muito bonitas, mas as que então proferiu o general, segundo se vê de um dos seus ofícios, foram estas: "Diga ao seu almirante que o dito, dito."

[40] O escaler partiu da *25 de Mayo* às 9h40 e atracou, de volta, às 10h20, momento em que a praça rompeu de novo o fogo.

porém, que se recolheu à capitânia inimiga, romperam as nossas baterias o fogo e recomeçou o combate, que se prolongou até o meio-dia, hora em que a esquadra inimiga retirou-se, fundeando ao ocidente do porto.

Durante as quatro horas que durou a ação, nenhuma perda sensível sofremos. O fogo do inimigo quase nenhum dano causou-nos; apenas uma ou outra casa foi levemente danificada e houve, às 11h, uma pequena explosão na bateria de Santa Rita, sendo vítima dela e ficando perigosamente feridos alguns soldados e o primeiro-tenente A. Leocádio do Couto, que foi logo substituído no comando da mesma pelo senhor Joaquim José Inácio, então segundo-tenente.

Tivemos 24 homens fora de combate.[41] O inimigo deveria ter perdido muito mais gente, principalmente da guarnição do brigue encalhado.

À tarde, a escuna *Conceição* recebeu ordem de abordar o *Belgrano* que a esquadra inimiga abandonara ao retirar-se. Vieram, porém, sobre ele o *Balcarce*, a *Sarandi* e a *Pepa*.[42] Com esses navios teve a nossa escuna de trocar alguns tiros[43] e, sendo perseguida por eles, fez-se ao largo, na direção de Montevidéu, com o intuito de reunir-se à esquadra imperial e de escapar aos seus perseguidores.

Resolvido a plantar, a todo custo, a bandeira republicana nas muralhas da Colônia, o almirante Brown aguardava os reforços que deveriam chegar-lhe de Buenos Aires.

No dia 27 incorporaram-se a ele a escuna *Pepa*, seis canhoneiras e uma lancha armada,[44] e toda a esquadra moveu-se e foi fundear entre as ilhas de Hornos e do Inglês, voltando no dia seguinte para o seu primitivo ancoradouro ao ocidente do porto.

No 1º de março a esquadra deixou-o de novo e, passando por um canal pelo qual nunca os mais ligeiros barcos se haviam aventurado a passar, deu fundo em frente da praça, em distância respeitosa das suas baterias.

Durante todo o dia reinou a bordo dos navios a maior atividade e fizeram-se preparativos para o assalto que estava iminente.

---

41 Segundo o oficio de M. Jorge ao tenente-general Francisco de Paula *Maggessi* de Sousa Tavares, barão de Vila Bela, a nossa perda foi a seguinte: da guarnição, oito oficiais feridos e um soldado morto; da marinha, um oficial e 14 marinheiros feridos. Total: 24 homens fora de combate.

42 *Páginas Menores*. Art. cit.

43 *Relação das operações da esquadra etc.,* já cit.

44 Ofício de Mariath *e Mensagero* Argentino.

ESBOÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Descoberta do Brasil

Em 9 de março de 1500, uma esquadra portuguesa partia de Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, tendo por destino as Índias. Subordinados a Cabral, chefiavam-na navegadores conhecidos, como Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho. Redigidas por Vasco da Gama, suas instruções determinavam que, depois de ultrapassar a ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, os navios deveriam singrar continuamente rumo ao sul, enquanto o vento soprasse da popa. Durante todo o tempo em que fosse necessário bordejar, tomariam a direção do sudoeste, navegando com o vento de bombordo, fazendo-se ao largo, até a latitude do cabo da Boa Esperança; depois, seria preciso rumar diretamente para o leste. Desta forma, Vasco da Gama pretendia afastar a esquadra de Cabral das calmarias da costa da Guiné, favorecendo-a com os ventos alísios e com a corrente equatorial. No entanto, é muito provável que tivesse como certa a existência de uma terra na direção do Brasil, pois, no dia 22 de agosto de 1497, quando se encontrava perto do penedo de São Pedro, Vasco da Gama tinha avistado pássaros – registra seu roteiro –, que, "ao cair da tarde, se dirigiram celeremente na direção do su-sudoeste, com aves que voam rumo a terra".

No dia 21 de abril, Cabral encontrou plantas marinhas e, no dia 22, avistou uma montanha, a qual chamou de Monte Pascoal, denominando o país de Terra da Vera Cruz, nome com que o tratou na carta de Caminha, de 1º de maio, dirigida ao rei dom Manuel. A 23, a esquadra lançou âncora à meia légua da costa, em frente do rio Caí; no dia 25, os navios ancoraram numa baía que foi denominada Porto Seguro, mas que tomou o nome de baía de Santa Cruz quando ali se fundou uma vila, no século XVI.

A 2 de maio, Cabral retornou seu caminho, prosseguindo viagem depois de ter despachado para Lisboa a caravela do capitão André Gonçalves, com a notícia do descobrimento. Gonçalves seguiu para o norte, costeando o litoral, provavelmente até Pernambuco ou Paraíba.

Antes de Cabral, um espanhol, companheiro de Colombo, Vicente Yañez Pinzón, tinha descoberto todo o litoral setentrional do Brasil, desde o cabo que batizou como Santa Maria da Consolação, em 26 de janeiro de 1500 (nome trocado pelos portugueses, no ano seguinte, por Santo Agostinho), até o de São Vicente, hoje conhecido como cabo de Orange. Pinzón descobriu as bocas do rio Amazonas (o "Mar Doce") e acompanhou a costa até o golfo de Paria. Naquele mesmo ano, outro espanhol, Diego de Lepe, chegou ao cabo de Santo Agostinho, fazendo o reconhecimento do litoral até o rio São Juliano (possivelmente o rio das Contas),[45] rumando para o norte pela rota já percorrida por Pinzón.

O nome de Vera Cruz, atribuído ao país por Cabral, foi substituído por Terra de Santa Cruz na notificação feita pelo rei dom Manuel aos soberanos católicos, datada de Cintra, aos 25 de julho de 1501. Mas a terra não tardaria a ser conhecida como "Brazil", nome já empregado no comércio para designar uma madeira de cor vermelha (*ibirá pitang* dos indígenas), que se encontrava em abundância nessa parte do continente americano. A nova terra já é denominada "Brasil" no relato de Empoli, que acompanhou Albuquerque e Pacheco às Índias, em 1503, bem como em um livreto da biblioteca de Dresden (*Presil*, *Presillig Landt*), que parece datar de 1506, e no roteiro do navio português "Bretoa", que foi ao Cabo Frio em 1511.

Uma bula do papa Alexandre VI, de 4 de maio de 1493, tinha distribuído entre portugueses e espanhóis os países a serem descobertos,

[45] "San Giano, isto é, rio de São Juliano" (capítulo X da *Descrição da América*, que acompanha a *História da navegação* de Jean H. van Linschoten, e a carta do mesmo autor. A primeira edição desta obra, em holandês, é de 1601).

dividindo o mundo por um meridiano que passava cem léguas a oeste do Cabo Verde. Todas as terras a oeste desse meridiano eram atribuídas à Espanha; as que se encontravam a leste, a Portugal. Contudo, no ano seguinte, os dois países modificaram a linha de demarcação, pelo tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, deslocando-a para 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde. Por bula de 24 de janeiro de 1506, o papa Júlio II aprovou esse acordo.

Primeiras explorações

De 1501 a 1502 e de 1503 a 1504, houve duas expedições portuguesas, de que participou Américo Vespúcio. A primeira, sob o comando de André Gonçalves, fez o reconhecimento da costa entre o cabo de São Roque e Cananéia, rumando depois para o sudeste, até um lugar que se acredita ter sido a Geórgia do Sul. Sob as ordens de Gonçalo Coelho, a segunda visitou a mesma costa, da Bahia para o sul. Em Fernando de Noronha, o chefe desta segunda expedição e Vespúcio se separaram e não puderam se reencontrar. Dois pequenos fortes foram edificados: um em Cabo Frio, por Vespúcio, que serviu como base para uma viagem de 40 léguas terra adentro. O outro, por Coelho, no Rio de Janeiro, baía descoberta por André Gonçalves e Vespúcio em 1º de janeiro de 1502. Mas esses estabelecimentos foram logo destruídos pelos índios Tamoios (*tamoi*, os avós), que ocupavam o território entre o Cabo Frio e a parte oriental de São Paulo. Vespúcio retornou a Lisboa no mês de setembro de 1504; ignora-se a data do regresso de Coelho.[46] Publicada em 1504, traduzida e muitas vezes impressa nessa época, uma das cartas de Américo Vespúcio foi o primeiro documento a tornar conhecidas na Europa as maravilhas da

[46] Varnhagen pretende que Coelho permaneceu por longo tempo da baía do Rio de Janeiro. Isto porque numa carta de Ptolomeu, de 1513, encontra-se nesse lugar duas palavras que Majolo, no século XVI, tinha lido como pináculo detentio, e que ele próprio lia pina chulo detetio, interpretando-as assim: "*gonc. choelho detetio (detentio)*". Esta interpretação é hoje geralmente aceita no Brasil, com base em um mau fac-símile publicado nas Novas pesquisas sobre Amerigo Vespucci. Nos dois exemplares do livro de Ptolomeu de 1513 que examinamos, as palavras em questão são perfeitamente legíveis: *portogallo detetio*. A primeira (Portugal) se explica por si mesma; a segunda é evidentemente detectio, "descoberta", muito usada nos portulanos e nas geografias da época ("terra detecta" etc.). Nas velhas gravuras em madeira há com frequência palavras mal-ortografadas e letras que faltam.

natureza brasileira. Dizia: "E, se no mundo existe algum paraíso terrestre, sem dúvida não deve estar muito distante destes lugares."

Outras expedições portuguesas foram enviadas ao Brasil, sobre as quais não conhecemos pormenores. Em 1503, Fernando de Noronha descobriu a ilha que tem seu nome. Naquele mesmo ano, ou pouco depois, João Coelho explorou a costa ao norte do cabo São Roque. Em 1504, um francês de Honfleur, Paulmier de Gonneville, abordou em três pontos a costa já visitada por Gonçalves, Vespúcio e Gonçalo Coelho. Em 1505, uma expedição portuguesa que parece ter sido chefiada por dom Nuno Manuel (com João de Lisboa e Vasco Gallego) percorreu o litoral meridional, descobriu o Rio de Janeiro e avançou até a baía de São Matias, na Patagônia. Por volta de 1512 ou 1513, Afonso Ribeiro, empenhado em nova exploração da costa setentrional do Brasil, foi morto pelos indígenas. Depois de 1506, quase todas as esquadras portuguesas que se dirigiam às Índias começaram a fazer escala no Brasil, que foi visitado, naquele ano, por Albuquerque e Tristão da Cunha.

Em 1508, Solis e Pinzón, os primeiros exploradores espanhóis dos mares do sul, percorreram as costas do Brasil; depois, em 1516, Solis; em 1519, Fernão de Magalhães, que permaneceu 14 dias no porto do Rio de Janeiro; em 1526, Diogo Garcia e Sebastião Caboto.

Desde a expedição de 1501, em que Portugal deportou para o Brasil alguns criminosos, entre os quais um bacharel que se fixou em Cananéia e cujo nome, Duarte Peres, nos foi transmitido por Rui Díaz de Guzmán. Na mesma época, outros portugueses se estabeleceram no Brasil. Os mais conhecidos são: Francisco Chaves e Aleixo Garcia, no litoral de Cananéia, o primeiro deles desde 1502, como Peres; Diogo Alvares, que, tendo escapado de um naufrágio na ilha de Itaparica, em 1510, casou-se com a princesa indígena Paraguaçu, tornando-se um chefe poderoso entre os índios da Bahia, sob o nome de Caramuru; João Ramalho, que por volta de 1512 se estabeleceu em Piratininga, nos planaltos de Paranapiacaba, onde teve numerosos filhos do seu casamento com a filha do chefe indígena Tibiriçá; e Antônio Rodrigues, que tomou por esposa uma filha do chefe Caaobi, fixando-se perto do rio Geribatiba, no litoral de São Paulo. Quase todos prestaram grandes serviços a Portugal, durante as primeiras tentativas de colonização.

Aleixo Garcia, que com três outros portugueses e um exército de indígenas cruzou o rio Paraná (1526), acrescentou ao seu grupo muitos guaranis do Paraguai, e prosseguiu até as fronteiras do império Inca. Atravessou a cordilheira de Mizque, apropriou-se de numerosas vilas e alcançou as vizinhanças de Tarabuco (Bolívia), retornando ao Paraguai com muitos objetos de prata e ouro. Tendo enviado a Cananéia ou a Piratininga a notícia da descoberta dessas riquezas, foi assassinado pelos guaranis.[47]

Em 1526, Portugal enviou uma esquadra, sob as ordens de Cristóvão Jacques, com a missão de combater os navios franceses que, desde 1504, traficavam com os índios.

Jacques instalou uma feitoria em Pernambuco e visitou os portos principais, até o Prata, incendiando os navios que encontrava. Em 1527, atacou três navios bretões, no Paraguaçu. Mas a feitoria de Pernambuco foi tomada e saqueada, em dezembro de 1530, por um galeão francês.[48] Willian Hawkins, de Plymouth, foi o primeiro inglês a chegar ao Brasil, em 1530.[49]

Começo da colonização

Em 1531, tendo recebido os poderes necessários para ocupar o país, Martim Afonso de Souza chegou com uma esquadra e 400 colonos. Apoderou-se de quatro navios franceses que se encontravam na costa de Pernambuco. Visitou a Bahia, estacionou três meses na baía de Guanabara e depois, tendo perdido seu navio diante da embocadura do Chuí, retornou com a esquadra para o norte, tendo enviado ao Prata seu irmão Pero Lopes de Souza. Em 22 de janeiro de 1532, fundou a colônia de São Vicente,

[47] Rui Diaz de Gusmán, *La Argentina*. Livro I, capítulo 5. O autor, que conheceu no Paraguai um filho de Aleixo Garcia, acabou esta história em 1612. Ver também, sobre Garcia, os capítulos 50, 55 e 57 dos Comentários de Alvar Núñez (Cabeza de Vaca), Valladolid, 1555.

[48] Essa feitoria tinha a direção de Diogo Dias, como "feitor" (gerente). Gaffarel (*Histoire du Brésil Français*, p. 96) se engana ao dizer que era um forte comandado por Duarte Coelho, pois ele só chegou ao Brasil cinco anos mais tarde.

[49] É por volta desse ano que se deveria datar um pretendido bloqueio do Tejo por Ango. Esta fábula já foi julgada por vários escritores franceses. Ver Ferd. Denis, *Le Gène de la Navigation* (Paris, 1847) e Guérin, *Histoire Maritime de France*, tomo II.

na ilha que os índios chamavam de Guirapirã, ou Uirapirã.[50] Nomeou o velho Ramalho "grande guardião do campo" e instalou uma parte dos colonos no aldeamento indígena que chefiava em Guapituba, no lugar conhecido como Borda do Campo, sobre o planalto ao norte da serra de Paranapiacaba – colônia mais tarde designada Santo André. De Cananéia, Martim Afonso de Souza tinha expedido para o interior, em busca de ouro, um pequeno grupo que, cruzando o rio Paraná, foi repelido pelos guaranis e, durante sua retirada, foi destruído em Iguaraçu.[51]

Lopes de Souza, que escreveu o diário da sua viagem marítima, explorou o rio da Prata, o Uruguai e o Paraná; chegou a São Vicente e foi recambiado para a Europa. A caminho, capturou dois navios franceses em Pernambuco e tomou um forte construído na ilha de Itamaracá por Jean du Péret, capitão de um navio pertencente ao barão de Saint-Blancard, comandante geral das galeras francesas no Mediterrâneo. Nesse forte deixou uma guarnição.

De 1532 a 1535, o país, que só fora explorado no seu litoral, foi dividido, por linhas paralelas ao Equador, em 15 seções, formando 12 capitanias hereditárias, de 600 a 12 mil léguas quadradas. O rei dom João III doou essas capitanias a diversos nobres portugueses, para que nelas instalassem colônias. Martim Afonso de Souza foi um dos donatários, tornando-se, em 1532, senhor da capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Ele partiu do Brasil em 1533, ganhando notoriedade nas guerras das Índias; contudo, embora ausente, continuou a se ocupar da capitania, enviando colonos a São Vicente e implantando ali a cana de açúcar da ilha de Madeira, introduzida na mesma época em Pernambuco por Duarte Coelho.

Alguns dos donatários não conseguiram colonizar seus domínios. Por meio de representantes, Pero Lopes de Souza fundou a colônia de Santo Amaro, na ilha de Guaimbé (litoral de São Paulo), e outra na ilha de Itamaracá (1532). Vasco Fernandes Coutinho fundou Espírito Santo (1535), hoje Vila Velha, capitania onde Duarte de Lemos começou, em 1540, uma colônia que se tornaria, a partir de 1558, a cidade de Vitória. Pero do Campo Tourinho criou Porto Seguro (1536), algumas milhas ao sul da baía visitada por Cabral, bem como Santa Cruz, na baía de Cabral

[50] "Morpion", segundo Thevet; "Urbioneme", "Orbionem" ou "Orpiomma", segundo Stade; "Warapisumama", segundo Purchas.

[51] La Argentina, de R. Díaz de Guzmán; Comentários, de A. N. Cabeza de Vaca; e Diário de navegação, de Pero Lopes de Souza.

(antiga Porto Seguro), e outra colônia, Santo Amaro, que foi destruída pelos índios em 1564. Figueiredo Corrêa enviou colonos que fundaram a cidade de Ilhéus. Duarte Coelho fundou Olinda (1535) e Iguaraçu.

Duas outras colônias tinham sido estabelecidas, uma na Bahia (1536) por Pereira Coutinho, a outra nas margens do rio Paraíba do Sul (1540) por Pero de Góes da Silveira, mas as duas foram logo evacuadas em função dos ataques dos índios, a que os colonos não puderam resistir. Outras capitanias foram criadas posteriormente (Itaparica, em 1556; Recôncavo, em 1566 etc.); pouco a pouco, porém, os reis de Portugal recuperaram todas essas concessões, por herança, compra ou outros meios. As últimas que ainda se encontravam sob regime feudal, foram adquiridas pela coroa no século XVIII, nos tempos de dom José I e Pombal.

Em 1540, o espanhol Francisco Orellana, procedente do Peru, descia pela primeira vez o rio Amazonas, que só era conhecido no seu estuário. Em 1541, a expedição espanhola de Alvar Núñez Cabeza de Vaca desembarcou diante da ilha de Santa Catarina (conhecida então como ilha dos Patos), marchou rumo ao interior e chegaria, no ano seguinte, a Assunção de Paraguai.

Em 1549, Tomé de Souza foi enviado ao Brasil como governador-geral e fundou, no mesmo ano, a cidade de São Salvador da Bahia, que foi sua residência e, durante mais de dois séculos, a capital do Brasil, tendo sido elevada a bispado em 1551. O primeiro bispo do Brasil, Sardinha, foi morto por índios antropófagos, com vários padres, na margem esquerda do São Miguel, em Alagoas.

Os jesuítas tinham chegado ao Brasil com Tomé de Souza, em 1549. Empenharam-se em catequizar os índios, agrupando-os sob sua autoridade exclusiva. Entre eles se distinguiram os padres José de Anchieta, que enviou os primeiros jesuítas ao Paraguai, e Manuel da Nóbrega, conhecidos como "os apóstolos do Brasil". Em 1554, o padre Manuel de Paiva criou uma missão na vila indígena de Piratininga, que tomou o nome de São Paulo. Aos poucos os habitantes da antiga colônia de Santo André, dirigida por João Ramalho, a abandonaram para fixar-se em São Paulo. Santo André ficou deserta e, elevada à cidade, em 1560, São Paulo ganhou sua prefeitura.

Desde 1539, um fidalgo português, Braz Cubas, tinha fundado na Capitania de São Vicente uma colônia cuja população cresceu, transformando-se na cidade de Santos (1545). Os habitantes da capitania

eram chamados "vicentistas"; mas a cidade de São Paulo, cujos moradores eram conhecidos como "paulistas", se tornara preponderante: por isso todos os naturais da região começaram a receber esta última designação.

A sede do governo da capitania só foi transferida de São Vicente para São Paulo em 1683. A população se compunha de brancos – portugueses, ou de origem portuguesa –, índios civilizados e mestiços de pai europeu e mãe indígena. Os mestiços eram apelidados de "mamelucos", nome derivado de *membyruca* ("filho de mulher indígena", segundo Almeida Nogueira), que se tornou célebre na América do Sul durante os séculos XVII e XVIII, quando os jesuítas e os historiadores do Paraguai e do Prata difundiram muitas fábulas sobre a origem dos paulistas, e sobretudo dos mamelucos de São Paulo, que tomavam por descendentes de italianos, franceses e holandeses.

Pouco depois da fundação dessas colônias, teve início a introdução de escravos negros no norte do Brasil, em Pernambuco e na Bahia.

Os franceses no Rio de Janeiro. A fundação da cidade

Os navios franceses continuaram a frequentar o litoral brasileiro mesmo depois da fundação das primeiras colônias portuguesas – ainda pouco numerosas e afastadas uma das outras. Era, sobretudo, entre o cabo de São Roque e o Paraíba, no norte, conhecido então como São Domingos, na costa de Alagoas, de Sergipe e do Rio de Janeiro, que eles vinham comerciar com os indígenas. No Rio de Janeiro, tinham como aliados os tamoios, cujas flotilhas atacavam muitas vezes os navios portugueses, interceptando as comunicações entre as colônias de São Vicente e Santo Amaro, no sul e no norte do país. Cunhambebe, o "grande e poderoso rei Quoniambek", cujo retrato foi publicado por Thevet em duas das suas obras (*Vies des Hommes Illustres* e *Cosmographie*), era um chefe tamoio, cuja aldeia fortificada, Arirab, se encontrava no rio Ariró ("riviere des Vases", no mapa de Thevet), em Angra dos Reis.[52]

[52] Este Cunhambebe de que falam Thevet e Hans Staden (este último foi seu prisioneiro), não é certamente o indígena do mesmo nome mencionado em uma das cartas de Anchieta. O Cunhambebe de Anchieta é provavelmente um filho do primeiro, que tinha na sua aldeia seis canhões retirados de duas caravelas portuguesas, e guardava como troféu a vestimenta

Em 1550, perto de Macaé, Pero de Góes atacou, sem resultado, um navio francês.[53] Naquele mesmo ano, o rei Henrique II da França e Catarina de Médicis assistiram, em Rouen, a uma festa brasileira onde figuravam 50 índios tabajaras.

Em 1555, um cavaleiro de Malta, já conhecido por suas explorações e escritos, Nicolau Durand de Villegaignon,[54] obteve o apoio de Henrique II e do almirante Coligny ao projeto de fundar uma colônia no Brasil, e veio se estabelecer na ilha de Sergipe, na baía do Rio de Janeiro. Deu à colônia o nome de França Antártica e construiu na ilha um forte, que denominou Coligny. Suas exigências religiosas criaram dificuldades que prejudicaram a colônia, composta de católicos e calvinistas. Em 1559, Villegaignon viajou à Europa para solicitar reforços e lá participou de longas controvérsias religiosas com Calvino e seus adeptos, tendo deixado à frente da colônia um sobrinho, Bois le Comte. Alguns meses mais tarde, o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, chegava ao Rio com uma esquadra, tomando o forte Coligny (16 de março de 1560), que arrasou, sem

completa e a cruz de Cavaleiro de Cristo de um fidalgo português (Ruy Pinto, de São Vicente), morto num combate naval (1549) no qual seis pequenas embarcações portuguesas foram tomadas. Thevet fala desta vitória de Cunhambebe sem, contudo, citar o nome de Ruy Pinto, na época o único Cavaleiro de Cristo da capitania de São Vicente, e que efetivamente morreu naquela ocasião. Cf. Gaspar da Madre de Deus, *Memórias de São Vicente*, p.54 e 55; Thevet, *Histoire de Deux Voyages par lui Faits aux Indes Australes et Occidentales*, capítulo *De la Bée des Roys et de Beau-repaire* (manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, fundo francês, 15.454).

53 No mês de agosto de 1550, e não em 15 de abril de 1551, em Cabo Frio, como acreditavam Varnhagen e Gaffarel. O combate durou um só dia.

54 Nascido em Provins em 1510, falecido em Beauvais em 1571, Villegaignon era sobrinho de Villiers de l'Isle Adam, grão-mestre da Ordem da Malta. "Um dos melhores homens da sua época, o espírito ornado de conhecimentos raros, cujo valor era respeitado até mesmo pelos mais corajosos capitães do seu tempo" (Vertot, *Hist. des Chev. de Malte*, tomo III, p.251). Tinha sido gravemente ferido na expedição de Argel, sob as ordens do imperador Carlos V; comandara esquadras nas costas da Inglaterra; transportou Maria Stuart à França (1518), a despeito dos cruzadores ingleses; havia adquirido reputação nas guerras de Malta. Quando partiu para o Brasil, já tinha publicado dois livros: *Caroli V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argieram* (Paris, 1542) e *De Bello Melitensi ad Carolum Coesarem et Ejus Eventu Gallis Imposito Commentarius* (Paris, 1553). A consultar: *Relation de l'Expédition de Charles-Quint Contre Alger*, por Villegaignon, publicado em 1874 por H. de Gramont, com nota biográfica.

contudo ocupar a colônia.[55] A ilha passou a ser conhecida, desde essa época, como ilha de Villegaignon.[56]

Em 1561, quatro navios franceses, e um quinto no ano seguinte, foram repelidos no Espírito Santo por Belchior de Azevedo.

Em 1562, uma aliança ou confederação das tribos de tamoios do Rio de Janeiro ameaçou os estabelecimentos portugueses da capitania de São Vicente. A cidade de São Paulo repeliu um ataque dos índios, provocado pelos franceses que haviam permanecido no Rio de Janeiro. Visitando sozinhos o acampamento tamoio, os padres Anchieta e Nóbrega conseguiram desarmar os principais chefes indígenas.

Depois disso, Estácio de Sá chegou de Lisboa com alguns navios, reuniu voluntários na Bahia, no Espírito Santo, em São Vicente e em São Paulo, penetrou na baía do Rio de Janeiro e instalou ali, perto do Pão de Açúcar, um acampamento fortificado que batizou com o nome de São Sebastião. Nos anos de 1565 e 1566 houve combates contínuos contra tamoios e franceses. Em 1567, o governador-geral Mem de Sá chegou trazendo reforços e erradicou (20 de janeiro de 1567) as duas posições inimigas, em Uruçumirim (praia do Flamengo) e Paranapucuí (ilha do Governador). Estácio de Sá morreu de um ferimento recebido em Uruçumirim.

Mem de Sá mandou demolir as instalações próximas do Pão de Açúcar, para erigir a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro numa colina conhecida como morro do Castelo, em função do castelo de São Sebastião.[57]

---

[55] Segundo Mem de Sá, só havia no forte 114 franceses e algumas centenas de índios, mas o número destes foi certamente exagerado, pois a ilha não é grande. Depois do bombardeio do forte pela esquadra, composta de 11 navios, Mem de Sá ordenou (15 de março) o desembarque de 260 homens, sendo 120 portugueses e brasileiros e 140 indígenas. Não houve capitulação, como dizem Thevet, La Popelliniere, Varnhagem e vários outros autores. A carta de Mem de Sá sobre a tomada do forte foi publicada por alguns cronistas com uma frase alterada: "ao tempo em que negociei" deve ser lido "ao tempo em que cheguei". Ver as *Cartas do Brasil* do padre Manuel da Nóbrega (Rio, 1886: notas de Vale Cabral, p. 172-175) e a primeira parte, capítulo LVIII, de Gabriel Soares. O padre Nóbrega esteve presente. Dois escritores franceses contaram essa tentativa de colonização francesa: André Thevet, que visitou o Brasil duas vezes nessa época, e Jean de Léry, chegado ao Rio em 1557.

[56] Pode-se ver a ilha no "Panorama do Rio de Janeiro" que o pintor brasileiro Victor Meireles expõe atualmente em Paris. No tempo de Villegaignon havia um rochedo em cada uma das duas extremidades da ilha.

[57] Gaffarel, em sua *Histoire du Brésil Français*, p. 350 e 351, fala de Jean Bolès, erudito francês que teria sido executado no Rio em 1567 como herege: " (...) Mem de Sá entregou a seus rancores

Em 1568, quatro navios franceses entraram na baía do Rio de Janeiro e tentaram apoderar-se da vila de São Lourenço, do lado oposto a São Sebastião, ocupado pelo chefe indígena Araribóia, aliado dos portugueses, mas foram repelidos. Naquele mesmo ano, em 8 de junho, Salvador Corrêa, o governador do Rio, e Araribóia apresaram no Cabo Frio um navio francês,[58] cujos canhões foram colocados no pequeno forte da Guia, construído na margem oriental da entrada do Rio de Janeiro, onde se encontra hoje a fortaleza de Santa Cruz. Em 1570 (15 de julho), o corsário francês Jacques Sore, senhor de Flocques, apresou, perto das Canárias, o navio português *Santiago*, que levava para o Brasil 39 jesuítas, dentre eles o padre Ignácio de Azevedo. Sore, um huguenote, obrigou os religiosos a se jogar no mar.[59] No ano seguinte, no mesmo lugar, Jean Capdeville se apossou de outro navio (13 e 14 de setembro), que transportava para a Bahia o governador português e 12 jesuítas. Os prisioneiros foram massacrados. Em 1576, Salema, governador do Rio, empreendeu uma guerra de extermínio contra os tamoios, tomando o forte que os franceses tinham construído no Cabo Frio.

[fala dos jesuítas] o infeliz Bolès, que foi julgado pró-forma, condenado e logo executado. Este ato bárbaro de intolerância marca os primeiros dias da nova capital. "Foi um jesuíta, Simão de Vasconcelos, que, acreditando fazer o elogio de Mem de Sá e do padre Anchieta, mencionou essa execução em duas obras de crônica que publicou em 1663 e 1672. Segundo Simão de Vasconcelos, Anchieta pode ter assistido à execução. Felizmente não se encontrará esta nódoa na vida do padre Anchieta, pois ele próprio se referiu a Bolès em sua *Informação do Brasil*, escrita em 1585. Segundo Anchieta, Bolès foi enviado à Bahia, da Bahia a Lisboa (1562) e de Portugal às Índias. Não voltou ao Brasil (ver o documento na p. 11 das *Informações e Fragmentos Históricos do Padre Anchieta, S. J., 1584-1586*, publicado no Rio de Janeiro em 1886 por Capistrano de Abreu e Vale Cabral). O barão de Ramiz Galvão (tomo XLVII, parte II, *Revista do Instituto Histórico do Brasil*) encontrou na Biblioteca Nacional do Rio dois exemplares de uma brochura publicada em português, em Lisboa (1566), por esse erudito, cujo nome e títulos eram: Jean Cointha, senhor de Bolès, fidalgo francês, doutor da Sorbonne. Além da *Informação* de Anchieta e da comunicação citada, do barão de Ramiz Galvão , há sobre esta questão uma memória muito erudita de C. Mendes de Almeida, publicada na *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, tomo XLII, parte II.

58 Voluntários de São Vicente (em São Paulo) tinham chegado para essa expedição, comandados por um colono, Heliodoro Eoban, que perdeu a vida no combate. Era filho do poeta e historiador alemão conhecido pelo nome de Helius Eobanus Hessus.

59 Barbosa Machado, *Memória. de D. Sebastião*, p. III, 1, prim., capítulo 2, p. 239. A data indicada por Jarric (1555) não é exata.

Princípio do domínio espanhol. Hostilidades dos franceses, ingleses e holandeses

Em 1580, o rei da Espanha Filipe II assumiu a coroa de Portugal e foi aclamado em todas as províncias portuguesas. A união dos dois Reinos atraiu ataques dos inimigos da Espanha contra o Brasil. Navios franceses enviados para sustentar, contra Filipe II, os direitos de dom Antônio, prior do Crato (quatro navios em 1580, três em 1581), foram repelidos no Rio de Janeiro por Salvador Corrêa. Nas costas do Rio Grande do Norte e da Paraíba, as hostilidades entre franceses e portugueses se prolongaram até 1607. Em 1579, 11 navios franceses foram queimados na Paraíba; e mais cinco em 1581. Em 1584, o almirante espanhol Flores Valdez e os portugueses de Pernambuco se apoderaram de uma fortificação que os franceses tinham construído na Paraíba, em conjunto com os índios, e destruíam sete navios franceses. Um forte português foi edificado, mas já no ano seguinte seria abandonado. Outro forte foi construído em 1586, com o nome de Cabedelo, na foz desse rio.

Em 1583, o inglês Edward Fenton, que seria mais tarde um dos vencedores da "Armada Invencível", penetrou no porto de Santos, retirando-se depois de um combate com navios espanhóis de passagem; em 1587, Withrington arrasou os arredores da Bahia, e dois franceses, comandados por Pois de Mill e Goribault, foram apresados em Sergipe. Em 1591, Thomas Cavendish saqueou Santos e, em 1592, tentou um ataque contra o Espírito Santo. Em 1595, os franceses, desembarcados de 10 navios, foram repelidos em Ilhéus; os corsários James Lancaster, inglês, e Le Noyer, francês, tomaram Recife, praticando um grande saque. Em 1596, o forte de Cabedelo, na Paraíba, repeliu um ataque dos franceses, que tinham chegado em 13 navios. Naquela ocasião, sete outros navios franceses se encontravam ancorados no Rio Grande do Norte, traficando com os índios da região. Em 1599, um navio do Havre, comandado por Jacques Potel, foi apresado em Cabo Frio por Martim de Sá.[60] No mesmo ano, depois de tentar em vão penetrar no Rio de Janeiro, Olivier van Noort efetuou com sua esquadra uma viagem de

[60] A Biblioteca Nacional de Paris tem duas cartas de 1579, por Jaques Vaudeclay e de Dieppe, uma representando o litoral brasileiro entre o Amazonas e o rio Real, a outra os arredores do Rio de Janeiro ("Vrai Pourtraict de Geneure et du cap de Frie"). Pode-se examinar também na Biblioteca Nacional de Paris (Lf 69/7) a *Remonstrance très humble em forme d'avertissement,*

circunavegação. Em 1604, repelido da Bahia, van Carden, comandante de outra esquadra holandesa, pôs-se a fazer saques no porto. Em 1615, Joris van Spilbergen fez o mesmo em Santos. Por volta de 1623, o comandante Dirck van Ruyter foi capturado por Martin de Sá, governador do Rio de Janeiro e vice-almirante do mar meridional.

Em 1585, as colônias portuguesas do Brasil tinham aproximadamente 57 mil habitantes, dos quais 25 mil brancos (250 em Itamaracá, oito mil em Pernambuco, 12 mil na Bahia, 1.500 em São Vicente, 750 em cada uma das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro), 18.500 índios civilizados (dois mil em Pernambuco, oito mil na Bahia, 4.500 no Espírito Santo, três mil no Rio de Janeiro, mil em São Vicente) e 14 mil escravos africanos (10 mil em Pernambuco, uma centena no Rio de Janeiro, de três a quatro mil na Bahia).[61]

No Rio de Janeiro, o primeiro grande contrato para a importação de africanos tinha sido feito, em 1583, pelo governador Sá e um certo Gutierres Valério. Na capitania de São Vicente (São Paulo), eram empregados escravos indígenas.

Em 1560, Braz Cubas (e Afonso Sardinha, em 1590) tinha descoberto minas de ouro em São Paulo; em 1600, essas minas já estavam sendo exploradas. Em 1590, a vila e o forte de São Cristóvão foram fundados em Sergipe na margem direita do Cotindiba, por Cristóvão de Barros. Na mesma época, a cidade de Cachoeira foi fundada no Paraguaçu (Bahia), e a de Natal (1597) no Rio Grande do Norte. Em 1608, criou-se um governo-geral para o Sul do Brasil, abrangendo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), tendo o Rio de Janeiro como capital. Em 1617, esse governo foi extinto, voltando a Bahia a ser a única capital brasileira. Em 1610, os portugueses fundaram sua primeira colônia no Ceará.

Os franceses no Maranhão

Um fidalgo da Touraine, Charles des Vaux, que em 1594 tinha sido deixado entre os índios brasileiros pelo capitão Jacques Riffault, em

que font au roy et à nosseigneurs de son conseil les capitaines de la marine de France, publicação do começo do século XVII.

[61] Na sua *Informação*, de 1585, Anchieta indica a população de algumas capitanias. Com respeito a outras, dá apenas o número de moradias. Estimei cinco pessoas por moradia.

1605 voltou à França e propôs a Henrique IV a ocupação do Maranhão, assegurando-lhe que os índios desejavam receber os franceses. Henrique IV confiou a Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, que explorara recentemente as costas da Guiana,[62] a missão de confirmar, juntamente com des Vaux, a disposição dos indígenas. Mas quando os dois regressaram à França, o rei tinha falecido. Só em 1612, com o apoio da família Razilli, pôde ser organizada a companhia que deveria custear a expedição.

Um grande número de fidalgos se juntaram ao empreendimento. La Ravardière, François de Razilli, senhor de Aumels, e Nicolas de Harlay-de-Sancy, barão de la Molle e de Gros Bois, foram nomeados pela regente Maria de Médicis "tenentes-gerais do rei nas Índias Ocidentais e nas Terras do Brasil", recebendo estandartes e divisas.

Algumas centenas de voluntários partiram de Cancale em três navios; chegaram à ilha do Maranhão em 6 de agosto de 1612, e ali construíram a cidade de São Luís e quatro fortes. A colônia foi batizada como França Equinocial.

Logo que os portugueses tiveram notícia da ocupação francesa, começaram (em 1613) a construir um forte em Jericoacara, no Ceará, como posto de observação. No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque, que tinha construído esse forte, recebeu o comando de expedição organizada em Pernambuco para retomar o Maranhão. Nascido no Brasil, de mãe indígena,[63] Albuquerque tinha sob suas ordens o português Diogo de Campos Moreno, que foi o cronista dessa campanha.[64] Chegando ao Maranhão, a expedição desembarcou (26 de outubro de 1614) na baía de São José, no continente, num lugar conhecido como Guaxenduba, hoje Vila Velha ou Águas Boas. Trincheiras foram abertas e alguns dias mais

---

[62] Em 1604, com Jean Moquet. La Ravardière levou à França o chefe indígena Iapoco, da Guiana.

[63] Nascido em Olinda, em 1548, falecido em 1618. Era filho de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, senhor de Pernambuco.

[64] "Jornada do Maranhão", no tomo I das *Notícias para a história das nações ultramarinas*, publicada pela Real Academia de Lisboa; e, no tomo II das *Memórias para a história do Maranhão*, de C. Mendes de Almeida (Rio, 1874). Sobre esses acontecimentos consulte-se Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission en l'Isle de Maragnan* (Paris, 1614); Yves d Evreux, *Voyage dans le Nord du Brésil* (ed. F. Dénis, Paris, 1864); De Lastre, *Histoire Véritable de ce qui s est Passé de Nouveau entre les François et les Portugois en 1'Isle de Maragnan* (publicado anonimamente em Paris, 1615); Berredo, *Anais históricos do Maranhão*, Lisboa, 1749.

tarde tiveram início as hostilidades, com o apresamento de três navios portugueses pelos franceses. Em 19 de novembro, estes sofreram uma derrota, com grandes perdas, ao desembarcar em Guaxenduba.[65] Em 27 de novembro, uma trégua foi ajustada, depois de cavalheiresca troca de cartas entre La Ravardière e Albuquerque.[66] Dois enviados – um francês, o outro português – partiram para a Europa, mas no ano seguinte (em julho) chegaram reforços a Albuquerque e este anunciou a La Ravardière que acabara de receber ordens para romper a trégua. Alguns meses mais tarde, chegava uma terceira expedição procedente de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. Abandonado pelo seu governo, La Ravardière capitulou, em 2 de novembro. Quatrocentos franceses regressaram à Europa e muitos permaneceram no Maranhão. Ocupada pelos portugueses, a cidade conservou o nome de São Luís do Maranhão.

Ocupação da Amazônia. Divisão do Brasil em dois governos

Do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, Alexandre de Moura enviou Francisco Caldeira para ocupar a Amazônia, onde os holandeses do comandante Nicolau Oudaen já possuíam os fortes de Nassau e de

[65] Os franceses que desembarcaram em Guaxenduba (em número de 180, mais 1.500 indígenas) eram comandados por De Pezieux, fidalgo católico, primo de Marguerite de Montmorency, princesa de Condé, que tinha sob suas ordens Du Prat e o capitão-de-mar-e-guerra Claude de Razilli, senhor de Launay (mais tarde vice-almirante e governador-geral do Canadá). A maré baixa não permitiu que desembarcasse o próprio La Ravardière com uma coluna que devia atacar, do outro lado, a posição brasileira. Entre os fidalgos mortos em combate conta De Pezieux, Chabannes (primo de La Ravardière), Rochefort, Logeville, Saint Gilles, La Haye, Saint Vincent, d'Ambreville e La Roche du Puy. As tropas de Jerônimo de Albuquerque que lutaram em Guaxenduba se compunham de 300 soldados brancos e mestiços e 200 indígenas.

[66] Uma carta de La Ravardière, datada de 23 de novembro, começava assim: "A clemência do grande capitão Albuquerque, que foi vice-rei de sua majestade dom Manuel nas Índias Orientais, se manifesta em vós pela cortesia que testemunhastes a meus soldados franceses e pelo cuidado com que destes sepultura aos mortos, entre os quais há um a quem amava como irmão, que era valente e reto. Louvo a Deus, e se voltarmos a nos encontrar comas armas nas mãos, espero que ele tome sob sua proteção minha justa causa (...) De Lastre, jovem cirurgião parisiense, foi enviado ao acampamento brasileiro para tratar os feridos dos dais lados: Jamais vi pessoas tão boas, e tão integras; mas estavam muito necessitadas dos meus serviços. O senhor de La Ravardière obrigou-os a dar preferência aos feridos brasileiros, em vez dos franceses, mas a França não faltará nunca em cortesia."

Orange, na margem esquerda do Xingu. Em 1616, Caldeira fundou o forte de Belém do Pará e, no mesmo ano, os holandeses construíram um terceiro forte em Gurupá. As hostilidades tiveram início com o apresamento de um navio holandês por Pedro Teixeira, em 1616. Como os indígenas, aliados dos holandeses, tinham ameaçado a colônia do Pará, era preciso antes de mais nada vencê-los – ou então transformá-los em aliados. Em 1620 e 1621, algumas centenas de ingleses se instalaram na Guiana brasileira. O forte de Gurupá foi tomado, em 1623, por Bento Maciel Parente; os do Xingu, em 1625, por Teixeira, que em 1629 se apossou do forte inglês de Taurege, na ilha Tocujus. Em 1º de março de 1631, o forte Filipe, inglês, situado na mesma ilha, caiu nas mãos de Jácomo de Noronha. No ano seguinte, em 9 de julho, a derradeira fortificação inglesa, Cumaú, comandada por Roger Frey, era tomada por Coelho de Carvalho (Francisco de Albuquerque).

Em 1624, o Brasil foi dividido em dois grandes "Estados", com governo próprio: o Estado do Maranhão, no norte, tendo por capital São Luís, que abrangia Pará, Maranhão e Ceará (este último território seria mais tarde anexado ao governo de Pernambuco, em 1629, segundo Araripe; em 1663, segundo Varnhagen); o Estado do Brasil, no sul, cuja capital era a Bahia, estendendo-se do Rio Grande do Norte (do Ceará, a partir de 1629 ou 1663) até Santa Catarina, e compreendendo os governos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 1633, Richelieu formou uma companhia francesa, que não teve êxito, para explorar as terras do cabo Norte, nos limites do Maroni e do Oiapoque. "Cap de Nord"[67] era como naquela época se designava muitas vezes a região da Guiana, território que pertencia à Espanha e que Filipe II incorporou parcialmente ao Brasil, criando em 14 de junho de 1637 a capitania brasileira do Cabo Norte, tendo por limite setentrional o rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón. Bento Maciel Parente, donatário dessa nova capitania e governador do Maranhão, em 1638, mandou construir o forte do Desterro, na embocadura do rio Uacarapi, na Guiana brasileira. A partir do Pará e seguindo instruções recebidas de Madri, uma expedição comandada por Pedro Teixeira explorou, de 1637 a 1639, o rio Amazonas, subindo-o até o Peru.

[67] Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapock et 1'Amazone: Question Brésilienne et Française*, 2 v. in-8º, Paris, 1861. Esta obra é um monumento de erudição.

As Invasões holandesas. O Brasil e a Guerra dos Trinta Anos

Em 1624, uma frota holandesa,[68] sob o comando do almirante Willekens, se apoderou da Bahia, capital do Brasil (em 10 de maio). Os habitantes da cidade e dos seus arredores não tardaram a assediar os invasores, e reforços foram recebidos de Pernambuco e do Rio de Janeiro. As operações foram dirigidas, a princípio, pelo bispo dom Marcos Teixeira e depois, sucessivamente, por Marinho d'Eça e dom Francisco de Moura, natural de Pernambuco. Dois governadores holandeses, van Dorth e Albert Schot, seu sucessor, foram emboscados e mortos, nas cercanias da cidade, pelo brasileiro capitão Padilha. No ano seguinte, em 30 de abril, uma grande expedição hispano-portuguesa, comandada por dom Fradique de Toledo,[69] reconquistou a Bahia, regressando em seguida à Europa. Dois meses antes (12 a 14 de março de 1625), a pequena cidade de Vitória, no Espírito Santo, defendida pelo jovem Salvador Correa de Sá, do Rio de Janeiro, tinha repelido o almirante Piet Heyn – o mesmo que, em 1º de março de 1627, tentara infrutiferamente se apossar da Bahia, defendida então por Diogo de Oliveira. Padilha morreu no combate de Pitanga contra Piet Heyn, em 12 de junho.

A captura da chamada "Frota da Prata", em 1628, por Piet Heyn, encorajou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Uma segunda expedição,[70] sob as ordens do almirante Lonck e do coronel Waerdenburch, foi enviada ao Brasil e, de 16 de fevereiro a 2 de março de 1630, conseguiu apossar-se de Olinda e Recife. Comandados pelo general Matias de Albuquerque, os brasileiros começaram então uma luta contra os invasores que durou 24 anos. Nessa luta, adquiriram justa notoriedade muitos chefes brasileiros, nascidos na colônia, entre eles Luís Barbalho, Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias.[71]

---

[68] Vinte e seis navios, 509 canhões, 3.300 homens.

[69] Cinquenta e seis velas, 945 canhões, 3.200 marinheiros, 7.500 soldados. Um quadro de Castelle, no Museu de Madri, representa o desembarque de dom Fradique na Bahia.

[70] Sessenta e um navios, 7.300 homens.

[71] No diário da primeira parte dessa guerra (*Memórias diárias*), publicado por Duarte de Albuquerque, senhor de Pernambuco, lê-se uma passagem, com data de 14 de maio de 1663, contando o que fez o negro Henrique Dias, ilustrativo das dificuldades da situação. "Julgando que tínhamos *necessidade* da sua pessoa, veio apresentar-se ao general, que o aceitou para servir com outros homens de cor." Pouco depois, Henrique Dias foi feito coronel de um

Embora tivessem recebido reforços, em 1631, os holandeses se encontravam ainda reduzidos às cidades de Olinda e Recife. Naquele ano, tendo sabido da chegada de algumas tropas, transportadas pela esquadra de dom Antônio de Oquendo, incendiaram Olinda e se concentraram em Recife. Mas as tropas destinadas a Pernambuco não ultrapassavam a cifra de 700 portugueses, espanhóis e napolitanos, comandados por Sanfelice, conde de Bagnoli.[72] Em 12 de setembro, foi travada perto dos Abrolhos uma batalha naval sem resultado decisivo, entre os navios de Oquendo e os de Pater, que pereceu no combate.

Matias de Albuquerque tinha instalado entre os rios Beberibe e Capiberibe a praça forte conhecida como Arraial do Bom Jesus, bem como posições fortificadas nas vizinhanças de Recife. De 1630 a 1632, os holandeses tentaram vários ataques, principalmente contra o forte de Cabedelo, na Paraíba, defendido por Matos Cardoso (1631) e o cabo Santo Agostinho, defendido por Maciel Parente (1632), sendo sempre repelidos. Neste último ano, contudo, a deserção de Calabar, mulato muito corajoso, natural de Porto Calvo, que conhecia perfeitamente o teatro das operações, alterou a situação dos dois lados. Guiados por Calabar, os holandeses começaram por saquear e incendiar Iguaraçu (1632), ampliando seu território com uma série de conquistas: Rio Formoso, a despeito da resistência heroica de Pedro de Albuquerque e seus soldados; a ilha de Itamaracá; o Rio Grande do Norte (1633); o forte do Pontal (cabo Santo Agostinho); a Paraíba (1634). Do Arraial os holandeses tinham sido repelidos duas vezes em 1633, mas em 1635, após um sítio de três meses dirigido por Arciszewski, a guarnição capitulou vencida pela fome (6 de junho). No mesmo ano, o almirante Lichthardt se havia apoderado de Barra Grande e de Porto Calvo (março), nas Alagoas, e no dia 2 de julho, depois de cinco meses de assédio, von Schkoppe fazia capitular o forte de Nazaré. Esses revezes forçaram Matias de Albuquerque a abandonar Pernambuco, retirando-se para Alagoas. Milhares de famílias o seguiram, preferindo a emigração ao domínio estrangeiro. Em 19 de julho, Albuquerque retomou Porto Calvo e prendeu Calabar, que foi executado.

regimento composto de negros. Sua fama chegou a Paris, nessa época; seu nome consta de um número extraordinário da *Gazette de France*, de 3 de julho de 1648 (no 97), no artigo "Défaite des Hollandois au Brésil par les Portugais".

[72] Em dialeto napolitano, este nome se pronuncia Bagnolo.

A retirada continuou, rumo ao sul. Tendo chegado alguns reforços, com um novo general, Rojas y Borja, este tomou a ofensiva, mas foi morto na batalha de Mata Redonda, em 18 de janeiro de 1636, na qual Arciszewski levou a melhor. Camarão cobriu a retirada dos soldados derrotados; Bagnoli, o novo comandante, conseguiu manter-se durante algum tempo nas Alagoas, perturbando o inimigo com incursões no território sob seu controle.

A Holanda enviou a Pernambuco, com tropas frescas, o príncipe João Maurício, conde de Nassau-Siegen, nomeado governador-geral do Brasil holandês. Em 18 de fevereiro de 1637, Maurício alcançou a vitória de Comendaituba sobre a vanguarda de Bagnoli, comandada por Almiron; apoderou-se de Porto Calvo e prosseguiu em marcha triunfal até o rio São Francisco. Nesse mesmo ano, o almirante Lichthardt foi repelido ao tentar um desembarque em Ilhéus (27 de junho); Garstman tomou o forte do Ceará; von Schkoppe dizimou Sergipe e forçou Bagnoli a bater em retirada para a Bahia.

Duas vezes Maurício de Nassau tentou em vão tomar a Bahia (1638), mas teve de desistir e se retirar, depois de 40 dias de campanha, sofrendo perdas consideráveis. Bagnoli, que comandara a defesa da cidade, foi feito príncipe por Filipe II.

Na ilha de Antônio Vaz, Maurício de Nassau fundou Mauritzstadt, que é hoje, com o nome de Santo Antônio, um dos três distritos que compõem a cidade do Recife. Atraiu ao Brasil os naturalistas Piso e Marcgraf, o cosmógrafo Ruiters, o matemático Cralitz, o erudito Herckmann, o poeta Plante, os pintores Franz Post e A. van den Eckhoute, o arquiteto P. Post. Instalou um observatório, proclamou a liberdade de culto (com algumas restrições, impostas pouco depois, para cumprir ordens recebidas da metrópole), e obteve dos Estados-Gerais a liberdade de comércio, ficando o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais limitado à importação de escravos e à exportação de madeiras para tinturaria (1638).

Em 1639, o conde da Torre chegou à Bahia como governador-geral do Brasil, trazendo frota e tropas cujo número tinha sido reduzido à metade em função de uma epidemia durante a escala dos seus navios na África. Com reforços recebidos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o novo governador rumou para o norte, pretendendo desembarcar perto de Recife, mas as correntes e o mau tempo deslocaram a esquadra para o cabo São Roque, seguida pelos holandeses, que a atacaram quatro vezes,

sem sucesso (em 13, 14 e 15 de janeiro de 1640). O rompimento entre o conde da Torre e o almirante espanhol Vega Bazan privou o primeiro do apoio dos navios do segundo. Uma parte do exército desembarcou, a 7 de fevereiro, no porto de Touro, sob a chefia de Luís Barbalho. A outra parte regressou à Bahia, com o conde da Torre e o príncipe de Bagnoli,[73] utilizando-se dos meios de transporte disponíveis, e arriscando-se à captura, uma vez que os navios de guerra espanhóis e portugueses continuaram sua navegação, rumo ao golfo do México. Nessa marcha de 300 léguas até a Bahia, Barbalho conseguiu atravessar todo o território ocupado pelos holandeses. Começou por aprisionar, num combate no Potengi, o governador do Rio Grande, Garstman; depois, tomou a cidade de Goiana (28 de fevereiro) e obteve outras vitórias em dois combates – em Salgado (nas Alagoas, à margem direita do Paraíba) e em Unhaú (Nhuanhú na carta de Barloeus).[74]

Entre 29 de abril e 30 de maio, as fazendas e plantações nos arredores da Bahia foram dizimadas pelo almirante Lichthardt. Em 21 de junho, chegou à Bahia o marquês de Montalvão, primeiro vice-rei nomeado para o Brasil. Enviado ao rio Real, Luís Barbalho derrotou o inimigo (1º de agosto) e, depois de um combate encarniçado, conseguiu apossar-se da principal fortificação holandesa (10 de setembro). Os habitantes de Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, em 29 e 30 de outubro repeliram um ataque do coronel Koen.

Pouco depois, chegou à Bahia e se difundiu por todo o Brasil a notícia da revolução havida em Portugal contra o domínio espanhol (15 de fevereiro de 1641). Aclamado rei de Portugal com o título de João IV, o duque de Bragança foi logo reconhecido nas capitanias do Brasil não ocupadas pelos holandeses e em todas as colônias portuguesas. Um embaixador de João IV foi recebido na Haia e, em 13 de fevereiro, os Estados Gerais ordenaram que a partir daquele momento os portugueses fossem tratados amistosamente. A 12 de junho foi assinado na Haia um tratado estipulando um armistício de

[73] Alguns historiadores têm sustentado que o príncipe de Bagnolo deixou, então, o Brasil. Na verdade, ele morreu em 26 de agosto de 1640, na Bahia; segundo o atestado de óbito, foi enterrado na igreja do Convento dos Carmelitas. Esta informação se encontra na *História Militar do Brasil* (p. 407), obra inédita de Miralles, que a concluiu em 1762, na Bahia.

[74] Os relatos de L. Barbalho, do conde da Torre e do seu sucessor até hoje não foram descobertos. Graças a documentos espanhóis e holandeses inéditos, e a cartas da Bahia interceptadas pelos holandeses, foi possível dar aqui algumas informações novas e retificar certos fatos e datas.

10 anos entre a República e Portugal, bem como uma aliança ofensiva e defensiva contra a Espanha. Maurício de Nassau, contudo, sob o pretexto de que esse tratado não fora ainda ratificado por Portugal, aproveitou a oportunidade para ocupar Sergipe até o rio Real (abril de 1641); para enviar o almirante Jol com a missão de tomar São Paulo de Luanda e a ilha de São Tomé, na África; e para conquistar o Maranhão (25 de novembro).

No ano seguinte, os habitantes do Maranhão se sublevaram, liderados por Muniz Barreiros e Teixeira de Mello, conseguindo expulsar os holandeses (em 1644). Quase ao mesmo tempo, os indígenas se apoderaram do forte do Ceará, que destruíram – mas os holandeses logo construíram um novo forte.

O declínio do poder holandês no Brasil começava assim no momento em que as províncias brasileiras conquistadas se viam abandonadas pela metrópole. Em 1644, Maurício de Nassau retornou à Europa.

Em 23 de maio de 1645, Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e vários outros dos mais ricos habitantes de Pernambuco, estimulados secretamente pelo governador-geral do Brasil português, Antônio Teles da Silva, assinaram compromisso de provocar uma insurreição para "liberar sua pátria". A revolução explodiu em 13 de junho, e os regimentos do antigo exército de Pernambuco, comandados por Vidal, Camarão e Henrique Dias, se juntaram pouco depois aos revolucionários. Fernandes Vieira ganhou a batalha de Tabocas (3 de agosto) e, reunido com Vidal, forçou a rendição do comandante holandês, Hous, na batalha de Casa Forte (7 de agosto). Para vingar-se desses revezes, Lichthardt destruiu em Tamandaré (9 de setembro) uma pequena esquadra procedente da Bahia, que tinha o comando de Serrão de Paiva.

Os brasileiros se apossaram dos fortes de Serinhaém (3 de agosto), Porto Calvo e Penedo (17 de setembro); de Sergipe e da cidade de Olinda, que tinha sido reconstruída nos tempos de Nassau. Mas foram repelidos em Itamaracá (23 de setembro). Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, obtiveram as vitórias de Inhobim (11 de setembro) e de Cunhaú (23 de novembro), depois a de Guaju (26 de janeiro de 1646), graças a Camarão. Foi em 24 de abril de 1646 que ocorreu a bela defesa de Tijucopapo, por Agostinho Nunes. Naquele mesmo ano, Vidal e Vieira batiam o inimigo na ilha de Itamaracá, a qual precisaram, contudo, evacuar, ao ter

conhecimento da chegada de grandes reforços comandados pelo almirante Banckert[75] e pelo general Sigemundt von Schkoppe. Este último sofreu uma derrota ao atacar a cidade de Olinda, em 5 de agosto. Pelo fim do ano, os holandeses voltaram a ocupar Penedo e a embocadura do rio São Francisco, mas tiveram de evacuar essas regiões quando uma das suas divisões foi destruída pelos homens de Francisco Rebello em Urambu, perto do rio, no dia 31 de dezembro.

Em 1647, Schkoppe ameaçou a capital do Brasil, fortificando-se na ilha de Itamaracá. Enviado para atacá-lo, Rebelo foi repelido e morto (10 de agosto). A 15 de dezembro, Schkoppe embarcou seus homens às pressas; sete dias mais tarde, chegava à Bahia a frota do conde de Vila Pouca, nomeado governador-geral do Brasil, que trazia alguns soldados. De seu lado, os holandeses recebiam grandes reforços comandados pelo almirante De With, e o general Schkoppe se decidia a atacar o exército sitiante, comandado então pelo general Barreto de Menezes. A batalha teve lugar em 19 de abril de 1648, nas colinas de Guararapes, e a vitória de Barreto de Menezes foi completa. Pouco depois, num encontro naval em frente à Bahia, entre De With e uma parte da esquadra do almirante Luís da Silva Telles, o comandante do galeão português *Rosário*, Pedro Carneiro, foi abordado por dois vasos inimigos. Vendo que a resistência era impossível, incendiou seu barco, que explodiu, destruindo os dois navios holandeses.[76]

Em 1648, uma expedição organizada no Rio de Janeiro pelo almirante Salvador Corrêa de Sá, natural dessa cidade, se apoderou dos fortes de Luanda e tomou Angola dos holandeses.

Em 19 de fevereiro de 1649, os holandeses sofreram perdas ainda maiores do que as do ano precedente, numa nova batalha em Oitizeiro (nas mesmas colinas de Guararapes), ganha por Barreto. O assédio de

[75] Varnhagen o chama de Baucher. Enganou-se ao ler o nome ortografado dessa forma, e assim transformado, na obra de Moreau, a quem não se pode atribuir tal erro, pois conheceu pessoalmente Banckert. A falha deve ser imputada a uma interpretação errônea do manuscrito, quando da sua impressão. Trata-se do almirante Joost van Trappen, dito Banckert, que já era célebre, sobretudo depois das batalhas das Dunas (1639), entre Tromp e Oquendo.

[76] Relatório de 19 de dezembro de 1648, do general Schkoppe. O nome do comandante do *Rosário*, que um historiador moderno dessa guerra lamentou ignorar, pode ser encontrado em Portugal *restaurado*, de Ericeira, tomo II, p.256 (ed. de 1751), e na obra de Santa Teresa, tomo II, p.133. Pedro Carneiro era Cavaleiro de Malta, assim como um oficial que se encontrava a bordo, e que pereceu, como toda a tripulação – Alfonso de Noronha, segundo filho do conde de Linhares.

Mauritzstadt e do Recife, iniciado em 1645, durou ainda cinco anos, em função do domínio do mar, que continuava com os invasores. Por fim, chegou uma esquadra portuguesa para bloquear o porto, comandada por Jacques de Magalhães, e Barreto começava o assalto dos fortes exteriores, dos quais se foi apossando. O general Schkoppe capitulou em 26 de janeiro de 1654, e todas as posições ocupadas ainda pelos holandeses no Brasil foram entregues ao rei de Portugal.

A conquista do interior, nos séculos XVI, XVII e XVIII. As Guerras dos Paulistas. Descoberta das minas de ouro

De 1573 até 1578, durante o governo de Brito e Almeida, várias expedições penetraram no interior do território brasileiro. Assim, Sebastião Tourinho, que já havia chegado a Minas Gerais pelo rio Doce, em 1573 partiu de Porto Seguro, chegando à serra dos Órgãos (Rio de Janeiro); depois, tomando o rumo do noroeste, atravessou o território de Minas Gerais e desceu o rio Jequitinhonha. Dias Adorno penetrou em Minas pelo rio Caravelas. Até 1598, Bastião Álvares, de Porto Seguro; Gabriel Soares de Souza, da Bahia (autos do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*); Domingos Martins Cão, do Espírito Santo; e Marcos de Azeredo Coutinho conduziram expedições ao São Francisco e a Minas Gerais. Saindo do Rio de Janeiro, em 1592, Martim de Sá ultrapassou a serra da Mantiqueira. Eram ainda mais numerosas as expedições que partiam de São Paulo.

Durante o domínio espanhol (1580-1640), os paulistas, que foram no Brasil os exploradores pioneiros no centro e no sul do país, penetraram fundo no interior do país, em busca de ouro e na caça a índios, que eram escravizados para trabalhar nas plantações do litoral. Atacados pelos indígenas, limitaram-se, a princípio, à defensiva, mas depois tomaram a decisão de se livrar dos inimigos. A primeira guerra ofensiva dos paulistas, dirigida por Jerônimo Leitão, foi conduzida contra os tupiniquins do Anhembi, hoje Tietê, que, segundo os jesuítas espanhóis, tinham 300 aldeias e 30 mil combatentes. Essas aldeias foram quase todas destruídas, e um grande número de índios reduzidos à escravidão. A guerra durou seis anos. De 1592 a 1599, sob a direção de Afonso Sardinha, e, depois, de Jorge Correa e João do Prado, desencadearam uma segunda guerra

de extermínio contra os indígenas do rio Jeticaí, hoje rio Grande, que, com o Paranaíba, forma o Paraná.

Já nos primeiros anos do século XVII (1601-1602), como o demonstra o itinerário de Glimmer, os paulistas chegavam a Sabará, no interior de Minas Gerais. Uma terceira grande expedição, que parece ter sido dirigida por Nicolau Barreto, Manuel Preto e vários outros habitantes de São Paulo, dirigiu-se mais para o norte (1602), assolando durante cinco anos as vilas e acampamentos indígenas do Paraupaba, isto é, do alto Araguaia. Alega-se que em 1592 Sebastião Marinho já tinha chegado a Goiás.

Em 1606, os paulistas não podiam levantar para essas expedições mais do que 1.800 homens, sendo 300 brancos e 1.500 índios, quase todos munidos de armas de fogo e protegidos por uma couraça de couro forrado de algodão.[77] Esse número foi aumentado com o acréscimo de aventureiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e de índios prisioneiros. Em suas terras de Expectação, perto de São Paulo, Manuel Preto[78] tinha, só ele, mil combatentes indígenas. Dava-se a essas expedições ao interior o nome de "bandeiras"; aos seus membros, a designação de "bandeirantes".

Por volta de 1620, as expedições de São Paulo começaram a se dirigir contra os indígenas que habitavam as costas meridionais do país. Vários milhares de índios patos foram trazidos para São Vicente e Rio de Janeiro. Em 1627, os paulistas foram atacados pelo cacique Taiaobá, aliado dos jesuítas espanhóis. No ano seguinte, para se vingar dessa agressão, os paulistas dizimaram as fronteiras da província de Guaíra. Os espanhóis e os jesuítas do Paraguai davam este nome ao território compreendido

[77] " (...) Todos muito bem-armados com escopetas, vestidos com gibões, que se parecem com dalmáticas, estofadas de algodão, com que, vestido o soldado da cabeça aos pés, luta com segurança contra flechas, ao som de tambor bandeira estendida e ordem militar (...)" (Montoya, *Conquista espiritual*, parágrafo 75, p. 92). No começo do século XIX, os soldados de São Paulo, empregados contra os índios, ainda conservavam esse modo de vestir. O pintor Debret assim os representou na sua "Viagem Pitoresca ao Brasil" (Tomo I, plancha 21): "Selvagens civilizados, soldados indígenas de Mogi das Cruzes combatendo os Botocudos".

[78] Manuel Preto era português. Numa obra recente, lemos que era conhecido em São Paulo como "o herói da Guaíra". Por equívoco se lhe deu esse epíteto, pois provavelmente já não vivia no momento da conquista da província da Guaíra. Os jesuítas mencionam certo João Preto que visitou Guaíra nessa época e que se fixou em Assunção, mas trata-se de um charlatão, não de um herói. Manuel Preto tinha três irmãos – Inocêncio, Sebastião e José – e um filho, Antônio Preto.

entre o Paranapanema, o Itararé, o Iguaçu e a margem esquerda do Paraná. Em 1630, podia-se ver duas pequenas vilas habitadas pelos espanhóis: Ciudad Real, sobre o rio Pequiri, perto da sua embocadura no Paraná; Vila Rica, sobre o Ivaí. E também muitos aldeamentos de indígenas sujeitos aos jesuítas do Paraguai. Loreto e Santo Inacio, na margem esquerda do Paranapanema, fundadas em 1610, eram as missões mais antigas e mais importantes. As demais tinham criação recente: Angeles, formada com índios do chefe Taiaobá (1628), e São Tomé (1628), sobre o rio Corumbataí; Concepción de los Gualachos (1628), perto das fontes desse rio; São Paulo (1627) e Santo Antônio (1628), na margem direita do Ivaí; São José (1624) e São Xavier (1623), em dois afluentes da margem esquerda do Tibagi; Encarnación (1625), Jesus Maria (1630) e São Miguel, na margem esquerda desse rio; São Pedro (1627), a leste do Tibagi. Na embocadura do Iguaçu, os jesuítas espanhóis tinham a redução de Santa Maria Maior (1626); no Paraná, da confluência do Acaraig para o Sul, várias outras; mas elas formavam a província do Paraná. Desde 1620, eles tinham começado a criar seus estabelecimentos no rio Uruguai e afluentes – região designada na época como província de Uruaig.

Em 1630, dirigidos por Antônio Raposo Tavares,[79] que tinha sob suas ordens Frederico de Melo, Antônio Bicudo, Simão Álvares e Manuel Morato,[80] os paulistas subiram a ribeira de Iguape, cruzaram a serra de Paranapiacaba e alcançaram a parte meridional da província de Guaíra. Bicudo se apossou de São Miguel; Alvares, de Santo Antônio; Morato, de Jesus Maria. Anunciavam: "Viemos expulsá-los deste país, que nos pertence e não ao rei da Espanha." [81]

---

[79] Os cronistas da província de São Paulo e todos os historiadores confundem muitas vezes Raposo Tavares com Antônio Raposo, que faleceu em 1633. Seu filho, Antônio Raposo, partiu de São Paulo em 1631, levando alguns reforços para a guerra contra os holandeses. Em 1641, encontrava-se em Cartagena das Índias com muitos outros oficiais e soldados portugueses e brasileiros desembarcados da frota de Vega Bazan. Em 1651, chegava a Gurupá, no rio Amazonas. Quanto a Antônio Raposo Tavares, era natural de São Miguel de Beja, em Portugal. Chegou a São Vicente em 1622 e foi incontestavelmente o chefe das primeiras expedições contra as missões dos jesuítas no Paraguai, segundo declarações feitas em Madri por Montoya e Lourenço de Mendonça, prelado do Rio de Janeiro.

[80] Melo era natural do Espírito Santo, segundo Paes Leme (*Nobiliarquia paulistana*). Bicudo era paulista. Sobre os outros dois, citados por Techo (*Hist. prov. paraq*.), não pudemos encontrar qualquer informação.

[81] "Venimos a echarlos de toda estar región porque esta tierra es nuestra y no del rey de España." (Montoya, Cong. esp., parágrafo 35). Em uma das suas representações ao rei, Montoya dizia:

No ano seguinte, os paulistas se apoderaram de São Paulo e de São Xavier, repeliram nesta última cidade um ataque dos espanhóis de Vila Rica, e depois se apossaram de São Pedro e de Concepción de los Gualachos. Os jesuítas reuniram em Loreto e Santo Inacio todos os índios que haviam podido escapar a essas *razzias*, e decidiram abandonar a província de Guaíra para fixar-se entre o Paraná e o Uruguai (1631), onde já tinham várias missões. Do outro lado só retiveram as reduções de Santa Maria Maior do Iguaçu e de Natividad do Acaraig, evacuadas em 1633. Logo depois da sua partida, os paulistas tomaram as cidades espanholas de Villa Rica e Ciudad Real (1631), que destruíram completamente. Graças à intervenção do bispo do Paraguai, que se encontrava em visita pastoral na primeira daquelas cidades, seus moradores puderam partir sem ser perturbados, indo instalar-se nas margens do Jejuí (Paraguai).

Em 1632, os paulistas cruzaram o alto Paraná e tomaram três reduções de índios itatines, que os jesuítas tinham acabado de fundar a oeste do rio Pardo (Mato Grosso), bem como Santiago de Jerez, cidade espanhola situada num planalto da serra de Amambai, perto das nascentes do rio Aquidauana.[82] Muitos espanhóis foram coniventes, indo fixar-se em São Paulo.

De 1626 a 1634, os jesuítas do Paraguai tinham conseguido estender suas missões sobre uma grande parte do território que forma hoje a província brasileira do Rio Grande do Sul. Quando houve a primeira invasão dos paulistas (1636), as reduções ou cidadelas jesuíticas eram 15, situadas entre o Ijuí (Iiuií) e a serra Geral, ao norte; o Ibicuí (chamado então Ibicuiti) e o Jacuí (Igaí, também chamado Fasido), ao sul; o Uruguai, a oeste; e o Taquari (na época Tebicuari ou rio do Espírito Santo), a leste. A parte oriental desse território foi designada como "província de Tape".[83]

"(...) Naquelas vilas, parece que não conhecem vossa majestade por suas cédulas, que recebem com mosquetes e mechas acesas, e nunca as executam."

[82] Vilas que acabam de ser fundadas. Uma cidade de Jerez tinha sido criada em 1579 por Melgarejo, sobre o Mbotetei (Hoje, Aquidauana. (N.E)), depois evacuada. Em 1593, Rui Diaz de Guzmán, governador de Guaíra, fundou com os habitantes de Ciudad Real uma segunda cidade de Jerez, na margem direita do Mondego. Em 1625, seus habitantes, autorizados pelo governador do Paraguai, foram estabelecer-se nos planaltos de Amambai, no lugar conhecido na época como Llanos de Yaguary. As três vilas destruídas foram: São José de Itatines, Angeles e São Pedro e São Paulo.

[83] Os aldeamentos ou vilas (*pueblos*) dos jesuítas no Paraguai muitas vezes mudavam de lugar, e outras vilas de igual nome eram fundadas em lugares diferentes. Eis as que existiam no Rio Grande do Sul em 1636, com a data da sua fundação: na margem direita do rio Pardo (conhecido, então, como Yequi ou rio Verde), subindo aquele rio, São Cristovão (1634) e

Essas missões foram destruídas – como as da província de Guaíra – logo depois da sua fundação.

Em setembro de 1636, Raposo Tavares partiu de São Paulo com seu exército e, no dia 3 de dezembro, depois de um combate de seis horas, tomou Jesus Maria de Iequi (rio Pardo). As reduções de São Cristóvão, São Joaquim e Santana foram evacuadas, mas os paulistas fizeram grande número de prisioneiros e repeliram um ataque dos índios, chefiados pelo padre Romero. A redução de Natividad de Araricá foi abandonada, e no território do Tape só restou aos jesuítas sua colônia de Santa Teresa de lbituruna, que foi tomada o ano seguinte (dezembro de 1637).

Em 1638, os paulistas completaram a destruição dos estabelecimentos espanhóis situados a oriente do Uruguai. Vencedores em Caaro, Caazapaguazú (onde o combate durou dois dias), Caazapamini e São Nicolau,[84] forçaram os jesuítas a emigrar com os índios que puderam escapar à catástrofe e que foram se incorporar às reduções entre o Uruguai e o Paraná, ou formar nessa região novas colônias, algumas das quais conservavam o nome das que tinham sido destruídas.[85]

Em março de 1641, os paulistas tentaram atacar essas missões, mas foram repelidos pelos guaranis perto do Mbororé, na margem direita do Uruguai. Nessa época, suas expedições se dirigiam antes para o oeste e o norte do que para o sul. Viu-se então prolongarem suas incursões até a parte setentrional do Paraguai, no distrito de Santa Cruz de la Sierra, e as cordilheiras do Peru. Em 1636, um dos seus chefes, Francisco Pedroso Xavier, tomou e destruiu a segunda Villa Rica, sobre o Jejuí (Paraguai),

---

Jesus Maria (1633); na margem esquerda, perto das suas nascentes, São Joaquim (1633); no passo de Jacuí, na margem esquerda do rio desse nome, Santana (1633); na margem direita do Ararica, Natividad (1632). Perto das nascentes do Jacuí, não longe do lugar onde hoje se encontra Cruz Alta, Santa Teresa de Ibituruna (1633). Nas nascentes do rio Ijuí Grande, São Carlos de Caapi (1631). Na margem direita do Ijuí Mirim, Apóstoles de Caazapaguazú (1631) e, descendo o mesmo rio, Martires de Caaro (1628). Entre o Ijuí e o Piratini, Candelaria de Caazaparmini (1617). Na margem esquerda do Piratini, perto da sua confluência com o Uruguai, San Nicolas (1626). Na margem direita do Itu (na época, Tibiquaci), Santo Tomé (1633); na margem direita do Ibicuí, subindo esse rio, São José de Itaquatiá (1633), São Miguel (1632) e Cosme e Damião (1634).

[84] Nesses combates, certo Nicolas Nenguiru, *bom na guerra e na paz*, comandava a ala direita dos guaranis. Talvez se trate de um antepassado do Nicolas Nenguiru que ficou célebre durante a guerra de 1754-56.

[85] Nessa época, foram fundadas, na região Santo Tomé, Apóstoles, São Carlos, São José, São Nicolau (transferida mais tarde novamente para o Piratini, mas em outro local), Candelaria, Mártires, São Cosme, Santana.

assim como a vários aldeamentos indígenas das cercanias. Perseguido por Andino, antigo governador do Paraguai, esperou-o nas montanhas de Maracaju e, depois de um combate, obrigou-o a bater em retirada.

Entre as autoridades municipais e os habitantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pará, de um lado; e os jesuítas, de outro, travou-se uma longa luta por causa dos índios. Os jesuítas defendiam a liberdade dos indígenas, mas eram acusados de explorá-los em seu benefício. No Rio de Janeiro, em 1632, houve uma tentativa de explodir com pólvora o quarto do primeiro prelado da cidade, Lourenço de Mendonça, que defendia a liberdade dos índios. Em São Paulo, os habitantes se apoderaram de todos os índios que trabalhavam nas plantações do colégio dos jesuítas (1633) e, em 1640, expulsaram da cidade esses religiosos, que só retornaram em 1653, tendo aceitado as condições que lhes foram impostas. As bulas papais e as ordens do rei condenando a escravidão, obtidas por Ruiz de Montoya, Dias Taño e Lourenço de Mendonça, não eram obedecidas. No Rio de Janeiro, ocorreram distúrbios. Em 1641, alguns paulistas pretenderam separar-se de Portugal e coroar rei Amador Bueno. Este se recusou, aclamando João IV, já reconhecido em todas as partes do Brasil não ocupadas pelos holandeses.

Em 1661, os habitantes do Pará e do Maranhão – onde o célebre padre Antônio Vieira defendia a liberdade dos índios – expulsaram também os jesuítas. Essa animosidade durou até a expulsão da Ordem, em 1759. Em 1755 (6 de junho) e em 1758 (8 de maio), Pombal obteve do rei José I duas leis que puseram fim à escravidão dos índios, obrigando a execução, no Brasil, de uma lei de 1º de abril de 1680.

No momento da expulsão dos holandeses (1654), a ocupação do território brasileiro pelos portugueses se estendia, pelo litoral, do rio Amazonas, no norte, ao Paranaguá, no sul. Na ilha de Santa Catarina, não havia então mais do que uma dúzia de colonos paulistas.

O governo do Pará consistia apenas das pequenas cidades de Belém do Pará, Cametá e Gurupá, e do forte do Desterro, no Uacarapi, na margem direita do Amazonas. O Maranhão tinha só a cidade de São Luís e as vilas de Santa Maria de Guaxenduba ou Águas Boas e Tapuitapera (Alcântara). Continuando pela costa, rumo ao Sul, encontrava-se no Ceará a vila e o forte desse nome. O Rio Grande do Norte consistia na cidade de Natal e em várias aldeias indígenas (Apuã, Jaraguá, Pirari etc.); Paraíba, na cidade

do mesmo nome (Frederica dos holandeses), a vila de São Pedro e São Paulo (Mamanguape) e várias aldeias indígenas: Petimbu, Nhiajereba, Ibiapuá, Pindaúna, Nhumajai, Urutagui (hoje Alhambra), Itapuã, Guiraobira (Independência). Pernambuco era mais povoado e tinha as cidades de Olinda, Recife-Santo Antônio (Mauritzstad) e Iguaraçu; as vilas de Goiana, São Lourenço de Tijucopapo, Conceição de Itamaracá (Vila Schkoppe), São Francisco de Pau d'Alho, Luz, Guaibipopaba, São Lourenço da Mata, Santo Amaro (Jaboatão), Muribeca, São Miguel de Ipojuca, Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, Santo Antônio do Cabo, Serinhaém, Santo Amaro (perto de Serinhaém) e São Gonçalo do Una. E algumas povoações menos importantes, entre as quais Taquara, Guia de Saracunhayã (hoje Nazaré), Prazeres (Glória de Goitá) e Santo Antão (Vitória), assim como vários aldeamentos indígenas (Caarecé, Itapecirica etc.). Em Alagoas, se encontravam as vilas de Porto Calvo, Santa Luzia do Norte, Conceição de Alagoas, Penedo (Mauritius dos holandeses) e Ajuda (hoje Anadia), bem como as povoações de São Gonçalo de Peripueira, Santo Amaro (Atalaia) e Anunciação (Pilar). Em Sergipe, a cidade de São Cristóvão e as vilas de Santo Antônio, no rio São Francisco (Porteira), e Santo Antônio da Serra de Itapuama (Itabaiana).

A Bahia contava com a capital do Brasil, São Salvador da Bahia (provavelmente com 20 mil habitantes), a cidade de Camamu, as vilas de Cachoeira, Santo Amaro, Valença, Cairu, além de muitas povoações; ao sul do rio das Contas, a aldeia de Barra do Rio das Contas, as cidades de Ilhéus e Porto Seguro, as vilas de Santa Cruz, Trancoso, Patatibe (Vila Verde) e Caravelas. No Espírito Santo, as cidades de Vitória e Espírito Santo e as aldeias indígenas de São Mateus, Reis Magos (Almeida), Santana (Guaraparim) e Reritigba (Benevente).

No Rio de Janeiro, em 1648, a cidade desse nome não tinha mais do que 2.500 habitantes, além da guarnição de 600 homens, consistindo apenas em três ou quatro ruas paralelas ao mar, entre as colinas do Castelo e de São Bento. Em 1654, havia também as cidades de Ilha Grande (hoje Angra dos Reis) e de Cabo Frio, e as vilas de São Cristóvão*, Irajá, Iguaçu, Trairaponga (Meriti), Magepe (Magé), Caçarebu (Santo Antônio de Sá), Desterro (Itambi), Conceição (Itaboraí) e Gaxindiba (São Gonçalo); as

* Hoje, um bairro do Rio de Janeiro. (N.E)

vilas indígenas de São Lourenço, Icaraí, Cabuçu (Vila Nova), São Pedro de Araruama, Sepetiba, Guia (Mangaratiba) e Parati.

O território de São Vicente (hoje São Paulo) possuía, no litoral, as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente (a capital), Itanhaém, Iguape e Cananéia, e a vila de Paranaguá. No interior, as cidades de São Paulo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itaboaté (Taubaté), Jacareí, Aldeias do Ó, Guarulhos, Conceição dos Pinheiros, São Miguel, Santo Amaro de Ibirapuera, Ajuda (Itaquaquecetuba), Jundiaí (elevada a cidade em 1655), Guaratinguetá e Araçariguama, além de várias povoações ou estabelecimentos cujos proprietários tinham grande número de índios escravos ou militarizados. Em 1654, uma vila começou a se formar em Sorocaba.

De 1660 a 1662, uma expedição chefiada por Paes Leme (Fernão Dias), natural de São Paulo, atravessou a serra da Mantiqueira e explorou grande parte do interior, ultrapassando as montanhas de Serro Frio. Por volta de 1663, outro paulista, Lourenço Castanho Taques, descobriu ouro no distrito que designou como Minas dos Cataguás e pouco depois se chamaria Minas Gerais. Várias outras expedições originadas em São Paulo penetraram no interior em busca de minas. Em 1672, Pascoal Paes de Araújo chegou às nascentes do Tocantins. Em 1682, Bartolomeu Bueno, que os índios apelidaram de Anhanguera (o diabo), e Antônio Pires de Campos avançaram na mesma direção. Manuel de Borba Gato, genro de Paes Leme, Antônio Dias Arzão e um grande número de paulistas se fixaram nas Minas Gerais, onde muitas vilas foram fundadas no fim do século XVII. Cedo apareceram aventureiros procedentes do Rio de Janeiro e da Bahia; a imigração portuguesa, que se destinava principalmente à Bahia e a Pernambuco, teve um grande desenvolvimento e começou a se dirigir, através do Rio de Janeiro, para a região das minas.

Em 1708, ocorreram conflitos entre os paulistas e os aventureiros de outras partes do Brasil e de Portugal, que os primeiros chamavam de forasteiros ou "emboabas" (de *amõ*, longe, e *abá*, homem). Chefiados por Domingos da Silva Monteiro, os paulistas foram vitoriosos no rio das Mortes, onde pouco depois foram batidos por Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio, enviado por Manuel Nunes Viana, o chefe dos emboabas, e precisaram retirar-se para Pitangui.[86] Chegado em 1709, o governador

[86] Guerra civil pouco estudada, sobre a qual os documentos publicados até aqui (ano de 1809 – N.E.) são absolutamente insuficientes.

Antônio de Albuquerque conseguiu pôr fim a essa guerra civil; nomeou as primeiras autoridades governamentais em Minas Gerais e organizou, com apoio dos dois partidos, os primeiros regimentos milicianos e um outro de tropas regulares.

Por ocasião da invasão holandesa, alguns negros escravos tinham abandonado seus proprietários, em Pernambuco, estabelecendo-se nas florestas de Palmares, em Alagoas. Seu número em breve se elevou a vários milhares, e conseguiram manter-se independentes durante mais de 60 anos, repelindo em primeiro lugar os ataques dos holandeses e, mais tarde, dos brasileiros-portugueses. Depois de uma guerra de alguns anos, só em 1697 foram submetidos, por um pequeno exército procedente de São Paulo, chefiado por Domingos Jorge Velho. Diante da derrota definitiva, os principais chefes negros se jogaram do alto de um rochedo, preferindo a morte à escravidão.

O território do Piauí começou a ser povoado em 1674, por Domingos Afonso Mafrense, natural da margem norte do rio São Francisco. Em 1718 e 1719, Antônio Pires de Campos Filho, Pascoal Moreira Cabral e outros paulistas fundaram os primeiros estabelecimentos portugueses em Mato Grosso.

O comércio do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII

As possessões portuguesas do Brasil só tinham comércio direto com a metrópole. No entanto, desde o século XVI, alguns comerciantes estrangeiros estabeleceram feitorias ou casas de comércio nos portos mais importantes. Os célebres Schetz, de Antuérpia, mantinham um agente em São Vicente, onde dispunham de uma usina de açúcar. Durante o período em que Portugal e Espanha estiveram reunidos (1580-1640), foram estabelecidas relações comerciais bastante regulares entre a Bahia, o Rio de Janeiro e o Prata.

Nos séculos XVI e XVII, a exportação brasileira consistia principalmente de açúcar, madeiras para tinturaria e construção, e couros. A pecuária era praticada sobretudo na Paraíba e em São Paulo. Só nos primeiros anos do século XVIII, a exportação de ouro e diamantes começou a ser importante. Nessa época, havia um considerável comércio clandestino, pela colônia do Sacramento, entre o Rio de Janeiro e as províncias espanholas do Prata.

No século XVII, durante a guerra com a Holanda, criou-se o hábito de reunir em comboio, sob a proteção de navios de guerra, os barcos mercantes que faziam o comércio entre Portugal, Bahia e Rio de Janeiro. O almirante brasileiro Salvador Corrêa de Sá comandou alguns desses comboios. Em 1649, foi organizada em Lisboa uma empresa poderosa, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cujo nome foi mudado, em 1660, para Junta do Comércio. Essa companhia privilegiada teve, desde o início, muitos navios armados e mantinha um regimento de infantaria e de artilharia naval. A cada ano enviava um comboio que, partindo de Lisboa ou do Porto, se dirigia a Recife, à Bahia e ao Rio de Janeiro, transportando para Portugal os produtos desse país. As representações feitas pelos comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia contra esse monopólio levaram a reformas e, depois, à extinção da Companhia (1720). Persistiu, porém, o costume dos comboios comerciais, sob a proteção de navios de guerra. Em 10 de setembro de 1765, o marquês de Pombal permitia aos navios mercantes viajar entre Portugal e Brasil fora de um comboio. Em 1755, o mesmo ministro criou duas novas companhias privilegiadas, a do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba. As duas foram extintas em 1788.

Sob o governo de Salvador Corrêa de Sá, no Rio de Janeiro – e na mesma época, também na Bahia (1650) –, estaleiros de construção naval foram erguidos nesses dois portos. Muitos vasos de grande porte e fragatas da marinha real foram construídos no Brasil. Outros estaleiros foram erguidos no século XVIII e no começo do século XIX, época em que os portugueses construíam regularmente no Brasil uma grande parte dos seus navios de guerra.

Guerra com os espanhóis e invasões francesas nos séculos XVII e XVIII

Em 1680, dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundou na margem esquerda do Prata, em frente de Buenos Aires, a colônia de Sacramento – longe da parte povoada do Brasil, cujo estabelecimento mais meridional estava na ilha de Santa Catarina. Sacramento foi objeto de longas querelas com a Espanha, à qual foi transferida pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. No mesmo ano da sua fundação, a colônia foi tomada pelos espanhóis de Buenos Aires e pelos guaranis das Missões

jesuíticas do Paraná e do Uruguai, sob o comando de Vera Mujica (em 7 de agosto). Restituída aquela colônia a Portugal pelo Tratado de 7 de maio de 1681, foi reconstruída em 1683. No ano seguinte, os colonos de São Paulo fundaram a ilha de Laguna, no litoral de Santa Catarina.

Quanto aos franceses, depois de várias tentativas de colonização, estabeleceram-se em Caiena, de onde expulsaram os holandeses em 1664.

O primeiro governador francês, Lefebvre de la Barre, regressou à França no ano seguinte e publicou um livro[87] no qual se leem as seguintes passagens:

> A Guiana Francesa, propriamente França Equinocial, que tem um litoral de cerca de 80 léguas francesas, começa no cabo de Orange, uma ponta de terra baixa que se projeta sobre o mar e que se faz notar por três pequenas elevações cujo topo pode ser visto além do rio Iacopo, que se lança ao mar antes do cabo (...) Pode-se considerar o rio Maroni como o limite da Guiana Francesa.

Essa nova colônia foi tomada pelos ingleses em 1667 e, no mesmo ano, reconquistada pelas franceses. Em 1674, caiu em mãos dos holandeses, que a conservaram durante três anos. Em 1677, finalmente, voltou a ser francesa.

No território da capitania do cabo do Norte, criado pelo rei da Espanha, que ao instituí-la anexou-a ao Brasil,[88] os portugueses já possuíam o forte de Gurupá, fundado em 1623 na margem direita do Amazonas; ao norte desse rio, na Guiana Brasileira, tinham os fortes do Desterro, no Uacarapi, de 1638; e do Araguari, construído em 1660. Este último, tendo sido destruído pela pororoca, foi reformado em 1685. Em 1688, os portugueses do Pará construíram dois outros fortes, os de Toeré e Santo Antônio de Macapá, este no local do forte de Cumaú, tomado aos ingleses em 1632.

Em maio de 1637, o marquês de Ferrolle, governador de Caiena, pretendendo que o Amazonas devia ser o limite das possessões francesas,[89] apoderou-se dos quatro fortes portugueses da margem direita;

---

87 De la Barre, *Description de la France Équinoxiale Ci-Devant Appelée Guyane*. Paris, 1666.

88 Já vimos que o limite setentrional dessa capitania era o rio Oiapoque ou Vincent Pinzón.

89 Segundo de Ferrolle, o nome Oiapoque vem do galibi *ouepô*, ilha, e deveria aplicar-se à Amazônia, onde se encontra a ilha de Marajó, a maior da região. Mas, na verdade, o nome provém de duas palavras da língua dos oiampis: *ouaia*, "ponta", e *poko*, "grande".

demoliu os de Araguari, Toeré e Desterro, conservando só o de Macapá. Um mês depois (28 de junho), tropas enviadas do Pará pelo governador Antônio de Albuquerque, comandadas por Fundão e Muniz de Mendonça, retomaram Macapá.

Durante a guerra da sucessão da Espanha, a cidade de Colônia (Sacramento) foi sitiada e bombardeada, a partir de 17 de outubro de 1704, pelos espanhóis de Buenos Aires. Seu governador, o general Veiga Cabral, resistiu a todos os ataques, evacuando o lugar, em 15 de março de 1705, por ordem do rei de Portugal. Para esse fim, o capitão-de-mar-e-guerra Amaro José de Mendonça tinha sido enviado do Rio com alguns navios que, depois de um combate, puseram em fuga os navios espanhóis que bloqueavam o porto. Colônia foi restituída a Portugal pelo Tratado de Paz assinado em Utrecht em 6 de fevereiro de 1715.

Em 1710, uma expedição, cujo comando Luís XIV confiou ao capitão de fragata Jean François Du Clerc,[90] partiu de La Rochelle em 10 de maio, para se apoderar do Rio de Janeiro, cidade que contava então com 12 mil habitantes.[91] A expedição se compunha de um navio de transporte, quatro fragatas e 1.400 homens, dos quais 1.100 tropas navais. Em 11 de setembro, Du Clerc desembarcou na praia de Guaratiba, a algumas léguas do Rio de Janeiro, e através de Jacarepaguá chegou às montanhas da Tijuca. O governador Francisco de Castro Moraes conseguiu reunir mais de 2 mil homens e colocou quase todos atrás de um fosso, do lado do campo, diante da planície do Rosário. Du Clerc, porém, seguiu um caminho diferente do esperado: percorrendo uma trilha conhecida então como Azinhaga de Matacavalos, contornou a colina de Santo Antônio,[92]derrotou vários destacamentos e penetrou (em 19 de

O Oiapoque dos portugueses era o mesmo rio Yapoc ou Iapoco dos franceses Jean Moquet (1616), de la Barre (1669), de l'Isle (cartas de 1703, 1716 e 1722), Thomas Corneille (1708), De Fer (1719); Lombard (1723, 1726), d'Anville (1729 e 1748), La Martinière (1732 e 1739).

90 Natural de Guadalupe, senhor de Léogane. "Era um jovem cheio de coragem, empreendedor e intrépido; na França, se havia aliado com Casse, assistente do rei" (*Labat*, ed. de 1722, v. 167).

91 Documento dos Arquivos do Rio de Janeiro, citado por Caetano da Silva, "L'Oyapock...", tomo II, p. 566.

92 Na época, a cidade do Rio de Janeiro ocupava o espaço entre o mar, as colinas do Castelo e de São Bento e um fosso conhecido como "vala", que ia do largo e campo de Santo Antônio (hoje largo da Carioca) até a Prainha. Esse fosso seguia a direção da rua conhecida antigamente como da Vala (hoje Uruguaiana), e que ainda não existia. Depois, no começo da rua Antônio Vaz Viçoso (hoje São Pedro), mudava de direção para alcançar o mar passando entre os morros

setembro) na cidade,[93] onde encontrou a resistência dos estudantes que, sob a chefia de Bento do Amaral Gurgel, se tinham entrincheirado na casa do governador. O coronel Gregório de Castro deslocou-se para aquele local, à testa de alguns soldados, e um combate sangrento foi travado na rua Direita, onde os franceses se haviam apossado de um armazém que dava para o mar (o trapiche da cidade). Outras tropas acorreram, com o governador, e Du Clerc foi forçado à rendição.[94] Alguns meses mais tarde, em 18 de março de 1711, o francês foi encontrado morto, apunhalado na casa onde residia. O governador atribuiu esse crime, cuja autoria permaneceu ignorada, a alguma vingança particular, provocada pelas galanterias de Du Clerc.

Em 9 de junho de 1711, Duguay-Trouin partia de La Rochelle com uma esquadra poderosa, para vingar esse insucesso.[95] A despeito das

---

de São Bento e da Conceição. A rua Direita ou da Cruz (hoje 1º de Março) era a única a se estender do Castelo a São Bento. Ali se encontrava a casa do governador, diante da rua do Palácio (hoje da Alfândega), entre a alfândega, à direita, e o trapiche da cidade (armazém ou depósito), à esquerda. Do lado do campo, a última rua paralela à Direita era a dos Ourives; do lado de São Bento, a última rua perpendicular à Direita era a de Antônio Vaz Viçoso. Entre esta rua, a Direita, e o morro de São Bento havia uma planície e um mangue. As igrejas do Rosário e de São Domingos, assim como a propriedade conhecida como Chácara do Fogo (que deu nome a uma rua hoje conhecida como dos Andradas), ficavam fora dos limites da cidade, numa planície cercada de mangues. Dali, dois caminhos levavam para o interior; um outro era chamado caminho do Desterro (hoje rua Evaristo da Veiga); mais longe, a Azinhaga de Matacavalos (hoje Rua do Riachuelo), tinha início perto do largo de Santo Antônio, contornava o morro do Desterro (Santa Teresa) e, pela mata dos Porcos, chegava ao Engenho Pequeno dos Padres (hoje Engenho Velho), às montanhas da Tijuca e ao Engenho Novo. Segundo um viajante francês que visitou o Rio em 1703, com o capitão Le Roux, do L'Aigle, a rua Direita representava, sozinha, mais da metade da cidade (*Journal d'un Voyage sur les Costes d'Afrique et aux Indes*..., Amsterdam, 1723, p. 288).

93 Pelo caminho do Desterro, caminho da Conceição da Ajuda (hoje rua da Ajuda), rua do Parto (hoje São José), rua da Misericórdia, praça do Carmo (hoje Dom Pedro II) e rua Direita.

94 Du Clerc não tinha mais do que 650 homens. Ele enviou à França um relatório sobre esse combate, o qual, porém, nunca foi publicado. Encontra-se na *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, tomo XXIII, p. 420-2, a reimpressão de um documento da época com a lista dos oficiais franceses mortos ou aprisionados; no entanto, a ortografia dos nomes é tão defeituosa que é quase impossível reconhecê-los. Por exemplo: De la Salle aparece como "Laffalt, ai de camp". Entre os mortos encontramos um príncipe "de China, Farina" (sic); entre os prisioneiros feridos, os marqueses de Linars e de Signy, os senhores de Préfontaine, de Saint-Leger, de Coigny etc. Do lado português, pereceram vários oficiais, entre eles o coronel Gregório de Castro.

95 A esquadra se compunha de 17 navios, com 740 canhões e 5.764 homens: O *Lis* e o *Magnanime*, com 74 canhões cada um; *Achille*, *Glorieux*, *Brillant* e *Fidele*, com 66;

representações do governador Castro Moraes, que se queixava do pequeno número de soldados de que dispunha, e sobretudo da falta de oficiais e artilheiros, Lisboa não lhe tinha mandado reforços. Em 25 de agosto, a "frota do comércio", que vinha todos os anos de Portugal, terminava de carregar no Rio de Janeiro quando um navio inglês trouxe a notícia da próxima chegada de Duguay-Trouin.[96] Começou-se então apressadamente a preparar trincheiras; emissários foram enviados ao interior, solicitando reforços, que contudo não conseguiram chegar a tempo. Em 12 de setembro, protegido pela névoa, Duguay-Trouin se aproximou do litoral do Rio de Janeiro, forçando a entrada na baía, a despeito do bombardeio dos fortes, das baterias[97] e de

Mars, com 56; *Argonaute*, 46; *Chancelier* e *Aigle*, 40 cada um; *Bellone*, 38; *Amazone*, 36; *Glorieuse*, 30; *Astrée*, 22; *Concorde*, 20; *Française* e *Patient*, galeotas. A esquadra foi ampliada com uns poucos navios tomados aos ingleses.

96 A "frota do comércio" devia partir para a Bahia a 3 de setembro (Carta de Velho, publicada por Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, p.53). A 27 de agosto, um edital do governador ditava providências sobre o embarque dos prisioneiros franceses, que deveriam partir nesses navios (documento do Arquivo Público, no Rio de Janeiro). Nas *Memórias* de Duguay-Trouin, assim como na "Relação..." publicada na *Gazette de France* (nº 9, 1712), fala-se em quatro navios e três fragatas portuguesas. A *Gazette* de 12 de dezembro de 1711, que publicou o extrato de uma carta de Lisboa, dá noticias mais exatas a respeito da composição dessa frota: "(...) Com 12 navios ricamente carregados, escoltados por três vasos de guerra." Com efeito, só três vasos protegiam essa frota: a capitânia, cujo nome ignoramos (os documentos da época o chamam apenas de "capitania"), o *São Boaventura*, comandado por Gillet du Bocage, e o *Prazeres*, que pertencia à Junta do Comércio. Os dois outros eram da Marinha de Guerra. Estavam também no Rio de Janeiro, quando Duguay-Trouin chegou, o guarda-costas *Barroquinha*, de 36 canhões, sob o comando de Amaro José de Mendonça. Segundo uma carta do governador Albuquerque, a capitânia e o *São Boaventura* tinham, juntos, 58 canhões. É provável que o *Prazeres* não tivesse artilharia superior à dos outros. Havia portanto no Rio de Janeiro três navios do rei e um da companhia, armados com um total de cerca de 130 canhões, além de dois navios mercantes ingleses, que tinham um certo número de peças. Esses navios obedeciam ao comando do contra-almirante Gaspar da Costa de Ataíde, o mesmo que, reunido à esquadra inglesa, tinha comandado a de Portugal no combate de 17 de março de 1705 contra De Pointis.

97 Segundo documentos portugueses, estavam fundeados perto de Villegaignon, e não entre Boa Viagem e a ponte de Jurujuba, posição indicada no "Plano da baía e da cidade do Rio" (Mémoires de Duguay-Trouin). Se estivessem nesta última posição, teriam sido apresados no dia da chegada da esquadra francesa. Eis aqui os nomes e o número exato dos canhões dos fortes do Rio de Janeiro, na ocasião do ataque de Duguay-Trouin: na entrada do porto, bateria da praia do Fora, seis canhões; bateria da praia Vermelha, 12; fortaleza de Santa Cruz, sob o comando do major Miguel Alves Pereira, 44 canhões, sendo seis de bronze; fortaleza de São João (compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio), sob o comando do major Antônio Soares de Azevedo, 30 canhões, sendo oito de bronze; no porto: bateria de Villegaignon, sob o comando do capitão Manuel Ferreira Estrela, 20 canhões; bateria da Boa Viagem, 10 (a bateria de Gravatá já existia, mas não estava armada); forte e

seis navios fundados perto da ilha de Villegaignon. Uma explosão destruiu a bateria desta ilha, e os navios portugueses, percebendo que iam ser abordados, romperam as cadeias e encalharam perto da cidade, onde foram incendiados por ordem do contra-almirante Costa de Ataíde.

No dia 13, de madrugada, o cavalheiro de Goyon tomou a ilha das Cobras, perto da cidade. No dia seguinte, Duguay-Trouin desembarcou, com 3.800 homens, quatro morteiros e 20 grandes roqueiras de ferro fundido.[98] Sem disparar um tiro, essas tropas ocuparam as colinas de São Diogo, Providência e Livramento, que não eram fortificadas, e instalaram baterias na ilha das Cobras e no morro de Pina (hoje Saúde), que abriram fogo contra as posições portuguesas em São Bento e o forte São Sebastião.[99] O governador Castro Moraes só tinha conseguido reunir 2.800 homens para defender a cidade e os fortes da baía;[100] agora,

bateria da ilha das Cobras, sob o comando do capitão Diogo Barbosa Leitão, 12. Na cidade e arredores: forte de São Sebastião, capitão José Corrêa de Castro, cinco; reduto Santa Luzia, cinco; reduto São Januário, 11 (todos os três no morro do Castelo); forte Santiago (conhecido também como da Misericórdia ou do Calabouço), um canhão; trincheira do morro de São Bento (sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Gillet du Bocage, avô do célebre poeta português), oito canhões; reduto da Prainha, sem artilharia. No morro da Conceição, havia uma posição sem canhões, que protegia a casa do bispo. Total: 174 canhões, sendo 14 de bronze. Varnhagen cita, por engano, o forte da Lage, do qual Duguay-Trouin não fala. Iniciada sua construção em 1717, esse forte ainda não estava pronto em 1718.

98 Duguay-Trouin, Mémoires, ed. de 1740, p. 174. Essas tropas formavam três brigadas, comandadas pelos cavalheiros de Goyon, de Courserac e de Beauve.

99 De acordo com Duguay-Trouin (*Mémoires*), cinco morteiros e 18 canhões na ilha das Cobras, e 10 canhões no morro da Saúde, além dos quatro morteiros que tinha consigo. Os documentos da Alçada demonstram que, para responder a esse poder de fogo, a cidade só dispunha de oito canhões no morro de São Bento, cinco no forte de São Sebastião (Castelo) e um no de Santiago, onde se encontra hoje o Arsenal de Guerra. Os outros fortes da baía eram distantes, e não se prestavam à defesa da cidade. A bateria de Villegaigon, mais próxima, tinha sido destruída. Os redutos de São Januário e de Santa Luzia, situados na vertente meridional do morro do Castelo, não poderiam participar do combate de artilharia ao norte do morro.

100 Tropas regulares: os dois regimentos do Rio de Janeiro (terço velho e terço novo), 590 homens, coronel Francisco Xavier de Castro Moraes e coronel João de Paiva; regimento da Colônia do Sacramento (terço da Colônia), 300 homens, major Domingos Henriques. Milícias: regimento da nobreza e privilegiados, 550 homens, coronel Manuel Corrêa Vasques; dois regimentos de ordenanças, 780 homens, coronel Baltasar de Abreu Cardoso e coronel Crispim da Cunha; companhia dos moedeiros, 50 homens. Tropas da Marinha: 400 homens, dos regimentos da Armada e da Junta do Comércio. Total: 2.670 homens, dos quais 600 ocupavam os fortes da baía. Precisaríamos acrescentar os artilheiros, que formavam duas companhias de 50 homens. Pela primeira vez são publicados estes números, que encontramos na exposição apresentada pelo antigo governador do Rio à Alçada, ou comissão de magistrados encarregada do inquérito.

a resistência se tornara impossível, pois a cidade podia ser destruída facilmente das posições elevadas ocupadas pelos franceses.

Depois de várias escaramuças sem resultado e de um ultimato, na tarde de 20 de setembro, a esquadra e as baterias francesas começaram um bombardeio geral. Por volta das 11h, o governador ordenou às tropas que evacuassem a cidade; na manhã seguinte, esta era ocupada por Duguay-Trouin,[101] informado da evacuação pelos prisioneiros da expedição Du Clerc.

Os fortes situados na entrada do porto se renderam à primeira intimação, logo que souberam da fuga do governador. O contra-almirante Costa de Ataíde assumiu o comando das tropas reunidas no Engenho Novo, nas vizinhanças da cidade, onde uma posição fortificada tinha sido construída. Alguns reforços chegaram de Parati e da ilha Grande (Angra dos Reis)[102] e outros estavam a caminho. Mas Duguay-Trouin avisou os portugueses de que destruiria completamente a cidade se não lhe fosse pago sem demora um resgate, como contribuição de guerra. Aconselhado pelos jesuítas, o governador decidiu, então, assinar um acordo (em 10 de outubro) prevendo o pagamento desse resgate. Três dias depois, Antônio de Albuquerque chegava a Iguaçu com 6 mil homens, procedente de Minas Gerais,[103] mas o acordo foi honrado. Efetuado o último pagamento no dia 4 de novembro, a cidade foi evacuada pelos franceses, que, no entanto, continuaram ocupando os fortes da baía até o dia 13, quando sua esquadra levantou âncora. Atendendo à solicitação do Conselho Municipal e dos moradores do Rio de Janeiro, Albuquerque permaneceu à frente do governo.

Em 1712, a metrópole enviou ao Brasil alguns canhões e um oficial de engenharia, o general Macé, com a missão de ampliar e aperfeiçoar as fortificações do Rio de Janeiro e da Bahia.[104] O infeliz governador

[101] "(...) O fogo contínuo das baterias e dos navios que, com o rimbombar de trovões de uma horrível tormenta, e os relâmpagos que se sucediam quase sem intervalo, faziam a noite medonha" (Duguay-Trouin, Mémoires).

[102] Quinhentos e oitenta homens chefiados por Francisco do Amaral Gurgel, que não era o mesmo Amaral de que nos fala Duguay-Trouin: Bento do Amaral Gurgel, antigo comandante dos estudantes, morto numa escaramuça perto da lagoa da Sentinela.

[103] Nove batalhões (terços) de milicianos, um de linha e um regimento de cavalaria composto de milicianos: "Perto de seis mil homens da melhor e mais luzida gente que têm as ditas Minas, assim forasteiros como paulistas (...)" (carta de 26 de novembro de 1711, dirigida ao rei pelo governador Albuquerque).

[104] Outros fortes foram construídos e alguns dos antigos reformados ou ampliados. Em 2 de março de 1718, o governador Brito de Menezes enviava ao rei uma descrição dos fortes do Rio de

Castro Moraes, que não tinha podido resistir ao poderoso armamento francês, teve todos os bens confiscados e foi condenado a terminar seus dias na prisão, numa fortaleza da Índia. O coronel Francisco Xavier de Castro Moraes, seu sobrinho, foi condenado ao degredo perpétuo. O comandante do forte de São João tinha dispensado seus homens e não pôde atirar contra os navios de Duguay-Trouin, quando estes forçaram a entrada na baía; temendo ser punido pela falta, desertou, deixando o Rio de Janeiro com os franceses. Foi declarado traidor e infame, condenado à forca; seus descendentes do sexo masculino até o segundo grau foram também considerados infames. À revelia, foi executado em efígie.

O major Alves Pereira, comandante do forte de Santa Cruz, tinha cumprido seu dever no dia 12, e Duguay-Trouin confessara que a entrada no Rio de Janeiro lhe havia custado 300 baixas, inclusive 80 mortos. Contudo, ficou provado que Alves Pereira também tinha dispensado uma parte da guarnição e que, depois do abandono da cidade pelos portugueses, havia capitulado, no dia 23 de setembro, sem oferecer resistência. Por isso, foi deportado para Angola.

O comandante da ilha das Cobras, que no dia 12 tinha solicitado reforços (os quais, aliás, ninguém se havia apressado a enviar), tinha perdido aquela posição e foi expulso do serviço. O contra-almirante Costa de Ataíde, que, sem poder bater-se no mar tinha incendiado seus navios, aumentando o número dos defensores da cidade, perdeu, na opinião geral, a reputação ganha em várias ações brilhantes. Viajou para Lisboa, onde enlouqueceu, e ali morreu em 8 de setembro de 1716.[105]

Depois da guerra da sucessão, Portugal buscou resolver com a França a questão dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Um tratado provisório e suspensivo tinha sido assinado em Lisboa em 4 de março de 1700; declarando indefinida a posse pelas duas coroas das terras situadas entre o forte de Macapá e "o rio de Oiapoque, conhecido como Vicente Pinzón". No Congresso de Utrecht, os plenipotenciários franceses aceitaram, depois de uma discussão, o texto português e francês redigido

Janeiro, que se pode assim resumir: praia de Fora, seis canhões; praia Vermelha, 12; Santa Cruz, 53, sendo 15 de bronze; São João, 42, sendo oito de bronze; Boa Viagem, 10; Gravatá, 10; Villegaignon, 20; ilha das Cobras, 26; São Sebastião, 24; São Januário, 11; Santa Luzia, 11; Santiago, oito; Prainha, quatro; Conceição (quase terminado), 36. Total: 262, isto é,um aumento de 92 bocas de fogo.

[105] *Gazeta de Lisboa* de 12 de setembro de 1716.

pelo conde de Tarouca e dom Luiz da Cunha, embaixadores de Portugal. O tratado foi assinado no dia 11 de abril de 1713, e declarava (artigo 8º) que a França renunciava a suas pretensões "à propriedade das terras conhecidas como do cabo do Norte, situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón".

De 3 de outubro de 1735 a 2 de setembro de 1737, Colônia foi outra vez sitiada pelos espanhóis. Dessa vez, a resistência foi vitoriosa, sob o comando do general Vasconcelos, pois uma esquadra portuguesa mantinha as comunicações com o Rio de Janeiro, e importantes suprimentos e reforços foram enviados aos sitiados por Gomes Freire de Andrada, depois feito conde de Bobadela, governador das capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sob o comando do general Paes, tropas do Rio, da Bahia e de Minas ocuparam e fortificaram o Rio Grande do Sul (1737). Os paulistas já se haviam instalado ao norte do Jacuí.

O limite seguindo um meridiano fixado pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, não fora respeitado nem pelos portugueses, no Brasil, nem pelos espanhóis, nas Índias Orientais. Nos séculos XVI e XVII, os astrônomos dos dois países não tinham chegado a se entender sobre a posição da linha de partição. A Espanha se apossara das Filipinas e havia reclamado e obtido de Portugal uma indenização pela ocupação das Molucas, sustentando que estas ilhas se encontravam no hemisfério espanhol. Neste caso, se o meridiano da partição passava mais a oeste, uma grande parte da Patagônia, das províncias de La Plata, de Tucumã e do Paraguai estaria no hemisfério português.

Procurou-se, por fim, regulamentar o litígio pelo Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, que foi negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, embora seu nome não figure naquele documento. Adotou-se o princípio do *uti possidetis*, com uma qualificação: Portugal cedia a praça da Colônia à Espanha, em troca do território situado ao norte de Ibicuí e a oriente do Uruguai, ao qual tinham retornado os jesuítas espanhóis expulsos em 1638 pelos paulistas, fundando sete novas cidades, de 1687 a 1707. Os jesuítas espanhóis tinham armado e disciplinado os indígenas, incitando-os a resistir às ordens do rei da Espanha. Foi necessário recorrer a uma guerra para tomar posse desse território, conhecido como as Missões Orientais do Uruguai (1754-1756). Os guaranis foram vencidos na batalha de Caaibaté, em 10 de fevereiro de 1756, pelos exércitos de Buenos Aires e do Brasil, comandados por Andonaegui e Gomes Freire de

Andrada. Foi depois dessa guerra que dom José I, seguindo os conselhos de Pombal, determinou a expulsão dos jesuítas (1759).

Como não houve entendimento entre os comissários designados pela Espanha e por Portugal para demarcar as fronteiras, e o tratado foi objeto de muitas críticas, tanto em Madri como em Lisboa, os dois governos terminaram por anulá-lo (12 de fevereiro de 1761).

O chamado "Pacto de Família" provocou uma nova guerra no sul do Brasil. Comandados por Ceballos, os espanhóis bloquearam e atacaram Colônia (de 6 de junho de 1761 a 30 de outubro de 1762), que capitulou; depois disso, se apoderaram das duas margens do Rio Grande do Sul e, não obstante as estipulações do Tratado de Paris (10 de fevereiro de 1763), só entregaram a Colônia. Em 1767, os brasileiros, chefiados por Sá e Faria, retomaram a margem norte do rio Grande.

De 1772 a 1775, Colônia esteve quase continuamente bloqueada por navios espanhóis, e a partir de 1773 várias escaramuças e combates tiveram lugar nas fronteiras do Rio Grande do Sul, nas quais se destacou o brasileiro Rafael Pinto Bandeira. Vendo que a Espanha não respondia a suas reclamações, dom José I enviou uma esquadra e vários regimentos ao vice-rei marquês do Lavradio que, com esses reforços e tropas brasileiras, concentrou um exército no Rio Grande do Sul. Em 4 de abril de 1775, vários navios portugueses, sob o comando de Hardcastle, forçaram a entrada do rio Grande. No ano seguinte, em 19 de fevereiro, uma parte da esquadra portuguesa, sob o comando do contra-almirante Mac Doual, penetrou no rio, depois de vivo combate contra as baterias e os navios espanhóis. Em 26 de março de 1776, Pinto Bandeira tomou o forte de Santa Tecla, no interior; a 1º de abril, o general Bohm se apossava das fortificações espanholas da margem meridional do rio Grande. Foi assim reconquistado o território detido pelos espanhóis desde 1762. Para vingar suas derrotas, a Espanha enviou contra o Brasil o general Ceballos, com uma grande frota e um exército numeroso, apoderando-se da ilha de Santa Catarina (fevereiro de 1777) e da Colônia (3 de junho de 1777). Quase ao mesmo tempo falecia o rei dom José I (24 de fevereiro de 1777), e Pombal caía em desgraça.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, a Espanha reteve a Colônia, restituiu a ilha de Santa Catarina e renunciou a suas pretensões sobre a parte oriental do território do Rio Grande do Sul, bem

como sobre quase todos os territórios ocupados pelos brasileiros a oeste da linha fixada pelo Tratado de Tordesilhas.

Desenvolvimento e progresso do Brasil desde a descoberta das minas até o princípio do século XIX

Os reis dom Pedro II (1667-1706) e dom João V (1706-1750) tinham promovido o desenvolvimento da colonização, encorajando as expedições dos paulistas rumo ao interior e ao sul, e enviando a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul alguns milhares de famílias dos Açores e da Madeira. Durante o reinado de dom João V, o brasileiro Alexandre de Gusmão tornou-se em Lisboa um conselheiro muito ouvido pelo rei e seus ministros. Dom José I (1750-1777) e o marquês de Pombal demonstraram a maior devoção aos interesses e à causa do progresso do Brasil, sem esquecer o Maranhão e o Pará, que até então tinham sido um pouco abandonados.

Em, o Estado do Maranhão compreendia as duas capitanias do Maranhão e do Pará, esta última criada em 1652. O Piauí, cuja parte central começava a ser povoada por imigrantes procedentes da Bahia, era uma dependência do governo-geral do Brasil. Alguns religiosos, sobretudo carmelitas (estes a partir de 1695), tinham começado suas missões na Amazônia. Em 16 de agosto de 1639, Pedro Teixeira, seguindo as instruções de Filipe II, rei da Espanha, que era também rei de Portugal, em nome da coroa portuguesa tomara posse da margem esquerda do Napo, ficando anexado ao governo do Maranhão todo o vale amazônico, desde a confluência daquele rio até o oceano.

Em 1660, uma vila de indígenas civilizados, que mais tarde se chamaria de Silves, foi formada no lago Saracá. Em 1750 a alta Amazônia portuguesa contava já com 46 aldeamentos de índios e com 30 mil moradias. Em 1757, foi criada a capitania de São José do Rio Negro, com um governador subordinado ao do Pará.[106] O território do Piauí foi anexado ao estado do Maranhão em 1715 e a partir de 1750 passou a

[106] A cidade de Barcelos (originalmente vila de Mariuá) foi a capital da nova capitania. Barra do Rio Negro (hoje Manaus) foi temporariamente a capital (1791-1799), seguida de Barcelos (1799-1804). Por fim, Barra ficou como capital a partir de 1804. Em 1823, a capitania foi extinta e incorporada à província do Pará.

formar uma capitania cujo governador era subordinado ao do Maranhão. Em 1775, o Estado do Maranhão foi extinto, e seu território dividido em duas capitanias gerais: a do Pará, com a capitania subalterna do rio Negro; e a do Maranhão, tendo como dependência a capitania do Piauí.

A Companhia Geral do Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, criada em 1755 pelo marquês do Pombal, prestou os maiores serviços ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da colonização nessa vasta região (1755-1788). Uma parte da imigração portuguesa, dirigida para o Maranhão e o Pará, criou ali novas cidades e ampliou as povoações existentes, compostas quase inteiramente de índios. O antigo forte de Santo Antônio de Macapá, ou Cumaú, perto do cabo do Norte, que os portugueses tinham demolido, não foi reconstruído, a despeito do Tratado de Utrecht. Assim, em 1764, Pombal mandou levantar o forte de São José de Macapá, na margem esquerda do Amazonas, quase sobre a linha equatorial (3' de latitude norte).

No Estado do Brasil, o território foi subdividido, e, vários governos foram criados no curso do século XVIII, à medida que a população aumentava e se difundia. Em 1701, esse "Estado", que continuava a ter a Bahia por capital, começava, no norte, no Piauí; depois de 1715, quando este território foi anexado ao Maranhão, tinha início no Ceará. Seu limite meridional, disputado com a Espanha, era a margem esquerda do Prata, onde os portugueses só detinham uma posição – Colônia (Sacramento). O território do Ceará, a capitania do Rio Grande (do Norte) e o território de Alagoas dependiam do governador-geral da capitania de Pernambuco. Desde 1684, a Paraíba era uma capitania independente; em 1755, foi subordinada ao governador-geral de Pernambuco. O Sergipe e o Espírito Santo dependiam diretamente do vice-rei, na Bahia.

O governador-geral do Rio de Janeiro tinha sob sua dependência todos os territórios meridionais, até o Prata, bem como uma grande parte do interior, que começava a se povoar. Em 1709, foi criada a capitania geral de São Paulo e Minas. Em 1720, Minas passou a ser uma capitania geral independente. Outros governos foram criados sucessivamente: Santa Catarina (1738), Goiás e Mato Grosso (1748), Rio Grande do Sul (1760). Em 1798, os governos do Ceará e da Paraíba do Norte se tornaram independentes de Pernambuco, e o Espírito Santo formou uma capitania subordinada ao governo da Bahia. As outras divisões do

território brasileiro datam do século XIX: o Piauí se fez uma capitania independente em 1811, Alagoas em 1817, Sergipe em 1820.[107]

No século XVI, em todo o Brasil, havia um único bispo, na Bahia, e um prelado no Rio de Janeiro (a partir de 1577). Em 1676, a Diocese da Bahia foi transformada em Arquidiocese. Rio de Janeiro e Olinda (em 1676), bem como São Luís do Maranhão (em 1677), foram feitas sede de três novas dioceses. Outras ainda foram criadas, no século XVIII, em Belém do Pará (1720), São Paulo (1746) e Mariana, em Minas Gerais (1746). Em 1776, Goiás e Mato Grosso passaram a ser prelazias.

Durante o reinado de dom João V, muitos brasileiros acusados de heresia foram processados, enviados a Lisboa e ali queimados pela Inquisição. O bispo do Rio de Janeiro, Francisco de São Jerônimo, ganhou notoriedade nesses processos. Um brasileiro residente em Lisboa, Antônio José da Silva, nascido no Rio de Janeiro, era nessa época o maior poeta dramático português. Suas óperas cômicas se tornaram muito populares, mas esses êxitos de espírito lhe valeram ser queimado pela Inquisição, em Lisboa, em 18 de outubro de 1739.

Os primeiros sinais de rivalidade entre os naturais do Brasil e os portugueses metropolitanos se evidenciaram no princípio do século XVIII. Em 1704, na cidade do Rio de Janeiro, os naturais do lugar venceram os metropolitanos, nas eleições municipais. Em Minas Gerais, tinha ocorrido em 1708 e 1709 a Guerra dos Emboabas, de que já falamos. Em Pernambuco, houve a Guerra dos Mascates (1710-1711), entre os habitantes de Olinda e os de Recife. Na mesma época, ocorreram distúrbios na Bahia (1711) e, em 1720, houve em Vila Rica (Ouro Preto) uma rebelião, prontamente reprimida, contra o governador, conde de Assumar acusou os rebeldes de querer instalar um governo republicano, a ser presidido pelo general da reserva Veiga Cabral, antigo defensor de Colônia. Veiga Cabral foi mandado para Lisboa, onde morreu na prisão. Um dos tribunos da revolução, Filipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado em Vila Rica.

As leis de 6 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 proclamaram a completa liberdade dos indígenas do Brasil. Quase ao mesmo tempo, dom José I e Pombal proibiam a introdução de escravos em Portugal, nos

[107] Depois da independência, só duas províncias foram criadas: Amazonas (antiga capitania do Rio Negro, extinta em 1823) e Paraná. Projetos para a criação de várias outras províncias já foram submetidos às duas Casas Legislativas, mas até aqui nenhuma decisão foi tomada.

Açores e na Madeira (19 de setembro de 1761, 1767, 1776) e declaravam livres os filhos de escravas (16 de janeiro de 1773). Mas essas leis não se destinavam ao Brasil, onde o número dos escravos continuou a aumentar, em função do tráfico e dos nascimentos, a despeito das ideias generosas e humanitárias pregadas num livro publicado em 1758 pelo abade Manuel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia.[108] Em 1794 e em 1798, o bispo Azeredo Coutinho publicava obras em que procurava demonstrar a justiça e a necessidade do tráfico.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de todas as colônias portuguesas. Apesar das dificuldades que tinham provocado ultimamente ao governo de Lisboa, notadamente quando os comissários portugueses e espanhóis se ocuparam da execução do Tratado de Limites de 1750, não se pôde deixar de reconhecer que esses religiosos prestaram os maiores serviços ao Brasil. A conquista e a colonização da América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, é em grande parte sua obra. Como missionários, conseguiram ganhar à civilização milhares de índios; graças ao seu devotamento, a raça indígena se transformou num fator importante no processo de formação do povo brasileiro. Defenderam sempre a liberdade dos indígenas e educaram a juventude brasileira que desejava instruir-se. O Brasil deve às escolas fundadas pelos jesuítas quase todos os grandes nomes da sua história literária dos séculos XVI, XVII e XVIII – os poetas Gregório de Matos, Basílio da Gama, autor do belo poema *Uraguay*, Durão, autor do *Caramuru*, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto; os oradores sacros Antônio de Sá e Eusébio de Matos; os historiadores Vicente do Salvador e Rocha Pita; o diplomata e estadista Alexandre de Gusmão.

Em 1762 o general Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, que desde 1733 governava o Rio de Janeiro e as capitanias do sul (além disso, a partir de 1735, a de Minas Gerais; de 1737 a 1739 tinha sido simultaneamente governador de São Paulo) foi nomeado vice-rei do

[108] "*Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, pelo padre Manuel Ribeiro Rocha, lisbonense, domiciliário da cidade da Bahia e nela advogado e bacharel formado na Universidade de Coimbra." Lisboa, 1758. Nesse livro, Rocha sustentava que todo escravo devia ser liberado após o tempo de serviço necessário para indenizar o dono, e que os filhos de escravas, nascidos livres ("ingênuos"), só tivessem que servir os donos das suas genitoras até atingir a idade de 14 ou 15 anos.

Brasil. A partir desse momento, a cidade do Rio de Janeiro, que tinha então cerca de 30 mil habitantes,[109] passou a ser a capital do Brasil.

A longa administração do conde de Bobadela foi uma das mais fecundas e esclarecidas da época colonial. O conde escolheu no Rio de Janeiro colaboradores inteligentes e devotados, entre os quais os generais José da Silva Paes e J. F. Pinto Alpoim. O primeiro foi o fundador e organizador dos estabelecimentos portugueses na parte meridional do Rio Grande do Sul (1737) e apoiou energicamente os esforços do rei dom João V e de Bobadela para desenvolver a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi Bobadela que terminou, no Rio de Janeiro (1750), o aqueduto da Carioca, a única obra arquitetônica verdadeiramente monumental que os portugueses deixaram no Brasil; com seus dois andares de arcadas, ligando as montanhas de Santa Teresa à colina de Santo Antônio, tinha o aspecto grandioso de uma construção romana, antes de ser quase inteiramente ocultada pelo casario, como acontece hoje.

Bobadela morreu, no Rio de Janeiro, a 1º de janeiro de 1763, pouco depois do recebimento da notícia da capitulação da Colônia do Sacramento, que dessa vez não tinha podido municiar nem se defender. Aproveitando a oportunidade da chegada de duas fragatas inglesas comandadas por John MacNamara, para retomar Colônia, organizou uma expedição sob o comando de Vasco Alpoim, amigo do poeta Basílio da Gama. Uma fragata e um transporte portugueses foram acrescentados aos navios ingleses e, em 5 de janeiro de 1763, essa esquadra atacou Colônia, mas foi repelida por Ceballos. MacNamara pereceu com quase toda a tripulação no incêndio da sua fragata.

Vários dos sucessores do vice-rei Bobadela, sobretudo, o marquês do Lavradio (1769-1779) – embora empenhado na guerra contra os espanhóis – e dom Luís de Vasconcelos e Souza, favoreceram, como ele, a colonização, assim como a prospecção e exploração de minas de ouro, a agricultura e os estudos literários. Data dos tempos de Bobadela a introdução no Pará (1727) do cafeeiro, importado pelo major

[109] Em 1711, a cidade do Rio de Janeiro só tinha 12 mil habitantes. Em 1749, contava com 3.723 moradias e 24.397 habitantes, sem contar as crianças abaixo dos cinco anos (Baltasar Lisboa, Anais, tomo I, 176). Em 1808, a população era de 46.944 habitantes, sem contar a guarnição, composta de 2.400 homens (Pizarro, *Memórias hist.*, tomo VII, p.145 e 146). Em 1821, 80 mil habitantes (10.063 moradias), mais os cinco mil homens da guarnição. A população era de 137.078 habitantes em 1838, e de 205.206 em 1849.

Palheta, graças a um presente da senhora Claude d'Orvilliers, esposa do governador de Caiena. A planta foi depois introduzida no Maranhão (1770) e começou a ser cultivada no Rio de Janeiro. Alguns pés tinham sido levados a esta cidade por João Alberto Castelo Branco, do Pará, chanceler da Corte de Apelação, e forneceram as sementes para as primeiras tentativas de cultivo, em Resende e São Gonçalo, de onde a cultura se propagou por todos os distritos da Serra do Mar, na província do Rio, e depois pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

O Brasil se desenvolvia e contava já nessa época com homens ilustres que figuravam entre os primeiros sábios e literatos de Portugal. Várias sociedades literárias foram estabelecidas: na Bahia, a Academia dos Esquecidos (1724), sob os auspícios do vice-rei César de Meneses, da qual Rocha Pita foi o membro mais ilustre; também na Bahia a Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos (1752), que teve curta duração em função da prisão do seu diretor, acusado de alta traição; no Rio de Janeiro, a Academia dos Felizes (1736) e a dos Seletos (1752), fundadas por Bobadela; a Academia Científica (1772-1779), protegida pelo marquês do Lavradio; a Sociedade Literária (1786), criada sob o governo do vice-rei Vasconcelos. Esta última foi dissolvida pelo conde de Rezende (1794), e seus principais membros – o poeta Silva Alvarenga, o helenista Marques Pinto, o moralista Mariano da Fonseca (depois do Império, marquês de Maricá) e o doutor Jacinto Silva – foram presos, processados e liberados só em 1797. Vila Rica (Ouro Preto), capital de Minas Gerais, se tornara, como o Rio de Janeiro e a Bahia, um dos centros da vida intelectual brasileira. Essa província tinha produzido os dois maiores poetas épicos do Brasil, Basílio da Gama e Durão, os primeiros de inspiração autenticamente americana e nacional.

A imprensa ainda não existia; uma única gráfica tinha sido estabelecida no Rio de Janeiro, por volta de 1747, por Isidoro da Fonseca, sob os auspícios de Bobadela, mas foi fechada por ordem da metrópole.

Em 1789, foi descoberta em Minas Gerais uma conspiração que visava à independência. Entre os chefes do movimento se encontravam os poetas Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, o tenente-coronel Freire de Andrade, vários padres e os doutores Álvares Maciel e Vidal Barbosa. Este último tinha estudado em Montpellier e em Bordeaux, na França, e pertencera a um grupo de estudantes brasileiros

do qual participava José Joaquim da Maia, do Rio de Janeiro, falecido na Europa, e que em 1786 tinha conversado sobre a independência do Brasil, em Nimes, com Thomas Jefferson.

Os chefes da conspiração foram condenados à morte, mas a rainha dona Maria I comutou sua pena para a de degredo perpétuo na África. Houve uma só execução, a do Alferes Silva Xavier, o Tiradentes, cujo nome por isso se popularizou no Brasil. Cláudio da Costa se suicidou durante o processo, no Rio de Janeiro.

Em 1800, o Brasil contava com cerca de 3.200.000 habitantes, a metade dos quais eram negros escravos. Em 1817-1818, o país tinha 3.758.400 habitantes (sem contar as crianças com menos de 10 anos), sendo 1.043.000 brancos, 259.400 índios civilizados, 526.500 mulatos ou negros livres, e 1.930.000 escravos. A dificuldade das comunicações entre as diferentes províncias impedia a eclosão das aspirações à independência. As províncias do extremo norte se comunicavam diretamente com a metrópole e quase não mantinham relações com a Bahia, o Rio de Janeiro e as províncias meridionais. A influência portuguesa era mais considerável em Belém do Pará, em São Luís do Maranhão e na Bahia do que nas outras cidades do litoral.

Em 1800, o montante da exportação brasileira era de 56.120.000 francos; a da importação, de 53.400.000.

Hostilidades dos franceses. A Guerra de 1801 entre Espanha e Portugal

Durante as guerras da revolução, houve alguns combates entre franceses e portugueses, nas costas do Brasil. Em 1726 (11 de agosto), a divisão naval do comandante Rivière tentou um desembarque perto da cidade de Santa Cruz, na Bahia, o qual foi repelido pelos milicianos de Porto Seguro, protegidos em posição vantajosa e chefiados pelo capitão Antônio Mariano Borges.[110] Em julho de 1800, outra divisão naval francesa, sob o comando do capitão Landolph, bloqueou durante alguns dias o porto do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o navio português

[110] Cf. Jurien de la Gravière, *Souvenirs d'un Amiral*, tomo I, p.335, e Accioli, *Memórias Hist. da Bahia*, tomo I, p.271.

Minerva, comandado pelo capitão Luís da Cunha Moreira, afundou em combate contra uma fragata francesa. Em 1801, a corveta *Andorinha*, comandada por Costa Quintela, resistiu a um ataque da fragata *La Chiffone*, comandada por Guyeisse.

Em 1801, com a guerra entre Espanha e Portugal, o governador do Paraguai, Lázaro de Rivera, atacou sem êxito (16-25 de setembro) o forte de Nova Coimbra, em Mato Grosso, defendido por Almeida Serra. Em 1º de janeiro de 1802, o capitão brasileiro Rodrigues do Prado tomou uma posição fortificada espanhola no rio Apa. O general Veiga Cabral, governador do Rio Grande do Sul, tinha reunido nas fronteiras um pequeno exército; apoderou-se da margem esquerda do Jaguarão e do Chuí, enquanto um dos seus oficiais, Manuel Marques de Souza, em 30 de outubro, forçava o forte espanhol de Cerro Largo a capitular. Alguns voluntários brasileiros, comandados por Santos Pedroso e Borges do Canto, conquistavam ousadamente as missões espanholas da margem esquerda do Uruguai e de toda a parte ocidental do Rio Grande do Sul, ao norte de Quaraí.

Como os Tratados de Badajoz, de 6 de junho de 1801, e de Amiens, de 25 de março de 1802, não estipulavam qualquer restituição territorial, a Espanha anexou Olivença, na Europa, que havia tomado, e Portugal conservou as importantes conquistas feitas no continente americano.

Chegada da família Bragança. O Reino do Brasil

Desde 10 de fevereiro de 1792, Portugal era governado pelo príncipe do Brasil, dom João, regente em nome da sua mãe, a rainha dona Maria I. Em 1807, Napoleão, aliando-se à Espanha, impôs a Portugal o rompimento com a Inglaterra. O príncipe regente cedeu, esperando assim ganhar a amizade e a aliança do vencedor da Europa. Por dois decretos, datados de 25 de outubro e de 8 de novembro de 1807, dom João aderiu ao Bloqueio Continental e ordenou a apropriação dos bens dos ingleses em Portugal. O visconde Strangford, ministro britânico em Lisboa, pediu seus passaportes e embarcou (17 de novembro) em um dos navios da esquadra do contra-almirante *sir* Sidney Smith, que acabava de chegar, e começou logo o bloqueio do Tejo. Quase todo o exército português

havia sido postado no litoral, para se opor aos ataques ingleses,[111] quando o governo do príncipe regente soube que os espanhóis e os franceses tinham atravessado a fronteira, e Junot marchava rapidamente na direção de Lisboa.[112] Ignorava-se ainda que, em 27 de outubro, a França e a Espanha tinham assinado o Tratado de Fontainebleau, prevendo a partilha de Portugal e de suas possessões. Lorde Strangford e *sir* Sidney Smith entraram então em correspondência com o governo português, e o príncipe regente, seguindo o conselho que os ingleses lhe tinham dado já no ano precedente, e agindo de acordo com os seus ministros, que consideravam a resistência à invasão impossível naquele momento, decidiu-se a partir para o Brasil. Uma frota numerosa, acompanhada até o Rio de Janeiro por alguns navios ingleses, partiu do Tejo no dia 29 de novembro, transportando a família real, a corte, os membros do governo e os funcionários das principais repartições governamentais. No dia seguinte, Junot entrava em Lisboa.

A família real chegou à Bahia em 22 de janeiro de 1808, permanecendo ali mais de um mês. No dia 7 de março, chegava finalmente ao Rio de Janeiro.

Assim se fez, por força das circunstâncias, a transferência para o Brasil da corte portuguesa, tantas vezes projetada: por dom João IV, desde o século XVII; por dom Luís da Cunha, em 1736; pelo marquês do Pombal, em 1761. Os brasileiros souberam compreender toda a importância desse acontecimento, que marcava o fim do regime colonial e o início da sua independência comercial e política. Foi grande o entusiasmo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, o príncipe regente passou a ouvir, desde o dia do desembarque, entusiastas que o aclamavam imperador do Brasil. Ele próprio dizia no manifesto de 1º de

[111] O que provam vários documentos portugueses e ingleses. Eis uma passagem do despacho de 1o de dezembro de 1807, dirigido por *sir* Sidney Smith a W. W. Poole: "A distribuição das forças portuguesas se concentrava inteiramente na costa, enquanto que o interior ficava totalmente desguarnecido." (*Barrow, Life and Correspondence of Adm*. *sir* Sidney Smith, Londres, 1848, tomo II, p. 266).

[112] Notícia levada a Lisboa pelo tenente-coronel Charles Fréderic Lecór, que tinha mandado destruir a ponte sobre o Zezere, o que retardou de dois dias a marcha de Junot. Promovido a coronel e depois a general, Lecór comandou uma divisão no exército de Wellington. Em 1815, veio para o Brasil, onde prestou grandes serviços durante as Guerras do Prata e da Independência. D. João VI o fez barão de Laguna, e Pedro I lhe concedeu o título de visconde.

maio, dirigido às potências amigas, que elevava a voz do seio "do novo Império" que viera criar.

Um decreto de 28 de janeiro, datado da Bahia, tinha aberto os principais portos brasileiros ao comércio das nações em paz com Portugal. Essa medida, já decidida em Lisboa, nos conselhos do príncipe, foi vivamente apoiada pelo sábio economista brasileiro José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, que era então professor na Bahia, e mais tarde a defendeu das queixas dos negociantes e armadores portugueses, descontentes com a extinção do seu monopólio comercial. Outro decreto, de 1º de abril, declarava a liberdade da indústria, revogava a lei de 5 de janeiro de 1785 que tinha obrigado ao fechamento das instalações de indústria têxtil, bem como de vários outras fábricas que começavam a se instalar no Brasil. Foi permitida a compra de imóveis pelos estrangeiros, favores foram acordados aos industriais e agricultores, fundou-se no Rio de Janeiro um banco de depósitos, desconto e circulação.

Dom João instalou no Brasil departamentos, tribunais e conselhos da antiga metrópole; criou escolas superiores, no Rio de Janeiro e na Bahia, bem como a imprensa régia, o diário oficial, a biblioteca real, o museu de história natural e vários jardins botânicos. Em 16 de dezembro, concedeu ao Brasil o título de Reino – a monarquia portuguesa assumia o Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. O regente fez as primeiras experiências de colonização estrangeira, tendo em vista a abolição do tráfico; convocou vários brasileiros para funções importantes na administração; favoreceu as explorações científicas no interior;[113] protegeu as letras e as artes; estendeu os limites do Brasil à margem esquerda do Prata, com a anexação da Banda Oriental do Uruguai; começou a obra de unificação do país, estabelecendo vínculos de comunicação entre o Rio de Janeiro e as províncias, que em sua maioria tinham estado até então apartadas umas das outras.

No dia 20 de março de 1816, tendo-se transformado em rei pela morte da mãe, o regente assumiu o título de João VI. Vários dos seus ministros, entre eles o marquês de Aguiar, o conde de Linhares, o conde da Barca e Vilanova Portugal, o apoiaram firmemente nessa política ampla e inteiramente brasileira, mostrando-se orgulhosos pela colaboração dada

[113] Explorações feitas por Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, o príncipe Maximiliano de Neuwied, Pohl, Mawe, Eschwege e muitos outros sábios estrangeiros.

à fundação do império sul-americano. Embora a imprensa não fosse livre, lia-se em quase todos os rincões do Brasil o *Correio Braziliense*, publicação muito liberal editada em Londres, entre 1808 e 1822, pelo brasileiro Hipólito da Costa Pereira.

Entre 1808 e 1814, um grande número de negociantes ingleses se estabeleceram nas principais cidades marítimas do país. Com a paz geral, o decreto determinou, em 18 de novembro de 1814, que os portos brasileiros estariam abertos aos navios franceses.

Em 1815, os primeiros franceses desembarcados no Rio de Janeiro foram aclamados pelo povo. Em 1816, chegavam os artistas convocados por dom João VI para criar no Rio de Janeiro a Escola de Belas Artes: entre outros, os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, o escultor Auguste Taunay, o gravador Zépherin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny, sob a chefia de Joachim Lebreton, do Instituto.

Pelo Tratado de Amiens, de 25 de março de 1802, Portugal tinha abandonado seus direitos sobre a margem direita do Oiapoque, aceitando como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa o curso do rio Araguari e uma linha reta tirada da nascente desse rio até o rio Branco. Quando Napoleão rompeu esse tratado e invadiu Portugal, o general Magalhães de Menezes, governador do Pará, proclamou, em 1º de outubro de 1808, que restabeleceria a fronteira fixada pelo Tratado de Utrecht, no rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. Depois, seguindo novas instruções recebidas do Rio de Janeiro, declarou que a expedição destinada ao Oiapoque seria dirigida contra Caiena.

Tropas brasileiras, sob o comando do tenente-coronel (logo general) Manuel Marques d'Elvas, partiram do porto do Pará e da ilha de Marajó numa flotilha organizada pelo governador, à qual se juntaram, no cabo Norte, dois navios de guerra portugueses e uma corveta inglesa, comandada por James Lucas Yeo (mais tarde *sir* James).[114] Em 1º de dezembro de 1808, os aliados ocuparam a baía do Oiapoque e, no dia 15, tomaram a posição fortificada de Aproague, na confluência do Courrouaie. Depois, 550 soldados brasileiros, 20 marinheiros portugueses

[114] Corveta inglesa *Confiance*, 20 canhões. Os navios portugueses eram: brigues *Voador* (capitão de fragata J. A. Salgado) e *Infante Dom Pedro* (capitão L. da Cunha Moreira), com 18 canhões cada um; galeota *General Magalhães*, 12 canhões; cúteres *Vingança* e *Leão*, oito cada; *smack Paquete*, dois; três canhoneiras, com um canhão cada; e vários navios de transporte. Em 23 de dezembro o *Paquete* (capitão J. M. Pereira Pinto) apresou a galeota *La Petite Adele*, de quatro canhões.

e 80 ingleses desembarcaram, a 7 de janeiro, antes do nascer do dia, na entrada do Mahury, na costa oriental da ilha de Caiena, e tomaram naquele mesmo dia as baterias de Diamant, Dégras des Cannes e Trio, esta última na entrada da Crique Fouillée, bem como uma quarta bateria que protegia a casa de campo do governador Victor Hugues, no canal Torcy.[115] À noite, Victor Hugues tentou, sem êxito, retomar a posição de Dégras des Cannes, defendida por Marques d'Elvas; no dia seguinte, o capitão Yeo retomou e incendiou a casa do canal Torcy, que durante a noite tinha sido ocupada por um destacamento francês.

Em 8 de janeiro, os aliados marcharam na direção de Legrand Beau Regard, antiga casa dos jesuítas, situada em posição elevada, e de lá enviaram um emissário a Victor Hugues, que se havia retirado, a princípio, para o moinho de Loyola e, em seguida, para Caiena. As negociações entre os dois lados levaram à capitulação, assinada em Bourda, no dia 12 de janeiro, estipulando que a guarnição francesa deixaria Caiena com honras militares e que seria transportada para a França, com todos os empregados e familiares, em barcos portugueses. No dia 14, os aliados entraram em Caiena,[116] e foi um oficial brasileiro, Cunha Moreira, capitão do brigue *Infante Dom Pedro*, que levou para a França o governador Victor Hugues.[117] A administração militar da Guiana foi confiada a Marques d'Elvas, e a administração civil primeiramente ao tenente-coronel Pinto de Souza, e depois, a partir de 19 de julho de 1810, a um magistrado brasileiro, Maciel da Costa. Este, segundo Ternaux-Compans, "deixou na colônia uma grande reputação de capacidade e

[115] Fortificações pouco importantes: em Aproague havia um só canhão; e três na bateria de Diamant, cujo comandante, o capitão Chevreuil, perdeu a vida; dois canhões em Dégras des Cannes (ou Degrad-Cannes); dois em Trio; dois no canal Torcy, no dia 7 de janeiro, e duas pequenas peças de campanha no dia seguinte. Havia 37 homens em Dégras des Cannes e 50 em cada uma das outras posições. Os aliados perderam cerca de 40 homens, entre mortos e feridos.

[116] Relatórios de Marques d'Elvas, de 29 de dezembro de 1808, datado de Approuague; de 21 de janeiro (dois), datados de Caiena; do capitão Yeo, de 26 de dezembro e 15 de janeiro; ratificação condicional da capitulação pelo general Magalhães de Menezes com data de 17 de fevereiro; vários manuscritos brasileiros (por L. da Cunha Moreira, Cláudio Luiz da Costa etc.); Baginski, *Ephémérides Hístoriques de la Guyane Française*. Segundo os documentos portugueses e ingleses, no momento da capitulação, Victor Hugues tinha 593 homens de tropas regulares, cem milicianos e perto de 50 escravos armados. De acordo com o capitão de fragata Bouyer (*La Guyane Française*, Paris, 1861, p. 62), Victor Hugues tinha sob suas ordens 511 soldados europeus, 200 milicianos e 50 negros armados.

[117] Cunha Moreira, depois visconde de Cabo Frio, almirante e ministro da Marinha do Brasil, era natural da Bahia.

integridade". Segundo aquele historiador, "fez com que vela reinasse perfeita ordem e introduziu notáveis aperfeiçoamentos em todos os ramos da administração".[118]

No Congresso de Viena, enquanto a Inglaterra mantinha suas conquistas coloniais,[119] Portugal, que tinha sofrido tanto durante as guerras da República e do Império francês, e que tomara uma parte tão considerável nas campanhas que levaram à queda de Napoleão I,[120] se obrigava, pelo artigo 107 da Ata Final do Congresso, de 9 de junho de 1815, a "restituir à dita majestade (o rei da França) a Guiana Francesa, até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o quarto e o quinto graus de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht." Os plenipotenciários franceses aceitaram a restituição nesses termos, que precisavam de forma tão clara o limite marítimo do Oiapoque, mas a questão não ficou decidida, como acreditavam os diplomatas portugueses. Os governos franceses da Restauração, de Julho e do Segundo Império retomaram as antigas controvérsias e, até o presente, esta controvérsia entre o Brasil e a França não pôde ser ajustada.

A Guiana foi restituída à França, pelas autoridades brasileiras, em 21 de novembro, com a chegada do general Carra Saint-Cyr, nomeado governador por Luís XVIII.

---

[118] Ternaux-Compans, *Notice Hístórique de la Guyane Française*, Paris, 1843. "A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do governo português", afirma Vignal. A passagem em que esse autor elogia a administração brasileira é longa demais para que possamos reproduzi-la aqui. Ver *Coup d'Oeil sur Cayenne*, de Vignal, Paris, 1823, p. 40 e ss. João Severiano Maciel da Costa, nascido em Minas Gerais, foi um dos redatores da Constituição do Brasil, e um dos seus estadistas mais ilustres. O imperador D. Pedro I o nomeou conselheiro de Estado e senador do Império, concedendo-lhe o título de marquês de Queluz. Foi vários vezes ministro de Estado e faleceu em 1833.

[119] No que diz respeito à Guiana Francesa, a Inglaterra reclamou da França a soma de 74.523 libras esterlinas, a despeito da venda de vários navios franceses que Yeo apreendeu e despachou para a Inglaterra. Mediante um arranjo com Luís XVIII, essa soma foi reduzida para 250 mil francos.

[120] Durante as campanhas peninsular e do Sul da França (1808-1814), a força do exército português variou muito. Em 1811 Portugal contava com "335.439 homens em armas, uma massa verdadeiramente enorme para sua população" (Balbi, "Essai Statistique sur le Royaume de Portugal", Paris, 1882, v. 1, p. 360). Entre os brasileiros que se tornaram conhecidos nessa guerra pela independência de Portugal citaremos o sábio mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva e os poetas Luiz Paulino Pinto da França e Joaquim José Lisboa. O primeiro, que seria mais tarde o grande ministro da Independência brasileira, foi Major, depois tenente-coronel, de um batalhão formado com professores e estudantes da universidade de Coimbra e das escolas do país. Pinto da França morreu general do exército português.

Logo depois de instalado no Brasil, o governo português tinha pretendido ocupar a margem esquerda do Prata, em concerto com os ingleses, que deviam enviar nova expedição contra Buenos Aires para vingar as duas derrotas que tinham sofrido ali; no entanto, a insurreição dos espanhóis contra o domínio francês e sua aliança com a Inglaterra e Portugal fizeram com que o projeto fosse abandonado. A Princesa dona Carlota (depois rainha), esposa de dom João VI – então príncipe regente – e irmã de Fernando VII da Espanha, entabulou negociações com autoridades espanholas e com vários líderes dos movimentos de independência sul-americanos: negociações que muitas vezes não se coadunavam com a política do Gabinete do Rio de Janeiro.

Em 1810, começava em Buenos Aires a revolução da independência, tendo sido depostas, em 25 de maio, as autoridades espanholas. Iniciava-se longo período de distúrbios, revolução e guerras civis nas províncias do Prata. Dom João reuniu nas fronteiras do Rio Grande do Sul um exército de observação, composto de tropas regulares e milicianos daquela província, assim como alguns regimentos de Santa Catarina e de São Paulo. Dom Diogo de Sousa, capitão-geral do Rio Grande do Sul, depois conde de Rio Pardo, espírito esclarecido e homem de rara energia, elevou esse exército ao grau mais elevado de instrução e disciplina, preparando-o para o êxito que teria nas campanhas seguintes.

Em 1811, só restava aos espanhóis, no Prata, a cidade de Montevidéu, sitiada por um exército de Buenos Aires e por soldados uruguaios ou orientais, estes últimos chefiados por José Artigas. Para atender a solicitação do governo espanhol e de dona Carlota, dom João VI decidiu-se a intervir para combater a revolução da independência. O general Sousa invadiu a Banda oriental do Uruguai (1811), e o sítio de Montevidéu foi rompido. Os argentinos se retiraram para Buenos Aires, e Artigas foi forçado a se refugiar, com suas tropas, em Entre Rios e Corrientes. As tropas brasileiras já se encontravam na margem esquerda do Uruguai, prestes a cruzar o rio, quando um armistício ilimitado foi assinado em Buenos Aires, em 26 de maio de 1812, entre um enviado especial de dom João VI e o governo revolucionário. Lorde Strangford, ministro inglês no Rio de Janeiro, tinha obtido a neutralidade de dom João na luta dos povos do Prata contra a Espanha, e o general Sousa, cujas tropas haviam vencido em toda parte os bandos indisciplinados de Artigas, recebeu a

ordem de seguir essa nova linha de conduta, retornando imediatamente ao Rio Grande do Sul.

O exército de Buenos Aires voltou então a sitiar Montevidéu, que capitulou em 1814. Artigas, porém, muito popular entre os "gaúchos" da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, sublevou-se, conseguiu repelir as tropas de Buenos Aires e formou, com as províncias do Uruguai, uma confederação, de que assumiu a chefia absoluta, com o título de "Protetor". A própria existência do governo argentino passava por perigo, pois Artigas obteve que dessa administração se desligassem duas outras províncias – Santa Fé e Córdoba. Era o começo de uma longa luta entre os unitários argentinos, partidários de uma "pátria grande" fortemente estruturada, e os federalistas, cuja propaganda tendia à dissolução nacional, mobilizando contra a hegemonia de Buenos Aires as rivalidades e os ódios das províncias.

Dois políticos emigrados, Nicolás Herrera, do Uruguai, e o general Carlos de Alvear, argentino, pediram a intervenção do Brasil contra Artigas e a ocupação da Banda Oriental do Uruguai. O representante de Buenos Aires no Rio de Janeiro, Manuel J. Garcia, aprovava essa intervenção, que o marquês de Alegrete, capitão-geral do Rio Grande do Sul, também aconselhava. Uma divisão portuguesa, sob a chefia do tenente-general Charles Frédéric Lecór, foi convocada para reforçar o exército brasileiro já reunido no Rio Grande do Sul. As hostilidades começaram ao mesmo tempo em quatro pontos diferentes: na fronteira do distrito das Missões brasileiras (capital São Borja), onde comandava o general Chagas Santos; na de Quaraí, defendida pelas tropas brasileiras do general Curado; e nas fronteiras de Cerro Largo e Santa Teresa.

O exército do general Lecór, composto de tropas portuguesas e brasileiras e destinado a ocupar Montevidéu, foi desdobrado em duas colunas: a principal, sob as ordens de Lecór, penetrou por Santa Teresa, avançando quase sempre paralelamente à costa; a outra, sob o general Silveira, marchou por Cerro Largo para se reunir a Lecór perto de Maldonado.

O principal esforço de Artigas para impedir o movimento ofensivo dessas duas colunas foi dirigido contra o distrito das Missões e a fronteira do Quaraí. Suas tropas indisciplinadas invadiram por ali o território brasileiro, mas antes de se concentrarem foram batidas e repelidas diante de São Borja (3 de outubro de 1816) por José de Abreu; no Ibiraocaí (19

de outubro), pelo general João de Deus Mena Barreto; em Carumbé (27 de outubro), pelo general Oliveira Álvares – todos os três pertencentes ao exército de Curado.

Entrementes, tendo recebido reforços de Entre Rios e Corrientes, Artigas reuniu o que pôde salvar dos vencidos nesses combates, reorganizou seu exército e mandou-o outra vez, sob o comando de Andrés Latorre, atacar Curado, que acampara perto de Catalan. No dia 3 de janeiro de 1817, Artigas, que pretendia juntar-se a Latorre, foi atacado por Abreu no Arapeí e teve que fugir. No dia seguinte, o marquês de Alegrete, capitão-geral do Rio Grande do Sul, e Curado impunham a Latorre a derrota de Catalán. Esta batalha reduziu Artigas á defensiva, evitando durante dois anos qualquer novo encontro com os brasileiros e portugueses.

O general Sebastião Pinto, que comandava a vanguarda do exército de Lecór, tinha ganhado a batalha de Índia Muerta (19 de novembro de 1816) contra Fructuoso Rivera. De seu lado, a coluna do general Silveira, tendo repelido os ataques da divisão de Otorgués, em Pablo Paez (4 de dezembro) e da de Rivera, em Calera de Santa Lucia (3 de janeiro), juntava-se, em Pan de Azucar, com as tropas de Lecór, que continuava sua marcha sobre Montevidéu. A cidade foi evacuada pelos soldados de Artigas, e Lecór a tomou em 20 de janeiro de 1817, sendo recebido como libertador pelos habitantes e as autoridades locais. A cidade de Maldonado já se havia rendido à esquadra portuguesa, mas todo o interior continuava sob o controle de Artigas, que enviou algumas tropas, sob o comando de Rivera, para bloquear Montevidéu. Uma vitória alcançada contra este último por Lecór, em Paso de Cuello (18 de março de 1817), em nada alterou a situação, já que a força principal de Artigas consistia na sua numerosa cavalaria. Do lado das Missões, o general Chagas Santos dizimou uma parte de Corrientes, mas fracassou num ataque contra Andrés Tacuary, conhecido como Andrés Artigas ou Andresito, que se havia entrincheirado em Apóstoles (2 de julho). Esta derrota foi vingada por Bento Manoel Ribeiro, do exército de Curado, que surpreendeu em Belém, a 15 de setembro, a divisão do coronel Berdun, o vencido de Ibiraocaí, tomando prisioneiros o coronel e quase todos os seus oficiais.

No interior, estourou em Pernambuco, em 1817, uma revolução republicana e separatista, dirigida por Domingos Martins, natural do Espírito Santo, que não conseguiu muitos partidários e foi prontamente

controlada por um pequeno exército composto principalmente de milicianos da Bahia e Alagoas. Treze dos chefes revolucionários foram executados.

Em fins de 1817, fez-se um acordo secreto entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, para uma campanha contra o general Artigas. Novas tropas foram enviadas a Montevidéu, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco; duas expedições partiram de Buenos Aires para submeter a província de Entre Rios, mas ambas foram derrotadas por Ramirez, oficial de Artigas (em 25 de dezembro de 1817 e 25 de março de 1818). O exército brasileiro de Curado saiu então de Quaraí (1818) para operar na margem esquerda do Uruguai, ao norte do rio Negro. A 7 de abril, uma divisão deste exército, chefiada por Mena Barreto, alcançava a vitória de Guabiju, forçando Artigas a abandonar a vila de Purificação, onde tinha sua capital, pois Bento Manuel Ribeiro cruzava o Uruguai, tomava as baterias instaladas em Entre Rios para impedir a passagem de navios portugueses (Calera de Barquim, Perrucho-Verna e Paso de Vera) e punha em fuga a cavalaria de Ramirez, em Arroyo de la China.

Nas Missões de Corrientes, Chagas Santos tomou São Carlos (de 31 de março a 3 de abril) e, na margem esquerda do Prata, a 3 de maio, os portugueses ocupavam Colônia. Houve muitos encontros de cavalaria na Banda Oriental. Em 4 de julho de 1818, Bento Manuel Ribeiro caiu de surpresa sobre o acampamento de José Artigas em Queguay Chico, dispersando completamente seu exército. Mas logo em seguida o general Artigas organizava novos bandos armados em Entre e Corrientes, para invadir o Rio Grande do Sul.

À frente de alguns milhares de índios guaranis e de tropas de Corrientes, onde ele tinha vencido os partidários de Buenos Aires e resistido ao ataque de uma flotilha paraguaia, Andrés Artigas cruzou o rio Uruguai (em 25 de abril de 1819) e tomou facilmente as pequenas vilas ("povos") do distrito brasileiro das Missões, exceto São Borja. O coronel Arouche, o mais popular e o mais instruído de todos os jovens oficiais do exército brasileiro, tentou tomar a vila de São Nicolau, mas não conseguiu e morreu combatendo (9 de maio). Chegaram reforços, comandados por José de Abreu (depois barão de Cerro Largo), que conseguiu esmagar os invasores no combate de Itacorubi, em 6 de junho de 1819. Alguns dias mais tarde, Andrés Artigas era feito prisioneiro. Muitos outros comandantes, entre eles Otorgués, foram aprisionados em

combates menos importantes, e em 28 de outubro Bento Manuel Ribeiro conquistava a vitória de Arroyo Grande sobre Fructuoso Rivera.

José Artigas tinha enviado contra Buenos Aires o governador de Entre Rios, Ramírez, e Estanislás Lopez, governador de Santa Fé. Os dois *caudillos* conseguiram derrotar seus adversários e derrubar o governo da República, entrando na capital; ao mesmo tempo, invadiram pela terceira vez a província brasileira do Rio Grande do Sul, vencendo uma batalha contra Abreu perto de Ibirapuitã (14 de dezembro de 1819), mas foram por fim repelidos pelo mesmo Abreu, reunido ao general Câmara, em Santa Maria (17 e 27 de dezembro).

O conde de Figueira, capitão-geral do Rio Grande do Sul, chegou com tropas frescas, que se reuniram às de Abreu e Câmara; perseguiu o exército inimigo, destruindo-o completamente na batalha de Taquarembó (22 de janeiro de 1820). Artigas esperava ainda continuar a resistência em Entre Rios e Corrientes, mas Ramirez, orgulhoso com sua vitória em Buenos Aires, rebelou-se e, depois de vários combates, obrigou-o a buscar refúgio no Paraguai, onde ele foi detido e internado em Curuguatí pelo ditador Francia.[121]

Em 31 de julho de 1821, a Banda Oriental se uniu por federação com o Reino do Brasil, com o nome de Estado Cisplatino.

A Independência e o reinado do imperador dom Pedro I

Em 1820, os portugueses proclamaram o regime constitucional, e as Cortes Constituintes foram convocadas, em Lisboa. No Rio de Janeiro, dom João VI aceitou a nova situação (26 de fevereiro de 1821), depois da adesão do Pará e da Bahia à Constituinte; em quase todas as províncias brasileiras, os antigos capitães-gerais foram substituídos por juntas governativas. Convocado à Europa pelas Cortes, o rei finalmente se resignou à partida, mas, ao deixar o Rio de Janeiro, em 26 de abriu, designou seu filho mais velho, dom Pedro, regente do Reino do Brasil, com um ministério cujo membro mais influente era o conde dos Arcos.

[121] Artigas foi posto em liberdade alguns anos mais tarde, porém, não quis retornar ao seu país. Faleceu em Assunção, no dia 23 de setembro de 1850 (e não em 1826, como afirma uma grande obra em vias de publicação em Paris). Artigas nasceu em 19 de janeiro de 1764 (e não 1746), em Montevidéu.

Com respeito ao Brasil, as Cortes de Lisboa adotaram uma política contrária à do rei: votaram a supressão das escolas e tribunais superiores, a dissolução do governo central, no Rio de Janeiro, e a convocação de dom Pedro a Portugal. Procuraram romper a unidade brasileira vinculando as províncias diretamente à metrópole – a despeito da oposição dos deputados de várias dessas províncias, sobretudo as de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, tendo à sua frente Antônio Carlos de Andrada, Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá) e Lino Coutinho. A desunião das províncias já tinha sido alcançada em parte com a instalação das juntas provinciais. Em breve, a autoridade do regente só se estendia sobre o Rio de Janeiro e as províncias meridionais e centrais; e, em algumas delas, o regente encontrava alguma resistência nas juntas, pois quase todas queriam ter um papel independente.

Contudo, os decretos das cortes terminaram por produzir um movimento quase geral em favor da autonomia brasileira, que se pensava conciliável com a união dos dois Reinos, mediante a criação de um parlamento com sede no Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, respondendo a uma solicitação do povo do Rio de Janeiro e de São Paulo, dom Pedro declarou que permaneceria no país (o "fico"); forçou as tropas portuguesas que se opunham a essa decisão a embarcar para Portugal e formou um novo ministério (16 de janeiro), com José Bonifácio de Andrada, ao qual se associou, alguns meses mais tarde, seu irmão Martim Francisco. A 13 de maio, aceitou o titulo de "Defensor Perpétuo do Brasil" e, seguindo o conselho de Ledo, chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro, Cunha Barbosa e Clemente Pereira (os dois primeiros, redatores do "Revérbero Constitucional"), convocou no Rio de Janeiro uma Assembleia Constituinte, por decreto de 3 de junho.

O regente estava viajando quando, na planície do Ipiranga, perto da cidade de São Paulo, o alcançou um correio, despachado do Rio de Janeiro por José Bonifácio, com cartas que anunciavam as discussões tormentosas havidas nas cortes de Lisboa, e várias decisões tomadas, notadamente a que ordenava a abertura de processo contra os membros do Gabinete do Rio de Janeiro. Cercado de pessoas da sua comitiva, oficiais e soldados da sua guarda de honra, o regente afirmou então a Independência do Brasil (em 7 de setembro de 1822) e, depois de chegar ao Rio, foi proclamado imperador constitucional (12 de outubro).

Já em 1821, as tropas portuguesas tinham sido obrigadas a deixar Pernambuco. Na Bahia, o general Madeira, tendo sob suas ordens um exército e uma esquadra importantes, resistiu durante vários meses ao assédio dos brasileiros – comandados a princípio pelo general Labatut, depois por J. J. de Lima e Silva. Dois ataques portugueses foram repelidos, contra as posições de Pirajá (8 de novembro de 1822) e a ilha de Itaparica (6 de janeiro de 1823). A penúria na cidade já era grande quando a esquadra brasileira, sob o comando de lorde Cochrane, chegou para bloquear o porto. Em 2 de julho, Madeira embarcava para Lisboa, mas uma parte dos navios que transportavam suas tropas foram capturados pela esquadra imperial. Os portugueses que ocupavam as cidades de São Luís do Maranhão e do Pará se renderam depois da chegada de alguns navios de lorde Cochrane (28 de julho e 11 de agosto de 1823). No interior, depois de longa resistência, Fidié capitulou em Caxias (a 1º de agosto). No Prata, o general Macedo, português, sitiado na cidade de Montevidéu por Lecór, comandante dos brasileiros, capitulou em 18 de novembro, depois que seus navios foram repelidos, em 21 de outubro, num ataque contra a divisão naval brasileira comandada por Pedro Nunes, que tinha vindo bloquear o porto.

O ministério Andrada, que por sua energia prestou grandes serviços à causa da Independência, reprimiu com rigor todos os que eram suspeitos de se opor à monarquia e à união das províncias; de fato, suprimiu todos os jornais da oposição e perseguiu ou exilou um certo número de liberais, entre eles Ledo, eleito deputado à Constituinte, Cunha Barbosa e Clemente Pereira.[122] Na Constituinte, que se reuniu em 3 de maio de 1823, essa política foi criticada por vários deputados. No dia 2 de julho, o ministério sofreu uma derrota na eleição da mesa da assembleia e, dois dias mais tarde, a justiça absolvia os acusados políticos do Rio de Janeiro. Como o imperador manifestou a intenção de interromper os processos políticos em São Paulo, os Andrada pediram demissão,[123] e foi organizado (17 de julho de 1823) o ministério Carneiro de Campos (marquês de Caravelas).

[122] Ledo se refugiou em Buenos Aires; Clemente Pereira, Cunha Barbosa e o general Nóbrega foram deportados para a França e deixaram o Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1823, num navio francês tendo por destino o Havre.

[123] Porto Seguro, *História da Independência*, manuscr. (pormenores fornecidos a seu governo pelo encarregado de negócios da Áustria).

Mas a discussão do projeto de Constituição se arrastava, a oposição aumentava, e a maioria decidiu, contra o voto do ministério, que todas as leis votadas pela Assembleia seriam promulgadas sem a sanção do imperador. A liberdade de imprensa tinha sido restabelecida, e vários jornais da oposição começaram a incitar a população contra os naturais de Portugal que tinham aderido à independência. As sessões da Constituinte se tornaram tormentosas, e dom Pedro I, formando um novo ministério com Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá),[124] em 12 de novembro, pronunciou a dissolução da Constituinte, medida já aconselhada por José Bonifácio de Andrada que, agora na oposição, tinha sido exilado com os irmãos e alguns partidários.

Com a assistência do Conselho de Estado (que incluía J. J. Carneiro de Campos,[125] Vilela Barbosa, Maciel da Costa, Carvalho e Melo e outros), dom Pedro preparou uma Constituição, que as autoridades dos municípios queriam ver adotada sem uma segunda Constituinte. Em consequência, em 25 de março de 1824, foi prestado o juramento de obediência a essa Constituição.

Em julho de 1824, uma insurreição republicana e federalista explodiu nas províncias do norte, de Pernambuco ao Ceará, no momento em que se preparava uma grande expedição portuguesa contra o Brasil. A revolta foi prontamente subjugada (de setembro a novembro) pelo general F. de Lima e Silva e os partidários da união. Em Pernambuco, estes últimos eram chefiados por Paes Barreto, que recebeu o título de marquês de Recife. Dezesseis revolucionários, entre eles o padre Caneca, foram condenados e executados.

Pelo Tratado de 29 de agosto de 1825, entre o Brasil e Portugal, concluído com a mediação da Inglaterra, e graças aos conselhos de Canning, a Independência do Brasil foi reconhecida.

Em 1825, na Banda Oriental, que com a constituição do Império passara a ser a Província Cisplatina, houve uma revolução organizada em Buenos Aires por Lavalleja. Os brasileiros, que haviam deixado ali poucas tropas, tiveram inicialmente uma vitória pouco importante em Arbolito (3 de setembro), mas logo em seguida uma grande parte da sua cavalaria foi destruída num ataque de surpresa em Rincón (24 de setembro) e no combate de Sarandi (12 de outubro), em que Bento

[124] Nascido no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1769; falecido no Rio em 11 de setembro de 1846.
[125] Nascido na Bahia em 4 de março de 1768; falecido no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836.

Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves se empenharam imprudentemente contra todo o exército dos uruguaios revoltados. Os brasileiros ficaram assim reduzidos a Montevidéu e Colônia, e o governo de Buenos Aires declarou a incorporação dessa província ao território da República.

A esquadra imperial abriu as hostilidades com o bloqueio da costa de Buenos Aires. O almirante argentino Brown foi repelido em 9 de fevereiro de 1826 pelo almirante brasileiro Rodrigo Lobo, e mais tarde sofreria grandes perdas ao atacar Colônia (26 de fevereiro-3 de março), defendida pelo general Rodrigues.[126] Vários outros encontros tiveram lugar, em 1826, entre as forças navais brasileiras e as argentinas, alguns sem resultado, outros favoráveis ao Brasil. O mais importante foi o de 30 de julho, em que Brown foi derrotado por Norton, o comandante brasileiro. Em 1827, duas expedições enviadas pela Marinha Imperial ao rio Uruguai (sob o comando de Sena Pereira) e à Patagônia (sob o comando de Shepherd), foram aniquiladas perto da ilha do Juncal (8 e 9 de fevereiro) por Brown, e no rio Negro de Patagones (7 de março), por corsários comandados por Bysson. Em terra, o general brasileiro marquês de Barbacena, tendo atacado com inferioridade de tropas o exército do general Alvear, foi derrotado na batalha de Ituzaingó em 20 de fevereiro.

Pouco depois, o almirante brasileiro Pinto Guedes, barão do Rio da Prata, impunha a Brown uma derrota em Monte Santiago (7 e 8 de abril). Essa guerra, impopular no Brasil em função das falhas do governo e dos generais e, sobretudo, do partidarismo de grande número de membros da oposição, terminou com o acordo de 27 de agosto de 1828, feito por mediação da Inglaterra: o Brasil e a República Argentina renunciaram a província que disputavam e criaram a República Oriental do Uruguai, que mais tarde o Brasil defenderia contra a ambição do ditador Rosas.

Com a morte de dom João VI, em 1826, o imperador dom Pedro I se tornara também o rei de Portugal. Outorgou uma Carta Constitucional a esse Reino, e depois se apressou a abdicar da coroa portuguesa em favor da sua filha, dona Maria II.

Criadas pela Constituição, as Casas Legislativas brasileiras se reuniram pela primeira vez em 1826 e, durante todo o reinado de dom Pedro, I a oposição – composta de liberais monarquistas, de partidários

[126] Manuel Jorge Rodrigues, que em 1840 recebeu o título de barão de Taquari, o qual lembra a batalha desse nome contra os separatistas do Rio Grande do Sul.

do parlamentarismo inglês, de alguns federalistas e de republicanos, teve maioria na Câmara dos Deputados. Faziam-se no Brasil os primeiros ensaios do sistema representativo, e, se de um lado o imperador era jovem, impetuoso e inexperiente, os partidos e a imprensa precisavam ainda educar-se politicamente. O Ministério Paranaguá, que esteve no poder depois de 1823, e o do visconde de São Leopoldo, que o sucedeu (em 16 de janeiro de 1827), se compunham somente de senadores ou de pessoas que não pertenciam ao Parlamento. Em 20 de novembro de 1827, o imperador instituiu por fim um ministério Parlamentar, com o deputado Araújo Lima (marquês de Olinda). Contudo, quando dom Pedro exonerou o ministro da Guerra, depois de uma revolta de alguns regimentos estrangeiros, no Rio de Janeiro – revolta suprimida energicamente –, os deputados que pertenciam ao ministério apresentaram sua demissão.

Como dois dos membros mais influentes da Câmara, Costa Carvalho e Vasconcelos, se recusaram a organizar um novo Gabinete, essa missão foi confiada ao deputado Clemente Pereira (15 de junho de 1828), que os liberais logo abandonaram. Esse ministério e o de Paranaguá, que o sucedeu (4 de dezembro de 1829), receberam viva oposição na Câmara e na imprensa. A chegada da esquadra do barão Roussin (1828), enviada por Carlos X para reclamar alguns navios franceses que os brasileiros tinham capturado durante o bloqueio do Prata, e a necessidade em que se encontrava o governo imperial de ceder a essa injunção, prejudicaram muito a posição do imperador e aumentaram consideravelmente a irritação popular. A revolução de 1830 na França viria apaixonar a opinião pública, e a queda de Carlos X foi celebrada no Brasil, em quase toda parte, por demonstrações públicas. Alguns novos jornais, no Rio de Janeiro e nas províncias, começaram a pregar o federalismo ou a república. Nas eleições de 1830, esses dois partidos conseguiram eleger vários dos seus candidatos. Em 1831, 44 novos jornais foram instituídos no Rio de Janeiro. Todos os ministros e senadores que se mostravam devotados ao imperador eram apresentados como partidários do absolutismo. *Aurora Fluminense*, fundado em 1827 por Evaristo da Veiga, era o mais influente e o melhor escrito de todos os jornais oposicionistas.

Em 19 de março de 1831, dom Pedro I, cujo maior defeito era o de ter nascido em Portugal, tentou governar com um ministério liberal (F. Carneiro de Campos). Mas o ódio entre brasileiros e portugueses era, nessa época, demasiadamente vivo para que se pudesse estabelecer a concórdia.

Os portugueses tinham promovido manifestações em favor do imperador, e conflitos sangrentos tiveram lugar nas ruas. O imperador formou então um Gabinete composto só de senadores (Paranaguá). Eclodiu então um movimento popular, apoiado pela defecção de parte das tropas. Reclamava-se o retorno do ministério exonerado (6 de abril de 1831). Cansado dessa oposição e desejando sustentar, na Europa, os direitos da sua filha contra o usurpador dom Miguel, dom Pedro I, que há alguns dias já tinha anunciado a seus conselheiros de Estado a decisão de abdicar,[127] não quis ceder diante dos revoltosos. Abdicou em favor do filho, a 7 de abril de 1831, e partiu para a Europa, onde conseguiu – antes de morrer, aos 36 anos, em 1834 – estabelecer o governo constitucional garantindo o trono de Portugal para sua filha, depois de luta da qual participou pessoalmente com um heroísmo que se tornou legendário entre os portugueses.

Reinado do imperador dom Pedro II

Dom Pedro II, filho e sucessor de dom Pedro I no trono brasileiro, tinha apenas cinco anos e uma Regência governou o Império até 1840. Compunha-se inicialmente de três membros: os senadores marquês de Caravelas (J. J. Carneiro de Campos) e Vergueiro, bem como o general Francisco de Lima e Silva, que formaram a Regência provisória até 17 de junho de 1831. Este último, com os deputados Costa Carvalho e Bráulio Muniz, formou a Regência definitiva, que governou até 12 de outubro de 1835. Depois do Ato Adicional, passou a haver um regente único (1835-1840).

Foi uma época tormentosa, em que correligionários do federalismo e reacionários, partidários de dom Pedro I, agitaram as províncias e tentaram muitas vezes derrubar a Regência. A guerra civil ensanguentou o Ceará (1831 e 1832), Pernambuco (1832-1835), o Pará (1831-1833, 1835-1837), a Bahia (1837 e 1838), o Maranhão (1838-1841), o Rio Grande do Sul (1835-1845) e várias outras províncias. O Partido Liberal Monarquista (liberal moderado), de que Evaristo da Veiga e Vasconcelos[128]

[127] Visconde de São Leopoldo, *Memórias*.

[128] Nascido no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1799, Evaristo da Veiga faleceu nessa cidade em 12 de maio de 1837. Bernardo de Vasconcelos nasceu em Ouro Preto em 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1850.

eram os principais dirigentes, esteve no poder de 1831 a 1837 e precisou lutar contra os federalistas, quase todos republicanos (Partido Liberal Exaltado) e os reacionários (Partido Restaurador, ou Caramuru), de que se tornaram os principais conselheiros os irmãos Andrada, retornados do exílio em 1828, reconciliados com dom Pedro I. Este último partido exigia o retomo de dom Pedro I como regente, mas dom Pedro, procurado em Lisboa em 1833 por Antônio Carlos de Andrada, recusou-se a cooperar.[129] O deputado Feijó,[130] nomeado ministro em 4 de julho de 1831, reprimiu energicamente todas as revoltas provocadas no Rio de Janeiro pelos dois partidos oposicionistas. Às tropas indisciplinadas que tinham seguido o mau exemplo de alguns dos seus chefes e que não podiam mais ser contidas, ele opôs a Guarda Nacional, criada pela lei de 18 de agosto de 1831; aos clubes federalistas, Evaristo da Veiga opôs a Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional (Sociedade Defensora), vasta organização que exerceu grande influência sobre a marcha dos acontecimentos políticos brasileiros.

Nessa época (1832), Auguste de Saint Hilaire descreveu, num quadro sombrio, os males produzidos pela discórdia nas fronteiras do Uruguai:

> Era há pouco tempo um dos países mais belos da América meridional. Seus habitantes quiseram federar-se e começaram por se separar; cada vila, cada lugarejo pretendia ter uma pátria à parte; chefes ignóbeis se armaram em todas as partes; a população foi dispensada, ou aniquilada.

Sobre o Brasil, que "amava quase tanto quanto o seu próprio país", e que comparava aos Estados Unidos, próspero sob o regime federalista, o mesmo Saint Hilaire escrevia:

> A união americana e, sobretudo, o espírito que anima os americanos, tendem a fazer cada dia mais compacta a sociedade formada por esse povo ou, pelo menos, a que se forma em cada província. Os brasileiros, ao contrário, não poderiam estabelecer o sistema federativo sem começar pelo rompimento dos frágeis vínculos que ainda os unem. Impacientes diante de qualquer superioridade, muitos chefes altivos dessas aristocracias patriarcais de que o Brasil está coberto

[129] Porto Seguro, *História da Independência*, manuscrito.

[130] Diogo Feijó nasceu em São Paulo em 1784 e faleceu nessa mesma cidade em 10 de novembro de 1843.

> apelam sem dúvida para o federalismo com todo empenho; mas que os brasileiros se defendam contra o desapontamento que os levaria à anarquia e às afrontas de uma multidão de pequenos tiranos, mil vezes mais insuportáveis do que um único déspota.[131]

Para satisfazer os liberais monarquistas, defensores da autonomia provincial, uma reforma constitucional foi votada em 1834 (o Ato Adicional). Os federalistas exigiram, então, que os presidentes das províncias fossem designados pelas próprias províncias, ou então escolhidos pelo governo central em listas tríplices submetidas pelas Assembleias Provinciais. Mas a maioria[132] teve a sabedoria de recusar essas propostas (12 de julho), que teriam destruído a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas como as que entravaram o progresso de muitos Estados hispano-americanos.

Depois da reforma constitucional, Feijó foi eleito regente do Império, que governou a partir de 12 de outubro de 1835. Antes da sua eleição, o Ceará tinha sido pacificado, em 1832, depois do combate de Missão Velha, e Pernambuco também, em 1835, graças à intervenção do bispo Perdigão. De seu lado, o Regente Feijó conseguiu restabelecer a ordem no Pará pela ação enérgica do general Andrea (1836); mas, em 20 de setembro de 1835, sob a chefia do coronel Bento Gonçalves, explodiu uma revolução no Rio Grande do Sul, onde o movimento federalista degeneraria em guerra separatista.

A morte do duque de Bragança (dom Pedro I), em Lisboa, no dia 24 de setembro de 1834, provocou a transformação dos partidos políticos brasileiros. O maior número dos reacionários se juntaram à oposição parlamentar formada em 1836 dentro do Partido Liberal Monarquista, cujos membros mais influentes eram Araújo Lima, Bernardo de Vasconcelos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Paulino de Souza e Calmon. Essa fusão gerou o partido que tomou o nome de Conservador, que triunfou nas eleições de 1836.

---

[131] Auguste de Saint-Hilaire, *Précis de l'Histoire des Révolutions de l'Empire du Brésil*, que segue seu *Voyage dans le District des Diamants*, Paris, 1832.

[132] Sessenta e dois votos contra 25. A maioria era formada sobretudo por deputados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas. Entre aqueles que rejeitaram essas propostas estavam Evaristo da Veiga, Vasconcelos, Carneiro Leão (Paraná), Araújo Lima (Olinda), Custódio Dias, Álvares Machado, Rodrigues Torres (Itaboraí).

Em 19 de setembro de 1837, Feijó pediu exoneração e passou a Regência ao chefe da oposição, Araújo Lima,[133] que os eleitores, alguns meses depois, confirmaram no cargo. Cinco ministérios conservadores se sucederam, de 19 de setembro de 1837 a 23 de julho de 1840: os de Vasconcelos (19 de setembro), Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (16 de abril de 1839), Alves Branco, depois visconde de Caravelas (1º de setembro de 1839), Lopes Gama, depois visconde de Maranguape (18 de maio de 1840), e Vasconcelos (22 de julho de 1840), que durou apenas algumas horas.

Uma revolta militar separatista, que explodiu na Bahia em 7 de novembro de 1837, foi reprimida pela Guarda Nacional e pelos voluntários daquela província, que sitiaram imediatamente a capital, e por tropas chegadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro, sob o comando do general Calado. A cidade foi tomada depois de combate sangrento (de 13 a 15 de março de 1838), e a ordem foi mais ou menos restaurada em todas as partes, exceto no Rio Grande do Sul, onde os separatistas ganharam muitas vantagens em 1838 e, comandados por Canavarro e Garibaldi, se apoderaram (em julho de 1839) de uma parte de Santa Catarina, de onde foram expulsos alguns meses depois, em novembro, pelo general Andrea e por Mariath, comandante da flotilha imperial em operação nessa região do Império.

A partir de 1836, a história política do Brasil se resume na luta entre os dois grandes partidos constitucionais, o Conservador e o Liberal. De acordo com a doutrina defendida por Vasconcelos, a Câmara dos Deputados se tornou preponderante a partir de 1831. Um projeto de lei interpretativa do Ato Adicional, tendo por objetivo fixar mais precisamente as atribuições das legislaturas provinciais, para pôr fim às usurpações do poder central, ou da autonomia comunal, por essas assembleias, foi debatido no Parlamento de 1838 a 1840, e adotado somente neste último ano – a lei de 12 de maio de 1840.

Em 1840, a oposição liberal começou a reclamar a declaração da maioridade do jovem imperador, que tinha apenas 15 anos. Hollanda Cavalcanti (visconde de Albuquerque), os dois irmãos Andrada (Antônio

[133] Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, nasceu no engenho Antas, perto de Serinhaém, em Pernambuco, em 22 de dezembro de 1793. Faleceu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1870.

Carlos e Martim Francisco)[134] e Álvares Machado se puseram à frente dessa agitação; muitos conservadores, como o marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa), adotaram essa posição, que, com a incapacidade dos governos eleitos em manter a ordem pública e a união das províncias, se tornara a maioria da nação. Assim, em 23 de julho, o imperador foi declarado maior de idade pelas duas Câmaras, reunidas em Assembleia-Geral.

Dom Pedro II começou seu governo com os liberais (Hollanda Cavalcanti e os Andrada); depois, de 23 de março de 1841 a 2 de fevereiro de 1844, governou com os ministérios conservadores do marquês de Paranaguá (23 de março de 1841) e de Carneiro Leão (20 de janeiro de 1843). O Maranhão foi pacificado pelo general L. A. de Lima e Silva (1841) – feito barão, depois conde, marquês e duque de Caxias. Mas outra revolução explodiu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais (1842). A ordem foi restabelecida por esse mesmo general depois da batalha de Santa Luzia, em 20 de agosto.

Como o Gabinete Carneiro Leão pediu demissão em função de desentendimento com o imperador, e um outro dirigente conservador, Costa Carvalho, desistiu de formar novo ministério, esta missão foi confiada, em 2 de fevereiro de 1844, ao liberal Almeida Torres, visconde de Macaé. Os liberais governaram até 29 de setembro de 1848 com o Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 e os de 5 de maio de 1846 (visconde de Albuquerque), 22 de maio de 1847 (Alves Branco, visconde de Caravelas), 8 de março de 1848 (visconde de Macaé) e 31 de maio do mesmo ano (Paula e Souza). A guerra civil no Rio Grande do Sul, que tinha durado 10 anos, foi encerrada em 1º de março de 1845, por Caxias. Neste mesmo ano, tendo pacificado todo o país, o governo imperial poderia começar a ocupar-se da repressão ao tráfico dos negros, que se fazia nas costas do Império como contrabando, já que a lei de 4 de novembro de 1831 tinha proibido o odioso comércio. Com a votação do Bill Aberdeen, a Inglaterra tornara a situação ainda mais difícil, humilhando o Brasil. De acordo com essa nova lei inglesa, os navios negreiros e aqueles suspeitos de praticar o tráfico deviam ser capturados pela marinha real, mesmo em águas territoriais do Império, e

[134] O mais velho, José Bonifácio de Andrada e Silva, morreu em São Domingos, um subúrbio de Niterói, em 6 de abril de 1838. Tinha nascido em Santos em 13 de junho de 1763.

seus responsáveis seriam processados em tribunais ingleses. A aplicação do Bill Aberdeen e as violências exercidas, nas costas brasileiras, pelos cruzadores ingleses, criaram no país um sentimento geral de indignação, de que se beneficiaram os negreiros: de 1846 a 1850, triplicou o número de africanos introduzidos anualmente no Brasil.[135]

Em 27 de setembro de 1848, os conservadores voltaram ao poder, com o ministério do marquês de Olinda.

Uma nova revolução estourou em Pernambuco, dirigida pelos deputados liberais daquela província. Houve muitos combates e, em 2 de fevereiro de 1848, os revolucionários, num movimento rápido, tentaram apoderar-se da capital, Recife, que o enérgico presidente Tosta, marquês de Muritiba, soube defender com voluntários e com a Guarda Nacional, apoiados por tropas da Marinha. A chegada de um pequeno exército, sob o comando do general Coelho, assegurou a vitória do governo.

Essa foi a última revolução tentada no Brasil. Seu efeito foi aumentar enormemente, em todas as províncias, a força dos conservadores, pois as classes esclarecidas, e a população em geral, estavam cansadas de todas essas agitações e guerras intestinas.

Durante o reinado de dom Pedro II, a repressão das revoltas foi sempre seguida por uma anistia.[136]

Em 6 de outubro de 1849, o marquês de Olinda, por ter ideias divergentes de todos os colegas, e do próprio imperador, a respeito da política a seguir com o ditador argentino Rosas, deixou o Gabinete e foi substituído na Presidência do Conselho pelo marquês de Monte Alegre

[135] Africanos desembarcados no Brasil durante os cinco anos que precederam o Bill Aberdeen: 1840, 30.410; 1841, 16.000; 1842, 17.435; 1843, 19.095; 1844, 22.849; 1845, 19.453. Depois do Bill Aberdeen e antes da Lei Eusébio de Queirós: 1845, 50.324; 1847. 56.172; 1848, 60.000; 1849, 54.000; 1850, 23.000. Depois da Lei Eusébio de Queirós: 1851, 3.287; 1852, 2.700; 1853-1856 (as duas últimas tentativas de introdução de escravos), 512.

[136] Um republicano francês, Charles Ribeyrolles, emigrado em 2 de dezembro, escrevia em 1859: "No Brasil, há anos, não há mais processos políticos, prisioneiros do Estado, processos contra a imprensa, conspiração ou deportação. As opiniões não são mais sujeitas à ação policial, à apreensão aduaneira, objetos de suspeita ou de marcação. O espírito é livre em todas as suas confissões, o cidadão em todos os seus movimentos. A razão de Estado não é aplicada. E por quê? Porque D. Pedro colocou a "majestade" não nas suas prerrogativas, na sua pessoa, mas no seu caráter, e em obras; porque o espírito geral do país é a tolerância, a conciliação, a sociabilidade; porque o próprio catolicismo, embora tenha privilégio oficial, não ousa mais brincar de anátema e excomunhão" (Ribeyrolles, *Le Brésil Pittoresque*, Rio de Janeiro, 1859, tomo I, p.141).

(Costa Carvalho). A pasta dos Negócios Estrangeiros foi confiada ao conselheiro Paulino de Souza, depois visconde do Uruguai.[137] Foi nessa ocasião que o Brasil assinou com a República Oriental do Uruguai, cujo representante no Rio era Andrés Lamas, e com os estados de Entre Rios e Corrientes, os Tratados de Aliança de 1851, que asseguraram a vitória das liberais das Repúblicas do Prata, a liberdade de navegação nos afluentes desse rio e a independência do Uruguai e do Paraguai. Carneiro Ledo, depois marquês do Paraná, foi enviado ao Prata pelo imperador, como seu representante junto aos governos aliados.

O governo do Uruguai estava reduzido à cidade de Montevidéu, assediada desde 1842 por um exército argentino sob o comando do general Oribe. Em 1851, o marechal de Caxias, à frente de 20 mil brasileiros, e Urquiza, comandando o exército de Entre Rios, invadiram o Uruguai, enquanto a esquadra imperial, dirigida pelo almirante Grenfell, ameaçava Buenos Aires e protegia a passagem das tropas do exército aliado. Oribe capitulou em 19 de outubro; Grenfell forçou as baterias de Tonelero, no Paraná (17 de dezembro), e o principal exército aliado marchou para Buenos Aires. A batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, pôs fim à tirania de Rosas, que há 23 anos oprimia os povos do Prata. Expulso do seu país, o ditador argentino se refugiou na Inglaterra.[138]

[137] Nascido em Paris em 4 de outubro de 1807, falecido no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1866.

[138] O Anuário da Revista dos Dois Mundos, de 1852, apreciou, nos seguintes termos, o papel do Brasil: "Não se poderia ignorar a habilidade e o vigor postos pelo Gabinete do Rio de Janeiro na condução deste assunto. E para ele um êxito incontestável, ainda mais lisonjeiro para o espírito nacional porque o Brasil pode dizer que conseguiu o que não puderam os governos mais poderosos da Europa." Sabe-se que o ditador Rosas tivera suas disputas com a França e a Inglaterra. A França bloqueou Buenos Aires pela primeira vez de 28 de março de 1838 a 29 de outubro de 1840 (almirantes Leblanc, Dupotet e de Mackau); protegeu o governo de Montevidéu e o general Lavalle, comandante do exército unitário argentino em luta contra Rosas; apoderou-se da ilha de Martín García. Em 1845, depois da missão do marquês de Abrantes (Calmon), enviado pelo Brasil à Europa, a França fez nova intervenção, dessa vez em concerto com a Inglaterra, mas lorde Aberdeen e Guizot cometeram o erro de dispensar a cooperação das tropas brasileiras. O bloqueio de Buenos Aires foi feito em 18 de setembro de 1845 pelos almirantes Lainé e Inglefield. No mesmo ano, os comandantes Tréhouart e Hotham alcançavam a vitória de Obligado. Dois anos mais tarde, em 15 de julho de 1847, vendo que não chegava a nenhum resultado, a Inglaterra negociava com Rosas, e retirava sua esquadra. O almirante francês Leprédour continuou solitariamente o bloqueio, até 11 de junho de 1848. A partir desta data, a França se limitou a conceder ao governo de Montevidéu uma subvenção, que foi reduzida em 1850, tornando-se insuficiente. O Brasil começou então a fornecer os

Em 1850, por proposta do ministro da Justiça Eusébio de Queirós, as Câmaras votaram quase por unanimidade, meios mais seguros que os da lei de 1831 para reprimir o tráfico (lei de 4 de setembro de 1850). A firmeza do imperador e a energia com que Eusébio de Queirós se pôs a aplicar com rigor a nova lei quebraram a resistência dos negreiros, que eram então muito poderosos no Rio de Janeiro, e a importação de escravos cessou completamente.[139]

Reduzido a um só deputado, pelo ingresso de vários dos seus membros no Senado, em 1852 o ministério Monte Alegre pediu demissão. O ministro das Finanças, Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), foi incumbido da Presidência do Conselho e reconstituiu o Gabinete, em 11 de maio de 1852, com dois dos seus colegas e três novos ministros. Mas esse ministério se exonerou no ano seguinte, e o marquês do Paraná (Carneiro Leão), nomeado presidente do Conselho em 6 de setembro de 1853, inaugurou a política de "conciliação", formando um ministério composto de conservadores e liberais.

Os grandes progressos feitos pelo Brasil datam verdadeiramente de 1850, fim do período de guerras civis – e, sobretudo, do ministério Paraná.

Com a morte desse estadista, em 3 de setembro de 1856,[140] o marechal Caxias, ministro da Guerra, se tomou presidente do Conselho, mantendo a política de apaziguamento. Veio depois o ministério do marquês de Olinda (4 de maio de 1857), durante o qual a separação dos dois partidos se fez sentir de novo, pela passagem para a oposição de grande número de conservadores.[141]

Em 1857, o Brasil se preparava para a guerra contra o ditador Carlos López, que se obstinava em recusar a livre comunicação, pela via fluvial do Paraguai, entre a província brasileira de Mato Grosso e o litoral do

recursos necessários para a defesa do lugar (1º de julho); no ano seguinte, decidiu-se a tomar a ofensiva.

139 Quando essa questão foi discutida no Conselho de ministros, o imperador, diante das objeções levantadas por um dos membros do Gabinete – que considerava perigosos para a ordem pública os meios de repressão solicitados por Eusébio de Queirós – declarou que preferia perder a coroa a sofrer a continuação do tráfico (J. Nabuco, *O abolicionismo*, Londres, 1883, p.2).

140 O marquês do Paraná nasceu em Jacuí (Minas), em 11 de janeiro de 1801.

141 Disse Charles de Ribeyrolles em 1859: "A primeira parte do programa executado nos últimos 20 anos foi uma obra útil: era preciso realizar a unidade do país, e não recair em satrapias federalistas ou marítimas. Se se quer ser um povo, antes de mais nada é preciso ser uma pátria" (Ribeyrolles, *Le Brésil Pittoresque*, Rio, 1859, tomo III, p.140.).

Império. O Tratado de 12 de fevereiro de 1858, assinado em Assunção,[142] assegurava a liberdade de navegação no Paraguai não só ao Brasil, mas também a todos os outros países.

De 12 de dezembro de 1858 a 24 de maio de 1862, sucederam-se três Gabinetes conservadores: Abaeté (12 de dezembro), Ferraz (10 de agosto de 1859) e Caxias (3 de março de 1861). Durante este último período, muitos conservadores – entre eles Zacarias de Vasconcelos, Olinda, Nabuco e Saraiva – se aliaram à oposição e asseguraram a ascensão dos liberais, que ocuparam o poder de 24 de maio de 1862 a 16 de julho de 1868, sob os ministérios de Zacarias de Vasconcelos (24 de maio de 1862), de marquês de Olinda (30 de maio de 1862), de Furtado (31 de agosto de 1864), de Olinda (12 de maio de 1865) e de Zacarias (3 de agosto de 1866). Nessa época, produziu-se nova intervenção brasileira no Uruguai; transcorreu a Guerra do Paraguai; houve lutas entre as duas facções do Partido Liberal: os liberais históricos foram chefiados por Teófilo Otoni e seus novos aliados; e começou a propaganda em favor da abolição gradual da escravidão. Em 7 de setembro de 1867, o Brasil abriu ao comércio estrangeiro o rio Amazonas e uma parte dos seus afluentes, bem como o rio São Francisco até Penedo (decreto de 7 de dezembro de 1866).

Em 1864, como as reclamações do governo imperial – apresentadas em 4 de agosto pelo ministro Saraiva – fossem rejeitadas pelo governo da República Oriental do Uruguai, que estava nas mãos do Partido "Blanco", o Brasil reconheceu como beligerante o general Venâncio Flores, chefe do Partido "Colorado", que desde 1862 dominava uma grande parte dos departamentos do interior, e impedia o acesso das tropas do governo. Sob o comando do general João Propício Mena Barreto, o exército brasileiro e o de Flores tomaram de assalto Paissandu (2 de janeiro de 1865) e assediaram Montevidéu, que foi simultaneamente bloqueada pela esquadra imperial do almirante Tamandaré.

Pelo Tratado de Pacificação de 20 de fevereiro, entre o governo de Montevidéu e o general Flores, tratado redigido pelo ministro do Brasil, Silva Paranhos, o general foi reconhecido como governador provisório da República, e as forças aliadas entraram em Montevidéu. A República

[142] O plenipotenciário do Brasil era o conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco; do Paraguai, general Francisco Solano López.

do Uruguai tornou-se uma aliada do Brasil contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano López,[143] que, sem uma declaração de guerra, tinha capturado um navio mercante brasileiro, em 12 de novembro de 1864, aprisionando a tripulação e todos os passageiros, e invadido a província brasileira de Mato Grosso.[144] Pouco depois, os paraguaios se apoderaram de duas canhoneiras argentinas e invadiram, também sem declaração de guerra, a província de Corrientes (13 de abril de 1865). Uma "tríplice aliança" foi então assinada em Buenos Aires (1º de maio), entre o Brasil, a República Argentina e o Uruguai,[145] que empreenderam uma guerra longa e difícil cujo peso, na verdade, recaiu quase todo sobre o Brasil.[146]

[143] Seu pai, o ditador Carlos López, o tinha designado, em testamento, vice-presidente do Paraguai. Com a morte de Carlos López, em 10 de setembro de 1862, assumiu o governo e convocou um congresso, que o nomeou presidente da República. Sabe-se que, com o nome de República, o Paraguai era um país governado despoticamente e que seu povo tinha sido habituado à obediência passiva pelos jesuítas – desde os primeiros anos da conquista espanhola – e depois pelo célebre doutor Francia e por Carlos López. O novo ditador, Solano López, militarizou o país. Seu projeto era a expansão do Paraguai, às custas da República Argentina, pela conquista das províncias de Corrientes e Entre Rios, bem como da ilha de Martín García, que domina a entrada no Paraná e no Uruguai. Depois da vitória, contava fazer-se aclamar imperador, como aconteceu com Napoleão I. Em 1865, foi encontrado na alfândega de Buenos Aires o modelo da coroa imperial que seu ministro em Paris lhe remetia. Em 1864, o ministro Carreras, enviado ao Paraguai pelo governo de Montevidéu, conseguiu desviar López da linha política que tinha traçado, persuadindo-o de que uma aliança secreta fora assinada entre o Brasil e a Argentina para a conquista e a partilha do Paraguai e do Uruguai. Carreras pagou caro por essa invenção, pois, tendo-se refugiado no Paraguai depois da queda do Partido "Blanco", foi preso em 1868, torturado e fuzilado, no dia 27 de setembro. Milhares de estrangeiros e paraguaios foram executados por ordem de Lopez. Só a loucura pode explicar a conduta do ditador paraguaio depois das suas primeiras derrotas. Por decreto de 8 de agosto de 1865, criou a Ordem Nacional do Mérito, cujo grande colar só podia ser outorgado ao presidente da República.

[144] Mato Grosso só dispunha então de uma guarnição de 875 homens, espalhados num vasto território, e de cinco pequenas canhoneiras, além da sua Guarda Nacional – que não tinha sido mobilizada, já que não se esperava uma invasão. A parte meridional da província foi atacada por nove mil paraguaios e uma numerosa esquadra. As comunicações entre o litoral brasileiro e essa província longínqua se faziam então, como ainda hoje (século XIX. (N.E)), pela via fluvial do Paraná e do Paraguai.

[145] O plenipotenciário do Brasil era o conselheiro F. Octaviano; da República Argentina, R. Elizalde; do Uruguai, C. de Castro.

[146] O governo uruguaio não podia empregar um número maior de combatentes nessa guerra distante, pois se temia a sublevação do Partido "Blanco", o que obrigava o Brasil a manter tropas de observação nas fronteiras dessa República. A Argentina não era ainda a nação florescente que é hoje; a grande prosperidade dessa República data precisamente da Guerra do Paraguai e da administração esclarecida do general Mitre. Em 1869, sua população era de 1.877.000 habitantes, e a influência de alguns governos provinciais fazia sombra ao governo

O general Bartolomeu Mitre, presidente da República Argentina, teve o comando em chefe dos exércitos aliados durante os primeiros anos da guerra.[147]

No princípio do conflito, os brasileiros obtiveram a vitória naval de Riachuelo, em que o almirante Barroso derrotou a esquadra paraguaia (11 de junho de 1865). Uma divisão paraguaia que avançava pela margem direita do rio Uruguai foi dizimada em Yatai (17 de agosto) pelos aliados, sob o comando de Flores. Outro corpo do exército paraguaio, que penetrara por São Borja (10 de junho) na província brasileira do Rio Grande do Sul, foi cercado na cidade de Uruguaiana e obrigado à rendição (18 de setembro). O imperador dom Pedro II se encontrava então na chefia das forças aliadas e foi no seu acampamento que recebeu o ministro Thornton, enviado pela Inglaterra para solicitar a retomada das relações diplomáticas, interrompidas em 1863.[148] López, que se tinha deixado bater em combates isolados, sem saber tirar partido da superioridade numérica das suas forças, evacuou a província de Corrientes para esperar, em território paraguaio, os inimigos que tinha criado, aos quais deixava

central. Assim, o general Urquiza, todo poderoso em Entre Rios, não forneceu um só soldado para a luta contra López. De modo geral, os federalistas argentinos esperavam que a vitória do ditador paraguaio representasse uma vitória para o seu partido; assim, durante toda a guerra, os governantes de Buenos Aires tiveram pouco apoio das províncias.

147 No início da guerra (1864), de acordo com o general Resquin, seu chefe de Estado-maior, e o tenente-coronel Thompson, um dos seus engenheiros (War in Paraguay, capítulo V), Lopez tinha um exército de 80 mil homens. Em 1865, depois do apresamento de duas canhoneiras argentinas, sua marinha de guerra se compunha de 39 navios e várias chatas. Em 1864, o Brasil tinha um exército de apenas 15 mil homens, e uma frota de 45 navios. Atendendo ao apelo do imperador, em 1865, 57 batalhões de voluntários foram organizados: treze na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, oito em Pernambuco, quatro no Rio Grande do Sul, três em cada uma das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Maranhão, dois no Pará, dois no Piauí, um em cada uma das províncias de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Goiás e Mato Grosso; um composto de voluntários do Ceará, Piauí e Sergipe; um só de estrangeiros. A Guarda Nacional do Rio Grande do Sul forneceu quase toda a cavalaria ao exército imperial. Em 1866, a esquadra brasileira contava com 62 navios, dois quais quatro couraçados. Em 1867, os couraçados eram 10 (um tinha sido perdido no bombardeio de Curuzu, pela explosão de um torpedo). Em fevereiro de 1868, a esquadra em operações tinha 13 couraçados, 28 canhoneiras, 4.500 homens e 155 canhões. Em abril de 1869, a frota brasileira contava com 85 navios, dos quais 16 couraçados, além de numerosos transportes; tinha 277 canhões e 6.447 homens.

148 O naufrágio de um navio inglês nas costas do Rio Grande do Sul e a prisão de alguns marinheiros ingleses no Rio de Janeiro tinham provocado um conflito entre o governo imperial e o ministro inglês. Escolhido como árbitro o rei dos belgas, Leopoldo I, pronunciou uma sentença favorável ao Brasil.

assim o tempo e a liberdade necessários para organizar suas tropas e preparar-se para o ataque.

Em 1866, os aliados se encontravam diante do Paso de la Patria, no rio Paraná, com um exército que acreditavam ser suficiente para a ofensiva, mas que era inferior em número ao do adversário.[149] Os brasileiros começaram bombardeando as posições inimigas e ocupando a ilha de Itapiru, onde, sob o comando de Vilagran Cabrita, em 10 de abril, resistiram a um ataque paraguaio. Alguns dias depois, protegido pela esquadra imperial, o general Osório (marquês do Herval) desembarcou com 10 mil brasileiros na margem esquerda do Paraguai (16 de abril), obteve duas vitórias, em Confluência, sobre as tropas que vieram atacá-lo (em 16 e 17 de abril), e ocupou o forte de Itapiru. Do outro lado, os canhões da esquadra brasileira forçaram López a evacuar as posições de Paso de la Patria, e todo o exército aliado pôde desembarcar livremente na área conquistada por Osório.

O ditador transferiu seu quartel-general para Paso Pucu, no centro de várias linhas fortificadas que encerravam uma vasta região entre as baterias de Humaitá e Curupaiti, no rio Paraguai, e as posições de Sauce, Rojas e Espinillo. Linhas que eram em quase toda a sua extensão inabordáveis, pois haviam sido construídas atrás de pântanos e pequenos lagos. A batalha de Estero Bellaco (2 de maio), uma vitória de Osório e Flores, e a de Tuiuti (24 de maio), ganha pelo presidente Mitre, que tinha sob seu comando esses dois generais, asseguraram aos aliados a posse do sudoeste do Paraguai, que tinham ocupado, e forçaram López à defensiva, mas os soldados permaneciam inativos diante das trincheiras inimigas, à espera de reforços.

[149] López aguardava os aliados com 47 ou 48 mil homens nas trincheiras de Paso de la Patria e Humaitá. Dispunha ademais de um corpo de observação em Itapua (três mil homens) e tropas de ocupação na parte meridional de Mato Grosso. Na mesma época (março de 1866), os aliados contavam com as seguintes forças: I corpo brasileiro, 33.078 homens (general Osório); exército argentino, 11.500 homens (chefiados pelo presidente Mitre, comandante em chefe aliado); exército uruguaio, 1.580 homens (general Flores). Total, diante de Paso de la Patria, 46.258 homens, mais a esquadra brasileira. Na mesma data, 13 mil brasileiros, formando o II corpo (general Porto Alegre), se encontravam no Uruguai; nas fronteiras meridionais do Rio Grande do Sul, 8.498; na província de Mato Grosso, 6.367. Total dos brasileiros, 60.943 homens; dos argentinos e uruguaios, 13.000. Estes números resultam do exame dos documentos dos aliados e dos de López, bem como das declarações de muitos oficiais paraguaios.

Em 16 de julho, os aliados tomaram Potrero Piriz e Boquerón, mas foram repelidos em Sauce, no dia 18. Tendo chegado os primeiros reforços, o general brasileiro conde de Porto Alegre (Marques de Souza), apoiado pelos navios imperiais, tomou Curuzu, posição avançada de Curupaiti (2 de setembro). Solicitou reforços para continuar avançando, o que provocou discussões entre os generais aliados; enquanto isso, López aumentou as fortificações de Curupaiti. Por fim, o presidente Mitre reuniu quase todo o exército argentino em Porto Alegre, mas em 22 de dezembro fracassava o ataque a Curupaiti.

Foi então que dom Pedro II concentrou o comando das suas forças de terra e de mar nas mãos de Caxias e que a maior parte do exército argentino se retirou para reprimir revoltas e resistências dos governadores provinciais. Em 22 de julho de 1867, depois de muitos meses de inação forçada (o cólera tinha dizimado os acampamentos e fazia ainda muitas vítimas), Caxias, que continuava na posição de comandante em chefe dos aliados, depois da partida de Mitre para Buenos Aires, começou suas operações entre Humaitá e as linhas de Paso Pucu. Partiu do campo entrincheirado de Tuiuti, cujo comando foi confiado a Porto Alegre, e, mediante uma marcha de flanco, foi colocar-se a nordeste das posições inimigas, do lado de Tuiu-Cuê. Mas o exército aliado não era bastante poderoso para investir completamente contra um sistema de fortificações tão amplo.[150] Os navios couraçados brasileiros, sob

[150] Era a seguinte a composição do exército aliado em 22 de julho de 1867: comandante em chefe, marechal marquês (depois Duque) de Caxias. *Marchando sobre Tuiucuê com o comandante em chefe*: do Brasil, o I e o III Corpos do exército, sob a chefia dos generais Argolo (visconde de Itaparica) e Osório (marquês de Herval); 21.521 homens, 48 canhões. Da Argentina, 6.016 homens, 13 canhões (isto é , quase toda sua força em operações), sob o mando do general Gelly y Obes. Do Uruguai: 500 homens, seis canhões, general E. Castro (que representavam todo o contingente de um dos três aliados). Total das forças aliadas em marcha sobre Tuiucuê: 28.037 homens. *Trincheiras em Tuiuti e Paso de la Patria*: do Brasil, II corpo do exército, general conde de Porto Alegre (Marques de Souza), 10.331 homens e 72 canhões. Da Argentina, sob o comando do coronel Baez, paraguaio, 700 homens e 12 canhões (fazia parte dessa força uma "legião" de 300 paraguaios). *Trincheiras do Chaco* (margem direita do rio Paraguai), perto das posições ocupadas pelos navios brasileiros: do Brasil, 1.098 homens, sob o coronel (depois general) Gurjão. *Acampamento de Aguapeí* (província argentina de Corrientes): do Brasil, 2.600 homens, sob o general Portinho. *Guarda dos depósitos e hospitais* (Corrientes, Cerrito etc): do Brasil, 4.499 homens. Além das forças anteriormente indicadas, o Brasil tinha, nessa época, 10.557 doentes. *Província de Mato Grosso*: do Brasil, sete mil homens. Paraguaios: O exército de López em Humaitá e atrás das linhas de Espinillo, Rojas, Sauce e Curupaiti contavam então 30 mil homens.

o comando do almirante Ignacio, visconde de Inhaúma, forçaram a passagem de Curupaiti (15 de agosto) e começaram o bombardeio de Humaitá, aguardando a chegada de alguns monitores de pouco calado que o ministro da Marinha, Afonso Celso, tinha mandado construir no arsenal do Rio.

Nos arredores de Humaitá e dos acampamentos aliados, ocorreram muitos encontros bastante vivos entre brasileiros e paraguaios. No dia 20 de setembro, a divisão de cavalaria do general Andrade Neves, brasileiro, alcançava a vitória de Pilar. Pouco depois, Porto Alegre resistia (24 de setembro), em Estero Rojas, a um ataque do inimigo, sob o comando de Valois Rivalora, e a cavalaria brasileira conseguia destruir quase completamente a do inimigo, nos combates de Pare-Cuê (3 de outubro) e de Tataiibá (21 de outubro). Os brasileiros estavam chefiados, no primeiro desses combates, pelos generais José Luís Mena Barreto e Andrade Neves e pelo general Vitorino Monteiro, no segundo. O general João Manuel Mena Barreto se apossou de Potrero Obella (27 de outubro) e de Taií (2 de novembro). Percebendo a importância dessa operação, que lhe fechava as comunicações fluviais entre Humaitá e o resto do país, López enviou os homens que pôde reunir, sob o comando do general Barrios (3 de novembro) num ataque contra Tuiuti, a base de operações dos aliados. Os paraguaios começaram a ação apoderando-se facilmente das trincheiras ocupadas por um batalhão de artilharia brasileiro e por algumas tropas argentinas, mas fracassaram no ataque à posição central, onde se encontrava Porto Alegre, e sofreram perdas muito grandes, quando este general pôde tomar por sua vez a ofensiva.[151]

Em 19 de fevereiro de 1868, antes do amanhecer, seis pequenos barcos couraçados brasileiros, sob o comando de Delfim de Carvalho, forçaram as baterias de Humaitá, enquanto toda a esquadra do almirante

[151] O sábio Agassiz assim se exprime em sua *Voyage au Brésil*: "A potência do Brasil se afirma, neste momento, na condução da guerra mais importante de que a América do Sul já foi teatro. Com efeito, a luta sustentada pelo Brasil não é absolutamente egoísta: no seu conflito com o Paraguai, o povo brasileiro deve ser considerado o porta-estandarte da civilização. Tudo o que sei dessa guerra me deixou convencido de que foi empreendida por motivos honrados e que, deixando de lado as mesquinhas intrigas individuais, que acompanham inevitavelmente esses grandes movimentos, ela é feita num espírito de completo desprendimento. Nessa luta, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é uma organização tirânica semiclerical e semimilitar que, adotando o título republicano, desonra o belo conceito que usurpou."

Inhaúma bombardeava as fortificações inimigas e Caxias tomava de assalto Reducto Cierva (Establecimiento). A partir desse momento, López deixou de se sentir seguro em Humaitá e, havendo tentado em vão uma abordagem dos grandes couraçados brasileiros, ancorados diante do rio de Oro, a jusante de Humaitá (2 de março), cruzou o rio com uma parte dos seus homens diante dessa fortaleza, para organizar outras defesas no Tebicuari. Caxias se apossou das linhas de Curupaiti, Sauce, Rojas e Espinillo (21 de março) e depois forçou a guarnição de Humaitá a refugiar-se na margem direita do Paraguai, onde, depois de vários dias de luta na laguna Verá, ela depôs as armas en Isla Poi (5 de agosto). Marchando em seguida rumo ao norte, apoderou-se das fortificações de Tebicuari, e chegou a Palmas, em frente a novas linhas de defesa construídas pelo inimigo na margem direita do Piquisiri, protegidas por mangues, que Caxias não pôde atacar frontalmente, nem contornar. Mandou então construir, na margem direita do Paraguai (Chaco), uma espécie de calçada que atravessava as florestas inundadas pelo rio; deixando em Palmas os argentinos e uruguaios, assim como uma divisão brasileira, conduziu por essa passagem 18 mil brasileiros[152] que, transportados pelos couraçados, desembarcaram na retaguarda das posições inimigas.

Dez dias depois de ganhar as batalhas da Ponte do Itororó (6 de dezembro) e de Avaí (11 dezembro), travadas contra o general Caballero, Caxias iniciou o ataque às trincheiras de López em Lomas Valentinas, nome pelo qual são conhecidas as colinas de Itá Ibaté e Cumbariti. No mesmo dia (21 de dezembro), ele tomou a linha do Piquisiri, uma parte das posições do quartel-general inimigo e quase todos os seus canhões. As tropas que tinham ficado em Palmas puderam então cruzar o Piquisiri e unir-se a Caxias. No dia 27 de dezembro, os aliados conquistavam Lomas Valentinas.

López conseguiu escapar na direção de Cerro León, acompanhado por cerca de 50 oficiais e soldados. Seu exército fora completamente destruído nessa campanha, a mais sangrenta da Guerra do Paraguai. Os

[152] Efetivo do exército aliado em 5 de dezembro de 1868: brasileiros, 24.666 (sem contar 911 em Humaitá); argentinos, 4.300; uruguaios, 300. Total: 29.266. Efetivos do exército de López: corpo do general Caballero, 6.600 homens; trincheiras de Lomas Valentinas e do Piquisiri, 13.000; Angostura, 1.300; reforços recebidos, 1.600. Total: 22.500 homens.

brasileiros também perderam, entre mortos e feridos, uma grande parte dos seus efetivos.[153]

A fortaleza de Angostura, comandada pelo inglês Thompson, rendeu-se aos aliados (30 de dezembro), que marcharam sobre Assunção. A cidade estava deserta, pois López tinha obrigado os habitantes de toda a margem esquerda do Paraguai a se retirar para o interior. Durante a fuga, o ditador encontrou algumas tropas de reforço que vinham ao seu encontro e foi fortificar-se na cordilheira de Ascurra, onde conseguiu organizar um novo exército.[154]

Doente, Caxias precisou passar o comando do exército (janeiro de 1869) e partir para o Rio de Janeiro. A campanha final foi dirigida pelo conde d'Eu, de 16 de abril de 1869 a 1º de março de 1870. Ele tomou a vila de Piribebuí (12 de agosto), na batalha de Campo Grande (18 de agosto), esmagou a maior parte do exército remanescente de López, conduzido por Caballero, e mandou perseguir os vencidos em todas as direções, pelos desertos e florestas do leste e do norte do Paraguai, apesar das imensas dificuldades implicadas no abastecimento dos seus homens. Finalmente, depois de vários encontros parciais, um dos seus oficiais, o general Câmara, conseguiu descobrir e surpreender (em 1º de março de 1870) o acampamento de López em Cerro Corá, num afluente do Aquidabã perto da fronteira da província brasileira de Mato Grosso. O ditador não tinha mais do que um milhar de homens, que se dispersaram com a chegada dos brasileiros. López foi morto durante a fuga, e sua morte pôs fim à Guerra do Paraguai.[155]

Em 1º de fevereiro de 1869, depois das vitórias de Caxias, o ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro, Silva Paranhos, tinha sido enviado ao Paraguai para tratar da reorganização do país. Em 15 de agosto de

[153] Efetivo do exército aliado em 31 de dezembro de 1869: brasileiros, 17.857 (16.455 em marcha sobre Assunção, 922 em Villeta, 480 em Humaitá); argentinos, 4.000; uruguaios, 300.

[154] O novo exército organizado por López para esta última campanha se compunha de 16 mil homens. O dos aliados era formado por 25 mil brasileiros, 3 mil argentinos e 300 uruguaios.

[155] A guerra custou ao Brasil um bilhão e meio de francos. Eis a estatística, tão exata quanto possível, das perdas em combate dos aliados e de López: Brasileiros: 5.858 mortos (563 oficiais), 24.804 feridos (2.051 oficiais), 1.592 prisioneiros e desaparecidos (39 oficiais). Total: 32.254 baixas. Argentinos: 1.572 mortos (105 oficiais), 4.026 feridos (374 oficiais), 343 prisioneiros (16 oficiais). Total: 5.944 baixas. Uruguaios: 488 mortos (40 oficiais), 704 feridos (73 oficiais). Total: 1.192 baixas. Total geral: 39.390 baixas. Os paraguaios tiveram cerca de 85.000 baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros.

1869, foi instalado em Assunção, sob os auspícios dos aliados, um governo provisório, composto de três paraguaios.[156] Por exigência do conde d'Eu, esse governo decretou a abolição da escravidão no Paraguai (2 de outubro de 1869) e assinou com os aliados a Convenção Preliminar de Paz de 20 de junho de 1870. O tratado definitivo, assim como o de limites (9 de Janeiro de 1872) foram negociados em Assunção pelo barão de Cotegipe. O Brasil se contentou com as fronteiras que já tinha desde o século XVIII e manteve no Paraguai um pequeno exército e alguns navios para defender o novo governo e garantir a independência desse Estado, que já tinha protegido anteriormente contra a ambição de Rosas, o ditador argentino (1845-1852). As últimas tropas brasileiras evacuaram o Paraguai em 22 de junho de 1876, depois de resolvida a questão de limites entre o Paraguai e a Argentina.

No Brasil, os conservadores tinham retornado ao poder, em 16 de julho de 1868, com o ministério presidido pelo visconde de Itaboraí, que, como o Gabinete precedente, de Zacarias de Vasconcelos, se empenhou com a maior energia no encerramento da Guerra do Paraguai, ocupando-se também em melhorar a situação financeira do Império.

A abolição da escravatura se tornara uma das grandes preocupações de dom Pedro II e dos estadistas brasileiros, sobretudo, depois da guerra sangrenta de que foram palco os Estados Unidos do Brasil. Em 23 de Janeiro de 1866, o imperador acolheu com favor o plano de abolição gradual apresentado pelo senador Pimenta Bueno, que recebeu pouco depois o título de visconde e marquês de São Vicente.[157] O projeto, que respondia plenamente à visão do imperador, foi estudado pelo Conselho de Estado (1867-68) e adotado com algumas modificações, mas sua execução foi adiada em função da guerra. Era, para o Brasil, uma questão

[156] Foi com os prisioneiros de guerra liberados pelos aliados, além dos velhos, mulheres e crianças salvos da tirania de López pelas expedições brasileiras enviadas as florestas do interior, que o Brasil pôde fazer renascer o Paraguai e seu povo, que o ditador procurara aniquilar.

[157] O deputado Joaquim Nabuco, que E. Levasseur, do Instituto, chamou com razão de "Buxton brasileiro", escreveu o seguinte num livro editado em Londres em 1883: "É certo que a ação pessoal do imperador se exerceu, sobretudo, entre 1845 e 1850, no sentido da supressão do tráfico; e, entre 1866 e 1871, em favor da emancipação das crianças nascidas de mães escravas. Foi essa influência que produziram a Lei Eusébio de Queirós, em 1851, e a Lei Rio Branco, em 1871. Este é um fato que, se o soberano quisesse escrever suas memórias ou contar a história de seus diversos ministérios, poderia provar com um grande número de documentos. A parte que cabe ao imperador, em tudo o que se fez pela causa da abolição, é muito grande, é essencial."

difícil, pois todo o trabalho agrícola estava em mãos dos escravos, que formavam então uma quinta parte da população total do Império.

Em 1870, após o restabelecimento da paz, a Câmara nomeou por proposta do deputado Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, uma comissão cuja maioria era de abolicionistas, a qual redigiu um projeto (15 de agosto) idêntico ao sistema proposto pelo marquês de São Vicente. Depois disso, divergências de opinião entre os ministros levaram à demissão do Gabinete Itaboraí. São Vicente, que era também um dos dirigentes do Partido Conservador e a quem cabe a honra da iniciativa dessa reforma, foi encarregado pelo imperador de organizar o novo ministério (29 de setembro de 1870); contudo, antes do reinício da sessão legislativa, esse sábio jurisconsulto e estadista se retirou, desencorajado pelos ataques dos jornalistas da oposição. O visconde de Rio Branco (Silva Paranhos) formou outro Gabinete conservador (7 de março de 1871) que, depois de uma luta parlamentar de cinco meses, conseguiu aprovar a primeira lei de emancipação gradual (28 de setembro), a despeito da forte oposição. A lei foi sancionada no mesmo dia pela princesa imperial dona Isabel, regente do Império durante a primeira viagem de dom Pedro II à Europa.[158] A lei declarava livres, a partir daquele momento, todas as crianças nascidas no Brasil, facilitava a manumissão e criava um fundo especial destinado a liberar a cada ano certo número de escravo.[159] O debate sobre a reforma tinha provocado a cisão do Partido Conservador. Um grande número de deputados e alguns

[158] Sessenta e cinco deputados se pronunciaram em favor da emancipação, 45 contra (sete deputados estavam ausentes, e havia duas cadeiras vagas). No Senado, a maioria foi grande, 33 a favor da reforma, sete contra (16 Senadores estavam ausentes e havia duas cadeiras vagas).

[159] Ver, sobre essa lei, Michaux-Bellaire, *Considérations sur l'Abolition de l'Esclavage au Brésil*, Paris, 1876, e L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, Paris, 1881. Já mencionamos um dos precursores da causa da emancipação no Brasil, o abade Manuel Ribeiro Rocha (1758). Em 1810, na província de São Paulo, um magistrado, Veloso de Oliveira, em memória dirigida a D. João, então príncipe regente, pedia a liberdade das crianças que viessem a nascer de mães escravas. No *Correio Braziliense* (1802-1822), Hipólito da Costa Pereira assinalava a emancipação gradual dos escravos como uma necessidade para o Brasil. Em 1822, um deputado da Bahia, Borges de Barros (depois visconde de Pedra Branca), propôs em vão às Cortes Constitucionais de Lisboa um projeto de emancipação gradual. Em 1825, José Bonifácio de Andrada e Silva publicava outro projeto de emancipação progressiva. Em 18 de maio de 1830, Antônio Ferreira França apresentava à Câmara dos Deputados um projeto no mesmo sentido, prevendo o fim da escravidão em 25 de março de 1881. Três anos depois, em 8 de junho de 1833, propôs a liberdade de todos os recém-nascidos. Mas a Câmara se recusou a debater essas duas propostas.

senadores se separaram do Gabinete e, dirigidos pelo antigo ministro Paulino de Souza, continuaram a combatê-lo até 1875. Nessa época, o visconde do Rio Branco se demitiu, e o duque de Caxias[160] formou um novo ministério (25 de junho), que conseguiu restabelecer a união dos conservadores.

Uma reforma eleitoral, nesse mesmo ano, mantinha a eleição em dois turnos, que existia desde a fundação do Império, estabelecendo o voto incompleto com o escrutínio de lista; mas a oposição liberal e muitos conservadores, entre eles o barão de Cotegipe e o conselheiro Paulino de Souza, reclamavam há algum tempo a eleição direta. De 5 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885, o governo esteve em mãos dos liberais. Seu primeiro ministério, presidido pelo conselheiro Cansanção de Sinimbu, tentou essa reforma e fracassou diante da oposição dos conservadores no Senado. Seu sucessor, o conselheiro Saraiva (28 de março de 1880), pôde realizá-la com o apoio do barão de Cotegipe, que se tornara o líder conservador. Assim, a lei de 9 de janeiro de 1881 estabeleceu finalmente o voto direto e, para a eleição dos deputados, o escrutínio distrital.

Sob este último ministério, um grupo de homens de todos os partidos, a princípio pouco numeroso, começou a agitar a opinião pública exigindo que se fixasse uma data para a abolição completa da escravatura. O grupo se compunha de alguns raros parlamentares, entre os quais o deputado Joaquim Nabuco, e de vários jornalistas, entre os quais é preciso citar, em primeiro plano, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. A agitação cresceu sob os ministérios Martinho Campos (21 de janeiro de 1882), Paranaguá (3 de julho de 1882) e Lafaiete Pereira (21 de maio de 1883).

Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas libertaram seus escravos; no mesmo ano, o ministério Dantas (de 6 de junho), vivamente apoiado pelo imperador e pelos abolicionistas, exigiu do Parlamento a liberação dos escravos com mais de 60 anos. A coalizão de alguns liberais e de quase todos os deputados conservadores rejeitou essa proposta com uma moção contra o ministério,[161] e o imperador dissolveu a Câmara.

[160] Nascido em Estrela, na província do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1803, Caxias faleceu em Santa Mônica, naquela mesma província, em 7 de maio de 1880. Alguns meses depois (1o de novembro), morria no Rio de Janeiro o visconde do Rio Branco (nascido na Bahia em 16 de março de 1819).

[161] Moção adotada por 59 votos (42 deputados conservadores e 17 liberais) contra 52 (48 liberais e quatro conservadores).

Mas as eleições gerais não modificaram de forma notável a relação de força dos partidos, e o ministério precisou demitir-se, depois de sofrer uma segunda derrota.[162]

O debate no Parlamento e na imprensa tinha dado um grande impulso à ideia abolicionista. Em 6 de maio de 1885, o conselheiro Saraiva formou um novo ministério liberal; com o apoio dos conservadores, conseguiu aprovar na Câmara um projeto que declarava livres os escravos com 60 anos, desde que continuassem a servir seus donos por mais três anos; fixava tarifas para os escravos de valor decrescente com os anos; aumentava os fundos destinados à liberação de escravos; aplicava certos impostos para encorajar a imigração europeia. A discussão desse projeto continuou no Senado sob a direção de um ministério conservador organizado no dia 20 de agosto pelo barão de Cotegipe, e a nova lei foi promulgada em 28 de setembro de 1885.

O número de escravos, que era de aproximadamente 1.800.000 em 1870, 1.584.000 em 1873, e 1.050.000 em 1885, encontrava-se reduzido a 743.419 em 1887. Havia, além disso, (em março de 1887) mais de 500 mil filhos de escravos,[163] nascidos livres em virtude da lei de 1871, e 18.946 sexagenários que deviam ainda anos de serviço.

Nesse mesmo ano, os senadores João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antônio Prado, dois líderes conservadores, pronunciaram-se pela necessidade de uma nova lei, e este último encabeçou, na província de São Paulo, a propaganda nesse sentido. Muitos fazendeiros, entre eles quase todos os membros da família Prado, começaram a liberar seus escravos, e esse movimento de generosidade se espalhou por todo o país. Em 10 de março de 1888, o ministério Cotegipe pediu demissão, e a princesa regente incumbiu o conselheiro Corrêa de Oliveira de formar um novo ministério; esse estadista associou-se ao conselheiro Antônio Prado. Por fim, depois de quatro dias de debate, em clima de entusiasmo geral as duas Câmaras aprovaram quase por unanimidade a lei de 13 de

[162] Cinquenta deputados votaram em favor do Gabinete, dos quais 43 liberais, três conservadores e dois republicanos; cinquenta e dois votaram contra (43 conservadores, nove liberais).

[163] A 30 de junho de 1885, havia 439.831 filhos de escravos, nascidos livres, mas que prestavam serviços aos donos das suas mães.

maio de 1888, que aboliu completamente a escravidão no Brasil, sem qualquer restrição.[164]

Durante o atual reinado, e em função das viagens do imperador fora do país, a princesa imperial dona Isabel foi três vezes regente do Império: de 25 de maio de 1871 a 30 de março de 1872; de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877; e de 30 de junho de 1877 a 21 de agosto de 1888.

Nos últimos 40 anos, pacificado no interior, o Brasil fez grandes esforços, sob a direção do imperador dom Pedro II, para difundir a instrução, para melhorar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, tirando partido das riquezas naturais do solo pela construção de ferrovias, pelo estabelecimento de linhas de navegação e pela concessão de estímulos aos imigrantes. Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida.

[164] Em 1889, a Câmara dos Deputados estava composta de 125 membros, mas havia três cadeiras vagas e faltaram à votação 22 conservadores e sete liberais. Oitenta e quatro votaram em favor da abolição (64 conservadores, 19 liberais e um republicano); nove conservadores votaram contra. No Senado, composto de 60 membros, 43 (19 conservadores e 24 liberais) votaram em favor, seis conservadores votaram contra. Cinco conservadores e quatro liberais estiveram ausentes e havia três cadeiras vagas.

O BRASIL, OS ESTADOS UNIDOS E O MONROÍSMO

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e de Washington têm sido, nestes últimos anos, censuradas, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.

Levaram esses censores a mal a maior aproximação que os presidentes Rodrigues Alves e Teodoro Roosevelt promoveram entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos de elevar cada um à categoria do seu representante diplomático junto ao outro.

Os documentos que vamos agora reproduzir ou extratar mostrarão que ao presidente Rodrigues Alves sobrou razão para dizer na sua última mensagem ao Congresso:

> Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido.

I

Tem a data de 6 de agosto de 1822 o "Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas". Esse documento, como se sabe, foi redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros.

Da parte final, destacamos este trecho:

> A minha firme resolução e a dos povos que governo estão legitimamente promulgadas. Espero pois que os homens sábios e imparciais de todo mundo e que os governos e as nações amigas do Brasil hajam de fazer justiça a tão justos e sábios sentimentos. Eu os convido a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade. Estarei pronto a receber os seus ministros e agentes diplomáticos e a enviar-lhes os meus, enquanto durar o cativeiro d'El-Rey meu augusto pai (...)

Seis dias depois, em 12 de agosto, o príncipe regente dom Pedro assinava o decreto de nomeação de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos da América e, no dia seguinte, partia para São Paulo, onde em 7 de setembro proclamava a Independência do Brasil.

Esse decreto referendado por José Bonifácio, é, portanto, anterior à Independência e à proclamação do Império, só efetuada, esta, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

Eis a íntegra do decreto:

> Sendo indispensável nas atuais circunstâncias políticas nomear pessoa que em meu real nome haja de tratar diretamente junto aos Estados Unidos da América os negócios que ocorrerem relativamente a ambos os países, e tendo em consideração o reconhecido préstimo, patriotismo e zelo de Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva, oficial da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, hei por bem nomeá-lo para exercer o lugar de meu encarregado de negócios junto aos mesmos Estados Unidos de América, com o ordenado anual de dois contos e quatrocentos mil réis.
>
> José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho do Estado e do Conselho de sua majestade fidelíssima, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça expedir em consequência os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1822. Com a rubrica de sua alteza real o príncipe regente, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo príncipe regente dom Pedro, a conselho de José Bonifácio, sendo logo depois, no mesmo dia, assinados os decretos de nomeação de outros dois encarregados de negócios: para Londres, o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, ulteriormente marquês de Barbacena, e, para Paris, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, depois visconde de Itabaiana. Antes dessas, só havia sido feita outra nomeação, mas de cônsul: a de Manuel Antônio Correia da Câmara, para Buenos Aires, em 24 de maio.

Para cônsul-geral nos Estados Unidos da América foi nomeado, em 15 de janeiro de 1823, Antônio Gonçalves da Cruz, que havia figurado na revolução pernambucana de 1817. O fecho desse decreto já é diferente dos anteriores:

José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império e Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido e expeça em consequência os despachos necessários.
Palácio do Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1823, 2.º ano da Independência e do Império.

II

Luís Moutinho não pôde, em 1822, partir para os Estados Unidos, retido por serviços extraordinário na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, onde depois foi promovido a oficial-maior, ou diretor-geral.

Por decreto de 21 de janeiro de 1824, José Silvestre Rebêlo teve a nomeação de encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos da América, vindo a ser o primeiro representante diplomático que efetivamente tivemos naquele país.

No dia 28 de março, desembarcava ele em Baltimore e, a 3 de abril, chegava a Washington. Era presidente James Monroe, que na sua última mensagem, lida ao Congresso em 3 de dezembro do ano anterior, havia afirmado o propósito em que estava o governo americano de se opor a conquistas europeias no nosso continente; e ocupava o posto de secretário

de Estado, ou ministro dos Negócios Estrangeiros, John Quincy Adams, seu sucessor na presidência, um ano depois, em 4 de março de 1825.

Em 5 de abril de 1824, Rebêlo escrevia a Adams pedindo-lhe audiência para a entrega da carta credencial de que era portador, assinada pelo ilustre baiano Luís de Carvalho e Melo, depois visconde da Cachoeira, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Começaram as entrevistas e conferências entre ambos. Com a data de 20 de abril, Rebêlo remetia a Adams uma memória com este título: *Exposição sucinta e verdadeira dos fatos que levaram o príncipe, agora, imperador, e o povo brasileiro a declarar o Brasil uma nação independente e livre.*

Em 26 de maio do mesmo ano, Rebêlo foi apresentado ao presidente Monroe por Adams e ficou acreditado no caráter de encarregado de negócios do Brasil.

No dia seguinte, o *Daily National Intelligence*, de Washington, nº 3.554, noticiava assim a ocorrência:

> O senhor José Silvestre Rebêlo foi apresentado ontem por mr. Adams, secretário de Estado (a quem havia entregado a sua carta credencial) ao presidente dos Estados Unidos como encarregado de negócios do imperador do Brasil e recebido e reconhecido nessa qualidade pelo presidente.

Em ofício de 26 de maio, Rebêlo dava conta desse ato a Carvalho e Melo, terminando com estas palavras a sua comunicação: "Foi pois o Império do Brasil reconhecido por este governo no dia 59º depois que desembarquei em Baltimore. Dou a vossa excelência os parabéns..." Em outro, de 31 de maio, dizia:

> Espero que esses ofícios tenham chegado; contudo, para aproveitar mais esta ocasião, participo a vossa excelência que este governo reconheceu a Independência e o Império do Brasil no dia 26 deste, sendo eu apresentado ao presidente como encarregado de negócios de sua majestade o imperador do Brasil com as mesmas formalidades com que são recebidos os representantes dos outros soberanos. Dou pois a vossa excelência os parabéns e peço a vossa excelência que beije as mãos a sua majestade o imperador por tão feliz acontecimento.

Mal-informado andava, portanto, o ilustre autor do conhecido livro *A Ilusão Americana* quando, em 1893, escreveu estas linhas:

> Por ocasião da Independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil foi que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia.

O governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1824.

Pereira Pinto já havia dito (*Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil*, tomo II, p. 386, Rio de Janeiro, 1865):

> Foi a União americana a primeira potência que reconheceu a Independência do Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha, impelida, de um lado, a favor da nossa emancipação pelas suas exigências comerciais, pelo seu sistema liberal de governo e pelas suas tenazes aspirações a abolir o tráfego de escravos, oscilava, de outro lado, nesse empenho pelas diferenças que era obrigada a guardar com a sua antiga e sempre fiel aliada, a nação portuguesa; enquanto a Áustria, ligada por vínculos bem estreitos ao fundador do Império, era ainda mais ligada aos compromissos da Santa Aliança que encarara com olhos vesgos a independência dos países americanos; os Estados Unidos, consequentes com a esclarecida política que haviam adotado em referência a todos os povos que, na América, separando-se das metrópoles, se tinham constituído regularmente, estende-nos mão fraternal e convida-nos a tomar assento no grande congresso das nações do globo. Consagremos, pois, neste momento, um voto de gratidão ao povo dessa, a mais poderosa, nação do Novo Mundo.

III

Qual o governo, neste nosso continente, que primeiro aceitou a chamada doutrina de Monroe?

Pode-se responder sem hesitação: o governo imperial do Brasil.

A última mensagem do presidente James Monroe, como já lembramos, tem a data de 3 de dezembro de 1823. Cinquenta e nove dias depois, em 31 de janeiro de 1824, o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Melo, assinava as instruções do governo imperial para o encarregado de negócios do Brasil.

No parágrafo 6º desse interessante documento lê-se o seguinte:

> Ora, se os Estados Unidos da América, por motivos de particular interesse, devem reconhecer a Independência do Império do Brasil como fica provado, muito mais se deve esperar dessa grande nação quando acresce que os seus mesmos interesses se acham em concorrência com os próprios princípios do seu governo e da sua política.
>
> (...) Tais são os princípios da política desses Estados, que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, *princípios estes que tiveram agora na mensagem do presidente a ambas as Câmaras, em dezembro passado, uma aplicação mais generosa para todos os Estados deste continente*, visto que na mesma mensagem claramente se anuncia a necessidade de nos ligarmos e propugnarmos pela defensão dos nossos direitos e territórios.

E no parágrafo 15:

> *Sondará a disposição desse governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do continente americano*, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que se deduza tão somente do princípio geral da conveniência mutua proveniente da mesma liga.

Assim, o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a "grande nação do norte", como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira.

Eram ministros de Estado, em janeiro de 1824, além de Carvalho e Melo, logo depois visconde da Cachoeira; Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá (Marinha); Maciel da Costa, marquês de Queluz (Império); Pereira da Fonseca, marquês de Maricá (Fazenda); Tinoco da Silva (Justiça); e Silveira Mendonça, marquês de Sabará (Guerra).

IV

O governo imperial continuou a trabalhar pela política de aproximação e pelo estabelecimento de uma aliança entre os dois países, começando também a desejar, desde 1824, e a achar conveniente e importante que eles dessem caráter mais elevado à sua mútua representação diplomática.

Em despacho de 15 de setembro de 1824, dizia Carvalho e Melo, ao nosso representante em Washington:

> Certamente, as nações daquele hemisfério [as da Europa] não deixarão de prever ou recear a união e a aliança que poderemos fazer com o governo dos Estados Unidos, formando assim uma política totalmente americana, que lhes dará cuidado pelos acontecimentos que daqui podem recrescer. À vista disso, sua majestade imperial deseja que vossa mercê promova junto desse governo o dar-se um caráter de ministro plenipotenciário, com poderes eventuais, a mr. Condy Raguet, que já aqui se acha, ou mesmo a qualquer outra pessoa, medida esta que contribuirá a firmar o reconhecimento; encarregando outrossim sua majestade imperial a vossa mercê, proponha uma aliança relativamente a conservar e fornecer a liberdade das potências americanas; mas vossa mercê ficará, na inteligência de que esta sua proposta será, por ora, para ouvir as condições com que esses Estados quereriam tomar parte ativa em semelhante aliança, dando logo conta, o mais breve possível e pelas vias adotadas, do que a este respeito se lhe disser. Sobre isto, refiro-me às instruções que se lhe deram, tendo em lembrança a fala do presidente dos Estados Unidos ali citada [a mensagem Monroe de 1823], na qual claramente diz o mesmo presidente que aqueles Estados não estranhariam que por parte das metrópoles se fizessem tentativas para recobrarem as suas ex-colônias, mas não permitiriam intervenções de outras potências, princípio este que também foi admitido pelo governo britânico.

Em 28 de janeiro de 1825, escrevia o mesmo ministro:

> (...) Recebi ordem de sua majestade o imperador para que recomende a vossa mercê que haja de fazer todos os esforços para persuadir a esse governo da necessidade de fazer quanto antes com o governo brasileiro um Tratado de Aliança Defensiva ou Ofensiva, no caso de ataque, tendo vossa mercê sempre em vista o que se lhe ordenou a este respeito, tanto nas suas instruções quanto principalmente no meu despacho de 15 de setembro do ano passado,

cumprindo, portanto, que vossa mercê, nas negociações que entabular a este respeito, nada ajuste decididamente, deixando tudo *ad referendum*, de maneira que o governo imperial nunca fique obrigado, nem ainda por civilidade ou condescendência, mas possa deliberar com liberdade o que julgar justo.

E acrescentava em 14 de maio do mesmo ano de 1825:

Recebi e levei à presença de sua majestade o imperador o ofício nº 14, que vossa mercê me dirigiu em data de 23 de Janeiro do presente ano e o mesmo senhor viu quanto vossa mercê tem feito para conseguir que se nomeasse um diplomático para esta corte; e tanto pelo que vossa mercê refere como pela leitura de uma gazeta americana que aqui apareceu em data posterior ao seu ofício, se vê que fora com efeito nomeado Condy Raguet com o caráter de encarregado de negócios, dando-se por causal o ter vossa mercê o mesmo; não obstante o que, deve vossa mercê instar com razões polidas e sólidas para que se nomeie um ministro plenipotenciário, não só em consideração à dignidade do Império, mas também na de que já aqui houveram ministros americanos dessa ordem, não deixando vossa mercê de insinuar que a esse governo é a quem toca tomar a prioridade dessa nova nomeação, visto ter reconhecido o Império a ser ela uma consequência de semelhante reconhecimento, e por essa ocasião vossa mercê assegurará que sua majestade o imperador imediatamente nomeará pessoa de igual caráter.

Quanto aos projetos de Tratado de Aliança, deve prosseguir na forma das suas instruções e posteriores despachos, e cumpre-me, à vista dos passos que vossa mercê este respeito deu, dizer-lhe que não foi agradável a sua majestade o imperador que vossa mercê logo propusesse a ideia de se compreenderem os outros Estados que se formaram das colônias espanholas, sobre o que nada se lhe havia determinado nas sobreditas instruções, nem era conveniente envolver-nos geralmente com os mesmos Estados, sem com eles termos particulares relações.

V

Nesse mesmo dia 28 de janeiro de 1825, Rebêlo propunha por escrito a Adams a desejada aliança, tendo-lhe dito este no dia 22: "O que acaba de dizer-me eu o porei na presença do presidente, mas, para que o faça convenientemente, é preciso que me mande tudo isso dito em uma nota. À vista dela, o presidente resolverá o que o governo tiver

por conveniente" (Ofício de 26 de janeiro de 1825, nº 14, da Legação do Brasil em Washington).

Eis agora os trechos essenciais da nota que, em 28 de janeiro de 1825, Rebêlo dirigiu ao secretário de Estado Adams, nota que começa por uma referência à mensagem Monroe, de 1823:

> O governo do Brasil, convencido de que é efetiva a declaração feita pelo governo dos Estados Unidos na mensagem de sua excelência o senhor presidente na primeira sessão do 18º Congresso, na qual foi dito que, relativamente àqueles países na América que haviam declarado a sua Independência e a mantinham, e cuja independência este governo tinha reconhecido, fundado em profundas razões e princípios de justiça, este governo não veria imparcialmente interposição alguma com o fim de oprimir ou diminuir, de qualquer modo que fosse, o destino dos mesmos por qualquer potência europeia, senão como uma declaração de sentimentos inimigos para com os Estados Unidos; e suposto seja de esperar que as sobreditas potências europeias esclarecidas pelas verdadeiras ideias que todos os governos devem ter sobre a justiça e princípios em que o Brasil firmou a sua Independência, não se intrometam na questão que ele tem com Portugal, contudo, como é dos homens o errar, e aqueles governos são de homens, e, portanto, como é possível que algum dos mesmos governos queira auxiliar o exausto Portugal para recolonizar o Brasil, pelo que tão inconsideradamente anela; e devendo em tal caso o governo dos Estados Unidos pôr em prática os princípios de política anunciados na sobredita mensagem, dando provas de generosidade e consequência que o anima, o que não pode fazer sem sacrifício de homens e capitães; e não sendo conforme a razão, justiça e direito que o governo do Brasil receba gratuitamente tais sacrifícios, está este pronto a entrar com o governo dos Estados Unidos em uma convenção que tenha por objeto a conservação da independência do Brasil no suposto caso de que a1guma potência auxilie Portugal nos seus vãos e quiméricos projetos de recolonização do Brasil.
>
> (...) A mesma razão que moveu o governo do Brasil a esperar que o governo dos Estados Unidos proponha as condições para a convenção anteriormente oferecida influi igualmente para que ele ouça do governo dos Estados Unidos as condições com que quer entrar em uma liga ofensiva e defensiva com o governo do Brasil (...)

A resposta a essa nota foi dada depois que James Monroe passou a Presidência ao seu sucessor John Quincy Adams.

O novo secretário de Estado, Henry Clay, em nota de 16 de abril de 1825, exprimiu-se assim:

> (...) O presidente dos Estados Unidos adere aos princípios do seu predecessor exatamente como estão formulados na sua mensagem de 2 de dezembro ao Congresso americano; porém, no tocante à vossa primeira proposta, como se não percebe presentemente nenhuma probabilidade de que Portugal consiga obter auxílio de outras potências para recolonizar o Brasil, parece não haver oportunidade alguma para uma convenção fundada nessa improvável contingência. Pelo contrário, o presidente vê, com prazer, claros indícios de uma pronta paz entre Portugal e Brasil sobre a base da independência brasileira, que o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer. Declinando, por isso, entrar no ajuste da proposta convenção, tenho, entretanto, a satisfação de dizer que podeis assegurar ao vosso governo que a determinação do presidente não procede de quebra alguma no interesse que os Estados Unidos constantemente mostraram pelo estabelecimento da independência do Brasil, mas resulta somente da ausência das circunstâncias que seriam necessárias para justificar a assinatura de semelhante convenção. Se, pela marcha dos acontecimentos, se puder notar que os aliados europeus renovam demonstrações de ataque à independência dos Estados americanos, o presidente dará a essa nova situação de causas, caso ocorra, toda a consideração que a sua importância reclamaria.
>
> Relativamente à vossa segunda proposta, de um Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva para repelir qualquer invasão do território brasileiro por forças de Portugal, direi que também isso é desnecessário desde que há motivo para esperar uma próxima paz. Porém, semelhante tratado viria contrariar a política que os Estados Unidos até aqui prescreveram. Segundo essa política, os Estados Unidos se conservam neutros, estendendo a sua amizade e fazendo igual justiça a ambas as partes, enquanto a guerra se limita a uma luta entre a mãe pátria e as suas antigas colônias. Dessa linha de proceder, este governo se não desviou durante todo o largo período em que a Espanha combateu contra os diferentes Estados independentes que se levantaram nos antigos territórios espanhóis da América. Se uma exceção fosse agora feita pela primeira vez, os sentimentos de justiça do vosso soberano lhe farão facilmente admitir que os outros governos novos poderiam ter algum motivo de queixa dos Estados Unidos.

> Lamentando que estas considerações de ordem política – as quais os Estados Unidos se sentem obrigados a respeitar – não permitam a este governo entrar agora na negociação dos dois pactos agora sugeridos; tenho, entretanto, grande satisfação em concordar convosco na conveniência de unirmos permanentemente as nossas duas nações pelos laços de amizade, de paz e de comércio. Com este intuito, estou autorizado para dizer-vos que os Estados Unidos estão dispostos a concluir com o Brasil um Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio e desejam adotar, como base nos mútuos regulamentos de comércio e navegação dos dois países, princípios de equidade e perfeita reciprocidade. Se estiverdes munido de poderes precisos para negociar tal tratado, terei sumo prazer em entrar convosco no exame e discussão das suas cláusulas em qualquer data que a ambos nos possa convir.

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países foi assinado nesta cidade do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1828, pelos dois plenipotenciários do Brasil, conselheiro marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Miguel de Sousa Melo e Alvim, ministro da Marinha, e pelo plenipotenciário dos Estados Unidos, William Tudor.

VI

Aos documentos transcritos, acrescentaremos o seguinte trecho, bem significativo, de um despacho do marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigido em 6 de abril de 1827 ao nosso representante em Washington:

> E neste artigo, estando vossa mercê em conferência com o ministro respectivo, se empenhará para fazê-lo crer que sua majestade o imperador do Brasil, em sua alta política, muito bem calculada, *conhece muito bem o que é e o que vale essa nação e quanto interessa a ambos os países que seus respectivos governos estreitem com muita especialidade suas relações políticas e se deem mutuamente as mãos* (...)

VII

Depois de tratar do reconhecimento da nossa Independência pelo governo de Washington, diz Pereira Pinto (obra citada, tomo II, p. 390): "Cimentadas assim as relações de boa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, *têm elas continuado sempre no pé de perfeita cordialidade*, não a alterando de forma alguma diversos ligeiros incidentes ou conflitos ocorridos em diferentes épocas..."

Refere-se o autor aos incidentes desagradáveis levantados por três representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil – conde Raguet, em 1827, Wise, em 1846, e Webb, depois de 1863 –, assim como à ofensa feita a nossa soberania pelo comandante Collins, do cruzador Wachussett*s* com a captura do corsário *Florida*, em 1864, nas águas da Bahia. O governo americano, nos três primeiros casos, desaprovou o procedimento dos seus agentes e os substituiu por outros que, desde logo, pelo seu contraste com eles, souberam fazer esquecer a incorreção e a insolência dos seus imediatos predecessores; no caso do Wachussetts, deu-nos pronta e honrosa satisfação.

Citemos ainda Pereira Pinto para mostrar qual era e foi sempre entre nós o pensamento dominante no tempo do Império (obra citada, tomo II, p. 425):

> *Fazendo um voto ardente pela consolidação da nossa* aliança com os Estados Unidos por meio de uma política sincera e esclarecida, consinta o leitor que transcrevamos nestas páginas algumas impressões que a tal respeito escrevemos no *Correio Mercantil* de 7 de abril deste ano (1865): '(...) Não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos Estados Unidos. Os nossos interesses na América são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural e efetivamente têm procurado com afinco essas relações.'
>
> Os fatos o demonstram. Quando se falou em mediação europeia para por fim à luta daquele país, diziam os seus governantes que a tradicional política de Monroe excluía aquela intervenção e que se chegassem ao caso de querer a mediação prefeririam a do Brasil.

Todos estes precedentes revelam da parte dos Estados Unidos o melhor e bem-pronunciado desejo de formar a mais íntima aliança com o Brasil, e uma tal aliança evitaria (quem sabe?) a inqualificável interferência da Espanha e da França nos negócios do México e do Peru e as afrontas que as nações poderosas da Europa têm infligido aos povos fracos do Novo Mundo. Porventura, a nossa forma de governo se oporá a essa intimidade? Cremos que não. As instituições do Império são também democráticas, e o elemento monárquico que nelas foi encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil, sendo certo que, apesar dessa diferença, os preceitos liberais entre nós são mais francos e tolerantes, não temos exclusões, e todos são aptos para intervir nos negócios públicos, uma vez que possuam talentos e virtudes.

VIII

Tavares Bastos escrevia, em 30 de março de 1802 (*Cartas do Solitário*, carta XXX):

> Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a da República que ele fundou na América do Norte. Não basta que estudemos a Inglaterra; é preciso conhecer os Estados Unidos. É deste último país justamente que nos pode vir mais experiência prática a bem da nossa agricultura, das nossas circunstâncias econômicas, que têm com as da União a mais viva semelhança.
>
> A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica tanto quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interesse real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço.
>
> Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto essa linha curva (...)
>
> Eu também sou monarquista e julgo esse governo tão necessário ao Brasil quanto a República e perfeitamente adequada à constituição social, às ideias e às tradições da América do Norte (...)

Em sessão de 8 de julho do mesmo ano de 1862, na Câmara dos Deputados, exprimia-se assim Tavares Bastos:

> O senhor ex-ministro dos Negócios Estrangeiros disse que as relações do Brasil com os Estados Unidos continuam a ser boas e que o governo forcejará quanto estiver ao seu alcance, para fazer com que elas prosperem. Estou convencido de que, *mesmo sob o ponto de vista político, as relações com os Estados Unidos da América do Norte são aquelas que mais convém ao Brasil*. *Devemos cultivá-las e desenvolvê-las*, sobretudo, porque depois da presente luta – luta gloriosa, porquanto é a da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria – está reservado à grande República de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo. Não preciso apontar as razões que prendem o comércio dos dois países, as afinidades entre os processos de sua agricultura, entre os seus meios de transporte, entre a constituição moral e material de suas populações (...)

IX

Respigando nos *Annaes do Parlamento Brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época imperial, poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprobativas da perfeita compreensão que, naquele tempo, os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das classes dirigentes no Brasil tinham das vantagens, para nós, de uma cordial inteligência com os Estados Unidos da América.

Os que de perto trataram com o imperador dom Pedro II sabem que a tal respeito ele tinha os mesmos sentimentos inspirados a seu pai por José Bonifácio, Carvalho e Melo, Vilela Barbosa e outros ministros que, como mais tarde os visconde de Sepetiba e do Uruguai, assentaram ou consolidaram as bases da nossa política exterior. Desses sentimentos do segundo imperador não foram provas somente a viagem que ele empreendeu aos Estados Unidos da América em 1876, durante a qual, ainda a bordo, deu-se ao prazer de traduzir o popular hino *Stars and Stripes*, e a pressa satisfação com que nomeou delegados do Brasil para a I Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington.

Para, no entanto, passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio, e de apreço ao seu governo dadas pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje, seria preciso alargar demasiado a extensão deste artigo, que é principalmente uma compilação de textos. Basta lembrar que se a ocupação militar francesa de 1836 em

Amapá cessou no ano de 1840, para isso concorreram às representações do governo dos Estados Unidos, apoiando em Paris as do Brasil e da Inglaterra; que, se em 1895 se não efetuou uma segunda ocupação militar, planejada pelo senhor Lebon, ministro das Colônias, foi porque o senhor Hanotaux, ministro dos Negócios Estrangeiros, mais avisado do que o seu colega, compreendeu que a isso se opunham a doutrina de Monroe e o interesse da Inglaterra; que, por indicação dos Estados Unidos, o Brasil deu um juiz árbitro, o visconde de Itajubá, ao Tribunal de Genebra, que resolveu em 1872 sobre as reclamações americanas contra a Inglaterra no caso da *Alabama*; que, ainda por sugestão do governo dos Estados Unidos, um brasileiro, o visconde de Arinos, presidiu o Tribunal Arbitral franco-americano, que funcionou em Washington de 1880 a 1884; e que à oferta de bons ofícios insinuada por algumas das grandes potências europeias em momento crítico da guerra civil dos Estados Unidos, o presidente Lincoln mandou responder que, sendo essa uma questão americana, o respeito à doutrina de Monroe lhe não permitia aceitar qualquer intervenção europeia, acrescentando que se – o que não era provável – chegasse a haver necessidade da mediação de um governo amigo, o interventor ou árbitro naturalmente indicado aos dois lados combatentes seria o governo do Brasil.

X

Não nos privaremos do prazer de dar aqui, transcrita dos jornais do tempo, a seguinte tradução dos trechos essenciais do discurso que um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, Richard Kidder Meade, leu, em audiência de 5 de dezembro de 1857, no Palácio de São Cristóvão, ao entregar a sua credencial ao imperador dom Pedro II:

> (...) Acreditamos um ministro junto a este governo; não tem o dos Estados Unidos unicamente por fim cumprir um dever de cortesia para com a maior potência do continente sul-americano (*to the greatest Power of the South American Continent*), mas também fazer sentir o seu sincero desejo de concorrer com o governo imperial do Brasil para a manutenção de uma política que una para sempre os dois países pelos laços da paz e da amizade, que dê mais força e vigor a um comércio já crescente e próspero e que, enfim, produza o bem-

> estar permanente, a prosperidade e o desenvolvimento do poder de duas grandes nações, de cujos destinos dependem os dos dois grandes continentes em que respectivamente se acham.
>
> O meu governo está perfeitamente impressionado pelos pontos de semelhança e identidade de interesses que devem tornar indissolúveis os laços entre os dois países e dirigir de conformidade a política e as aspirações de cada um deles. Uma igual extensão de território, de gigantescas dimensões, afiança às duas nações um futuro de preponderância acima de quaisquer apreensões e dá à sua posição uma importância em função principalmente da consciência da própria força.
>
> A semelhança que a diversos respeitos existe entre a organização constitucional de ambos é própria para engendrar simpatias políticas e sociais promotoras de mútuos benefícios e futuros progressos comerciais; ao passo que uma política comum aos dois países, estável e profundamente enraizada no seu solo (política que terá de combater muitas prevenções hostis no exterior), estabelecerá uma aliança entre ambos, (*and wil ensure, for mutual defense, a unity of action and feeling, that wil prove invincible in the future*) e assegurará, para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro (...)

Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os que ainda hoje estão animados os dois governos, de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia, contra nós, o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-presidente Capriles, da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por ordem sua foi feito nesse sentido.

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Primeiras lutas no Brasil[165]

Os primeiros navios europeus que, segundo parece demonstrado, passaram a linha equinocial na parte americana do Atlântico foram os do castelhano Alonso de Hojeda, que tinha às suas ordens os dois célebres pilotos Juan de la Cosa e Américo Vespúcio. No dia 27 de junho de 1499,[166] avistaram e1es as bocas do Açu ou do Apodi, no atual Estado do Rio Grande do Norte,[167] mas não puderam estender muito o reconhecimento

[165] À margem do manuscrito lançou o Barão do Rio Branco a seguinte nota: "Rascunho que servirá para a redação definitiva. São apontamentos para servirem à redação. Devo resumir muito tudo isto, pois há muita coisa que nenhuma relação tem com o assunto."

[166] Segunda carta de Américo Vespúcio a Soderini (ver p.49 de Varnhagen, *Amerigo Vespucci*, porque a tradução à p.113 não está fiel).

[167] Foi Varnhagen, na primeira edição da sua *História Geral do Brazil,* quem deu a Hojeda essa precedência no descobrimento, que todos atribuíam a Pinzón, do norte do Brasil. D'Avezac, nas suas *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil* (Paris, 1857), combateu esta e outras asserções de Varnhagen (p.65-69). A resposta do nosso compatriota apareceu logo em dois opúsculos: *Vespuce et son premier voyage* (Paris, 1858), e *Examen de quelques points de l'Histoire Géographique du Brésil* (Paris, 1858). A réplica de d'Avezac tem por título *Les voyages de Améric Vespuce au comptes d'Espagne* (Paris, 1858). Depois publicou Varnhagen outros trabalhos sobre as viagens de Amércio Vespúcio e a segunda edição da *História Geral do Brasil.* Toda a divergência resulta da interpretação dos textos de Vespúcio e de sua aplicação às viagens de Hojeda (1499), Pinzón (1500) e Lepe (1500). Amércio

da costa. Desviados pelas correntes, só foram dar novamente com terra na altura de Caiena.

Em 26 de janeiro de 1500,[168] outro navegador de Castela, Vicente Yáñez Pinzón, companheiro de Colombo no descobrimento da América,

---

Vespúcio fez duas viagens ao serviço da Espanha e sob as ordens de chefes que não nomeia (1497-1499). Na segunda descobriu terra, aos 5° de latitude Sul (Rio Grande do Norte), no dia 27 de junho de 1499. Sabe-se também que uma dessas viagens foi feita com Hojeda.

Humboldt no seu admirável *Examen Critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent* (Paris, 1836-1838, 5 v.) inclina-se a crer que foi com Hojeda que Vespúcio fez a sua primeira viagem e com Pinzón, a segunda (tomo IV, p.195-215, 220, 284 e seguintes). Nesta hipótese, Hojeda não teria tocado no Brasil; mas, para aceitá-la, seria necessário alterar todas as datas indicadas por Vespúcio, e o mesmo Humboldt, depois de haver formulado aquela conjetura, admite que a segunda viagem de Vespúcio podia ter sido a de Hojeda (tomo IV, p.301).

D'Avezac sustenta que a primeira viagem de Vespúcio é a primeira de Hojeda (1499-1500) e a segunda de Vespúcio e de Diego de Lepe (1500), o qual tocou no Brasil, mas depois de Pinzón. Para aceitar esta opinião, é preciso também rejeitar as datas de Vespúcio. Foi em 1497 que este navegador fez a sua primeira viagem, e foi a 27 de junho de 1499 que, na segunda viagem, viu as terras do Rio Grande do Norte. Diego de Lepe, só em fins de fevereiro de 1500, um mês depois de Pinzón, avistou a nossa costa setentrional.

Varnhagen mantém as datas indicadas por Vespúcio e defende opinião que nos parece mais sustentável. Segundo ele, a primeira viagem de Vespúcio (1497-1498) foi feita com Pinzón e Solis, e a segunda (1499-1500) com Hojeda, e é assim que fica sendo este o descobridor de uma parte da costa setentrional do Brasil, visitada depois por Pinzón (1500).

Os mais recentes escritores brasileiros têm adotado as explicações e interpretações de Varnhagen, considerando Hojeda como o primeiro descobridor do norte do Brasil. Para formar juízo sobre o pleito, é necessário ler não só os livros e opúsculos citados, mas também as edições antigas, os documentos mencionados pelos contendores e os trabalhos posteriormente publicados por Varnhagen: *Amerigo Vespucci* (Lima, 1865); *Le Premier Voyage d'Amerígo Vespucci définitivement expliqué* (Viena d'Áustria, 1869); *Nouvelles Recherches* (Viena, 1870); *Ainda Amerígo Vespucci* (Viena, 1874) e *História Geral do Brasil*, 2ª edição, tomo I, p.77.

[168] Humboldt, no seu admirável *Examen Critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, tomo V, p. 61, observa o seguinte: "As datas do primeiro desembarque de Pinzón são 20 ou 26 de janeiro, segundo o texto de Anghiera (década I, livro IX, p. 96), 20 de fevereiro (Hornung), segundo o texto de Ruchamer. Se for verdade, como pretende Anghiera, que a expedição de Pinzón não partiu da ilha de S. Iago (Cabo Verde) antes de 13 de janeiro, a data mais provável do desembarque no Brasil é 20 de fevereiro." Sobre a data de 26 de janeiro, ver d'Avezac, *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil,* p.70-71. Notaremos que as três obras citadas por Humboldt são contemporâneas dos descobridores da América. Pedro Mártir d'Anghiera (Anglerius) estabeleceu-se na Espanha em 1487 e aí morreu em 1525 ou 1526. Escreveu as *Décadas Oceânicas*. Madrignano publicou em 1508 o *Itinerarium Portugallensium*, e Ruchamer, no mesmo ano, o *Unbekandthe lante und ein newe weldte in kurtz verganger zeyth erfunden.* São traduções da coleção de Vincenza, publicada em 1507, com o título *Mondo Novo e paesi nuovamente retrovati E.* Antes dessa coleção, apareceu o célebre livreto de Vercellesi, publicado em Veneza no ano de 1504: *Libretto de tutta le navigazione di Re di Spagna de le Isole e terreni nuovamente trovati*. Aí se encontra

abordou o nosso continente no Ceará, supõe-se que junto à ponta de Mucuripe,[169] a que chamou cabo de Santa Maria de Consolación, e explorou a costa até ao cabo que denominou de Rostro Hermoso, e que segundo Varnhagen deve ser a ponta de Jererecoara, no Maranhão. Daí seguiu com rumo de nordeste, descobriu a foz do Amazonas e reconheceu as terras compreendidas entre o grande rio e o cabo Orange.[170]

Na ponta de Tigioca desembarcaram os seus soldados, mas foram atacados e repelidos pelos índios paraenses com perda de alguns homens e de uma embarcação pequena.[171]

Cerca de um mês depois, outro piloto de Castela, Diego de Lepe, aportou a essas paragens, entre Rostro Hermoso e o Amazonas, tendo uma refrega com os índios do Maranhão.[172]

A 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da primeira esquadra que o rei dom Manuel, de Portugal, mandou à Índia depois da famosa viagem de Vasco da Gama, e que, segundo as instruções deste, se fizera muito ao largo da África,[173] avistou o monte que desde então

---

um extrato da primeira década de P. M. d'Anghiera. A verificação da data do descobrimento de Pinzón exigiria um minucioso estudo que não entra no programa deste nosso trabalho.

169 Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo I, p.78-80, e *Examen,* parágrafos 33-44. Warden, em sua *Histoire de l'Empire du Brésil*, tomo I, p.228, já havia notado que esse cabo não podia ser o de Santo Agostinho, como supunha Pinzón. O *Mappa Mundi* de 1500, de Juan de la Cosa, publicado em fac-símile do tamanho do original por Jomard, nos seus *Monuments de la Géographie,* e as observações de Varnhagen, parecem-nos afastar completamente a hipótese do cabo de Santo Agostinho atual.

170 Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo I, p.78; Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, parágrafos 2.556-2.583.

171 Navarrete, *Viagens Menores*, tomo III; Varnhagen, *Hist. Ger.*, tomo I, p.80; Couto, *História de la Marina Real Española*, tomo I, p.230: "Foi tanta a multidão e a força dos índios que sem reparar nas feridas mortais dos que jaziam estendidos, nem nas diferentes condições da peleja, levaram os espanhóis de roldão, tomando-lhes uma barca que estava na praia e a duras penas deram lugar a que os outros, com a perda de alguns soldados, se refugiassem nas caravelas."

172 Varnhagen, *Hist. Ger. do Br.*, tomo I, p.79.

173 Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia* (tomo I, parte I, p.149), já havia atribuído às instruções de Vasco da Gama o achado do Brasil. O nosso compatriota Varnhagen, a quem devemos tantos trabalhos de investigação histórica e o descobrimento de muitos e preciosos documentos que se supunham perdidos, encontrou casualmente a primeira folha do rascunho ou borrão dessas instruções, e fez gravar um fac-símile, que acompanha a sua *História Geral do Brasil* (tomo I, p.71 da 2ª edição). A letra é quase indecifrável. As três primeiras linhas dizem assim: "Esta he a maneira que parece a Vasco da Gama que deve ter P d Alvares em sua yda prazendo a nosso senhor."

se chamou Pascoal, no estado da Bahia , descobrindo assim a parte ocidental do Brasil.

Foi essa a primeira esquadra europeia que surgiu nos nossos mares.[174] Compunha-se, ao sair de Lisboa, de 10 naus e três navios pequenos, entre estes um transporte. Eram comandantes das naus Sancho de Toar, segundo chefe da expedição, Simão de Miranda, Aires Gomes da Silva, Vasco de Ataíde, Pero de Ataíde, Nicolau Coelho, que comandara um dos três navios da expedição de Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, o descobridor do cabo da Boa Esperança, seu irmão Diogo Dias, Nuno Leitão e Simão de Pina. Os navios menores eram comandados por Luís Pires, que se desgarrou na altura de Cabo Verde e arribou a Lisboa, Gaspar de Lemos e André Gonçalves.[175]

Reconhecida e explorada a costa da foz do pequeno rio Caí para o norte, reuniram-se as naus aos navios menores no dia 25, fundeando todos, na enseada da Coroa Vermelha, ou baía de Santa Cruz, hoje baía Cabrália.[176]

O trecho importante, que confirma o dito de Gaspar Correia, está nas suas últimas linhas dessa folha e nas primeiras 16 do verso: "Faram seo caminho direito a ylha de Santyago, e se ao tempo que hy chegarem tiverem agoa em abastança para quatro mezes não devem pensar na dita ylha nem fazer nenhuma demora, somente em quanto lhes o tempo servyr ha popa fazeres seo caminho pelo sul. E se houverem de gynar seja sobre a banda de sudoeste e tanto que nelles deer o vento escasso deven hyr na volta do mar até metterem o cabo da Boa Esperança em leste franco e dy em diante navegarem segundo lhes servyr o tempo e mais ganharem porque como forem na dyta paragem não lhes myngoará tempo com ajuda de nosso senhor com que dobrem o dito cabo. E por esta maneira lhe parece que a navegação sera, mais breve e os navios mais seguros do busano e iso mesmo os mãtimetos se teem mylhor e a gente yraa mais sãa."

Foi também Varnhagen quem descobriu a sepultura de Pedro Álvares Cabral no Convento da Graça da cidade de Santarém.

174 No manuscrito escreveu Rio Branco: Ver nota de Capistrano, p. 5 da *História do Salvador*.

175 Quintela. *Annais da Marinha Portugueza*, tomo I, p.249. Acrescentamos o nome do último comandante tendo presente o trabalho de C. Mendes de Almeida, *Notas sobre a História Pátria,* na *Revista do Instituto Histórico, XXXIX*, parte II, 1876.

176 Varnhagen pretende que foi no atual Porto Seguro que ancorou a esquadra de Cabral (*Revista do Instituto*, XL, parte II). Ver a resposta de Beaurepaire-Rohan, "O primitivo e o atual Porto Seguro" (*Revista do Instituto*, XLII, parte II). Todos os nossos antigos cronistas dizem que foi na baía de Santa Cruz e não no segundo Porto Seguro que fundou Cabral (Gandavo, na *História da Província de Santa Cruz*, impressa em 1576, capítulo III); Anchieta, nas suas *Informações do Brasil*, de 1584-1586 (v. I dos *Materiais e Achegas para a História do Brasil,* p.1 e 40); Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, de 1587 (capítulo XXXIV), Simão de Vasconcelos, *Notícias... das cousas do Brasil*, parágrafo 48. Foram do mesmo parecer Aires do Casal, Quintela e quantos trataram do descobrimento do Brasil.

Foram os primeiros a saltar em terra Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e o escrivão Pero Vaz de Caminha, que se tornou conhecido pela carta em que deu conta ao rei dom Manuel desse novo descobrimento com que os portugueses tão bem encerraram o século das suas grandes glórias marítimas.

No dia 26 de abril, e no ilhéu da Coroa Vermelha, foi celebrada por frei Henrique, depois bispo de Ceuta, a primeira missa no Brasil. A cerimônia da tomada de posse da nova terra em nome do rei de Portugal efetuou-se no dia 1º de maio, desembarcando Cabral com a bandeira da Ordem de Cristo e todos os comandantes e tropa. Uma grande cruz de madeira com as armas reais foi plantada na terra firme, e, armado junto a ela um altar, celebrou novamente missa e fez uma prédica frei Henrique, assistindo numerosos selvagens a essa solenidade.

Cabral expediu para Lisboa um dos navios menores[177] e no dia 2 de maio continuou a sua viagem para a Índia. É sabido como 18 dias depois, em uma violenta tempestade, só sobraram, já perto do cabo da Boa Esperança, quatro das naus dessa esquadra, sem delas escapar um só homem. Aí sucumbiu Bartolomeu Dias, nos mesmos mares em que poucos anos antes ilustrara o seu nome.

Em 1501 e 1503, partiram de Lisboa as duas primeiras esquadrilhas exploradoras do Brasil ou Terra de Santa Cruz, como então se chamava. Da primeira expedição parece ter sido chefe André Gonçalves[178] e da segunda, Gonçalo Coelho, indo em ambas como comandantes de um dos navios o florentino Américo Vespúcio, que era amigo de Colombo, e, pela reputação de hábil navegante que conquistara em duas viagens feitas ao Novo Mundo, fora convidado pelo próprio rei dom Manuel para entrar ao serviço de Portugal.[179]

A primeira esquadrilha explorou o litoral brasileiro desde o cabo que, por ser avistado a 16 de agosto de 1501, recebeu o nome de São Roque, santo daquele dia, até a foz do rio da Prata. Foram então descobertos ou reconhecidos por dom Nuno Manuel e Vespúcio, verdadeiro chefe da

[177] Seu comandante era Gaspar de Lemos, segundo vários escritores, ou André Gonçalves, segundo Gaspar Correia (Lendas da Índia, 1, p.151) e C. Mendes de Almeida (*Revista do Instituto Histórico*, de 1876, p. 9).

[178] André Gonçalves, segundo Cândido Mendes e Capistrano de Abreu. Dom Nuno Manuel foi o chefe da terceira expedição, em 1505 e 1506, segundo Capistrano de Abreu.

[179] Quintela, *Annais da Marinha Portugueza*, tomo I, p.259; Varnhagen, Amerigo Vespucci, p.108; Segunda carta de Vespucci a Soderini.

exploração, porque aquele capitão-mor não era marítimo de profissão, os principais promontórios, portos e rios da nossa costa, entre eles o cabo de Santo Agostinho a 28 de agosto, a foz do rio de São Francisco em 4 de outubro, a baía de Todos os Santos no dia 1º de novembro, o cabo de São Tomé em 21 de dezembro, o Rio de Janeiro no 1º do ano de 1502, Angra dos Reis em 6 de janeiro, depois a ilha de São Sebastião, São Vicente, Cananéia.[180] Do cabo de Santa Maria, ou da foz do rio da Prata a que ainda em 1531 davam os portugueses o nome de rio de Santa Maria, partiu a esquadrilha em 15 de fevereiro de 1502, e navegando sem avistar as terras do continente, no dia 7 de abril descobriu aos 54° S a ilha, desde 1775, chamada Geórgia do Sul. Desse ponto regressou ao Tejo com escala em Serra Leoa.[181]

A esquadrilha de Gonçalo Coelho, composta de seis navios, partiu de Lisboa, em 1503, e avistou em 10 de agosto a ilha descoberta pouco antes, provavelmente a 24 de junho, por Fernão de Noronha, que lhe dera o nome de ilha de São João, logo trocado pelo do seu descobridor. Em um penedo próximo, naufragou a nau capitânia, salvando-se, porém, toda a guarnição. Ficou, então, dividida a esquadrilha. O navio comandado por Vespúcio e um outro perderam de vista Gonçalo Coelho, que seguiu para o sul com as três restantes embarcações até o Rio de Janeiro, onde se deteve. Depois de fazer aguada e lenha em Fernando de Noronha, Américo Vespúcio e o outro comandante velejaram para a baía de Todos os Santos, descoberta na anterior viagem, e que, segundo as instruções recebidas, devia servir de ponto de reunião para os navios que se desgarrassem; mas, durante mais de dois meses, esperaram inutilmente pelos três navios de Gonçalo Coelho. Vendo que não chegavam, Vespúcio prosseguiu na sua viagem e reconheceu, de novo, a costa até Cabo Frio, onde se demorou meses, durante os quais fez uma exploração pelo interior, e, ao empreender a viagem de regresso para a Europa em 12 de

[180] À margem do manuscrito escreveu Rio Branco: "Modificar tudo depois dos trabalhos de Capistrano de Abreu."

[181] Varnhagen, *Amerigo Vespucci*, p.108-113; *Nouvelles Becherches*, p.8; *História Geral do Brasil*, tomo I, p.81-84. Ver também Humboldt, *Examen Critique*, v. 18. Cândido Mendes de Almeida, na *Rev. do Inst.* de 1877, p.196-211, dá outra interpretação à carta de Vespúcio, e entende que de Cananéia os exploradores seguiram a costa somente até 41° S quando muito. Assim, em vez de ir à Geórgia Austral, teria a esquadrilha chegado apenas à baía de São Blás e foz do rio Negro, na Patagônia.

abril de 1504, deixou construído um pequeno forte, com 24 homens e 12 peças. Foi o primeiro estabelecimento português no Brasil.[182]

Quanto a Gonçalo Coelho, parece certo que dilatou por alguns anos a sua estação no porto do Rio de Janeiro e que foi ele quem fez então explorar novamente a costa meridional pelos pilotos João de Lisboa e Vasco Galego de Carvalho, os quais chegaram até a baía de São Matias, na Patagônia.[183] Ao regressar para Europa, deixou estabelecida uma feitoria provavelmente junto ao ribeiro, que desde então tomou o nome de Carioca (casa de branco), depois trocado pelo de Catete. Tanto esta quanto a feitoria fundada por Vespúcio em Cabo Frio já não existiam em 1525. A de Cabo Frio foi abandonada pelos portugueses ou tomada pelos Tamoios em 1512 ou pouco depois; a de Carioca, no Rio de Janeiro, foi assaltada e destruída por esses índios guerreiros antes de 1525.[184]

---

[182] Varnhagen, *Amerígo Vespucci*, p.113-115; *Nouv. Rocherches*, p.10-12; a memória do mesmo autor – *Sull' importanza d'un manoscritto inedito della Biblioteca Imperiale de Vienna,* e *Hist. Ger. do Br.*, p.85-89 e 91. Thevet, que esteve em Cabo Frio em 1555, diz que o lugar era chamado antes Guechay e que os portugueses ali haviam construído um forte que foi destruído pelos índios (*Les Singularitez de la France Antarctique,* folha 43 da edição primitiva e p.III da reimpressão Gaffareli). C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst.*, XL (1877, parte II, p.215) supõe que o forte foi estabelecido em Caravelas e que esse foi o ponto em que estacionou Vespúcio. Outros escritores supõem que foi em Santa Cruz, ao norte do atual Porto Seguro.

[183] Varnhagen, *Nouv. Rech.*, p.10, 11, 49, 50 e *Hist. Ger. do Bras.* , tomo I, p.86-87, e Teixeira de Melo, *Ephemerides*, tomo I, p.52.

[184] Quanto à feitoria do Rio de Janeiro, diz o seguinte Crespin, na sua *Histoire des Martyrs persecutez et mis à mort pour la vérité de l'Évangile depuis le temps des Apôtres jusques à l'an 1597*, p. 401, edição de 1597, S. L.: "Desejando habitar nas enseadas e nos portos mais belos que encontraram no reconhecimento da mencionada região, os portugueses construíram uma torre de pedra no rio de Coligny, que mudaram então para Januario, e entraram nela no primeiro dia daquele mês. Naquela torre, os mencionados portugueses deixaram alguns pobres condenados à morte para relacionarem-se com os naturais da região, bem como para aprender sua língua. Depois de alguns anos, comportaram-se tão mal relativamente aos naturais que foram, na maior parte exterminados, destruídos e mortos por eles. Depois, os mencionados (portugueses) não ousaram habitar, porque seu nome tornou-se tão odiado ali que até hoje os (naturais) têm por delícia e voluptuosidade comer a cabeça de um português." Os cronistas portugueses nada dizem sobre este acontecimento, o que não admira porque são muito escassas e confusas as notícias que dão sobre os tempos primitivos do Brasil, desde o descobrimento até a criação das capitanias. Os marinheiros franceses começaram em 1525 a frequentar o Rio de Janeiro e pelos tamoios souberam da destruição do primeiro estabelecimento português. Confronte-se o texto citado com o que diz Varnhagen na sua *Hist. Ger.*, tomo I, p.86, *in fine*, e 87. A feitoria de Cabo Frio foi ainda em 1511 visitada pela nau *Bretoa*.

Das duas primeiras explorações, as únicas notícias que nos restam infelizmente incompletas, são as que a imprensa do tempo salvou, publicando as cartas que em 1503 e 1504 Américo Vespúcio dirigiu a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici, embaixador em França, e a Piero Soderini, gonfaloneiro da República de Florença. O diário minucioso da primeira viagem entregue por Vespúcio ao rei dom Manuel perdeu-se, como a carta de Cabral anunciando o seu descobrimento do Brasil e os relatórios de Gonçalo Coelho, de que fazem menção alguns escritores contemporâneos e tantos outros documentos desse tempo; de sorte que até quanto aos nomes dos chefes das duas esquadrilhas não estão acordes os cronistas e historiadores. A carta a Lorenzo dei Medici, vertida para o latim e publicada no mesmo ano, foi logo seguida de numerosas edições e retraduções, saídas dos prelos de França, Itália e Alemanha. A carta a Soderini apareceu no original italiano em 1505 e teve não menor circulação. O ilustre navegante e cosmógrafo florentino que, inocente dessa injustiça, tão caro pagou a honra póstuma de dar o seu nome ao Novo Mundo e cuja memória só muito tarde pôde ser reabilitada por Humboldt e Varnhagen[185] foi quem em suas cartas deu à Europa as primeiras notícias do Brasil, falando com abundância, de coração e poético encanto da nossa terra, da nossa bela e opulenta natureza e dos esplendores do nosso céu austral. Se há um paraíso terrestre, exclamava Vespucci, com certeza deve ficar não muito longe destes lugares.[186]

---

[185] Humboldt, *Examen Critique,* V, p.178-217, e *Cosmos*, p.362 e 581-588; Varnhagen, *Vespuce et son premier Voyage* (1858), *Amerigo Vespucci* (1865), *Le premier voyage d'Am. Vesp.* (1869), *Nouvelles Recherches* (1870), *Ainda Am. Vesp.* (1874); Harrisse, *Biblioteca Americana Vetustissima,* p.65.

Colombo, um ano antes de morrer, dizia de Américo Vespúcio: "(...) Sempre teve desejo de me fazer prazer; é muito homem de bem, a sorte lhe foi contrária como a muitos outros (...)" (*Carta* de 5 de fevereiro de 1505, em navarrete coleção I (1825), 351; e em Varnhagen, *Am. Vesp.*, 2).

[186] "A região é muito temperada e fértil e sumamente agradável. Embora haja muitas colinas, é, não obstante, irrigada por infinitas fontes e rios. Há matas tão fechadas que não se pode passar pelos obstáculos criados pelas árvores grossas... As árvores e os frutos selvagens crescem pela própria natureza e dão ótimos frutos e em grande quantidade... Igualmente o solo produz um grande número de ervas e raízes, das quais se fazem pão e outros alimentos... A região não produz metal algum, exceto ouro, que existe em grande quantidade... Há muitas pérolas e pedras preciosas... As árvores produzem odores tão suaves que não se podem imaginar, e por todas as partes produzem gomas, líquidos e açúcares... E se existe alguma paraíso terrestre no mundo, não pode estar longe desses lugares" (retradução de Ramúsio).

Falando do céu austral, diz Vespúcio: "O céu é ornado de figuras e sinais belíssimos, no qual notei cerca de 20 estrelas de tanta claridade quanto as que havíamos visto algumas

Desde a expedição de Gonçalo Coelho e Vespúcio até o ano de 1526, Portugal, ocupado com as guerras e conquistas da Ásia, descuidou inteiramente o Brasil. Apenas visitaram os nossos portos algumas das numerosas esquadras que Portugal despachou para a Índia, vários navios de comércio portugueses e franceses e os exploradores espanhóis, que reconheceram o rio da Prata e os mares do Sul.

Em 1503, o grande Afonso de Albuquerque e Duarte Pacheco, cognominado o *Aquiles português*, estiveram ancorados em um porto do Brasil. Três anos depois, as duas esquadras de Tristão da Cunha e do mesmo Albuquerque tocaram no cabo de Santo Agostinho e, costeando por algum tempo a terra de Pernambuco, fizeram rumo para o oriente. Os portos mais frequentados pelas naus da Índia eram o da baía de Todos os Santos e o de Santa Cruz, ainda então chamado Porto Seguro, o mesmo em que fundeara a esquadra de Cabral.

Em 1508, passaram pelo Brasil os primeiros exploradores de Castela, João Dias de Solis[187] e Vicente Yanez Pinzón, que chegaram até o paralelo de 40° S, mas sem reconhecer o estuário do Prata, porque nessa altura se haviam desviado muito de terra. Em 1516, o mesmo Solis de novo costeou o Brasil e penetrou naquele rio e no Uruguai, onde foi morto pelos indígenas. De 13 a 27 de dezembro de 1519, estacionou na baía do Rio de Janeiro a esquadra espanhola comandada pelo português Fernão de Magalhães, a primeira que fez a circunavegação do globo. Sebastião Caboto esteve, em 1526, de passagem em Pernambuco e na ilha dos Patos, depois chamada de Santa Catarina, e daí seguiu com a esquadrilha espanhola do seu comando a explorar o rio da Prata, o Paraná, o Paraguai e o Bermejo.

---

vezes em Vênus e em Júpiter. Os movimentos e circunvoluções considerei, e delas medi as circunferências e os diâmetros, com breves meios de geometria....” Desses trechos da carta de 1503, deu Canovai um eloquente resumo no seu conhecido *Elogio de Américo Vespúcio* que, em 1788, obteve o prêmio da Academia Etrusca de Cartona.

Entre as estrelas mencionadas por Vespúcio, figura o Cruzeiro, que formava uma só constelação, ligando-o evidentemente a Alfa e a Beta do Centauro (“Seis estrelas belíssimas e claríssimas... e se veem na Via Láctea”). Referimo-nos à carta de 1503 publicada durante a vida de Vespúcio. Em outra, que Bandini publicou pela primeira vez em 1745, há indicação mais clara do Cruzeiro e até são citados os versos de Dante, mas Varnhagen, tendo examinado essa carta, e outra publicada por Baldelli, em 1827, declarou que nenhuma fé deveriam merecer.

[187] Solis, segundo Anghiera e os escritores espanhóis, era natural de Lebrija, na Andaluzia. Segundo Damião de Góis *(Chronica do S. S. Rei D. Emanuel,* parte IV, cap. XX), Quintela *(Annais da Marinha,* tomo I, p.344*)* e Varnhagen *(Hist. Ger. do Br.)*, era português.

Só 30 anos depois do descobrimento do Brasil deram os portugueses começo, no reinado de dom João III (1521-1557), à conquista e colonização desta parte das suas vastíssimas possessões ultramarinas. A frequência com que desde 1504 os armadores franceses expediam navios para o Brasil, onde entraram em relações com os indígenas, chegando a estabelecer feitorias, e a ineficácia das representações feitas a Francisco I pelos embaixadores portugueses no reinado de dom Manuel, levaram dom João III a passar ordens aos comandantes das suas esquadras para que destruíssem ou capturassem os navios franceses que encontrassem nos domínios de sua coroa.

A primeira divisão naval mandada com esse fim ao Brasil teve por chefe, ou capitão-mor, Cristóvão Jacques, e partiu de Lisboa em 1526. Compunha-se de uma nau e de cinco caravelas.[188]

Jacques fundou duas feitorias, uma à margem do Iguaraçu, outra no Recife de Pernambuco, e percorreu a costa até o rio da Prata, revistando os principais portos e enseadas. Na sua viagem de regresso para o norte, entrou na baía de Todos os Santos com quatro caravelas, encontrando aí três navios franceses, duas naus e uma galeaça, que logo se foram refugiar no Paraguaçú. Travou-se a peleja (1527), provavelmente junto à ilha depois chamada dos Franceses, pouco acima da foz daquele rio, e durou um dia inteiro. Dois dos navios contrários foram metidos a pique e o terceiro, tomado, ficando prisioneiros 300 franceses.

Esse combate naval foi o primeiro travado entre europeus na América.[189]

---

[188] A1ém do chefe, apenas são conhecidos os nomes de três comandantes desses navios: Diogo Leite, Gonçalo Leite e Gaspar Correia.

[189] Anchieta, *Informação do Brasil*, de 1584 *(Rev. do Inst*. de 1844, tomo VI, p.421); Gabriel Soares, *Roteiro,* cap. I; Vasconcelos, *Notícias,* livro I, § 19, e *Crônica,* livro I, § 33; Jaboatão, *Novo* O*rbe Serafico,* tomo I,§ 37; Varnhagen, *Hist. Ger. Br.,* tomo I, p.110-112; *Primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brazil, nas Memórias* do *Inst. Hist. e Geogr.*, e *Examen Critique,* § 92. Ternaux-Compans *(Notice historique de la Guyane Française,* 5) dá uma data errada para este combate (1503). Gaffarel, *Histoire* du *Brésil Français,* transforma-o em dois combates distintos, um em 1505 (p. 91) e outro em 1527 (p. 95) dizendo também (p. 95) que os franceses tinham atacado e tomado na Bahia em 1527 a nau espanhola *São Gabriel.* Essa nau chegou a salvamento ao porto de Baiona em *28* de maio de 1527 como se vê em Navarrete, V, 173 e 233, e Varnhagen, *Hist. Ger. do Br.*, tomo I, p.109. Também nada consta sobre um primeiro cruzeiro de Jacques no Brasil em 1516 mencionado por Gaffarel à p. 95 da citada obra. O douto d'Avezac teria sido, neste ponto, guia mais seguro para o moderno historiador do Brasil Francês (*Considérations géographiques sur l'Histoire du Bresil,* notas 2, 3 e 4, à p. 23, e *Les Voyages d'Améric Vespuce*, p. 120).

Jacques foi rendido por Antônio Ribeiro que, segundo parece, deixou as costas do Brasil com a pequena divisão do seu comando em 1530.

Em dezembro desse mesmo ano, um galeão francês saqueou a feitoria de Pernambuco, dirigida por um Diogo Dias.[190]

Pouco depois, alcançava essa costa, procedente de Lisboa (31 de janeiro de 1531), a esquadra de Martim Afonso de Sousa, composta de cinco navios,[191] e apoderava-se no mesmo dia de duas naus francesas, a primeira no cabo de Percaauri, na ponta de Olinda, e a segunda no cabo de Santo Agostinho. Em 1º de fevereiro, foi avistada outra nau perto da ilha de Santo Aleixo, e, alcançada pela caravela Rosa, do comando de Pero Lopes de Sousa, pelejaram esses dois navios toda a noite e o dia seguinte até o pôr do sol, quando o francês se rendeu por ter esgotado as munições.[192]

Na Bahia, onde estiveram fazendo lenha e aguada desde 13 a 17 de março, recebeu a esquadra a visita de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e assistiu a uma ação naval entre os índios, empenhando-se dos dois lados na peleja cem almadias guarnecidas de paveses pintados e tripulados por 60 homens cada uma. O combate começou ao meio-dia e durou seis horas. Os vencedores conduziram para as terras os prisioneiros e, aí, com grandes cerimônias, os mataram e os devoraram.[193]

Martim Afonso conduzia em seus navios 400 emigrantes com os quais devia fundar um núcleo colonial. Da Bahia foi demandar o Rio de Janeiro, onde se deteve três meses,[194] e fez construir dois bergantins de 15 bancos. Não o acompanharemos em todos os seus feitos no Brasil

---

[190] E não Duarte Coelho, como diz Gaffarel (*Histoire du Brésil Frain*çais au Seizième Siècle, p.96). Ver Pero Lopes De Sousa, *Diário da Navegação*, dias 17 de fevereiro e 26 de março de 1531, e Varnhagen, *História Geral do Brazil*, tomo I, p.130 (na 1º edição, p. 59-60). Duarte Coelho, só em 1535, chegou a Pernambuco.

[191] Naus *Capitânia* e *São Miguel*, esta última comandada por Heitor de Sousa; galeão *São Vicente*, comandante Pero Lôbo Pinheiro; caravelas *Rosa*, comandante Pero Lopes de Sousa, irmão do chefe da expedição, e *Princesa*, comandada a princípio por Baltasar Gonçalves, depois por Diogo Leite. Era piloto-mor Vicente Lourenço. A essa esquadra foram incorporadas a terceira das naus francesas apresadas que tomou o nome de *N. S. das Candeias* e passou a ser comandada por Pero Lopes de Sousa e caravela *Santa Maria do Cabo*, que entrará na Bahia com destino para Sofala. Das outras duas naus apresadas, uma foi despachada para Portugal, sob o comando de João de Sousa, e a segunda incendiada por imprestável.

[192] Pero Lopes de Sousa, *Diário da navegação*.

[193] *Ibid*.

[194] *Ibid*. De 30 de abril a 1º de agosto de 1531.

por alheios ao assunto especial do nosso trabalho. Só diremos que a princípio teve em mente estabelecer no rio da Prata os emigrantes que transportava, mas como naufragasse a nau capitânia na altura do Chuí, e tivesse talvez verificado que aquelas paragens ficavam ao ocidente da linha de limites estabelecida pela Convenção de Tordesilhas, encarregou seu irmão Pero Lopes de explorar, com Pero Góis da Silveira, o mesmo rio e o Uruguai, e regressou com os outros navios para o norte, indo estabelecer em São Vicente e no vale de Piratininga as duas primeiras colônias portuguesas no Brasil.

Ao terminar a sua exploração, foi Pero Lopes de Sousa despachado para a Europa e, partindo com a nau *N. S. das Candeias* e o galeão *São Vicente*, tomou, na altura da ilha de Santo Aleixo, em Pernambuco (4 de agosto de 1532), uma nau francesa e logo depois outra, que se dirigia para um pequeno forte estabelecido na ilha de Itamaracá, comandada por Jean du Peret, capitão do navio *La Pélérine*, de 18 peças, pertencentes ao barão de Saint-Blancard, general das galerias francesas do Mediterrâneo. O forte, que era comandado por um de La Motte, rendeu-se depois de resistir 18 dias. Pero Lopes de Sousa arrasou a fortificação e seguiu para Portugal com as duas presas e os prisioneiros. Por esse mesmo tempo, o navio *La Pélérine*, em viagem para Marselha, era capturado na costa de Andaluzia pela esquadra portuguesa do Estreito.[195]

[195] Cartas de 28 de setembro de 1532, de dom João III a Martim Afonso de Sousa, e de 21 de janeiro de 1533 ao conde de Castanheira: *Reclamação do* Barão de Saint Blancard (na primeira edição da *História*, de Varnhagen, tomo I, p.441-444, e na *Rev. do Inst. Hist.*, XXIV, p.88-96); Ternaux-Compans, *Notice Historique sur la Guyane Française*, tomo II; Varnhagen, *Hist, Ger. do Br.* segunda edição, tomo I, p.128, 129, 133; d'Avezac, *Considerátions Geographiques*, p.24, 25, 102; Gaffarel, obra cit., p.97, 100.
A *Pélérine* foi tomada no dia 15 de agosto de 1532. Supomos que Martim Correia da Silva era o comandante da esquadra do Estreito. A expugnação do forte francês de Pernambuco teve lugar provavelmente no mesmo mês de agosto, não em dezembro, como se lê na reclamação de Saint Blancard. Foi no dia 4 de novembro que Pero Lopes se fez de vela para Portugal. Nos *Mss. do Diário* deste capitão faltam as folhas que tratariam destas ocorrências, e só se encontra notícia dos preparativos do combate com a primeira nau francesa no dia 4 de agosto: "Demorava-me (a ilha de Santo Aleixo) ao norte e como me acheguei mais a ela vi uma nau que estava surta entre ela e a terra; parecia ser mui grande: logo me desci da gávea, e mandei fazer prestes a artilharia e mandei fazer sinal ao galeão que vinha por minha popa e em chegando a mim lhe disse que pusesse a artilharia em ordem, e se fizesse a gente prestes porque se a nau que estava na ilha surta fosse da França havia de pelejar com ela."
Ver Jaboatão, *Novo Orbe Serafico Brasílico*, tomo I, p.134-136. Este cronista dá pormenores sobre a tomada do forte e das duas naus, mas se engana quando diz que essas ocorrências se deram ao chegar Pero Lopes de Sousa de Portugal, e antes de sua viagem

Martim Afonso de Sousa partiu para a Europa em 1533.

Com a notícia de que os franceses continuavam a frequentar o Brasil, resolveu dom João III tentar um esforço para colonizá-lo e, com esse fim, o repartiu em capitanias hereditárias, concedendo grandes privilégios e vantagens aos donatários e aos emigrantes. Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa foram contemplados pelos serviços que acabavam de prestar, entre os primeiros donatários, mas nunca mais voltaram ao Brasil, e só por intermédio de delegados seus ocuparam e regeram as terras que lhes foram doadas.[196]

Entre esses donatários, contavam-se alguns outros que se haviam distinguido na brilhante marinha portuguesa daquele tempo: Duarte Coelho Pereira, que alcançara vitórias na Índia e veio a ser o fundador de Olinda (1535); Vasco Fernandes Coutinho, que se ilustrara as ordens de Afonso de Albuquerque; Francisco Pereira Coutinho, que servira nas armadas de Vasco da Gama e de dom Francisco de Almeida; Aires da Cunha, que fora capitão-mor do mar em Málaca; Pero de Góis da Silveira, um dos oficiais de Martim Afonso na sua campanha marítima do Brasil e Antônio Cardoso de Barros.

---

ao rio da Prata. Diz mais Jaboatão que Pero Lopes de Sousa despachou contra a primeira nau francesa uma caravela ao mando de João Gonçalves e, contra a segunda, duas outras caravelas de que eram capitães Álvaro Nunes de Andrade e Sebastião Gonçalves de Alvelos, sendo assim tomados os dois navios. Dando-se crédito a este cronista, é preciso admitir que Pero Lopes de Sousa encontrou em Pernambuco, chegadas de Portugal, estas três caravelas, pois, quando partiu do Rio de Janeiro, só levava a nau *N. S. das Candeias* e o galeão *São Vicente*. Seriam provavelmente essas caravelas as que se bateram meses antes em Pernambuco com o navio *La Pélérine*, combate de que faz menção o barão de Saint Blancard, na sua citada *Reclamação*, dizendo que aquele navio, ao chegar a Pernambuco, saiu vitorioso de um ataque que lhe levaram seis embarcações portuguesas (Varnhagen, *Hist. Ger. do Brasil*, 1º edição, tomo I, p.412, quarto *item* dessa página).

196 Martim Afonso de Sousa passou à Ásia, onde dirigiu esquadras numerosas, alcançou vitórias no mar e em terra e foi o antecessor de dom João de Castro no governo da Índia. Pero Lopes continuou a mostrar-se um brilhante e intrépido oficial. Comandou uma das naus da esquadra portuguesa de Antônio de Saldanha*, que esteve na expedição dirigida por Carlos V contra o célebre Khair-Eddin (Hargadan) Barba Roxa, o competidor de André Dória nas águas do Mediterrâneo. Depois, foi-lhe confiado o comando de divisões navais em que, nas costas de Portugal e aos Açores, apresou vários corsários franceses e barbarescos. Morreu em um naufrágio, voltando da Índia (1540). Martim Afonso faleceu em 1564. Nascera este em 1500, e Pero Lopes alguns anos depois. Eram, portanto, muito moços quando estiveram no Brasil. (*) O galeão *São João*, em que ia Saldanha, era o maior navio de guerra desse tempo, e foi nesta esquadra auxiliar, a pedido de Carlos V. Tinha cinco baterias e 366 peças de artilharia de bronze (*Memória do galeão Botafogo*, por Jorge Coelho).

Pereira Coutinho e Aires da Cunha tiveram triste fim nas terras que foram povoar. O primeiro naufragou na ilha de Itaparica e foi devorado pelos selvagens. O segundo pereceu no naufrágio da luzida expedição que conduzia, junto aos baixos da ilha do Maranhão (1535).

Por toda a parte suscitaram os franceses embaraços aos primitivos colonos, aliando-se aos índios, fornecendo-lhes armas e lançando-os contra os estabelecimentos portugueses. Também no mar e com vária fortuna travaram-se combates em que os vencedores quase sempre haviam com requintada crueldade exterminado prisioneiros para evitar depoimentos e reclamações. Desses dramas terríveis apenas temos notícias vagas e incompletas em raros documentos até hoje descobertos, e no que referem os cronistas franceses sobre a dureza com que se tratavam de um lado os marinheiros de seu país, e do outro os portugueses e espanhóis, que pretendiam o domínio exclusivo dos mares. Tornou-se conhecido então por combates que sustentou contra navios franceses na costa do Brasil o fidalgo Luís de Melo da Silva,[197] que depois pretendeu colonizar o Maranhão e aí naufragou, no mesmo sítio em que perecera Aires da Cunha. Mas não pudemos alcançar notícia alguma dos seus feitos militares no nosso país e só sabemos que, escapando desse naufrágio, voltou a Portugal e passou a servir na Índia. Uma carta de 3 de maio de 1548, escrita ao rei por Afonso Gonçalves, provavelmente de Iguaraçu, dá conta de um combate em que um bergantim seu repeliu uma nau da França.[198]

Em 1549, dom João III criou no Brasil um governo central, ao qual ficaram sujeitas todas as capitanias. Tomé de Sousa, que adquirira grandes créditos comandando navios de guerra na África e na Índia foi o primeiro governador-geral. Chegando à baía de Todos os Santos em 29 de março de 1549,[199] fortificou-se em terra e assentou os fundamentos da cidade de São Salvador, primeira capital do Brasil.[200]

---

[197] Barbosa Machado (Diogo), *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo del-Rey D. Sebastião*, tomo I, p.431, Lisboa, 1736, 4 v.; Rocha Pita, *História da América Portugueza*, livro III, p.15.

[198] Publicado por Varnhagen, *Hist, Ger. do Br.*, 1º edição, tomo I, p.454.

[199] Nóbrega, *Carta escrita da Bahia em 1549*, na *Rev. do Inst.*, V, p.429.

[200] A expedição de Tomé de Sousa compunha-se de uns mil homens embarcados nos seguintes navios: naus *Conceição*, sob o seu comando, *Salvador*, comandada por Antônio Cardoso de Barros, e *Ajuda*, por Duarte de Lemos; duas caravelas comandadas por Pero de Góis da Silveira e Francisco da Silva, e um bergantim comandado por um

Pero Góis da Silveira ficou sendo, com o título de capitão-mor do mar, o chefe da esquadrilha incumbida da guarda e polícia das nossas costas.[201] Do seu comando, sabe-se apenas que fez alguns cruzeiros e duas viagens da Bahia a São Vicente (1549-1550 e 1552-1553), nas quais visitou de passagem os principais portos e as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Ao regressar da primeira viagem com uma pequena caravela e um bergantim, pretendeu atacar um galeão francês nas vizinhanças de Macaé, costa ocidental do Rio de Janeiro, mas não lhe foi favorável o vento e apenas conseguiu, bordejando um dia inteiro, disparar uns 50 tiros, que nenhum dano aparente ocasionaram ao adversário, tanto pelo estado do mar quanto pela imperícia dos artilheiros da caravela (agosto de 1550).[202]

Na segunda viagem, acompanhou o governador-geral em sua visita às capitanias do sul.

---

piloto (Quintela, *Annaes da Marinha Portugueza*, tomo I, p.442; Accioli, *Memórias Históricas* e *Políticas da Província da Bahia*, tomo I, p.65-66).

[201] Data da nomeação, 9 de janeiro de 1549, assinada em Almeirim. Foi nomeado por três anos (*Brasil Histórico*, tomo I, p.211).

[202] *Carta de Pero Góis para El Rei, escrita da cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos* em 29 de abril de 1551 (e não da Vila da Rainha em 29 de abril de 1554, como por engano se publicou na *Rev. do Inst. Hist*. V, p.443, e também no *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal*, do visconde de Santarém, tomo III, p.337). Gaffarel (obra cit., p.129), vendo citada por Varnhagen a carta de 29 de abril, assinou arbitrariamente a este combate a data de 15 de abril de 1551. Foi em agosto de 1550, como se vê na carta citada (*Rev. do Inst.* V, p.443-446), que Góis da Silveira saiu do Rio, e em setembro já estava no Espírito Santo. Varnhagen (*História Geral do Brasil*, tomo I, p.249) enganou-se, dando o ponto de Cabo Frio como lugar da ação. A carta de Góis elucida este ponto: "(...) Só com uma caravela e um bergantim me fui em busca da nau... Corri toda a baía Formosa, que é a do Cabo Frio, e, assim, a do Salvador sem ver nada. Mas já no cabo dela [isto é no fim da baía do Salvador que ele examinava indo do sul para o norte] houve vista de um galeão francês mui grande... o qual estava entre uma ilheta e a terra firme com soma de muitos baixos em roda dele, pelo ver longe bem três léguas de mim e a barlavento tive muito trabalho em chegar a ele..."

No *Roteiro do Brasil*, escrito antes de 1587 por Gabriel Soares de Sousa, vê-se quais os lugares da costa que tinham então aqueles nomes. Indo de Cabo Frio para o norte, contavam-se duas léguas até a baía Formosa: desta a baía a do Salvador, sete léguas; da baía do Salvador à ilha de Santana, três 1éguas e desta ilha ao cabo de São Tomé, oito léguas (Gabriel Soares de Sousa, *Roteiro*, parte I, cap. 47).

Este insignificante combate, de que só fazemos menção porque dele falam quase todos os nossos historiadores modernos, durou um dia e não *dois e meio*, como disse Varnhagen e repetiram d'Avezac (*Considerations Geographiques*, p. 53, nota 3) e Gaffarel, no lugar anteriormente indicado.

Guerras Cisplatinas[203]

Antecedentes da intervenção do Brasil na Banda Oriental em 1816 – Apenas o nosso exército, em observância do armistício de 1812, evacuou a Banda Oriental. As tropas de Buenos Aires, unidas às orientais de Artigas, repassaram o Uruguai e abriram de novo as hostilidades contra os espanhóis. As desconfianças do marquês de Casa Irujo, habilmente exploradas por lorde Strangford, e a pressão exercida por este sobre o governo do príncipe regente, deram em resultado esse armistício com que perdeu Espanha o apoio das tropas brasileiras. Desde então, o príncipe regente a conservou a mais estrita neutralidade na guerra entre a metrópole e os povos do rio da Prata, abrindo-se entre o Brasil e Buenos Aires relações de amizade e comércio. Esta modificação na política até então seguida coincidiu com a entrada do conde das Galveias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.[204] O chefe do Gabinete, marquês de Aguiar, via com horror os progressos da anarquia no rio da Prata, mas, diante do procedimento da Espanha, que repelia, como presente de grego, a cooperação armada da corte do Rio de Janeiro, e em presença da atitude da Inglaterra, que, conquanto aliada dos espanhóis na Península, desejava a emancipação das colônias em proveito do seu comércio, não havia outro expediente a adotar se não guarnecer fortemente as nossas fronteiras do sul, para impedir que o incêndio da insurreição as invadisse também.

Em 1814 (20 de junho), os argentinos tornaram-se senhores da praça de Montevidéu, último baluarte do poder espanhol nas margens do Prata, mas logo depois se acendeu uma guerra feroz entre o governo de Buenos Aires e os partidaristas do general Artigas. A luta teve por teatro as províncias da Banda Oriental de Entre Rios e Corrientes. O capitão-general do Rio Grande do Sul, marquês de Alegrete,[205] recebera ordens terminantes para manter-se alheio à contenda, limitando-se a fazer respeitar o nosso território e as propriedades brasileiras colocadas

[203] À margem do manuscrito lançou o Barão do Rio Branco a seguinte nota: "Tudo isto tem de ser modificado à vista dos novos documentos que encontrei em Paris (correspondência inédita de dom Diogo de Sousa)."

[204] Galveias era ministro da Marinha e Ultramar. Em 26 de janeiro de 1812, faleceu Linhares, ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Galveias ficou com as duas pastas.

[205] Tomou posse em 13 de novembro de 1814, sucedendo a dom Diogo de Sousa.

nas proximidades da linha divisória.[206] Cingiu-se ele escrupulosamente a essas instruções, mas não deixou de representar ao governo contra os perniciosos exemplos que aos povos davam os nossos vizinhos. Vários destacamentos das forças que se disputavam o domínio da Banda Oriental tiveram, perseguidos, de penetrar no Rio Grande do Sul, e nessa extremidade se achou também quase todo o regimento do caudilho Otórguez, a quem o coronel argentino Dorrego arrojara sobre a fronteira de Santa Teresa. Quando encontravam tropas brasileiras, os bandos indisciplinados de Artigas prestavam-se a depor as armas, que, em virtude das ordens do governo, lhes eram devolvidas no ato de voltarem para a Banda Oriental. A vigilância das nossas guardas não podia exercer-se eficazmente desde o mar até a foz do Quaraí, e daí aos confins das Missões. Muitos roubos e assassinatos cometidos dentro das nossas raias ficavam impunes e eram atribuídos às incursões dos sequazes de Artigas. Os criminosos e escravos do Brasil encontravam pronto refúgio e o melhor acolhimento nas fileiras do caudilho oriental. Os índios do distrito de São Borja agitavam-se, preferindo muitos deles o regime de ordem em que viviam entre nós à vida de aventuras e rapinas que na margem oposta do Uruguai lhes ofereciam os insurgentes.

A abdicação de Fontainebleau pusera termo à luta em que por tantos anos a Espanha e Portugal se acharam empenhados na Europa contra Napoleão. Restituído a Madri, podia então Fernando VII, dispondo de todas as forças militares do país, cuidar de submeter seriamente as colônias revoltadas da América, e efetivamente começou por organizar em Cádiz uma expedição de 12 mil homens às ordens de Murilo, destinada ao rio da Prata. Havia, porém, uma dificuldade séria. As duas margens do rio estavam inteiramente livres do domínio espanhol desde a capitulação de Montevidéu, e era por isso muito arriscado o desembarque, após a longa travessia do Atlântico, e em sítios tão desabrigados, não havendo perto uma base segura de operações. Para remover o obstáculo, veio ao Rio de Janeiro o enviado Salazar, incumbido pelo governo de Madri de

[206] Instrução de 4 de agosto de 1814 ao marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul, assinada pelo marquês de Aguiar, ministro do Reino: "(...) Cingindo-se", diziam elas, "ao espírito das presentes instruções que sua alteza real o príncipe regente manda dar, e que se reduzem, por um lado, a manter a segurança e integridade do território português, e, por outro, a não obrar ofensivamente contra os espanhóis" (por este nome eram ainda conhecidos os orientais e argentinos), "evitando provocar dissensões e alterar o armistício com os que governam em Buenos Aires, enquanto eles por sua parte o não infringirem."

pedir a ocupação da ilha de Santa Catarina até que as tropas de Murilo se pudessem fazer fortes em Montevidéu ou Buenos Aires.

Apesar da incômoda vizinhança de Artigas, não tinha o príncipe regente motivos de queixa do governo de Buenos Aires, e obedecia já então ao influxo das ideias novas do seu ministro, conde da Barca,[207] espírito esclarecido, liberal, e de largas vistas políticas, que por muito tempo andara arredado de seus conselhos por estar infenso à influência britânica. Não se temia o conde da Barca, como o seu colega marquês de Aguiar, dos progressos da revolução americana. Aceitava-a como fato consumado e sabia que os principais promotores da independência no rio da Prata não professavam ideias puramente democráticas, nem as tinham por adequadas à índole, à péssima educação política e a nenhuma cultura intelectual de povos pastores. A anarquia que devorava essa região e as antigas colônias espanholas desapareceria, segundo ele, desde que a Espanha, reconhecendo ser-lhe impossível sustentar com vantagem guerras em paragens tão remotas, preferisse pactuar com os independentes sobre a base da formação de uma ou mais monarquias, governadas por príncipes da casa de Bourbon. Com a emancipação das colônias espanholas e o restabelecimento da paz, ganharia o comércio do Brasil e a influência política do príncipe regente. Os interesses bem entendidos deste aconselhavam-no a viver em harmonia com os povos americanos, e nunca a auxiliar o restabelecimento do império colonial de Espanha. Era aqui no Novo Mundo que devia assentar-se o trono português. Em um estreito canto da Península Ibérica, o rei de Portugal estaria sempre sob a tutela das grandes potências e apertado pela proximidade da Espanha, de cujo governo havia antigos e recentes agravos, que a última aliança não pudera fazer olvidar, e aos quais acabava de juntar-se o da retenção da praça de Olivença. Foi a estas novas vistas políticas que se deveu a abertura definitiva dos portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas,[208] a recusa do príncipe regente de regressar à Europa na esquadra inglesa que, por sugestões de lorde Strangford, veio ao Rio de Janeiro para esse fim em 1815 e a consequente elevação do Brasil ao

[207] Antonio de Araújo Azevedo. Sucedeu, com as duas pastas de Estrangeiros e Guerra, e Marinha e Ultramar, ao conde das Galveias, falecido em 18 de junho de 1814.

[208] Decreto de 18 de junho de 1814. Em 1808 os portos do Brasil haviam sido abertos, mas temporariamente, e até o restabelecimento da paz na Europa. (Preciso verificar isto, porque a data é de Pereira da Silva.) Nota lançada pelo autor à margem do manuscrito.

predicamento de Reino.[209] A missão de Salazar não podia, portanto, ser bem-sucedida. Na mesma ocasião em que ele apresentava as solicitações de Fernando VII, dois comissários argentinos, Rivadavia e Belgrano, de passagem para a Europa, se entretinham com o príncipe regente e o conde da Barca, declarando-lhes que seus compatriotas queriam a independência, mas de modo algum a república, para que não estavam preparados, e recebendo, em resposta, a segurança de que o governo do Rio de Janeiro não se ligaria à Espanha na guerra da América e estava firme no propósito de observar escrupulosamente o armistício de 1812 enquanto as Províncias Unidas por sua parte o respeitassem.[210] Pouco antes de prosseguirem em sua viagem esses emissários, reuniam-se no Rio de Janeiro o doutor Manuel José García, acreditado junto à corte do Brasil pelo governo de Buenos Aires, e as mesmas declarações e seguranças eram trocadas entre e1e e o governo do príncipe regente.[211] Salazar tornou, pois, a Madri com a certeza de que a ocupação, embora temporária, de Santa Catarina, não era possível, e que nas costas do Brasil a expedição espanhola só devia contar com os auxílios que o direito das gentes permite às nações neutras. Por esta decisão, os povos do Prata, rebelados contra a metrópole, eram tratados no pé de beligerantes; tanto esse fato quanto o livre-trânsito e o acolhimento que, apesar das reclamações da legação espanhola, encontravam no Rio de Janeiro os naturais de Buenos Aires e os agentes do governo argentino, davam origem a profundos despeitos em Madri. Semelhante linha de proceder, porém, era perfeitamente correta desde que, por exigências do próprio representante da Espanha, o príncipe regente proclamara solenemente a sua neutralidade entrando

[209] 16 de dezembro de 1815. (Preciso verificar a data. Esta é de Pereira da Silva.) Nota lançada pelo autor à margem do manuscrito.

[210] Rivadavia e Belgrano chegaram ao Rio, procedentes de Buenos Aires (donde partiram a 18 de dezembro) nos primeiros dias de janeiro de 1815. Haviam sido nomeados por Posadas, diretor supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata.
O fim dessa missão era promoverem, de acordo com Sarratea, que já se achava em Londres, o reconhecimento da independência por Fernando VII, devendo ser aclamado rei no rio da Prata um príncipe espanhol. Não sendo isso possível, deviam tratar de obter o reconhecimento da Inglaterra e a aceitação da coroa por algum outro príncipe estrangeiro. Depois das entrevistas que tiveram no Rio de Janeiro com o príncipe regente, o conde da Barca e o embaixador inglês, receberam das mãos de García instruções complementares do general Alvear, que em 10 de janeiro de 1815 sucedera a Posadas. Em 16 de março partiram para a Inglaterra os dois emissários.

[211] García chegou ao Rio em princípios de fevereiro de 1815, tendo partido de Buenos Aires a 28 de janeiro.

desde então em relações com as Províncias Unidas. O tratamento que recebiam no Rio de Janeiro os naturais do rio da Prata era idêntico ao com que aí deparavam todos os estrangeiros inofensivos, entre os quais figuravam muitos militares e súditos espanhóis, emigrados depois da queda de Montevidéu. A Inglaterra mesmo, cujos sentimentos amigáveis não podiam ser suspeitos à Espanha, tolerava em Londres a presença de Sarratea, agente do governo de Buenos Aires. Não havia, pois, motivo algum para que fossem expulsos do nosso território os ainda então súditos rebeldes do rei de Espanha, nem tampouco para que se opusesse o príncipe regente à permanência no Rio de Janeiro do enviado argentino García, em caráter inteiramente privado.

O anúncio da expedição espanhola e a requisição de Salazar coincidiram com a chegada de notícias do rio da Prata que tinham a maior gravidade sob o ponto de vista da tranquilidade de nossas fronteiras. As tropas de Artigas haviam derrotado em vários encontros as de Buenos Aires. Fructuoso Rivera, após uma crua peleja de mais de quatro horas, destruira, no Guaiabo,[212] a divisão do coronel argentino Dorrego, e o coronel Blás Basualdo esmagara em Colodrero[213] os correntinos partidaristas da união com Buenos Aires, dirigidos pelo governador Gorría.[214] Um exército argentino de mais de quatro mil homens, a princípio às ordens de Alvear, depois às de Soler, não havia podido conter os progressos do ambicioso caudilho e chamar à união o vasto território sobre que ele estendia sua influência, desde o oceano até a margem esquerda do Paraná. A batalha de Guaiabo fora decisiva, pois a ela se seguiu a evacuação de Montevidéu, único ponto que ocupavam ainda na Banda Oriental as tropas do general Soler. O feroz Otórguez, nomeado governador da praça, penetrou nela, espalhando desde logo o terror entre as famílias e os habitantes pacíficos. Vitorioso por toda a parte, Artigas estava senhor absoluto da Banda Oriental, de Entre Rios

[212] 10 de janeiro de 1815. O arroio Guaiabo é um afluente do Arerunguá, na Banda Oriental. Deste combate faz menção o *Manifesto e declaração de guerra do Brasil*, de 10 de dezembro de 1815. Em vez de Guaiabo, lê-se nesse documento Guabijú.

[213] 3 de janeiro de 1815. "Hacienda de Colodrero", junto ao rio Vatel, Província de Corrientes.

[214] Na *Memória* de Rivera este nome esta escrito assim: José Pedro Gorría (e não García, como se lê nos *Apuntes*, de Pascual). Mas na *Revista de Buenos Aires* encontramo-lo escrito de modo diverso: *Gennaro Perugorria*. Gorría ou Perrugorría, levado preso ao acampamento de Artigas, foi fuzilado por ordem deste, dois meses depois (*Memória*, de Rivera).

e Corrientes, e preparava-se para levar a guerra à própria província de Buenos Aires, em cuja capital, dizia ele, tencionava "limpar a cadeira ditatorial, assentando nela um índio charrua".

Tais acontecimentos faziam prever perigos para o sossego de nossas fronteiras e a necessidade de continuarem por muito tempo ainda, destacados em serviço militar ativo, os milicianos, que havia cinco anos, desde 1810, se achavam afastados de suas habitações e negócios. Tratou, portanto o príncipe regente de transferir para o Brasil uma divisão de soldados portugueses veteranos, passando-se neste sentido em fins de fevereiro de 1815 as necessárias ordens à regência de Lisboa e às legações na Espanha e na Inglaterra. O ministro em Madri, dom José Luís de Sousa, levou essa deliberação ao conhecimento do governo de Fernando VII, em nota de 25 de maio, na qual declarou que a expedição portuguesa se destinava "a pôr as fronteiras do Brasil ao abrigo dos perigos de que os insurgentes as ameaçavam" e acrescentava (o que não era sincero) que "sua alteza real o príncipe regente sentira a mais viva satisfação sabendo que sua majestade católica se dispunha a enviar tropas ao Rio da Prata".[215] A comunicação ao Gabinete de St. James foi feita um mês depois, em nota de 23 de junho, assinado pelo conde do Funchal,[216] ministro em Londres.

Quando a legação em Madri entregou a nota de 25 de maio, já a expedição espanhola de Murilo havia partido de Cádiz, seguindo outro destino de que não se tinha notícia no Rio de Janeiro na data em que haviam sido passadas as primeiras instruções. Em vez de demandar o rio da Prata, seguiu Murilo para a Venezuela, dissipando-se, assim, em parte, a tormenta que ameaçava o governo de Buenos Aires, a braços, na fronteira norte, com as tropas realistas do vice-rei de Lima e na linha do Paraná com as de Artigas, cujos esforços tendiam a desatar de todo os frouxos laços que ainda prendiam entre si algumas das províncias argentinas.

---

[215] Palmela, *Despachos e Correspondência*, tomo I, p.17-18.
À margem do manuscrito, há a seguinte nota escrita pelo autor: "Preciso ver se houve declaração à Inglaterra de 15 de janeiro, como diz Pereira da Silva. Creio que é engano deste (tomo II, p.84).

[216] "(...) Sua alteza real o príncipe regente julgou dever sem demora aproveitar-se do restabelecimento da tranquilidade na Europa a fim de chamar uma divisão do seu exército de Portugal para ser empregada na defesa dos seus Estados da América."

Em Portugal, começou-se desde logo a organizar a força expedicionária, composta dos veteranos da guerra peninsular, que espontaneamente preferissem a residência na América e aos quais se oferecia, além de um prêmio, soldo mais elevado e a promessa de rápidas promoções. Para comandante dessa força a que se deu a denominação de "Divisão dos Voluntários Reais", foi designado o tenente-general Carlos Frederico Lecór, que havia servido com muita distinção durante a luta contra os franceses.

O primeiro contingente chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1815, e o segundo e último em abril do ano seguinte.

Como se vê, a chamada de tropas europeias foi decidida quando o príncipe regente se convenceu de que a expedição espanhola de Murilo ia ser empregada contra o rio da Prata, e na mesma ocasião em que recebia a nova das vitórias decisivas de Artigas sobre o exército de Buenos Aires. O pensamento do governo era ainda, então, limitar-se a cobrir o território brasileiro contra os insultos de Artigas. A intervenção armada não era praticável porque só podia realizar-se em união e acordo com as tropas esperadas da Espanha, e o príncipe acabava de negar-se formalmente a prestar-lhes qualquer cooperação ou auxílio que equivalesse ao rompimento do Armistício de 1812. Nesse sentido, empenhara ele sua palavra, fazendo declarações espontâneas e mui positivas aos enviados argentinos Rivadavia, Belgrano e García.[217]

No decurso do ano de 1815, porém, e em princípios de 1816, os acontecimentos que se sucederam no rio da Prata levaram-no a variar essa linha de proceder. Ensoberbecido com as vantagens que obtivera e constituindo-se chefe de uma confederação independente, Artigas redobrara de provocações e trazia em desassossego todos os seus vizinhos, não só as províncias argentinas da obediência de Buenos Aires, como o Brasil e também o Paraguai. A corte de Madri não punha cobro a tais excessos e parecia desistir de reconquistar o rio da Prata, desviando de seu primitivo destino a expedição de Cádiz. O governo

[217] Belgrano as repetiu no Congresso de Tucumán, em sessão secreta de 6 de julho de 1816. Ver as suas palavras em Mitre, *História de Belgrano*, tomo III, p.523. Belgrano recebera essas declarações, como vimos, durante a sua estada no Rio de Janeiro em março de 1815. García, em carta de 27 de abril de 1815, dizia ao diretor supremo das províncias argentinas: "(...) Posso assegurou-lhe que não tema por parte desta corte. Não seguir os orientais em sua política selvagem e turbulenta." Ver Mitre, *História de Belgrano*, tomo II, p.395.

de Buenos Aires, em uma campanha desastrosa, acabava de mostrar-se impotente para destruir o poder do caudilho oriental e via-se seriamente ameaçado pelas simpatias que em outras províncias e na própria capital ia encontrando esse apóstolo da dissolução política e social. Em tal situação, e só depois de desatendidas todas as suas reclamações, foi que o governo do Rio de Janeiro resolveu ocupar a Banda Oriental, cedendo ao mesmo tempo às queixas repetidas dos habitantes da fronteira, às representações do governador e capitão-general do Rio Grande do Sul e às vivas instâncias dos emigrados argentinos e orientais, apoiados até certo ponto pelo próprio García, representante do governo de Buenos Aires.

Para bem compreender a intervenção de 1816 e a guerra de quatro anos que se lhe seguiu, é preciso que vejamos rapidamente qual era, nessa quadra, a situação do rio da Prata, remontando-nos às primeiras dissidências entre o governo de Buenos Aires e os orientais dirigidos por Artigas.

Essas dissidências se acentuaram em 1812, apenas recolhidas ao Rio Grande do Sul as forças brasileiras de dom Diogo de Sousa, e quando o governo de Buenos Aires se achou, por isso, em estado de renovar as hostilidades contra os espanhóis, que ocupavam a praça de Montevidéu. Artigas, à frente de tropas orientais e de um crescido número de famílias que o haviam acompanhado, estabelecera, como vimos, seu acampamento na margem direita do Uruguai, junto à foz do Ayué, no sítio em que hoje se levanta a cidade de Concórdia. O exército de Buenos Aires, composto apenas de três mil homens, reuniu-se no Arroyo de la China, às ordens de Sarratea. Prestou-se Artigas a reconhecer o novo general em chefe, mas, reservando-se certa independência em seus movimentos e ações e mantendo os corpos do seu comando separados dos argentinos. Já então era notório que o ambicioso caudilho aspirava constituir-se senhor absoluto da Banda Oriental e que, para abrir a luta com o governo de Buenos Aires, só espreitava ocasião azada. Por toda a parte procurava ele transformar em ódio o antigo ciúme e desconfiança com que os gaúchos olhavam para os habitantes de Buenos Aires. Penetrando seus projetos,[218] tratou Sarratea de minar-lhe a influência e conseguiu atrair às

[218] É digno de ler-se o ofício reservado de 7 de outubro de 1813, dirigido a Sarratea pelo coronel Nicolás de Vedia (oriental). Nesse documento, ele dá idéia do estado a que Artigas e seus sequazes haviam reduzido a Banda Oriental, e fala "nos clamores das pessoas e famílias inteiras perseguidas e arruinadas" e "no triste espetáculo das famílias que vemos arrastarem-

fileiras do exército argentino alguns chefes e soldados orientais.[219] Este fato precipitou o rompimento quando as tropas de Buenos Aires já se achavam diante dos muros de Montevidéu e iniciavam o segundo sítio da praça.[220] Artigas, profundamente irritado, reuniu suas forças no Paso de la Arena, do Santa Lucia, e exigiu a retirada imediata de Sarratea e de alguns oficiais que com este serviam. Para apoiar essa intimação, rompeu logo as hostilidades, apoderando-se o seu lugar-tenente Fructuoso Rivera das cavalhadas do exército sitiador. Viu-se Sarratea compelido a resignar o mando (10 de janeiro de 1813), porque os próprios chefes argentinos, atentos às dificuldades do momento, julgaram prudente evitar a guerra civil, que tornaria impossível a expulsão dos espanhóis: o governo de Buenos Aires, fechando os olhos a semelhante ato de indisciplina, teve de concordar na nomeação do general Rondeau, que Artigas indicava, para comandante em chefe.[221]

A união que se seguiu entre as duas frações do exército sitiador foi toda aparente, e, ainda assim, de curta duração.

Em dezembro, o general argentino convocou um congresso de representantes da Banda Oriental, e, reunidos estes no Miguelete, declararam a província incorporada às que obedeciam ao governo de Buenos Aires, elegeram dois deputados à Assembleia-Geral Constituinte, que funcionava então na capital das Províncias Unidas[222] e determinaram que a administração provincial ficasse a cargo de três membros.[223] Artigas que, por sugestões de Rondeau, não foi contemplado no número destes, possuiu-se de intenso despeito, e, alegando haverem os deputados cedidos

---

se, mendigando e prostituindo-se por esses ermos". Esse documento faz parte da *Memória del Señor Jeneral* (sic) *Nicolas de Vedia*, publicada por Lamas, obra cit., tomo I, p.89.

[219] Conseguiu chamar a si os coronéis Ventura Vásquez (oriental), Pedro Vieira (brasileiro) e Baltasar Vargas (paraguaio) com os regimentos que comandavam. Rivera, *Memoria*, p.313.

[220] O sítio começou em dezembro de 1813, acampando diante de Montevidéu a vanguarda argentina ao mando de Rondeau. No dia 31 de dezembro, o general espanhol Vigodet fez uma sortida, que Rondeau repeliu no Cerrito. Sarratea reuniu-se à linha do sítio ao receber a notícia dessa vitória.

[221] Ver Rondeau, *Autobiografia*; Vedia, *Memória* citada; e Rivera, *Memória* citada, todas em Lamas, obra cit. Pascual segue a narração dos três, mas no tomo I, p. 21 dos seus *Apuntes* deve-se corrigir a data do ofício de Rondeau a Saratea, que é de 10 de janeiro de 1813, não 10 de junho, como aí se lê.

[222] Dámaso Larrañaga e Marcos Salado.

[223] Tomás García de Zúñiga, Juan J. Durán e Remigio Castellanos. *Ata* assinada no Miguelete em 10 de dezembro de 1813.

à pressão das armas argentinas, desde então tratou anular todas as decisões do congresso, com as quais fingira a princípio conformar-se.[224] À frente das tropas orientais, desamparou à noite o cerco de Montevidéu, em fins de janeiro, e seguiu para Belém, sobre o Uruguai, fazendo correr voz que Rondeau recebera ordens reservadas para o prender e fuzilar. Essa notícia foi o sinal de um levantamento geral entre os gaúchos da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, acendendo-se desde então a guerra civil. Otórguez, com o seu regimento, foi apoiar em Entre Rios os caudilhos Hereñu, Samaniego e Ramirez, e conseguiu logo desbaratar, junto ao Gualeguai, uma divisão de tropas de Buenos Aires ao mando do barão de Hollemberg, ficando prisioneiro este chefe e quase todos os oficiais e soldados que não pereceram no combate.[225] Em Corrientes, Andrés Artigas, seguido dos guaranis das Missões, pôs-se em campo contra o governador Gorría.

Entretanto, para remediar a defecção das tropas orientais e fazer frente à luta interna que começava, o diretor supremo das Províncias Unidas, Gervasio Posadas, expedia à Banda Oriental um reforço de 1.500 homens às ordens de seu sobrinho, general Alvear. Rondeau era removido para o comando do exército de Tucumán, e Alvear encarregado das operações contra Montevidéu.

Ao mesmo tempo, a esquadrilha argentina do almirante Brown derrotava a espanhola e estabelecia o bloqueio do porto de Montevidéu. Teve, por isso, de sucumbir à praça. Em 20 de junho (1814), capitulou o general Vigodet e, três dias depois, penetrou na cidade o exército argentino, quando já se aproximava de sua retaguarda para hostilizá-lo[226] a cavalaria de Otórguez, de volta da expedição de Entre Rios.

Livres as duas margens do Prata do domínio espanhol, Posadas procurou chamar Artigas à obediência, mas este, que já dispunha de forças respeitáveis, não quis admitir negociação alguma sem o prévio embarque das tropas argentinas para Buenos Aires e sem a entrega de todo armamento, artilharia e munições tomadas aos espanhóis em Montevidéu. A guerra que se seguiu terminou pelas duas vitórias decisivas, de que falamos já, alcançadas em Guaiabo e Colodrero (10 e 13 de janeiro,

[224] *Autobiografia*, de Rondeau.

[225] *Memória*, de Rivera, p. 314. (Calvo também. Este diz que Hollemberg e Quintana foram derrotados.)

[226] *Exposición* de Alvear.

1815), por Fructuoso Rivera e Basualdo. O exército argentino, às ordens do general Soler, teve, como já vimos, de evacuar Montevidéu, sendo Otórguez nomeado por Artigas governador da praça. Todo o território do Paraná ficou desde então em poder do caudilho oriental, apesar dos decretos do governo de Buenos Aires privando este dos seus empregos, declarando-o "infame", provocando a sua perseguição "como dever cívico dos bons cidadãos" e oferecendo um prêmio de seis mil pesos a quem o prendesse e "entregasse vivo ou morto".[227]

A Gervasio Posadas sucedera Alvear, eleito diretor supremo no mesmo dia em que eram desbaratadas, na Banda Oriental, as tropas de Buenos Aires (10 de janeiro, 1815). A atitude ameaçadora de Artigas e a fraqueza e quase impotência da autoridade central, desacatada em muitas províncias, enchiam de desalento em Buenos Aires a todos os homens de ordem. Aos perigos e males internos se juntavam ainda o anúncio da expedição de Murilo e a inação a que se via reduzido em Tucumán o exército argentino depois das derrotas de Vilcapugio e Ayouma sofridas por Belgrano. As tropas espanholas de Pezuela, vencedoras nessas batalhas, haviam sufocado a revolução no alto Peru e no Chile. Uma invasão combinada com o desembarque de Murilo parecia iminente pelas fronteiras do Salto (ou Jujuí?) e dos Andes. Posadas pretendera conjurar a crise, invocando os bons ofícios da Grã-Bretanha e propondo pazes à Metrópole sobre a base da coroação de um príncipe espanhol, ou de outra Casa reinante poderosa, como soberano constitucional do rio da Prata. Com essa missão haviam partido, em dezembro de 1814, Rivadavia e Belgrano. Para a completa realização de seus planos, porém, julgará dever confiar o comando do exército de Tucumán ao general Alvear. Essa escolha provocou um movimento militar. Rondeau, que era o general em chefe e a quem Alvear subtraira pouco antes os louros da conquista de Montevidéu, viu-se desta vez apoiado por todos os chefes e soldados às suas ordens. Uma força de cavalaria partiu ao encontro do general nomeado, com ordem de prendê-lo, mas, informado a tempo da revolta das tropas, conseguiu ele escapar, retrogradando precipitadamente para Buenos Aires. Foi então que Posadas se demitiu, sendo eleito para suceder-lhe o mesmo Alvear, que o principal exército da independência acabava de repelir e que, portanto, subia ao poder sem prestígio, elevado

[227] Lamas, obra cit., tomo I, p.185; Funes, *Ensayo*, tomo III, p.523; Calvo, *Anns. Hist.*, tomo II, p.154.

por uma assembleia que já não tinha raízes na opinião das massas populares anarquizadas.

O primeiro cuidado do novo diretor supremo foi tomar providências urgentes para defender contra Artigas a província de Buenos Aires, e solicitar, não já os bons ofícios do Gabinete de St. James para o reconhecimento da independência, como fizera Posadas, mas a incorporação das Províncias Unidas aos domínios da coroa britânica. Para o Rio de Janeiro, seguiu imediatamente o ex-ministro García, no caráter de agente confidencial junto à corte do Brasil, incumbido de transmitir a Rivadavia e Belgrano o pensamento do governo de velar na conservação da neutralidade dessa corte, e, sobretudo, de requerer a lorde Strangford, embaixador no Brasil, a ocupação inglesa.

> Cinco anos de repetidas experiências [dizia Alvear a Strangford, em carta de 25 de janeiro de que foi portador García] fizeram ver, de modo indubitável a todos os homens sensatos e de opinião, que este país não se acha em idade nem em estado de governar-se por si mesmo e necessita de um braço exterior que dirija e contenha na esfera da ordem antes que se precipite nos horrores da anarquia[228]

Em nota da mesma data, escrita pelo ministro doutor Nicolau Herrera, dirigia-se Alvear nos seguintes termos ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha:

> (...) Estas províncias desejam pertencer à Grã-Bretanha, receber suas leis, obedecer a seu governo e viver sob seu influxo poderoso. Elas se abandonam sem condição alguma à generosidade e boa-fé do povo inglês, e eu estou resolvido a sustentar tão justa súplica para livrá-las dos males que as afligem. É de mister que se aproveitem os momentos, que venham tropas britânicas capazes de conter os gênios díscolos... Espero que vossa excelência me dê seus avisos com a reserva e prontidão necessárias para que eu prepare oportunamente a execução.

Estes tristes documentos não chegaram a ser entregues, porque logo na primeira entrevista que teve com o diplomata inglês para sondar-lhe as disposições (26 de fevereiro de 1815), verificou García que as

[228] Carta de 25 de janeiro de 1815 de Alvear a Strangford. (Publicada integralmente por Mitre, *Historia de Belgrano*, III, 483; Calvo, *Anns. Hists.*, e Pereira da Silva, *História da Fundação do Império*, III, 355).

Províncias Unidas não podiam contar com o apoio da Grã-Bretanha. "Tudo é melhor que a anarquia", dissera García a Strangford, dominado do mesmo desânimo de que se possuíram Alvear, Herrera e quase todos os seus amigos políticos, "até mesmo o governo espanhol, depois de exercer suas vinditas e esmagar o país sob um jugo de ferro, deixaria mais esperanças de prosperidade que as paixões desencadeadas de povos em anarquia..."[229] Mas o governo inglês não podia prestar-se, por amor de longínquas conquistas, a romper a estreita aliança com a Espanha, de que necessitava na Europa, e acabava, além disso, de celebrar em Madri o Tratado de 5 de julho de 1814, completado pelos artigos adicionais de 28 de agosto, em um dos quais se comprometera a tomar medidas eficazes para impedir que seus súditos auxiliassem "os insurgentes da América", manifestando o desejo de que as possessões espanholas, agitadas pela guerra civil, voltassem de pronto "à obediência de seu legítimo soberano".

Perdida desde logo a esperança do protetorado inglês, passou García a ocupar-se de estreitar relações com o Brasil, e seguiram para a Europa os enviados Rivadavia e Belgrano a ver se obtinham a mediação do governo britânico para um acordo satisfatório com a metrópole. Eram as antigas instruções de Posadas, que voltavam a ter inteiro vigor desde que naufragava o projeto de Alvear e Herrera.

Entretanto, Artigas, que ao título de *chefe dos orientais* juntara desde janeiro o de *protetor dos povos livres*, transpunha a barreira do Paraná, e, recebido com entusiasmo em Santa Fé, dirigia suas marchas sobre Buenos Aires. A província de Córdoba acompanhava logo o exemplo de Santa Fé, arvorando a bandeira tricolor da Confederação Oriental, queimando solenemente na praça pública as cores argentinas e colocando-se sob a proteção de Artigas[230]. Contra este despachou Alvear parte do exército que voltara da Banda Oriental, mas sua vanguarda, ao mando do coronel Álvarez Tomás, sublevou-se em Fontezuelas (13 de abril de 1815) confraternizando com o inimigo que ia combater, e o resto das tropas em operações aderia a esse pronunciamento.[231] Dias depois (15 de abril), rompeu na capital a revolução, dirigida pelos membros do cabildo, que declararam deposto o diretor supremo e dissolvida a Assembleia-Geral

[229] Nota de García a Strangford, de 27 de fevereiro de 1815, na qual resume o que se passara na conferência da véspera. (Mitre, *Hist. de Belgrano*, III, 485).

[230] Mitre, *História de Belgrano*, II, 220.

[231] Mitre, *História de Belgrano*.

Constituinte. Alvear refugiou-se a bordo de um navio inglês e teve de emigrar para o Brasil com Herrera, Valentin Gómez e outros homens notáveis do seu partido. Rondeau, que se achava à frente do exército de Tucumán, foi nomeado diretor supremo, e seu substituto o coronel Álvarez Tomás. A este coube o governo interino por espaço de um ano.

Um manifesto de 30 de abril, publicado pelo cabildo, dava a Artigas os epítetos de "ilustre, benemérito, invicto", "herói e benfeitor generoso" que soubera "demonstrar a retidão de seus intuitos e sofrer a injustiça e as atrozes imposturas com que a tirania o procurava tornar odioso". Os decretos fulminados contra ele em tempo de Posadas e Alvear foram reduzidos a cinzas perante grande assistência de povo, chegando a indignidade da nova administração até o ponto de enviar, presos e algemados, ao acampamento do protetor, para que lhes desse o destino que entendesse melhor, seis dos chefes militares que ele mais odiava pela dedicação que haviam mostrado ao governo de Buenos Aires e à causa da independência e da unidade nacional.[232] "Artigas, porém, teve a nobreza de repelir o terrível presente de carne humana que se lhe fazia, dizendo que não era o verdugo de Buenos Aires."[233]

Pensava-se, com este procedimento, desarmar o caudilho oriental e chegar a um acordo razoável. Dois comissários, o doutor Bruno Rivarola e Blás del Pico, foram enviados para tratar da paz. Artigas os recebeu em Paissandu e ofereceu-lhes, em data de 16 de junho, um projeto em que manifestou as mais exageradas pretensões. Segundo e1e, a Banda Oriental entraria no número das Províncias Unidas do Rio da Prata, mas o único laço que devia prender a estas entre si seria o de uma aliança ofensiva e defensiva. Ao passo que assim estabelecia a autonomia de cada província e uma confederação sem governo central a que todas obedecessem, declarava em outro artigo que as de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba continuariam "sob a proteção da Província Oriental do Uruguai e direção do chefe dos orientais". De sorte que dentro desse estado constituído por várias províncias independentes, cuja liga só teria efeito prático em caso de invasão estrangeira, ficava ele como protetor e dono de um vastíssimo território, formado por cinco províncias. O governo de

[232] Funes, *Ensayo*, tomo III, p.527; Lamas, obra cit., tomo I, p.185, 532; Mitre, *História de Belgrano*, tomo II, p.98. Entre os prisioneiros figuravam o coronel Ventura Vásquez e outro oriental.

[233] Mitre, História *de Belgrano*, tomo II, p.98.

Buenos Aires devia, além disso, entregar-lhe, do armamento que levara de Montevidéu, três mil espingardas, mil espadas, 12 peças de campanha e os canhões de bronze necessários para completar a defesa da praça, com as competentes munições, certo número de obuses e morteiros, 55 mil pederneiras e outros artigos. Devia fornecer nove lanchas canhoneiras "prontas de tudo", uma tipografia, instrumentos agrícolas e a quantia de 200 mil pesos a título de indenização parcial dos prejuízos sofridos pelos habitantes da campanha na última guerra. Os prejuízos dos moradores da praça seriam liquidados ulteriormente.

Os deputados de Buenos Aires, repelindo estas bases, apresentaram um contra projeto (17 de junho), no qual reconheciam a independência da Banda Oriental, devendo os dois governos desistir de quaisquer reclamações pecuniárias a que se julgassem com direito. Quanto às províncias de Entre Rios e Corrientes, deveriam livremente pronunciar-se pela proteção de um dos dois governos, sendo desde logo excluídas da liga oriental as de Santa Fé e Córdoba. Ofereciam mais os comissários a entrega de 1.500 espingardas, as 12 peças de campanha que Artigas pedia, e 30 de grosso calibre para as muralhas de Montevidéu, algumas espadas e munições.[234]

Artigas declarou inaceitáveis estas condições. Já não o satisfazia a linha do Uruguai, nem mesmo a do Paraná. Queria obter armas para estender ainda mais o seu poder, arrancando novos territórios às províncias argentinas e aos seus vizinhos do norte, o Brasil e o Paraguai. Efetivamente, enquanto negociava com os comissários de Buenos Aires, expedia ele instruções, nas quais recomendava ao coronel Andrés Artigas que, valendo-se da sua influência entre os guaranis, tratasse de promover uma insurreição nas Missões Brasileiras.[235] Pouco depois passava ordens para a expulsão dos paraguaios que, dirigidos pelo governador González, ocupavam o departamento da Candelária, na margem esquerda do Paraná.[236] Lançados por Andrés Artigas ao lado oposto do rio, os

[234] "Negociação aberta pelo governo de Buenos Aires com o chefe dos Orientais", em Lamas, obra cit., tomo I, p.185 e seguintes.

[235] Carta do general Artigas ao coronel Andrés Artigas, governador das Missões Correntinas, escrita em 15 de junho de 1815. Ver *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 22 de janeiro de 1817.

[236] Os paraguaios, dirigidos por Martiaura, ocuparam esse departamento em 1811, desde a volta da expedição de Belgrano. O Tratado de 12 de outubro de 1811 (Artigo 4º) reconheceu o direito do Paraguai à posse desse território, que compreendia as cinco povoações de Candelária, Santa Ana, Loreto, Santo Ignacio Miní e Corpus. Ver Gay, *Hist. da Rep. Jes.*

paraguaios só voltaram a ocupar esse território em 1817, depois da invasão brasileira em Corrientes.

Em Buenos Aires, o novo diretor supremo Álvarez Tomás, apenas dissolvida a Assembleia Constituinte, havia convocado para o ano seguinte um congresso geral de deputados das Províncias Unidas, marcando como ponto de reunião a cidade de Tucumán. Artigas por sua parte convocou outro para Paissandu, a que deviam concorrer representantes das províncias que formavam a confederação de que ele era chefe, isto é, a Banda Oriental, Corrientes e Entre Rios, submetida ao seu mando absoluto, e Santa Fé e Córdoba, que se haviam aliado a ele.[237] Em fins de julho, reuniram-se esses deputados, e quatro deles[238] foram enviados a Buenos Aires para tratar da paz em nome das cinco províncias coligadas. Álvarez Tomás nomeou plenipotenciário o doutor Antônio Sáenz, mas depois de algumas conferências, nos primeiros dias de agosto, foram rotas pela segunda vez as negociações. A proposta de Sáenz estabelecia, com substância, que o Paraná fosse a linha de demarcação entre as províncias da obediência do governo de Buenos Aires e as que se achavam sob a direção do "chefe dos orientais", o que já era ceder muito; que as duas partes contratantes renunciariam a quaisquer pedidos de indenização; que ambos os territórios e governos seriam independentes um do outro, mas aliados, devendo ambos enviar deputados ao Congresso de Tucumán. Os comissários de Artigas declararam que um tratado formal de aliança só poderia ser assinado se o governo de Buenos Aires quisesse aceitar a proposta anteriormente apresentada pelo "Protetor" em 16 de junho, com o acréscimo de mil espingardas, que deveriam ser fornecidas repartidamente a Santa Fé e Córdoba. Não se chegando a acordo sobre esta base, propuseram que o tratado se reduzisse a um só artigo concebido nestes termos: "Haverá paz entre os territórios que se acham sob o mando e proteção do chefe dos orientais e o excelentíssimo governo de Buenos Aires."[239] Sáenz repeliu esta nova proposição, porque os comissários orientais se obstinavam a reduzir o diretor supremo das

do Par., e Moussy, *Memória histórica sobre la decadencia y ruína de las Misiones Jesuiticas*.

[237] Mitre, *Hist. de Belg.*, tomo II, p.101.

[238] Miguel Barrero e os doutores José Antonio Cabrera, José García de Cossio e Pascual Andino.

[239] 3 de agosto de 1815.

Províncias Unidas a simples governador da província de Buenos Aires, deixando em pé todas as questões que cumpria resolver definitivamente para que a harmonia entre os dois governos pudesse ser duradoura.[240] A este rompimento seguiram-se a partida dos comissários de Artigas e a marcha das tropas de Buenos Aires para Santa Fé, onde não encontraram resistência, graças às violentas dissensões que aí lavravam na ocasião entre os partidários do cabildo e da Junta de representantes. Comandava essas tropas o general Viamonte. A sua chegada, Santa Fé voltou a reconhecer o governo de Buenos Aires e pouco depois a província de Córdoba imitou-lhe o exemplo, separando-se também da Confederação Oriental.[241] Foram, porém, mui passageiras, como veremos em breve, essas vantagens alcançadas pelo diretor Álvarez Tomás. Elevado ao poder pela revolta militar de Fontequelán, com o apoio de Artigas, ele estava destinado a cair como subira, pela influência do terrível inimigo da união argentina.

Enquanto se davam estes acontecimentos, reuniam-se no Rio de Janeiro alguns dos homens mais importantes da administração derrubada em Buenos Aires pela revolução de 15 de abril, sobressaindo entre eles o general Alvear e seu ministro doutor Nicolás Herrera. Eram os mesmos que meses antes, sem fé nos destinos de sua pátria, haviam pensado salvá-la da anarquia e dos espanhóis, entregando-a como colônia à Grã-Bretanha. Desenganados por esse lado, agora volviam os olhos para a corte do Brasil, que os acolhia no desterro, e esforçavam-se por induzi-la a destruir o poder militar de Artigas.[242] Esses trabalhos encontravam já o governo do príncipe regente muito inclinado à intervenção, porque se sucediam às representações do marquês de Alegrete, governador e capitão-general do Rio Grande do Sul, diante do clamor dos habitantes da fronteira.

---

[240] *Manifiesto del Director Ignacio Álvarez Tomás* e documentos anexos (Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, volume de 1817 da correspondência de Montevidéu).

[241] Mitre, Hist. de Belg., tomo II, p.103.

[242] *Memórias e Reflexões sobre o rio da Prata por um oficial da marinha brasileira* (Sena Pereira). Da parte que teve Herrera nesses acontecimentos falam outros escritores brasileiros, mas não o autor da *História da Fundação do Império do Brasil*. Mitre, na sua História *de Belgrano*, publica várias cartas em que aparece o nome de Herrera, e uma de 9 de junho de 1816, em que García faz menção de "uma grande sessão" para que o havia convidado "Don Carlos" que é, sem dúvida, Alvear, e não o general português, como supõe Mitre. Sena Pereira refere-se nominalmente a Herrera e a Alvear.

Alegrete sucedera a dom Diogo de Sousa em 13 de novembro de 1814, justamente quando mais acesa ia a guerra entre os orientais e o governo de Buenos Aires. Suas instruções recomendavam-lhe que se mantivesse alheio à contenda, reduzindo-se a fazer respeitar o território brasileiro.[243] Ele as cumpriu tão fielmente quanto as circunstâncias o permitiam. Durante a luta, vários conflitos e pelejas se feriram junto à raia; e muitas vezes cruzaram-na bandos de malfeitores, que em grande número militavam nas fileiras de Artigas. O caudilho Otórguez, com toda a sua coluna, perseguido por Dorrego, transpôs a linha divisória em Santa Teresa, e salvou-se assim buscando refúgio entre nós. O governo providenciara, a semelhante respeito, determinando que fossem recebidos e internados os destacamentos que se prestassem a depor as armas, para tomá-las de novo quando tivessem de voltar ao seu país,[244] mas nem sempre essa condição era cumprida, por não poder exercer-se eficazmente a vigilância de nossas guardas desde o oceano até a foz do Quaraí e, daí, aos confins de Missões. Repelidas para a margem esquerda do Prata e do Paraná as tropas de Buenos Aires, e removida a guerra para teatro mais distante, nem por isso reapareceu o sossego em nossas fronteiras. Muitos roubos e assassinatos ficavam impunes e eram atribuídos aos sequazes de Artigas ou à gente que se lhe ia reunir, certa de encontrar junto dele fácil asilo e o melhor acolhimento. Proclamações incendiárias eram introduzidas no território brasileiro, convidando os soldados à deserção e excitando à revolta os escravos e índios. Os guaranis do distrito de Missões agitavam-se, preferindo muitos deles ao regime de ordem em que viviam entre nós a vida de aventuras e rapinas que lhes ofereciam seus irmãos d'além Uruguai. Em janeiro de 1816, o marquês de Alegrete julgou dever reclamar contra vários insultos, e para esse fim despachou o tenente Silva Ferreira, da legião de São Paulo, o qual chegou até Montevidéu, sem nada conseguir aí.[245] A resposta de Artigas foi proibir todo o comércio com o Rio Grande do Sul e a entrada dos súditos portugueses nos territórios de que ele era chefe. Ao

[243] Instruções de 4 de agosto de 1814, assinadas pelo marquês de Aguiar, ministro do Reino: "(...) Cingindo-se" diziam elas, "ao espírito das presentes instruções, que sua alteza real o príncipe regente manda dar, e que se reduzem, por um lado, a manter a segurança e integridade do território português, e, por outro, o não obrar ofensivamente contra os Espanhóis" (por este nome eram designados os orientais e argentinos), "evitando provocar dissensões e alterar o armistício com os que governam em Buenos Aires, enquanto eles, por sua parte o não infringirem."

[244] Pascual, *Apuntes para la História de la República Oriental del Uruguay*.

[245] Ofício do marquês de Alegrete, nº 12, de 3 de fevereiro de 1816.

mesmo tempo, determinava aos seus comandantes que estivessem atentos para o Brasil e reunissem gente. O desembarque do primeiro contingente de Voluntários Reais em Santa Catarina despertou suspeitas em seu ânimo e desde então começou a preparar-se ativamente para a guerra[246].

As representações que o governo do príncipe regente recebia do marquês de Alegrete combinavam perfeitamente com os planos de que este não tinha notícia ainda, desenvolvidos no Rio de Janeiro pelo doutor Nicolás Herrera, secundado por Alvear.

Dizia Alegrete ao marquês de Aguiar em ofício de 3 de fevereiro de 1816:

> (...) Eu me persuado que a conduta de Artigas oferece a sua alteza real motivos de sobra para não suportar por mais tempo os insultos deste homem, cujos procedimentos, conquanto me não causem receio, pelas forças de que disponho e pela fidelidade dos habitantes desta capitania, ofendem o decoro em função da augusta pessoa de sua alteza real. É meu parecer que o dito Artigas, não merecendo outro nome senão o de chefe de bandidos, seja atacado, considerando-me eu em estado de o derrotar completamente com as tropas que atualmente existem nesta capitania, quando tenha de limitar-me a não dar maior extensão aos domínios de sua alteza real, o que muito convirá. Até neste último caso me atreveria a responder do sucesso combinando-se as minhas operações com um desembarque feito pela divisão de Voluntários Reais, tropa que, pela sua disciplina e valor, seria muito própria para se apoderar de Montevidéu. Com este poderoso auxílio nem seria de temer qualquer partido que tomasse o governo de Buenos Aires (...)

Um mês antes, em 3 de janeiro, Herrera entregava ao mesmo ministro uma extensa memória[247] em que sustentava que os orientais receberiam com aplauso e reconhecimento quaisquer tropas estrangeiras que os fossem libertar do jugo de Artigas,[248] e representava como de mui fácil

---

[246] Mitre, *Hist. de Belgr.*, tomo II, p.428, faz menção de um ofício de 18 de janeiro de 1816, pelo qual se vê que desde então Artigas se preparava para resistir aos portugueses. Em março tomava ele disposições para assumir a ofensiva.

[247] O original guarda-se no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Tem a data de 3 de janeiro de 1816.

[248] Entre outros trechos, citaremos o seguinte: "(...) Ainda que, no princípio da revolução, o espírito de resistência ao domínio estrangeiro fosse geral naqueles habitantes, atualmente, já cansados dos desastres infrutíferos da guerra civil, irritados com as crueldades dos caudilhos da anarquia, e temerosos da vingança dos espanhóis, desejam a pacificação e a ordem por qualquer meios que a sorte lhes apresente (...)"

execução a empresa, por não passarem de "bandidos" sem disciplina os soldados de que se cercava esse caudilho.[249] Em sua opinião as tropas veteranas portuguesas deviam servir para ocupar Montevidéu, Maldonado e Colônia, deixando às milícias brasileiras o ataque principal, pelo lado do Rio Grande do Sul, por serem estas mais aptas para a guerra de recursos.[250]

O doutor García, intimamente ligado a Herrera e Alvear, não contrariava as diligências subterrâneas destes, antes se associava a elas desde o princípio, reputando um benefício para a causa de sua pátria a intervenção armada do Brasil.[251] Sua missão oficial junto ao príncipe regente fora interrompida pouco depois da elevação de Álvarez Tomás,[252]

[249] "(...) O caudilho Artigas não tem instrução militar nem outro plano de guerra senão o de hostilizar com grupos móveis para surpreender com pequenos destacamentos e tirar os recursos de marcha e subsistência com auxílio de seus soldados instruídos no manejo do cavalo, com armas primitivas e a quem se pode considerar como verdadeiros bandidos e facínoras (...)"

[250] Depois de desenvolver suas ideias, dizia Herrera: "Contra essas razões, só podem opor-se dos que, a meu juízo, não devem considerar-se a execução dos planos meditados.
Primeira: que atacando a Artigas com toda a força reunida pela parte da campanha, poderia esse caudilho refugiar-se na praça com suas divisões, de onde seria totalmente destruído com o tempo. Mas esse sucesso não pode ser esperado por quem conheça a índole daquele homem, que em todas as ocasiões busca as matas e as colinas para sustentar-se, como o recurso mais conforme ao caráter e aos costumes bárbaros de seus soldados, quanto mais que temerá com fundamento, as consequências de se isolar em um ponto sem saída e em que não pode contar com suprimentos seguros. No entanto, e ainda supondo que Artigas adotasse aquela medida desesperada, se correria o risco de que, nesse caso, o governo de Buenos Aires o auxiliasse, e a execução do plano sofresse uma lentidão que pudesse prejudicar seu êxito.
Segunda: que destacando a força veterana, o exército se divide e, consequentemente, se debilita. Essa razão poderia valer se se houvesse de combater contra algum exército disciplinado e numeroso, mas não quando se lutar contra os Orientais. Porque tal é a imperícia do caudilho e de seus oficiais, sua ausência de tática e a insubordinação de seus soldados, além da falta de bons armamentos, artilharia e munições, que se pode assegurar, com toda evidência, que Artigas não se pode bater contra uma divisão portuguesa de mil homens, se não fará jamais, porque não tem poder para fazê-lo, nem se atreveria a aventurar uma ação contra as únicas tropas temidas pelos Orientais. Não há dúvida de que somente as milícias portuguesas são mais que suficientes para realizar a empresa, toda vez que operem com uma atividade extraordinária, perseguindo os bandos de bandidos por todas as direções, sem deixá-los repousar; no seguro entendimento de que o êxito da empresa depende da mobilidade mais do que qualquer outra das qualidades que constituem uma boa tropa."

[251] García, diz Mitre, desejava para seu país a independência e a monarquia "sem retroceder diante de uma anexação a Portugal, preferindo isto a continuar sob o império da anarquia ou voltar a submeter-se à Espanha". *Hist. de Belgr.*, tomo I, p.393. Ver também no mesmo tomo, p. 408 e 409, um projeto remetido por García em 1816 para que as Províncias Unidas reconhecessem como soberano o rei de Portugal, Brasil e Algarves.

[252] A biografia de García, publicada na *Galeria de celebridades argentinas* não faz menção deste fato. García foi dispensado da comissão que exercia em julho de 1815.

e durante alguns meses estivera ele reduzido no Rio de Janeiro à condição dos outros emigrados, seus amigos políticos, sem contudo deixar de corresponder-se, particularmente, com Gregorio Aires, que em Buenos Aires sucedera como ministro a Nicolás Herrera. Graças a Tagle e às decepções que sofrera Álvarez Tomás, tanto com o rompimento de Artigas quanto com a derrota do exército de Rondeau em Sipe Sipe,[253] voltara García a ser nomeado agente diplomático na corte do Brasil.[254] Parece que então o próprio Álvarez Tomás, informado por ele da projetada ocupação da Banda Oriental pelas tropas portuguesas, o autorizara para animar a execução dessa empresa, de que devia resultar o extermínio de Artigas, cuja influência era sem dúvida o maior obstáculo à consolidação da ordem pública, à união das províncias e ao prosseguimento da luta com a Espanha.[255] O certo é que, em várias comunicações ao seu governo,[256] o enviado argentino mostrava-se perfeitamente inteirado das vistas do gabinete de São Cristóvão e dos trabalhos de Herrera, justificando e defendendo a ambos.

Entretanto, depois de suspensas por alguns meses, recomeçaram em princípios de 1816 as hostilidades entre Artigas e o governo de Buenos Aires. O general Viamonte invadiu Entre Rios, e Artigas, que então se achava no Arroyo de la China, saiu-lhe ao encontro. Batido em Espinillo[257], voltou Viamonte para Santa Fé, indo Artigas colocar-se na Bajada.[258] Sua presença nesse ponto foi o sinal da insurreição dos santafecinos. O governador Tarragona, que obedecia a Buenos Aires, foi deposto, e o chefe do movimento Mariano Vera, reforçado com

[253] Nessa batalha, venceram os espanhóis, dirigidos por Pezuela (29 de outubro de 1815).

[254] Em fins de 1815, e pelo mesmo Álvarez Tomás, que pouco antes o destituíra.

[255] Referindo-se a Álvarez Tomás, diz o autor da *Hist. de Belgr.* (tomo II, p.409): "(...) Um governo inerte deixava passar um e outro ano esperando que dom João VI e o general Lecór o defendesse contra Fernando VII e contra Artigas (...)" Em um ofício de 5 de março de 1816, dirigido por Álvarez Tomás ao Congresso de Tucumán, lê-se o seguinte trecho: "(...) Teatro de mais sólidas esperanças se apresenta o novo Reino do Brasil, onde temos dom Manuel García, como deputado... De um dia a outro estamos esperando comunicações de algum plano importante e delicado, que foi anunciado a este governo (...)" Ver este documento na História de Belgrano, tomo III, p.515. Ver também, na p.396 do tomo II, onde Mitre reconhece a "existência de uma negociação autorizada" por Álvarez Tomás.

[256] Ver Mitre, *Hist. de Belgr.*, tomo II, p.393 e seguintes. Sentimos não haver podido consultar o escrito do senhor M. R. García, publicado ultimamente no nº 45 da *Revista del Rio de la Plata.*

[257] *Memória*, de Rivera.

[258] Hoje cidade do Paraná, capital de Entre Rios.

as tropas de Artigas, sitiou na cidade de Santa Fé o pequeno exército de Viamonte. Depois de resistir por espaço de 20 dias, teve este de capitular, entregando-se prisioneiro (março de 1816). A província de Santa Fé voltou assim a fazer parte da Confederação Oriental e com esta vitória ficou inteiramente aberto a Artigas o caminho de Buenos Aires.[259] As únicas tropas que o governo argentino possuía por esse lado consistiam na pequena guarnição do Rosário e em uma flotilha de oito navios fundeados no mesmo porto. Em tais apuros, Álvarez Tomás fez partir apressadamente de Buenos Aires os contingentes de que pôde lançar mão e nomeou para o comando das forças em operações o general Belgrano, recém-chegado da Europa. Reproduziram-se então as mesmas cenas do ano anterior. O general Díaz Vélez, incumbido por Belgrano de ajustar um armistício, pôs-se de inteligência com o inimigo, e, apoiado pelos demais chefes do exército, celebrou o Acordo de São Tomé (9 de abril de 1816), cujas principais condições eram a retirada das tropas de Buenos Aires para a margem direita do Arroyo del Medio, a deposição de Álvarez Tomás e a demissão de Belgrano. Preso desde logo este, Díaz Vélez assumiu o comando das tropas argentinas que, unidas às de Artigas, deviam seguir até a capital para derrubar o governo. Álvarez Tomás, porém, sem forças para resistir, deixou o poder (1816), sucedendo-lhe como diretor supremo o general Antonio González Balcarce, que não teve outro recurso senão aprovar tudo quanto fizera Díaz Vélez e aceitar as humilhantes condições preliminares de paz impostas por Artigas.[260]

[259] *História de Belgrano*, tomo II, p.109.
[260] *História de Belgrano*, tomo II, p.112, 223.

Índice onomástico e toponímico

A

ABAETÉ (visconde) 111
ABERDEEN (lorde) 108 e nota 135, 109 (nota 138)
ABRANTES (marquês), *vide* Calmon.
ABREU, José, de, 94, 95, 96
ABREU CARDOSO, Baltasar de, 75 (nota 100)
ABROLHOS 56
ACADEMIA DOS ESQUECIDOS 85
ACADEMIA DOS FELIZES 85
ACADEMIA CIENTÍFICA 85
ACARAIG 63
ACHILLE 73 (nota 95)
ACORDO DE SÃO TOMÉ (1816) 181
AÇORES 80,83,157 (nota 196)
ADAMS, John Quincy 130, 1134, 135, 136
AFONSO CELSO 116
ÁFRICA 47 (nota 54), 57, 59, 86, 147, 158
AGASSIZ 116 (nota 151)
AGUAPEÍ 115 (nota 150)
ÁGUAS BOAS 52, 56

AGUIAR (marquês) 160, 161 (nota 206), 162, 177 (nota 243), 178
AIRES DO CASAL 148 (nota 176)
AJUDA 67, 68
ALAGOAS 45, 46, 56, 57, 58, 67, 69, 81, 82, 96, 113 (nota 147)
ALBUQUERQUE, Afonso de, 153, 157
ALBUQUERQUE, Antônio de, 69, 72, 74 (nota 96), 76 e nota 103
ALBUQUERQUE, Duarte de, 55 (nota 71)
ALBUQUERQUE, Jerônimo de, 40, 42, 52 e nota 63, 53e notas 65 e 66
ALBUQUERQUE, Matias de, 55, 56
ALBUQUERQUE, Pedro de, 56
ALBUQUERQUE (visconde), *vide* HOLLANDA CAVALCANTI.
ALEGRETE (marquês) 94, 95, 160 e nota 205, 161 (nota 206), 177 e nota 245, 178
ALEMANHA 15, 139, 152
ALEXANDRE VI (papa) 40
ALGARVES 89, 179 (nota 251)
ALGER 47 (nota 54)
ALHAMBRA 67
ALMEIDA 67
ALMEIDA, dom Francisco de, 157
ALMEIDA E ALBUQUERQUE 106
ALMEIDA NOGUEIRA 46
ALMEIDA SERRA 87
ALMEIDA TORRES 107
ALMEIRIM 159 (nota 201)
ALMIRON 57
ALPOIM, Vasco 84
ALTO PERU 170
ALVARENGA PEIXOTO 83, 85
ÁLVARES, Bastião 61
ÁLVARES, Simão 63
ÁLVARES CORREIA, Diogo 42, 155
ÁLVARES E SILVA, Luíz Moutinho Lima 128, 129
ÁLVARES MACHADO 105 (nota 132), 107
ÁLVARES MACIEL 85

ALVEAR, Carlos de (general) 94, 101, 163 (nota 210), 164, 169 e nota 226, 170, 171 e nota 228, 172, 173, 176 e nota 242, 178, 179
ALVES BRANCO 106, 107
ALVES PEREIRA, Miguel, 74 (nota 97), 77
AMADOR BUENO 66
AMAMBAI 64 e nota 82
AMAPÁ 15, 141
AMARAL COUTINHO, Bento do, 68
AMAZONAS (barão) 28 (nota 17)
AMAZONAS (rio) 40, 45, 50 (nota 60), 54, 63, (nota 79), 66, 71, 78, 81, 82 (nota 107), 111, 121, 147
AMÉRICA 131, 135, 137, 138, 146 e nota 168, 154, 161, 163, 165 (nota 216), 166, 172
AMÉRICA DO SUL, 46, 93, 116 (nota 151)
AMÉRICA PORTUGUESA 83
AMIENS 87
ANADIA 67
ANCHIETA, José de, 45, 46 (nota 52), 48 e nota 57, 51 (nota 61), 148 (nota 176), 154 (nota 189)
ANDALUZIA 153 (nota 187), 156
ANDES 170
ANDINO 66, 175 (nota 238)
ANDONAEGUI 78
ANDRADA, Antônio Carlos de, 98, 104
ANDRADA, Gomes Freire de, (conde de Bobadela) 78, 83, 84, 85
ANDRADA, Martim Francisco de, 98, 107
ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 19, 92 (nota 120), 98, 99, 100, 107 e nota 134, 120 (nota 159), 128, 129, 140
ANDRADE NEVES (general) 116
ANDREA (general) 105, 106
ANGELES 63, 64 (nota 82)
ANGHIERA 146 (nota 168), 153 (nota 187)
ANGOLA 60, 77
ANGRA DOS REIS 46, 67, 76, 150
ANHEMBI 61
ANTONIO LÓPEZ 32
ANTÔNIO VAZ 57

ANUNCIAÇÃO 67
ANTUÉRPIA 69
ANVILLE 71 (nota 89)
APA, (rio) 87
APODI 145
APÓSTOLES DE CAAZAPAGUAZÚ 64 (nota 83), 65 (nota 85)
APROAGUE 90, 91 (nota 115)
APUÃ 66
AQUIDAUANA 64 e nota 82
ARAÇARIGUAMA 68
ARACATI (marquês) 137
ARAGUARI 71, 72, 90
ARAPEÍ 95
ARARICÁ 64 (nota 83), 65
ARARIBÓIA 49
ARARIPE 54
ARAÚJO AZEVEDO, Antonio de, 162 (nota 207)
ARAÚJO LIMA (marquês de Olinda) 102, 105 (nota 132), 106 e nota 133, 108, 110, 111
ARBOLITO 100
ARCISZEWSKI 56
ARERUNGUÁ 164 (nota 212)
ARGENTINA 13, 14, 19, 24, 101, 112 e notas 143, 145, 146, 113 e nota 147, 115 e nota 150
ARGOLO 115(nota 150)
ARINOS (visconde) 141
ARIRAB 46
ARIRÓ 46
ARMISTÍCIO DE 1812 160, 161 (nota 206), 163, 166
AROUCHE 96
ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY 7, 25 (nota 3), 26 (nota 7), 30 (nota 22)
ARROYO DE LA CHINA 96, 167, 180
ARROYO DEL MEDIO 181
ARROYO GRANDE 97
ARTIGAS, Andrés 95, 96, 169, 174 e nota 235
ARTIGAS, José 93, 94, 95, 96, 97 e nota 121,160, 161, 162, 164 e nota

214, 165, 166, 167 e nota 218, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 e nota 235, 175, 176, 177, 178 e nota 246, 179 (nota 249 e 250), 180 e nota 255, 181
ASCURRA 118
ÁSIA 153, 157 (nota 196)
ASSUNÇÃO 45, 62 (nota 78), 97 (nota 121), 111, 118 e nota 153, 119
AÇU 145
ASSUMAR (conde) 82
ATAÍDE, Gaspar da Costa 74 (nota 96), 75, 76, 77
ATAÍDE, Pero de, 148
ATAÍDE, Vasco de, 148
ÁUSTRIA 99 (nota 123), 131, 146 (nota 167)
AYOUMA 170
AZAPARDO 30 (nota 21)
AZEREDO COUTINHO 83
AZEREDO COUTINHO, Marcos de, 61
AZEVEDO, Belchior de, 48
AZEVEDO, Ignacio de, 49

B

BAEZ 115 (nota 150)
BAGINSKI 91 (nota 116)
BAGNOLI ou BAGNOLO (conde) 56 e nota 72, 57, 58 e nota 73
BAHIA 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55 e nota 69, 57, 58 e notas 73 e 74, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83 e nota 108, 85, 86, 88, 89, 91 (nota 117), 96, 97, 98, 99, 100 (nota 125), 103, 106, 113, 120 , 121, 138, 148, 154, 155 e nota 191
BAIONA 154 (nota 189)
BAJADA 180
BALBI 92 (nota 120)
BALCARCE, Antonio González 181
BALDELLI 152 (nota 186)
BALTIMORE 129, 130
BANCKERT 60 e nota 75
BANDINI 152 (nota 186)

BARBACENA (marquês), *vide* BRANT PONTES, Felisberto Caldeira.
BARBALHO, Luís 55, 58 e nota 73
BARBOSA LEITÃO, Diogo,74 (nota 97)
BARBOSA MACHADO 158 (nota 197), 49 (nota 59)
BARCA (conde) 89, 162, 163 e nota 210
BARCELOS 80 (nota 106)
BARRA DO RIO NEGRO 80 (nota 106)
BARRERO, Miguel 175 (nota 238)
BARRETO, Nicolau 62
BARRETO DE MENEZES 60
BARRIOS 116
BARROS, Cristóvão de, 51
BARROSO 113
BARROW 88 (nota 111)
BASUALDO, Blas 164
BEASELEY 30 (nota 21)
BEAUREPAIRE-ROHAN 148 (nota 176)
BEAUVAIS 47 (nota 54)
BEBERIBE 56
BELÉM DO PARÁ 54, 66, 82, 86
BELGRANO 163 e nota 210, 166 e nota 217, 170, 171, 172, 174 (nota 236), 181
BENEVENTE 67
BERDUN (coronel) 95
BERLIM 15
BERMEJO 153
BERNA 15
BERREDO 52 (nota 64)
BICUDO 63 e nota 80
BOA ESPERANÇA 39, 147 (nota 173), 148, 149
BOBADELA (conde), *vide* ANDRADA, Gomes Freire de.
BOCAGE, Gillet du, 74 (notas 96 e 97)
BOHM (general) 79
BOIS LE COMTE 47
BOLÈS ou BOLES, Jean 48 (nota 57)
BOLÍVIA 15, 43, 142
BOM JESUS 56

BOQUERÓN 115
BORBA GATO 68
BORDA DO CAMPO 44
BORDEAUX 85
BORGES, Antônio Mariano, 86
BORGES DE BARROS 120 (nota 159)
BORGES DO CANTO 87
BOTOCUDOS 62 (nota 77)
BOURDA 91
BOUYER 91 (nota 116)
BRANT PONTES, Felisberto Caldeira 101, 129
BRAZ CUBAS 45, 51
BRASIL 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (nota 1), 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e nota 54, 48 (notas 55 e 57), 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58 e nota 73, 59, 60, 61, 62 (nota 77), 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73 (nota 94), 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88 (nota 112), 89, 90, 91, 92 e nota 118, 93,94, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 108 e notas 135 e 136, 109 e nota 138, 110 , 111, 112 e notas 145 e 146, 113 (notas 147 e 148), 115, (nota 150), 116 (nota 151), 118 (nota 155), 119 (nota 156), 120 e nota 159, 123, 127, 128, 129, 130 , 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145 e notas 167 e 168, 147 (nota 173), 148 e nota 176, 149, 151 e nota 184, 152, 153, 154 e nota 189, 155, 156, 157 e nota 196, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179 e nota 251, 180 e nota 255
BRITO, Diogo Jorge de, 27 (nota 10), 28 e nota 15, 29, 30
BRITO DE MENEZES 76 (nota 104)
BRITO E ALMEIDA 61
BROWN, Guilherme 25, 26, 27, 28, 29 e nota 19, 31 , 33, 34, 35, 36, 101, 169
BUENO, Bartolomeu 68
BUENOS AIRES 14, 23 (nota 1), 25 e notas 3 e 5, 26 e nota 9, 27 e notas 11 e 12, 28 (nota 13), 29, 30, 32, 36, 70, 72, 78, 93, 94, 96, 97, 99 (nota 122), 100, 101, 109 e nota 138, 112 e nota 143, 113 e nota 146, 115, 129, 160, 161 (nota 206), 162, 163 e notas 210 e 211, 164 e nota 214, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 e nota 234, 175, 176, 177 e nota 243, 178, 179 (nota 250), 180, 181
BYSSON 101

C

CAAOBI 42
CAARECÉ 67
CAARO 65 e nota 83
CAAZAPAGUAZÚ 65 e nota 83
CAAZAPAMINI 65
CABALLERO 117 e nota 152, 118
CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez, 43 (nota 47), 44 (nota 51), 45
CABEDELO 50, 56
CABO FRIO 40, 41, 47 (nota 53), 49, 50, 67, 91 (nota 117), 150, 151 e nota 182 e 184, 159 (nota 202)
– (visconde), *vide* CUNHA MOREIRA, Luís da.
CABOTO, Sebastião, 42, 153
CABRAL 44
CABRAL, Pedro Álvares 39, 40, 44, 147, 148 (nota 173 e 176), 149, 152, 153
CABRÁLIA 148
CABRERA, José Antonio 175 (nota 238)
CABUÇU 68
CACHOEIRA 51, 67
– (visconde), *vide* CARVALHO E MELO, Luís de.
CÁDIZ 161, 165, 166
CAÍ 40, 148
CAIENA 71, 85, 90, 91 e nota 115, 146
– (em francês no texto), 92 (nota 118)
CAIRU 67
– (visconde), *vide* SILVA LISBOA, José da.
CALABAR 56
CALADO (general) 106
CALDEIRA, Francisco 53
CALERA DE BARQUIM, 96
CALERA DE SANTA LUCIA 95
CALMON, Miguel (marquês de Abrantes), 105, 109 (nota 138)
CALVINO 47
CALVO 14, 170 (nota 227), 171 (nota 228)
CAMAMU 67

CÂMARA 97, 118, 129
CAMARÃO 55, 57, 59
CAMETÁ 66
CAMINHA, Pero Vaz 40, 149
CAMPO GRANDE 118
CAMPO TOURINHO, Pero do, 44
CAMPOS MORENO, Diogo de, 52
CANADÁ 53 (nota 65), 123
CANANÉIA 41, 42, 43, 44, 68, 150 (nota 181)
CANÁRIAS 49
CANAVARRO 106
CANCALE 52
CANDELÁRIA 65 (nota 85), 174 e nota 236
CANDELÁRIA DE CAAZAPARMINI 65 (nota 83)
CANNING 100
CANOVAI 153 (nota 186)
CANSANÇÃO DE SINIMBU 121
CAPDEVILLE, Jean 49
CAPIBERIBE 44
CAPISTRANO DE ABREU 49 (nota 57), 148 (nota 174), 149 (nota 178), 150 (nota 180)
CAPRILES 142
CARAMURU, *vide* ÁLVARES CORREIA, Diogo.
CARAVELAS 61, 67, 147 (nota 171), 151 (nota 182)
– (marquês), *vide* CARNEIRO DE CAMPOS, J. J.
– (visconde), *vide* ALVES BRANCO.
CARDIM, Carlos Henrique 11
CARDOSO DE BARROS, Antônio 157, 158 (nota 200)
CARIOCA 84, 151
CARLOS V 47 (nota 54), 157 (nota 196)
CARLOS X 102
CARLOTA JOAQUINA (dona) 93
CARMO 33
CARNEIRO, Pedro 60 (nota 76)
CARNEIRO DE CAMPOS, F. 102
CARNEIRO DE CAMPOS, J. J. 99, 100, 103
CARNEIRO LEÃO 105 e nota 132, 107, 110

CARRERAS 112 (nota 143)
CARTAGENA DAS ÍNDIAS 63 (nota 79)
CARUMBÉ 95
CARVALHO, Delfim de, 116
CARVALHO E MELO, Luís de, 100, 130, 132, 133, 140
CASA FORTE 59
CASA IRUJO 160
CAÇAREBU 67
CASSE, M., 72 (nota 90)
CASTANHEIRA (conde), 156 (nota 195)
CASTELA 146, 147, 153
CASTELLANOS, Remigio 168 (nota 223)
CASTELO 48, 67, 72 (nota 92), 75 (notas 97 e 99)
CASTELO BRANCO, J. 80
CASTRO, C. de, 75 (nota 97), 112 (nota 145)
CASTRO, E. 115 (nota 150)
CASTRO, Gregório de, 73 e nota 94
CASTRO, D. João de, 157 (nota 196)
CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira 13
CASTRO MORAES 72, 74, 75 e nota 100, 77
CATALAN 95
CATETE 151
CAVENDISH, Thomas 50
CAXIAS (duque) 99, 107, 109, 110, 111, 115 e nota 150, 117, 118, 121 e nota 160
CEARÁ 51, 52, 54, 57, 59, 66, 81, 100, 103, 105, 113 (nota 147), 121, 147
CEBALLOS 79, 84
CERETTI 30 (nota 21)
CERRITO 168 (nota 220), 115 (nota 150)
CERRO CORÁ 118
CERRO LARGO (barão), *vide* ABREU, José de.
CERRO LEÓN 117
CEUTA 149
CHACO 115
CHAGAS SANTOS 94, 95, 96
CHAVES, Francisco 42

CHEVREUIL 91 (nota 115)
CHILE 15, 25 (nota 3), 170
CHINA 17, 23, 96
CHUY ou CHUÍ 43, 87, 156
CINTRA 40
CISPLATINA 18, 20, 23, 26, 100, 160
CIUDAD REAL 63, 64 e nota 82
CLAY, Henry 136
CLEMENCEAU, Georges 16
CLEVELAND, Grover 13, 14
COBRAS, 74 (nota 97), 75 e nota 99, 76 (nota 104)
COCHRANE (lorde) 99
COELHO, Gonçalo 41 e nota 46, 42, 149, 150, 152, 153
COELHO, João 42
COELHO, Jorge 157
COELHO, Nicolau 39, 148, 149
COELHO DE CARVALHO 54
COELHO PEREIRA, Duarte 43 (nota 48), 44, 45, 52 (nota 63), 155 (nota 190), 157
COIMBRA, frei Henrique de, 149
COINTHA, Jean 45 (nota 57)
COLIGNY 47
COLLINS 138
COLODRERO 164 e nota 213, 169
COLOMBO 40, 146, 149, 152 (nota 185)
COLÔNIA 179
COLÔNIA DO SACRAMENTO 23, 31, 34, 69, 75 (nota 100), 84
COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DO BRASIL 70
CONCEIÇÃO DE ALAGOAS 67
CONCEIÇÃO DE ITAMARACÁ 67
CONCEIÇÃO DOS PINHEIROS 68
CONSELHO FEDERAL SUIÇO 15
CONCEPCIÓN DE LOS GUALACHOS 63, 64
CONCÓRDIA 167
CONFEDERAÇÃO ORIENTAL 172, 176, 181
CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE 1889 140
CONGRESSO AMERICANO 136

CONGRESSO DE TUCUMÁN 166 (nota 217), 175, 180 (nota 255)
CONTAS 40, 67
CONVENTO DA GRAÇA 148 (nota 173)
CORALES 24, 29
CÓRDOBA 94, 172, 173, 174, 175, 176
CORNEILLE, Thomas 72 (nota 89)
COROA VERMELHA 148, 149
CORPUS 173 (nota 237)
CORRÊA, Jorge 61
CORRÊA, Salvador 49, 50, 60, 70
CORRÊA DE CASTRO 74 (nota 98)
CORRÊA DE OLIVEIRA 122
CORRÊA VASQUES 75 (nota 100)
CORREIA, Gaspar 147 (nota 174), 149 (nota 178), 154 (nota 189)
CORREIA DA CÂMARA, Manuel Antonio 129
CORREIA DA SILVA, Martim 156 (nota 196)
CORRIENTES 93, 94, 95, 96, 97, 109, 112 e nota 144, 113, 115 e nota 151, 160, 164 (nota 214), 165, 169, 173, 174, 175
COSTA, Cláudio Luís da, 91 (nota 177)
COSTA, Cláudio Manuel da, 83, 85
COSTA CARVALHO 100, 102, 103, 107, 108, 109, 110
COSTA PEREIRA, Hipólito da, 90, 120 (nota 160)
COSTA QUINTELA 87
COTEGIPE (barão) 119, 121, 122
COTINDIBA 51
COURROUAIE 90
COUTINHO, Lino 98
COUTO, A. Leocádio do, 33 (nota 32), 36, 147 (nota 172)
COUTY, L. 120 (nota 60)
CRALITZ 57
CRESPIN 151 (nota 185)
CRIQUE-FOUILLÉE 91
CRUZ, Antônio Gonçalves da, 129
CRUZ ALTA 64 (nota 83)
CRUZEIRO (visconde), *vide* TEIXEIRA JUNIOR.
CUMAÚ 54, 71, 81
CUMBARITI 117

CUNHA, Aires da, 157, 158
CUNHA, Chrispim da, 75 (nota 100)
CUNHA, Luís da, 87, 88
CUNHA, Tristão da, 42, 153
CUNHA BARBOSA 98, 99 e nota 122
CUNHA MOREIRA, Luís 87, 90 (nota 114), 91 (notas 116 e 117)
CUNHAMBEBE 46 e nota 52, 46 (nota 52)
CUNHAÚ 59
CURADO 94, 95, 96
CURUGUATI 97
CORUMBATAÍ 63
CURUPAITÍ 114, 115 e nota 150, 116, 117
CURUZU 113 (nota 147), 115

D

D. ISABEL 120, 123
D. JOÃO 87, 89
D. MANUEL 40, 53, 147, 149, 152, 154
D. MIGUEL 103
D. PEDRO 97, 128, 129
D. SEBASTIÃO 48 (nota 59), 158 (nota 197)
D'ABBEVILLE, Claude 52 (nota 64)
D'AMBREVILLE 53 (nota 65)
D'AVEZAC 145 (nota 167 e 168), 154 (nota 189), 156 (nota 195), 159 (nota 202)
DANTE 152 (nota 186)
DE BEAUVE 74 (nota 97)
DEBRET, Jean Baptiste 62 (nota 77), 90
DE COIGNY 73 (nota 94), 75
DE COURSERAC 75 (nota 98)
DE FER 71 (nota 89)
DE GOYON 75 e nota 98
DÉGRAS DES CANNES 91 e nota 115
DE LA BARRE, Lefebvre 71 e notas 87 e 89
DE LA MOTTE 156

DE LA SALLE 73 (nota 94)
DE LASTRE 52 (nota 64), 53 (nota 66)
DE L'ISLE 47 (nota 54), 52 (nota 64), 71 (nota 89)
DEL PICO, Blas 173
DENIS, Ferdinandi 43 (nota 49), 52 (nota 64)
DE PEZIEUX 53 (nota 65)
DE POINTIS 74 (nota 96)
DESTERRO 54
D'EU (conde) 118, 119
DIAMANT 91 e nota 115, 105 (nota 131)
DIAS ADORNO 61
DIAS, Bartolomeu 39, 148, 149
DIAS, Custódio 105 (nota 132)
DIAS, Diogo 43 (nota 47), 148, 155
DIAS, Henrique 55 e nota 71, 59
DIAS ARZÃO 68
DIAS TAÑO 66
DIAZ DE GUZMÁN 42, 44 (nota 51), 64 (nota 82)
DÍAZ VÉLEZ 181
DIEPPE 50 (nota 60)
DOMINGOS HENRIQUES 75 (nota 100)
DÓRIA, André 157 (nota 196)
DORREGO 161, 164, 177
DRESDEN 40
DUARTE PACHECO 153
DU CLERC, Jean François 72, 73 (nota 94), 76
DUGUAY-TROUIN 73, 74 e notas 96 e 97, 75 e notas 98 e 99, 76 (notas 101 e 102)
DUNAS 60 (nota 75)
DUPOTET 109 (nota 138)
DU PRAT 53 (nota 65)
DURÃO, Santa Rita 83, 85
DURÁN, Juan J. 168 (nota 223)

E

EÇA, Marinho d', 55
ECKHOUTE, A. van den., 57
ELIZALDE, R. 112 (nota 145)
EMBOABAS 68, 82
EMPOLI 40
ENCARNACIÓN 63
ENGENHO ANTAS 106 (nota 133)
ENTRE RIOS 26, 93, 94, 95, 96, 97, 109, 112 e notas 143 e 146, 160, 164, 169, 173, 174, 175, 180 e nota 258
EOBAN, Heliodoro 49 (nota 58)
ERICEIRA, (conde) 60 (nota 76)
ESCHWEGE 89 (nota 113)
ESPANHA 19, 25, 41, 50, 54, 59, 63, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 93, 136, 139, 146 (nota 168), 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 172, 179 (nota 251), 180
ESPINILLO 114, 115 (nota 150), 117, 180
ESPÍRITO SANTO 44, 48, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 63 e nota 79, 64, 67, 81, 95, 159 e nota 202
ESTABLECIMIENTO 117
ESTADOS UNIDOS 7, 14, 19, 20, 104, 119, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137,138, 139, 140 141, 142
ESTERO ROJAS 116
ESTREITO 156 (nota 195)
ESTRELA 121 (nota 160)
EUROPA 13, 19, 41, 44, 47, 53, 55, 59, 86, 87, 97, 103, 109 e nota 138, 120, 133, 139, 150, 151, 152 , 156, 157, 158, 161, 162 e nota 208, 163, 165(nota 216)
EVREUX, Yves d', 52 (nota 64)
EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS 7, 16, 17

F

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO 7
FALKNER 32 (nota 25)

FEIJÓ, Diogo 104 e nota 130, 105, 106
FENTON, Edward 50
FERNANDES COUTINHO, Vasco 44, 157
FERNANDES VIEIRA 59
FERNANDO DE NORONHA 41, 42, 150
FERNANDO VII 93, 161, 163 (nota 210), 165, 180 (nota 255)
FERRAZ 111
FERREIRA ESTRELLA 74 (nota 97)
FERREIRA DE MENEZES 121
FERREIRA FRANÇA, Antônio 120 (nota 159)
FERREZ, Zépherin 90
FERROLLE (marquês) 71 e nota 89
FIDIÉ 99
FIGUEIRA 97
FIGUEIREDO CORRÊA 45
FILHO, Luis Viana 11
FLAMENGO 48
FLORENÇA 152
FLORES, Venâncio 111, 112, 113, 114 (nota 149)
FLORES VALDEZ 50
FLORIDA 138
FONSECA, Hermes da, 12
FONSECA, Isidoro da, 85
FONSECA, Mariano da, 85
FONTAINEBLEAU 88, 161
FONTEQUELÁN 176
FONTEZUELAS 172
FORMOSA 159 nota (202)
FRANÇA 13, 15, 16, 19, 47 e nota 54, 52 e nota 62, 53 (nota 66), 71, 72 (nota 90), 73 (nota 94), 77, 78, 85, 88, 91, 92 e notas 119 e 120, 99 (nota 122), 102, 109 (nota 138), 120 (nota 159), 139, 152, 156 (nota 195), 158
FRANÇA RIBEIRO, J. A. 33 (nota 32)
FRANÇA ANTÁRTICA 47
FRANÇA EQUINOCIAL 52, 71
FRANCIA 97, 112 (nota 143)
FRANCISCO, I. 154

FREDERICA 67
FREY, Roger 54
FUNCHAL (conde) 165
FUNDÃO 72
FUNES 170 (nota 227) 173 (nota 232)
FURTADO 111

G

GAFFAREL 43 (nota 48), 47 (nota 53), 48 (nota 57), 151 (nota 182), 154 (nota 189), 155 (nota 190), 156 (nota 195), 159 (nota 202)
GALEGO DE CARVALHO, Vasco 151
GALVEIAS (conde) 160 e nota 204, 162 (nota 207)
GAMA, Basílio da, 83, 84, 85
GAMA, Vasco da, 39, 147 e nota 173, 148, 157
GAMEIRO PESSOA, Manuel Rodrigues 129
GANDAVO 148 (nota 176)
GARCIA, Aleixo 42, 43 e nota 47
GARCIA, Diogo 42
GARCIA, Manuel José 94, 163 e notas 210 e 211, 164 e nota 214, 166 e nota 217, 167, 171, 172 e nota 229, 176 (nota 242), 179 e notas 251 e 252, 180 e notas 255 e 256
GARCIA DE COSSIO, José 175 (nota 238)
GARCÍA DE ZÚÑIGA, Tomás 168 (nota 223)
GARIBALDI 106
GARSTMAN 57, 58
GAXINDIBA 67
GAY 174 (nota 238)
GELLY Y OBES 115 (nota 150)
GERIBATIBA 42
GLIDDERS, J. Rogger 29
GLIMMER 62
GLÓRIA DE GOITÁ 67
GOIANA 67
GOIÁS 81, 82, 113 (nota 147)
GÓIS, Damião de, 153 (nota 187)

GÓIS DA SILVEIRA, Pero de, 156, 157, 158 (nota 200), 159 e nota 202
GOMES DA SILVA, Aires 148
GÓMEZ, Valentin 173
GONÇALVES, Afonso158
GONÇALVES, André 40, 41, 148, 149 e nota 177
GONÇALVES, Baltasar 155 (nota 191)
GONÇALVES, Bento 101, 105
GONÇALVES, João 156 (nota 195)
GONÇALVES DE ALVELOS, Sebastião 156 (nota 195)
GONNEVILLE, Paulmier de, 42
GONZAGA 85
GONZÁLEZ 174
GORIBAULT 50
GORRÍA ou GARCIA, João Pedro 164 e nota 214, 169
GOVERNO AMERICANO 19, 20, 129, 131, 135, 136, 138, 141
GOVERNO ARGENTINO 23, 24, 94, 163, 181
GOVERNO BRASILEIRO 14, 133, 135, 141
GOVERNO DE BUENOS AIRES 23, 27 (nota 12), 101, 160 , 162, 163 (nota 210), 164, 165, 167, 168, 170, 173, 174 (nota 234), 175, 176, 177, 178 179, 180
GOVERNO DE WASHINGTON, *vide* GOVERNO AMERICANO.
GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, *vide* GOVERNO BRASILEIRO.
GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS, *vide* GOVERNO AMERICANO.
GOVERNO DO URUGUAI 15, 19, 27, 78, 89, 93, 94, 101, 104, 109, 111, 112 e nota 145, 114, 115 (nota 150), 160, 173, 174
GOVERNO ESPANHOL 93, 172
GOVERNO IMPERIAL 20, 23, 102, 107, 111, 113 (nota 148), 131, 132, 133, 134, 141
GOVERNO INGLÊS 172
GRÃ-BRETANHA 15, 131, 170, 171, 172, 176
GRAMONT, H. de, 47 (nota 54)
GRANDE (rio) 62
GRENFELL 109
GROS BOIS 52
GUABIJÚ 96, 164 (nota 212)
GUADALUPE 72 (nota 90)
GUAIABO ou GUABIJÚ 164 e nota 212, 169

GUAIBIPOPABA 67
GUAIMBÉ 44
GUAJU 59
GUALEGUAI 169
GUAPITUBA 44
GUARAPARIM 67
GUARARAPES 60
GUARATIBA 72
GUARATINGUETÁ 68
GUARULHOS 68
GUAXENDUBA 52, 53 e nota 65
GUAÍRA 62 e nota 78, 63, 64 e nota 82, 65
GUECHAY 182
GUÉRIN 43 (nota 49)
GUERRA DO PARAGUAI 111, 112 (nota 146)
GUIANA 15, 52 e nota 62, 54, 71, 91, 92 e nota 119
GUINÉ 39
GUIRAOBIRA 67
GUIRAPIRÃ ou UIARAPIRÃ 44
GUIZOT 109 (nota 138)
GURJÃO 115 (nota 150)
GURUPÁ 54, 63 (nota 79), 66, 71
GUSMÃO, Alexandre de, 78, 80, 83
GUTIERRES VALÉRIO 51
GUYANE FRANÇAISE 91 (nota 116), 92 (nota 118), 154 (nota 189), 156 (nota 195), 71, 77, 90, 92 (nota 119)
GUYEISSE, 87

H

HANOTAUX 141
HARDCASTLE 78
HARLAY-DE-SANCY, Nicolas de, 52
HARRISSE 152 (nota 185)
HAVRE 50, 51, 99 (nota 122)
HAWKINS, William 43

HAYE 53 (nota 65)
HENRIQUE II 47
HENRIQUE IV 52
HERCKMANN 57
HEREÑU 169
HERRERA, Nicolás 94, 171, 172, 173, 176 e nota 242), 177, 178, 179 e nota 250, 180
HERVAL (marquês), *vide* OSÓRIO HESSUS, Helius Eobanus.
HEYN, Piet 55
HOJEDA, Alonso 145 e nota 167
HOLLANDA CAVALCANTI 106, 107
HOLANDA 57, 70
HOLLEMBERG 169 e nota 225
HONFLEUR 42
HORN 25 (nota 3)
HORNOS 32, 36
HOTHAM 109 (nota 138)
HOUS 59
HUMAITÁ 114 e nota 149, 115 e nota 150, 116, 117 e nota 152, 118 (nota 153)
HUMBOLDT 145 (notas 167 e 168), 150 (nota 181), 152 e nota 185, 153

I

IAGO 146 (nota 168)
IAPOCO 52 (nota 62)
IBIAPUÁ 67
IBICUÍ ou IBICUITI 64 e nota 83, 78
IBIRAOCAÍ 94, 95
IBIRAPUITÃ 97
ICARAÍ 68
IGUAÇU 63, 67, 68, 76
IGUAPE 63, 68
IGUARAÇU 44, 45, 56, 67, 154, 158
IJUÍ 64 e nota 83
IJUÍ GRANDE 64

IJUÍ MIRIM 64 e nota 83
ILHÉUS 45, 50, 51, 57, 67, 159
INÁCIO, J. J. 29 (nota 18), 33 (nota 32), 36, 116, 117
INDEPENDÊNCIA 19, 20, 25, 67
ÍNDIA 77, 147 e nota 173, 149 e nota 177, 153, 157 e nota 196, 158
ÍNDIA MUERTA 95
INGLATERRA 13, 19, 47, 87, 92 e nota 119, 93, 100, 101, 107, 109 e nota 138, 113, 139, 141, 160, 163 (nota 210), 215
INGLEFIELD 109 (nota 138),
INHAÚMA (visconde), *vide* IGNACIO, J. J.
INHOBIM 59
IRAJÁ, 67 99
ISLA POI 117
ITABAIANA, *vide* GAMEIRO PESSOA, Manuel Rodrigues.
ITABOATÉ 68
ITABORAÍ *vide* RODRIGUES TORRES.
ITACORUBI 96
ITÁ IBATÉ 117
ITAIPU 16
ITAJUBÁ (visconde) 141
ITÁLIA 15, 17, 152
ITAMARACÁ 44, 51, 56, 59, 60, 67, 156
ITAMARATY 12, 14, 15
ITAMBI 67
ITANHAÉM 68
ITAPARICA 27 (nota 10), 28 e notas 13 e 16, 29, 42, 45, 99, 158
– (visconde), *vide* ARGOLLO.
ITAPECIRICA 67
ITAPIRU 114
ITAPUÃ 67, 114 (nota 149)
ITAQUAQUECETUBA 68
ITARARÉ 63
ITU 64 (nota 83)
ITUZAINGÓ 101
IVAÍ 63

J

JABOATÃO 67, 154 (nota 189), 156 (nota 195)
JACAREÍ 68
JACAREPAGUÁ 72
JACQUES, Cristóvão 43, 154 e nota 189, 155
JACUÍ 64 e nota 83, 78, 110 (nota 140)
JAGUARÃO 87
JANUÁRIO 151 (nota 184)
JARAGUÁ 66
JARRIC 49 (nota 59)
JEFFERSON, Thomas 86
JEJUÍ 64, 65
JEQUITINHONHA 61
JERERECOARA 147
JERICOACARA 52
JESUS MARIA 63, 64 (nota 83), 65
JETICAÍ 62
JOÃO III, (dom) 44, 154, 156 (nota 195), 157, 158
JOÃO IV (dom) 58, 88
JOÃO V (dom) 80, 82, 84
JOÃO VI (dom) 88, 89, 90, 93, 97, 101, 180 (nota 255)
JOL 59
JOMARD 147 (nota 169)
JOSÉ I (d.) 66, 79, 80, 82
JUCA PARANHOS 11, 12
JUJUÍ 170
JÚLIO I, 41
JUNCAL 101
JUNDIAÍ 68
JUNOT 88 e nota 112
JURUJUBA 74 (nota 97)

K

KHAIR-EDDIN 157 (nota 197)
KOEN 58

L

LABAT 72 (nota 91)
LABATUT 99
LA COSA, Juan de, 145, 147 (nota 170)
LAFAIETTE PEREIRA 121
LAFER, Celso 18
LAGE 74 (nota 98)
LA GRAVIÈRE, Jurien de, 86 (nota 111)
LAGUNA (barão) 88 (nota 113)
– (ilha) 71
– (visconde) 27 (nota 12)
LAGUNA VERÁ 117
LAINÉ 109 (nota 139)
LA MARTINIÈRE 71 (nota 90)
LAMAS, André 26 (nota 6), 109, 167 (nota 219 e 222), 170 (nota 228), 173 (nota 233), 174 (nota 235)
LA MOLLE (barão), *vide* HARLAY-DE-SANCY, Nicolas de.
LANCASTER, James 50
LANDOLPH 86
LA RAVARDIÈRE 52 e nota 62, 53 e notas 65 e 66
LA ROCHE DU PUY 53 (nota 65)
LA ROCHELLE 72, 73
LARRAÑAGA, Dámaso 168 (nota 223)
LATORRE, Andrés 95
LAVALLE 109 (nota 139)
LAVALLEJA 31, 100
LAVRADIO (marquês) 79, 84, 85
LEBLANC, 109 (nota 139)
LEBON, 141
LEBRETON 90

LEBRIJA 153 (nota 188)
LECÓR, Carlos Frederico 88 (nota 113), 94, 95, 99, 166, 188 (nota 256)
LEDO 98, 99 e nota 123, 109
LEGRAND-BEAU-REGARD 91
LEITÃO, Diogo 74 (nota 98)
LEITÃO, Jeronimo 61
LEITÃO, Nuno 148
LEITE, Diogo 154 (nota 189), 155 (nota 192)
LEITE, Gonçalves 154 (nota 189)
LEMOS, Duarte de, 44, 158 (nota 201)
LEMOS, Gaspar de, 148, 149 (nota 178)
LE NOYER 50
LEOPOLDO I 113 (nota 149)
LEPE, Diego de, 40, 145 (nota 168), 147
LEPRÉDOUR 109 (nota 139)
LE ROUX 72 (nota 93)
LÉRY, Jean de, 48 (nota 55)
LEVASSEUR, E. 119 (nota 157)
LICHTHARDT 56, 57, 58, 59
LIMA E SILVA, F. de, 100, 103
LIMA E SILVA, J. J. de, 99
LIMA E SILVA, L. A. de, 107
LINARS 73 (nota 95)
LINCOLN 141
LINHARES (conde) 60 (nota 76), 89, 160 (205)
LINS, Álvaro, 11, 16
LINSCHOTEN, Jean H. van, 40 (nota 45)
LISBOA, Baltasar 84 (nota 110)
LISBOA, João de, 42, 151
LISBOA, Joaquim José 92 (nota 121)
LISBOA 39, 40, 41, 48, 49 e nota 57, 52 (nota 64), 70, 74, (nota 97), 77 e nota 106, 79, 80, 82, 83 e nota 109, 87, 88 e nota 113, 89, 97, 98, 99, 104, 105, 120 (nota 160), 148, 149, 150, 151, 154, 155, 158 (nota 198), 165
LIVERPOOL 13, 15
LIVRAMENTO 75
LLANOS DE YAGUARY 64 (nota 82)
LUANDA 59, 60

LOBO, Manoel 70
LOBO PINHEIRO, Pero 155 (nota 192)
LÔBO, Rodrigo José Ferreira 25, 26, 27 e notas 11 e 12, 28 e notas 13 e 14, 30 e nota 22, 32 e nota 29, 101
LOGEVILLE 53 (nota 65)
LOMAS VALENTINAS 117 e nota 153
LOMBARD 71 (nota 90)
LONCK 55
LONDRES 16, 88 (nota 112), 90, 110 (nota 140), 119 (nota 158), 129, 163 (nota 211), 164, 165
LOPES GAMA 106
LOPEZ, Carlos 110, 112 (nota 144)
LOPEZ, Estanislás 97
LÓPEZ, Francisco Solano 111 (nota 143), 112 e nota 144
LORETO 63, 64, 174 (nota 237)
LOS ARTILLEROS 31
LOURENÇO, Vicente 155 (nota 192)
LUÍS XIV 72
LUÍS XVIII 92
LUZ 67

M

MACAÉ (visconde) *vide* ALMEIDA TORRES.
MAC DOUAL 79
MACÉ 76
MACEDO 99
MACIEL DA COSTA 91, 92 (nota 119), 100, 132
MACIEL PARENTE, Bento 54, 56
MACKAU 109 (nota 139)
MACNAMARA, John 84
MADEIRA 44, 80, 83, 99
MADRE DE DEUS, Gaspar da, 46 (nota 52)
MADRI 54, 55 (nota 69), 63 (nota 79), 161, 165, 166, 172
MADRIGNANO 146 (nota 169)
MAFRENSE, Domingos Afonso 69

MAGALHÃES, Fernão de, 42, 153
MAGALHÃES, Jacques de, 61
MAGALHÃES DE MENEZES 90, 91
MAGÉ 67
MAGEPE 67
MAIA, José Joaquim da, 86
MAJOLO 41 (nota 46)
MÁLACA 157
MALASPINA 32 (nota 27)
MALDONADO 94, 95, 179
MALTE 47 (nota 54)
MAMANGUAPE 67
MANAUS 80
MANGARATIBA 68
MANTIQUEIRA 61, 68
MARACAJU 66
MARAJÓ 71 (nota 90), 90
MARANGUAPE (visconde), *vide* LOPES GAMA.
MARANHÃO 51, 52 e nota 64, 53, 54, 59, 66, 70, 80, 81, 82, 85, 86, 99, 103, 107, 113, 147, 158
MARCGRAF 57
MARIA I (dona) 86, 87
MARIANA 82
MARIATH, Frederico 32, 33 e nota 33, 35 e nota 38, 36 (nota 44), 106
MARICÁ (marquês) 85, 132
MARINHO, Sebastião 62
MARIUÁ 80 (nota 107)
MARONI 54, 71
MARQUES D'ELVAS 90, 91 e nota 117
MARQUES DE SOUSA, *vide* PORTO ALEGRE
MARQUES PINTO 85
MARSELHA 156
MARTIAURA 174 (nota 237)
MARTÍN GARCÍA 25, 26, 27 e nota 12, 109 (nota 139), 112 (nota 144)
MARTINHO CAMPOS 121
MARTINS, Domingos, 95
MARTINS CÃO, Domingos 61

MARTIUS 89 (nota 114)
MARTIRES DE CAARO 64 (nota 83), 65
MAHURY 91
MASON 30
MATA REDONDA 57
MATO GROSSO 64, 69, 81, 82, 87, 110, 112 e nota 145, 113 e (nota 148), 114 (nota 150), 115 (nota 151), 118
MATOS, Eusébio de, 83, 108 (nota 136), 110
MATOS, Gregório de, 83
MATOS CARDOSO 56
MAURITIUS 67
MAURITZSTADT 57, 61
MAWE 89 (nota 114)
MAXIMILIANO DE NEUWIED 89 (nota 114)
MBORORÉ 65
MBOTETEI 64 (nota 82)
MEADE, Richard Kidder 141
MEDICI, Lorenzo dei, 152
MÉDICIS, Catarina de, 47
MÉDICIS, Maria de, 52
MEDITERRÂNEO 44, 156, 157
MEIRELES, Victor 206
MELGAREJO 64 (nota 82)
MELO DA SILVA, Luís de, 158
MELO E ALVIM, Miguel de Sousa 137
MENDES DE ALMEIDA, C. 149 (nota 177), 150 (nota 181), 151 (nota 182)
MENDONÇA, Amaro José de, 72, 74 (nota 96)
MENDONÇA, Lourenço de, 63 (nota 79), 66
MENESES, César de, 85
MENA BARRETO, J. D. 95
MENA BARRETO, J. L. 116
MENA BARRETO, J. M. 116
MENA BARRETO, J. P. 111
MERITI 67
MÉXICO 139
–(golfo) 58

MICHAUX-BELLAIRE 120 (nota 159)
MIGUELETE 168 (nota 223)
MILÃO 17
MINAS DOS CATAGUÁS 68
MINAS GERAIS 61, 62, 68, 69, 76, 78, 82, 83, 85, 92 (nota 118), 107, 113 (nota 147)
MINÍ 174 (nota 236)
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 12, 13
MIRALLES 58 (nota 73)
MIRANDA, Simão de, 148
MISSÃO VELHA 105
MISSÕES 70, 78, 87, 94, 95, 96, 161, 169, 174, 177
MITRE 112 (nota 146), 113, 114, 115, 166 (nota 217), 171 (nota 228), 172 (notas 229, 230, 231), 173 (nota 232 e 233), 175 (nota 237), 176 (nota 241 e 242), 178 (nota 246), 179 (nota 251), 180 (notas 255 e 256)
MIZQUE 43
MOGI DAS CRUZES 62 (nota 77), 68
MOLINO 31
MOLUCAS 78
MONDEGO 64 (nota 82)
MONGLAVE, E. de, 24
MONROE 127, 131, 133, 135, 141
MONROE, James 20, 129, 130, 132, 136, 138
MONTALVÃO (marquês) 58
MONTE ALEGRE (marquês), *vide* COSTA CARVALHO.
MONTEIRO, Victorino 116
MONTE CASEROS 109
MONTE SANTIAGO 101
MONTEVIDÉU 23, 25, 26 e notas 7 e 9, 36, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 109 (nota 138), 111, 112 (nota 143), 160, 161, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 174, 176, 177, 178, 179
MONTIGNY, Grandjean de, 90
MONTMORENCY, Marguerite de, 53 (nota 65)
MONTOYA 62 e nota 77, 63 (notas 79 e 81)
MONTPELLIER 85
MOQUET, Jean 52 (nota 62), 71 (nota 89)

MORATO, Manoel 63
MOREAU 60
MOREIRA CABRAL, Pascoal 69
MOINHO DE LOYOLA 91
MOURA, Alexandre de, 53
MOURA, Francisco de, 55
MOUSSY 174 (nota 236)
MUCURIPE 147
MULEGUES 32
MUNIZ, Bráulio 103
MUNIZ BARREIROS 59
MUNIZ DE MENDONÇA 72
MURIBECA 67
MURILO 161, 162, 165, 166, 170
MURITIBA (marquês), *vide* TOSTA.
MUZZIO 33 (nota 31), 35 (nota 39)

N

NABUCO, Joaquim 7, 15, 110, 111, 119, 121
NAPO 80
NAPOLEÃO 87, 90, 92, 112, 161
NASSAU, João Maurício 53, 57, 59
NATAL 51, 66
NATIVIDAD 65 e nota 83
NATIVIDAD DO ACARAIG 64
NAVARRETE 147 (nota 171), 152 (nota 185), 154 (nota 189)
NAZARÉ DO CABO DE SANTO AGOSTINHO 67
NENGUIRU, Nicolas 65 (nota 84)
NHIAJEREBA 67
NHUMAJAI 67
NITERÓI 107 (nota 134)
NIMES 86
NIN, dom Estevão 34
NÓBREGA, Manuel da, 45, 48 e nota 55, 99 (nota 122), 158 (nota 199)
NOORT, Olivier van, 50

NORD 52 (nota 64), 54
NORONHA, Afonso de, 60(nota 76)
NORONHA 41, 42, 150
NORONHA, Jácome de, 54
NORTON 101
NOVA COIMBRA 87
NOVA YORK 14, 19
NUNES, Agostinho 27 (nota 10), 59
NUNES, Pedro 99
NUNES DE ANDRADE, Álvaro 156 (nota 195)
NUNES VIANA, Manuel 68
NUNO MANUEL 42, 149 e nota 178

O

OBLIGADO 109 (nota 138)
OCTAVIANO, F. 112 (nota 145)
OITIZEIRO 60
OLINDA (marquês ARAÚJO LIMA) 102, 105 (nota 132), 106 (nota 133), 108, 110, 111, 157
– (ponta) 155
– (vila) 17, 45, 52 (nota 63), 55, 56, 59, 60, 67, 82, 111
OLIVEIRA, Diogo de, 55
OLIVEIRA ÁLVARES 95
OLIVEIRA, Lima 18
OLIVENÇA 87, 162
OQUENDO, Antonio de, 56, 60
ORANGE 40, 54, 71, 147
ORELLANA, Francisco 45
ÓRGÃOS 61
ORIBE 109
ORVILLIERS, Claude d', 85
OSÓRIO HESSUS (marquês de Herval) 114 e nota 149, 115 (nota 150)
OTORGUÉS 95, 96
OTONI, Teófilo 111
OUDAEN, Nicolau 53

OURO PRETO 82, 85, 103
OIAPOQUE 54, 71, 72, 77, 90, 92

P

PACHECO 40, 153
PADILHA 55
PAES BARRETO (marquês de Recife) 100, 108, 154
PAES DE ARAÚJO, Pascoal 68
PAES LEME 63 (nota 80), 68
PAEZ, Pablo 95
PAISSANDU 11, 173, 175
PAIVA, Manoel de, 45
PAIVA, João de, 75 (nota 100)
PALHETA 85
PALMARES 69
PALMAS 13, 15, 20, 117
PALMELA (duque) 165
PARÁ 29, 32, 33 e nota 31, 54, 66, 71, 72, 80 e nota 106, 81, 82, 84, 85, 86, 90, 97, 99, 103, 105, 113 (nota 147)
PARAGUAÇU 42, 43, 51, 154
PARAGUAI (país) 15, 43 e nota 47, 45, 46, 62, 63 e nota 79, 64 e notas 82 e 83, 65, 66, 78, 87, 97, 109, 110, 111 e nota 142, 112 e notas 143, 144 e 146, 114, 116 (nota 151), 117, 119 (nota 156), 166, 174 e nota 236
– (rio), 115 (nota 150), 117, 118, 119, 153
PARAÍBA 40, 45, 46, 50, 56, 58, 59, 66, 69, 70, 81, 113 (nota 147)
PARANÁ 64, 82 (nota 107), 109, 112 (nota 143), 114, 153, 164, 165, 170, 172, 174, 175
– (marquês), *vide* CARNEIRO LEÃO.
– (rio), 25, 31, 43, 44, 62, 63, 64, 65, 71, 112 (nota 144), 174, 177
PARANAGUÁ 66, 68
– (marquês), *vide* VILELA BARBOSA.
PARANAÍBA 62
PARANAPANEMA 63
PARANAPIACABA 42, 44, 63

PARANAPUCUÍ 48
PARATI 68, 76
PARAUPABA 62
PARDO 64, 65
PARE-CUÊ 116
PARIA 40
PARIS 13, 20, 48 (nota 56), 52 (nota 64), 55 (nota 71), 97 (nota 121), 109 (nota 137), 112 (nota 143), 129, 141, 160 (nota 203)
PARNAÍBA 68
PASCOAL 40, 148
PASCUAL 168 (nota 221), 175 (nota 238), 177 (nota 244)
PASO DE CUELLO 95
PASO DE LA ARENA 168
PASO DE LA PATRIA 114 (nota 149), 115 (nota 150)
PASO DE VERA 96
PASO PUCU 115
PATAGÔNIA 42, 78, 101, 150 (nota 181), 151
PATER 56
PATOS 45, 153
PATROCÍNIO, José do, 121
PAULA E SOUZA 107
PEÇANHA, Nilo 12
PEDRO I (dom) 19, 23 (nota 1), 24 (nota 2), 88, 92 (nota 118), 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105
PEDRO II (d.) 13, 17, 73 (nota 93), 80, 103, 107, 108, 113, 115, 119, 120, 123, 140, 141
PENA, Afonso 11
PENEDO 59, 60, 67, 111
PEQUIRI 63
PERCAAURI 155
PERDIGÃO 105
PEREIRA, Clemente 98, 99 e nota 122, 102
PEREIRA COUTINHO, Francisco 45, 157, 158
PEREIRA DA FONSECA (marquês de Mericá) 132
PEREIRA DA SILVA 162 (nota 208), 163 (nota 209), 165 (nota 215), 171 (nota 228)
PEREIRA PINTO 131, 138

PEREIRA PINTO, J. M. 90 (nota 114), 131, 138
PERES, Duarte 42
PERET, Jean du, 44, 156
PERNAMBUCO 40, 43, 44 , 46, 50, 51, 52 e nota 63, 53, 54, 55 e nota 71, 56, 57, 59, 67, 68, 69, 70, 81, 82, 85, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 105, 106 e nota 133, 108, 113 (nota 147), 153, 154, 155 e nota 190, 156 e nota 195
PERRUCHO-VERNA 96
PERU 45, 54, 65, 139, 142, 170
PERUGORRIA, GORRÍA ou PERRUGORRÍA, Gennaro, 164 (nota 214)
PETIMBU 67
PEZUELA 170, 180 (nota 253)
PIAUÍ 69, 80, 81, 82, 113 (nota 147)
PIQUISIRI 117 e nota 152
PILAR, 67, 116
PIMENTA BUENO (marquês de São Vicente) 119, 120
PINA,75
PINA, Simão de, 148
PINDAÚNA 67
PINTO, Ruy 46 (nota 52)
PINTO, Sebastião 95
PINTO ALPOIM, J. F. 84
PINTO BANDEIRA, Rafael 79
PINTO DA FRANÇA, Luís Paulino 92 (nota 120)
PINTO DE SOUZA 91
PINTO GUEDES (barão do Rio da Prata) 101
PINZÓN, Vicente Yañez 40, 42, 54, 71 (nota 88), 77, 78, 90, 145 e nota 167, 146 (nota 168), 147 (nota 169), 153
PIRAJÁ 99
PIRARI 66
PIRATINI, 31, 64 (nota 83), 65 (nota 85)
PIRATININGA 42, 43, 45, 156
PIRIBEBUÍ 118
PIRES, Luís 148
PIRES DE CAMPOS, Antônio 68
PIRES DE CAMPOS FILHO, Antônio, 69
PISO 57

PITANGA 55
PITANGUI 68
PIZARRO 74 (nota 96), 84 (nota 109)
PLYMOUTH 43
POHL 89 (nota 113)
POIS DE MILL 50
POOLE, W. W. 88 (nota 111)
POMBAL (marquês) 45, 66, 70, 79, 80, 81, 82, 88
PONTA DE CORALES 29
PONTA DO ÍNDIO 32
PONTAL 56
PORTINHO 115 (nota 150)
PORTO 70
PORTO ALEGRE (Manuel Marques de Sousa) 115, 116
– (cidade) 115
PORTO CALVO 56, 59
PORTO SEGURO 40, 44, 45, 51, 61, 67, 86, 99 (nota 123), 104 (nota 129), 148 (nota 176), 151 (nota 182), 153, 159
PORTUGAL 19, 41 e nota 46, 42, 43, 45, 48 (nota 57), 50, 58, 59, 60 (nota 75), 61, 63 (nota 79), 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74 (nota 96), 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87
POSADAS, Gervasio 163 (nota 210), 169, 170, 171, 172 ,173
POST, Franz 57
POST, P. 57
POTEL, Jacques 50
POTENGI 58
POTRERO OBELLA 116
POTRERO PIRIZ 115
PRADO, Antônio 122
PRADO, João do, 61
PRADO, Eduardo 19
PRAIA DE FORA 76 (nota 104)
PRAIA VERMELHA 74 (nota 97), 76 (nota 104)
PRAINHA 72 (nota 92), 74 (nota 97), 76 (nota 104)
PRÉFONTAINE, 73 (nota 94)
PRETO, Antônio 62 (nota 78)
PRETO, João 62 (nota 78)

PRETO, Manuel 62 e nota 78
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 16
PROVIDÊNCIA 75
PROVÍNCIA CISPLATINA 18, 100
PROVÍNCIA ORIENTAL DO URUGUAI 173
PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, 19, 23, 163, 173
PURCHAS 44 (nota 50)
PURIFICAÇÃO 96

Q

QUARAÍ 87, 94, 96, 161, 177
QUEGUAY CHICO 96
QUEIRÓS, Eusébio de, 108 (nota 135), 110 e nota 139, 119 (nota 157)
QUELUZ (marquês) *vide* MACIEL DA COSTA, João Severino.
QUINTANA 169 (nota 225)
QUINTELA 87, 148 (notas 175 e 176), 149 (nota 179), 153 (nota 187), 158 (nota 200)

R

RAGUET, Condy 113, 134, 138
RAMALHO, João 42, 44, 45
RAMIREZ 96, 97, 169
RAMIZ GALVÃO 48 (nota 57), 49
RAMÚSIO 152 (nota 186)
RAPOSO, Antônio 63 (nota 79)
RAPOSO TAVARES, Antônio 63 e nota 79, 65
RAZILLI, Claude de, 53 (nota 65)
RAZILLI, François 52
REBELO, José Silvestre 60, 129, 130 ,135
RECIFE 17, 50, 56, 57, 61, 67, 70, 82
– (marquês) *vide* PAES BARRETO.
REDUCTO CIERVA 117
RÉGIS, J. Francisco 33 (nota 31)

REIS MAGOS 67
RERITIGBA 67
RESENDE 85
RESQUIN 113 (nota 147)
REVOLUÇÃO FRANCESA 17
RIACHUELO, 72 (nota 92) 113
RIBEIRA, DE IGUAPE 63
RIBEIRO, Afonso 42
RIBEIRO, Antônio 155
RIBEIRO, Bento Manuel 95, 96, 97, 101
RIBEIRO ROCHA, Manuel 83 e nota 108, 120 (nota 159)
RIBEYROLLES, Charles 108 (nota 136), 110 (nota 141)
RICHELIEU 54
RIFFAULT, Jacques 51
RINCÓN 100
RIO BRANCO (Barão) 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25 (notas 3 e 5), 26 (nota 7), 30 (nota 22), 145 (nota 165), 148 (nota 174), 150 (nota 180), 160 (nota 203)
– (visconde), *vide* SILVA PARANHOS.
– (rio) 90
RIO BRANCO, Miguel 16
RIO DA PRATA 19, 24, 25, 26 (nota 6), 31, 34, 44, 149, 150, 153, 154, 156 e nota 195, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176 (nota 242)
RIO DAS MORTES 68
RIO DE JANEIRO 7, 12, 14, 16, 27 (nota 11), 33 (nota 33), 35 (nota 38), 41 (nota 46), 42, 46, 47, 48 e notas 56 e 57, 50 e nota 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 72 e nota 92, 74 e notas 96 e 97, 75 (nota 100), 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84 e nota 109, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 97, 98, 99 e nota 122, 100 (notas 124 e 126), 102, 103 (nota 128), 105 (nota 132), 106 e nota 133, 108, 109 (notas 137 e 138), 110, 113 (notas 147 e 148), 118, 121 (nota 160), 127, 129, 131, 137, 142, 150, 151 e nota 184, 153, 155, 156 (nota 195), 159, 160, 161, 162, 163 e nota 210, 164, 165, 166 (nota 217), 167, 171, 174 (nota 235), 176, 178, 180
RIO DE ORO 117
RIO FORMOSO 56

RIO GRANDE 58
RIO GRANDE NO NORTE 50, 51, 54, 56, 59, 66, 81, 113 (nota 147), 145 (nota 167)
RIO GRANDE DO SUL 19, 31 (nota 23), 64 e nota 83, 78, 79, 80, 81, 84, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 101 (nota 126), 103, 105, 106, 107, 133 e notas 147, 148 e 149, 160, 161 e nota 206, 167, 176, 177, 179
RIO NEGRO 25 (nota 3), 81, 96, 101, 150 (nota 181)
RIO PARDO 64 e nota 83, 65
– (conde), *vide* SOUSA, Digo de.
RIO REAL 50 (nota 60), 58, 59
RIVADAVIA, Bernardino 25, 163 e nota 210, 166, 170, 171, 175
RIVAROLA, Bruno 173
RIVAROLA, Valois 116
RIVERA, Fructuoso 97, 164 e nota 214, 168 e notas 219 e 221, 169 e nota 225, 170, 180 (nota 257)
RIVERA, Lázaro de, 87, 95
RIVIÈRE 86
ROCHA PITA 83, 85, 158 (nota 197)
ROCHEFORT 53 (nota 65)
RODRIGUES, Antônio 42
RODRIGUES, Manuel Jorge 31, 34, 35 (nota 36), 101 (nota 126)
RODRIGUES ALVES 12, 15, 127
RODRIGUES DO PRADO 87
RODRIGUES TORRES 105 (nota 132), 110, 119, 120
ROSAS OU ROJAS 14, 115 (nota 150), 117, 159
ROJAS Y BORJA 57
ROMERO 65
RONDEAU 168 e notas 220 e 221, 169 e nota 224, 170, 173, 180
ROOSEVELT, Teodoro 127
ROSALES 35 (nota 36)
ROSÁRIO 44
ROSTRO HERMOSO 147
ROUEN 47
ROUSSIN 102
RUCHAMER 146 (nota 168)
RUITERS 57
RUYTER, Dirck, van, 51

S

SÁ, Estácio de, 48
SÁ, Martim de, 50, 61
SÁ, Mem de, 47, 48 e notas 55 e 57, 49 (nota 57)
SÁ, Salvador Correa de, 49, 50, 55, 60, 70
SÁ E FARIA 79
SABARÁ 62
SÁENZ, Antonio 175
SAINT-BLANCARD 44, 156 e nota 195
SAINT-CYR, Carra 92
SAINT-GUILLES 53 (nota 65)
SAINT-HILAIRE, Auguste de, 89 (nota 113), 104, 105 (nota 131)
SALADO, Marcos 168 (nota 222)
SALAZAR 161, 163, 164
SALEMA 49
SALGADO 58
SALGADO, J. A. 90 (nota 114)
SALTO 170
SALVADOR 159 (nota 202)
SALVADOR, Frei Vicente do, 83
SAMANIEGO 169
SANFELICE 56
SAN GIANO 40 (nota 45)
SANTANA 64 e nota 83, 65 (nota 85), 67
SANTA CATARINA 45, 54, 66, 70, 71, 79, 80, 81, 84, 93, 106, 153, 162, 163
SANTA CRUZ 40, 44, 49, 67, 74 (nota 97), 76 (nota 104), 77, 86, 148 e nota 176, 151 (nota 182)
SANTA CRUZ DE LA SIERRA 65
SANTA FÉ 94, 97, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181
SANTA LUZIA 74 (nota 97), 75 (nota 99), 77, 107
SANTA LUZIA DO NORTE 67
SANTA MARIA 97
– (cabo) 10, 155
– (rio) 150
SANTA MARIA DA CONSOLAÇÃO 40, 147

SANTA MARIA DE GUAXENDUBA 66
SANTA MARIA MAIOR 63, 64
SANTA MÔNICA 121
SANTARÉM (cidade) 147 (nota 173)
– (visconde) 159 (nota 202)
SANTA RITA 33
SANTA RITA, J. Inácio de, 33, 36
SANTA TECLA 79
SANTA TERESA 73 (nota 92), 84, 94, 161, 177
SANTA TERESA DE IBITURUNA 64 (nota 83), 65
SANTIAGO 15, 39
SANTIAGO DE JEREZ (vila) 64
SANTIAGO VÁSQUEZ 25 (nota 3)
SANTO AGOSTINHO 40, 56, 57, 67, 147, 150, 153, 155
SANTO ALEIXO 155, 156
SANTO AMARO 44, 45, 46, 47
SANTO AMARO DE IBIRAPUERA 68
SANTO ANDRÉ 44, 45
SANTO ANTÃO 67
SANTO ANTÔNIO (rio) 63
– (colina) 72, 73, 74
– (distrito) 57, 63, 67, 72
SANTO ANTONIO DA SERRA DE ITAPUAMA 67
SANTO ANTÔNIO DE MACAPÁ 71, 81
SANTO ANTÔNIO DE SÁ 67
SANTO ANTÔNIO DO CABO 67
SANTO Inácio 63, 64
SANTOS, Affonso José 15
SÃO TOMÉ 59, 63, 150, 159
SANTOS, Filipe dos, 82
SANTOS 45, 50, 51, 68, 107 (nota 134)
SANTOS PEDROSO 87
SÃO BENTO 67, 72 (nota 92), 75 e notas 97 e 99
SÃO BLÁS 150 (nota 181)
SÃO BORJA 94, 96, 113, 161
SÃO CARLOS 65 (nota 85), 96
SÃO CARLOS DE CAAPI (vila) 64 (nota 83)

SÃO COSME 65 (nota 85)
SÃO COSME E DAMIÃO 64 (nota 83)
SÃO CRISTOVÃO 51, 64 (nota 83), 65, 67, 141, 180
SÃO DIOGO 74 (nota 97), 75
SÃO DOMINGOS 46, 72 (nota 92), 107 (nota 134)
SÃO FRANCISCO 57, 60, 61, 67, 69, 111, 150
SÃO FRANCISCO DE PAU D'ALHO 67
SÃO GABRIEL 31, 32
SÃO GONÇALO 85
SÃO GONÇALO DE PERIPUEIRA 67
SÃO GONÇALO DO UNA 67
SÃO JANUÁRIO 74 (nota 97), 75 (nota 99), 76 (nota 104)
SÃO JOÃO 74 (nota 97), 76 (nota 104), 77, 150
SÃO JOSÉ 52, 63, 73 (nota 93), 65 (nota 85), 73 (nota 93), 74 (nota 97)
SÃO JOSÉ DE ITAQUATIÁ 64 (nota 83)
SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO 80
SÃO JOAQUIM 64 (nota 83), 65
SÃO JULIANO 40 e nota 45
SÃO LEOPOLDO (visconde) 102, 103 (nota 127)
SÃO LOURENÇO 49, 68
SÃO LOURENÇO DA MATA 67
SÃO LUÍS 52, 53, 54, 66, 82, 86, 99
SÃO MARTINHO 74 (nota 97)
SÃO MATEUS 67
SÃO MATIAS 42, 151
SÃO MIGUEL 34, 45, 63 e nota 79, 65 (nota 83), 68
SÃO MIGUEL DE BEJA 63 (nota 79)
SÃO MIGUEL DE IPOJUCA 67
SÃO NICOLAU 65 e nota 85, 96
SÃO PAULO 12, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49 (nota 58), 51, 57, 59, 61, 62 e notas 77 e 78, 63 e nota 79, 64 e nota 82, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 81, 82, 83, 85, 93, 96, 98, 99, 104 (nota 130), 105 (nota 132), 107, 113 (nota 147), 120 (nota 159), 122, 128, 177
SÃO PEDRO 34, 39, 63, 64 e nota 82, 72 (nota 92)
SÃO PEDRO E SÃO PABLO 67
SÃO ROQUE 41, 42, 46, 57, 149
SÃO PEDRO DE ARARUAMA 68

SÃO SALVADOR 45
SÃO SEBASTIÃO 48, 49, 68, 75 e notas 97 e 99, 77 (nota 104), 150
SÃO TEODÓSIO 74
SÃO TOMÉ 59, 63, 150, 159 e nota 202, 181
SÃO VICENTE 40, 43, 44, 45, 46, 47 (nota 52), 48, 49 (nota 58), 51, 62, 63, 68, 69, 150, 156, 159
– (marquês), *vide* PIMENTA BUENO.
SÃO XAVIER 63, 64
SARACÁ 80
SARAIVA 111, 121, 122
SARANDI ou SARANDY, 23, 25 (nota 3), 27, 28, 30 (nota 21), 32, 36, 100
SARDINHA, Afonso 51, 61
SARDINHA, Antônio 45
SARRATEA 163 (nota 210), 164, 167 e nota 218, 168 e nota 220
SAUCE 114, 115, 117
SAÚDE 75 e nota 99
SCHETZ 69
SCHOT, Albert 55
SCHKOPPE, Sigemundit von, 56, 57, 60 e nota 75, 61
SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS 128
SENA, E. de, 33 (nota 33)
SENA PEREIRA, Jacinto Roque de, 26, 101, 176 (nota 242)
SENTINELA 76 (nota 102)
SEPETIBA (visconde) 140
SERGIPE 46, 47, 50, 51, 57, 59, 67, 81, 82, 113
SERINHAÉM 59, 67, 106
SERRA DO MAR 85
SERRA LEOA 150
SERRÃO DE PAIVA 59
SERRO FRIO 68
SHEPHERD 101
SIETE-ISLAS 32
SIGNY 73 (nota 94)
SILVA, Antônio José da, 82
SILVA, José Caetano da, 54 (nota 67), 72 (nota 90), 147 (nota 170)
SILVA, Francisco da, 158 (nota 200)
SILVA, Jacinto 85

SILVA ALVARENGA 85
SILVA FERREIRA 177
SILVA LISBOA, José da, 89
SILVA MONTEIRO, Domingos da, 68
SILVA PAES, José da, 84
SILVA PARANHOS, José Maria da, 12, 111 (nota 142), 120, 121 e nota 160
SILVA PARANHOS, João Paulo da , 16
SILVA PARANHOS, Miguel Paulo José, 16
SILVA TELLES, 60
SILVA XAVIER 86
SILVEIRA MENDONÇA (marquês de Sabará) 132
SILVES 80
SIPE SIPE 180
SMITH, Sidney 87, 88 e nota 111
SOARES DE AZEVEDO, Antônio 74 (nota 97)
SOARES DE SOUSA, Gabriel 159 e nota 202
SOCIEDADE BRASILEIRA DOS ACADÊMICOS RENASCIDOS, 85
SOCIEDADE DEFENSORA 104
SOCIEDADE LITERÁRIA 85
SODERINI, Piero 145 (nota 166), 149 (nota 179), 152
SOFALA 155 (nota 191)
SOLER 164, 170
SOLIS, João Dias de, 42, 146, 153 (nota 187)
SORBONNE 49 (nota 57)
SORE, Jacques 49
SOUSA, Antônio José de, 29
SOUSA, Diogo de, 20 , 93, 160 (notas 203 e 205), 167, 177
SOUSA, Heitor de, 155 (nota 191)
SOUSA, João de, 155 (nota 191)
SOUSA, dom José Luís de, 165
SOUSA, Martim Afonso de, 155, 156 (nota 195), 157
SOUSA, Paulino de, 105, 109, 121
SOUSA, Pero Lopes de, 31 (nota 24), 43, 44 e nota 51, 155 e notas 190, 191 e 192, 156 e notas 194 e 195, 157 (notas 195 e 196)
SOUSA, Tomé de, 158 e nota 200
SOUSA TAVARES, Francisco de Paula Maggessi de, 36 (nota 41)
SPILBERGEN, Joris van, 51

SPIX 89 (nota 113)
STADE 44 (nota 50)
STRANGFORD (lorde) 87, 88, 93, 160, 162, 171 e nota 229
STUART, Maria 47 (nota 54)

T

TABAJARAS 47
TABOCAS 59
TAGLE, Gregório 180
TAMANDARÉ 59, 111
TAMBOR 34, 35
TAMOIOS 41, 46, 48, 49, 151 e nota 184
TAPE 64, 65
TAPUITAPERA 66
TAQUARA 67
TAQUAREMBÓ 97
TAQUARI (barão), *vide* RODRIGUES, Manuel Jorge (passo).
TAQUES, Lourenço Castanho 68
TARABUCO 43
TAROUCA (conde) 48
TARRAGONA 180
TATAIIBÁ 116
TAUBATÉ 68
TAUNAY, Auguste 90
TAUNAY, N. A. 90
TAUREGE 54
TAVARES BASTOS 139
TAIAOBÁ 62, 63
TAIÍ 116
TEBICUARI 64, 117
TECHO 63 (nota 80)
TEIXEIRA, Marcos 55
TEIXEIRA, Pedro 54, 80
TEIXEIRA DE MELO 59, 150 (nota 183)
TEIXEIRA JUNIOR 120

TEJEDOR, Carlos 14
TEJO 43 (nota 49), 87, 88, 150
TELES DA SILVA 59
TERNAUX-COMPANS 91, 92 (nota 118), 154 (nota 189), 156 (nota 195)
TERRA DE SANTA CRUZ 40, 149
TERRA DA VERA CRUZ 40
THEVET 44 (nota 50), 46 e nota 52, 48 (nota 55), 151 (nota 182)
THOMPSON 113 (nota 147), 118
THOMPSON, Tomás 33 (nota 31)
THORNTON 113
TIBAGI 63
TIBIQUACI 64 (nota 83)
TIBIRIÇÁ 42
TIETÊ 61
TIGIOCA 147
TIJUCA 72 e nota 92
TINOCO DA SILVA 132
TIRADENTES, *vide* SILVA XAVIER.
TOAR, Sancho de, 148
TOCANTINS 68
TOCUJUS 54
TODOS OS SANTOS 150, 153, 154, 158, 159 (nota 202)
TOERÉ 71, 72
TOLEDO, Fradique de 55
TOMÁS, Álvarez 172, 173, 175, 176 e nota 240, 179, 180 e notas 254 e 255, 181
TONELERO 109
TORCY 91 e nota 115
TORRE (conde da) 57, 58 e nota 74
TOSTA 108
TOURINHO, Sebastião 61
TOURO 58
TOURAINE, 51
TRAIRAPONGA 67
TRAPPEN, Joost van, 60 (nota 75)
TRATADO DE ALIANÇA DE 1851 109
TRATADO DE AMIENS (1802) 87, 90

TRATADO DE BADAJOZ (1801) 87
TRATADO DE FONTAINEBLEAU 88
TRATADO DE MADRI (1750) 78
TRATADO DE PACIFICAÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO 111
TRATADO DE PARIS (1763) 79
TRATADO DE PETRÓPOLIS 15
TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777) 70, 79
TRATADO DE TORDESILHAS 41, 78, 80
TRATADO DE UTRECHT (1715) 72, 81, 90, 92
TRATADO DE 12 DE FEVEREIRO DE 1858 111
TRATADO DE 7 DE MAIO DE 1681 71
TRATADO DE 11 DE ABRIL DE 1713 222
TRATADO DE 5 DE JULHO DE 1814 172
TRATADO DE 12 DE OUTUBRO DE 1811 174 (nota 236)
TRATADO DE AMIZADE, NAVEGAÇÃO E COM 12 DE DEZEMBRO DE 1828 137
TRATADO DE 29 DE AGOSTO DE 1824 131
TRÉHOUART 109 (nota 138)
TRIBUNAL ARBITRAL FRANCO-AMERICANO 141
TROMP 60
TUCUMÁN 116, 169, 170, 173, 175, 180 (nota 255)
TUDOR, William 137
TUPINIQUINS 61
TUIUCUÊ 115 (nota 150)
TUIUTI 114, 115, 116

U

UACARAPI 54, 66, 71
UBATUBA 68
UNHAÚ ou NHUANDÚ 58
URAMBU 60
URQUIZA 109, 113 (nota 146)
URUÇUMIRIM 48
URUGUAI, (rio) 25, 31, 44, 63, 64 e nota 83, 65, 71, 78, 87, 93, 96, 101, 112 (nota 143), 113, 153, 156, 161, 167, 169, 174, 177

URUGUAI (visconde), *vide* SOUSA Paulino de.
URUGUAIANA 72 (nota 92), 113
URUTAGUI 67

V

VALENÇA 67
VALE CABRAL 48 (nota 55), 49 (nota 57)
VAN CARDEN 51
VAN DORTH 55
VARGAS, Baltasar 168
VARNHAGEN 41 (nota 46), 47 (nota 53), 54, 60 (nota 75), 75 (nota 97), 145 (notas 166 e 167), 147 e notas 169, 170, 171, 172 e 173, 148 (nota 176), 149 (nota 179), 150 (nota 181), 151 (notas 182, 183 e 184), 152 e nota 185, 153 (notas 186 e 187), 154 (nota 189), 155 (nota 190), 156 (nota 195), 158 (nota 198), 159 (nota 202)
VASCONCELOS, Bernardo de, 102, 103 (nota 128), 105 e nota 132, 106
VASCONCELOS, Simão de, 49 (nota 57), 148 (nota 176), 154 (nota 189)
VASCONCELOS, Zacarias de, 111, 119
VASCONCELOS E SOUSA, Luís de, 84
VASES 46
VATEL 164
VAUDECLAY, Jaques 50 (nota 60)
VAUX, Charles des, 51, 52
VEDIA, Nicolás de, 167 (nota 218), 168 (nota 221)
VEGA BAZAN 58, 79
VEIGA, Evaristo da, 73 (nota 93), 102, 103 e nota 128, 104, 105 (nota 132)
VEIGA CABRAL 72, 82, 87
VELHO, Domingos Jorge 69
VELOSO DE OLIVEIRA 120 (nota 159)
VENEZUELA 165
VENTURA VÁSQUEZ 25 (nota 3), 168 (nota 219), 173 (nota 232)
VERA, Mariano 180
VERA MUJICA 71
VERCELLESI 146 (nota 168)

VERDE (rio) 64 (nota 83)
VERGUEIRO 103
VERTOT 47 (nota 54)
VESPÚCIO, Américo ou Amerigo Vespucci 41, 145 e nota 166, 149, 150, 152 e notas 185 e 187
VIAMONTE 176, 180, 181
VICTOR HUGUES 91 e nota 116
VITÓRIA 44, 55, 58, 67
VIDAL BARBOSA 85
VIDAL DE NEGREIROS 55
VIEIRA, Antônio 66
VIEIRA, Pedro 167 (nota 218)
VIGNAL 92 (nota 118)
VIGODET 168, 169
VILA BELA (barão), *vide* SOUSA TAVARES, Francisco de Paulo Maggessi de.
VILA NOVA 68
VILA POUCA 60
VILA RICA 63, 64, 82, 85
VILA VELHA 44, 52, 58
VILA VERDE 67
VILAGRAN CABRITA 114
VILANOVA PORTUGAL 89
VILA DA RAINHA 159 (nota 202)
VILCAPUGIO 170
VILELA BARBOSA 98, 100, 102, 103, 107, 121, 132
VILLEGAIGNON (fortaleza), (ilha) 75 (nota 99), 47, 48, 74 e nota 97, 75, 76 (nota 104)
VILLEGAIGNON, Nicolau Durand de, 47 e nota 54
VILLETA 118 (nota 153)
VICENTE PINZÓN 54, 77, 78, 90

W

WAERDENBURCH 55
WARDEN 147 (nota 169)

WARMS 30 (nota 21)
WASHINGTON 14, 19, 20, 127, 129, 130, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142
WEBB 138
WELLINGTON 88
WILLEKENS 55
WISE 138
WITH 60
WITHRINGTON 50

X

XANGAI 17
XAVIER, Francisco Pedroso 65, 75 (nota 100)
XINGU 54

Y

YAPOC ou YAPOCO, *vide* OYAPOCK.
YATAI 113
YEO, James Lucas 90, 91 e nota 116, 92 (nota 119)
YEOSU 17
YEQUI 64 (nota 83)

Z

ZAPIOLA, D. J. M. 28 (nota 13)
ZEBALLOS, Estanislau Severo, 14, 19
ZEZERE 88 (nota 112)

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)